

CLAUDIO BRAGA DE ABREU E SILVA

O ovo de Colombo do Plano Real

AFINAL, COMO
SURTIU A URV?

RELATO
DO CIDADÃO
QUE PROPÔS
A INDEXAÇÃO
DIÁRIA
NEGOCIADA

CLAUDIO BRAGA DE ABREU E SILVA

**O ovo de
Colombo
do Plano
Real** AFINAL, COMO
SURGIU A URV?

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

S578o Silva, Cláudio Braga de Abreu e

O ovo de Colombo do Plano Real [recurso eletrônico]: afinal, como surgiu a URV?: relato do cidadão que propôs AIndexação Diária Negociada / Claudio Braga de Abreu e Silva. – São Paulo: Mandacaru, 2024.

Dados eletrônicos (1 PDF).

ISBN 978-65-01-07477-1

1. Plano Real (URV). 2. Economia – Brasil – História. 3. Relato pessoal.
4. Sistema monetário – Brasil. I. Cardoso, Fernando Henrique. II. Franco, Itamar.
III. Título.

CDU 336.7(81)

Bibliotecária responsável: Bruna Heller – CRB 10/2348

Índice para catálogo sistemático:

CDU

1. Moeda / Sistema monetário 336.7
2. Brasil (81)



Para maiores informações entre em contato pelo site:

oovodecolombodoplanoreal.com.br

Contato: oovodecolombodoplanoreal@gmail.com

© TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AO AUTOR, 2024.

SUMÁRIO

PREFÁCIO **POR BEATRIZ CARDOSO**

APRESENTAÇÃO **POR ALVARO ABREU**

INTRODUÇÃO **TODA CONTRIBUIÇÃO MERECE RECONHECIMENTO**

CAPÍTULO 1 **INFLAÇÃO INERCIAL, PLANO REAL E A IDEIA DA URV**

A inflação inercial brasileira

Os planos de estabilização

O Plano Real e a URV

O Ovo de Colombo do Plano Real

A URV foi um achado

A Indexação Diária Negociada (IDN) propõe a ideia da URV

CAPÍTULO 2 **A IDEIA DO INDEXADOR QUE VIRA MOEDA NÃO EXISTIA NO MEIO ACADÊMICO**

Opiniões de economistas renomados

Winston Fritsch

Luiz Carlos Bresser Pereira

Julian Chacel

Francisco Lopes

Diferença entre IDN/Plano Real e os planos 'bimonetários'

Edmar Bacha: as cinco novidades do Plano Real

CAPÍTULO 3 **COMO SURTIU A INDEXAÇÃO DIÁRIA NEGOCIADA**

O primeiro *insight*

O pedido de apoio do Betinho

O começo do trabalho

Os primeiros envios da IDN a autoridades

O primeiro registro de agradecimento de envio da IDN

As versões subsequentes da IDN

CAPÍTULO 4 **VERSÃO ORIGINAL DE A INDEXAÇÃO DIÁRIA NEGOCIADA, DE 31/08/1993**

Transcrição de trechos principais de *A Indexação Diária Negociada* (original)

Transcrição do início da versão resumida da IDN

CAPÍTULO 5 **A DIVULGAÇÃO DE A INDEXAÇÃO DIÁRIA NEGOCIADA**

Divulgação inicial

Primeira notícia na imprensa sobre o indexador cambial

Divulgação para equipe econômica e políticos do PSDB

Carta (09/09/1993) para o presidente Itamar Franco

Carta (08/09/1993) para o ministro da Fazenda FHC

Divulgação ampla para cerca de 200 pessoas e entidades

CAPÍTULO 6 **CARTAS AGRADECENDO O RECEBIMENTO DA IDN**

CAPÍTULO 7 **NOTÍCIAS PUBLICADAS NA IMPRENSA BRASILEIRA**

Clipping de notícias de agosto a dezembro de 1993

Matérias na mídia sobre a criação do FSE, da URV e do REAL

CAPÍTULO 8 **BREVE COMPARAÇÃO ENTRE O PLANO REAL E A IDN**

CAPÍTULO 9 **NOTÍCIAS NA IMPRENSA SOBRE MEU TRABALHO**

CAPÍTULO 10 **CARTAS AO PRESIDENTE ITAMAR FRANCO**

Carta de Claudio (14/12/1994)

Carta dos presidentes de associações de funcionários do Sistema BNDES (20/12/1994)

CAPÍTULO 11 **CARTA AO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

Minha carta de 23/06/1995 ao presidente FHC

O telegrama em resposta

CAPÍTULO 12 **CONTRA O VENENO DA COBRA,
SÓ O PRÓPRIO VENENO DA COBRA**

EPÍLOGO **O INDEXADOR DIÁRIO CAMBIAL QUE VIRARIA MOEDA
FOI PROPOSTO PELA IDN**

ANEXOS

A.1 *Uma sugestão para o Brasil: A IDN*

A.2 *A Indexação Diária Negociada original*

A.3 *A Indexação Diária Negociada resumida*

B Cartas enviadas

C Cartas recebidas

D Carta para o presidente Itamar Franco

E *Plano Real - como sair da sua sinuca de bico*

F Carta a Marcio Moreira Alves

QUANDO UM CIDADÃO 'PENSA' UM PAÍS

Foi por meio de um contato feito pelo WhatsApp que eu ‘embarquei’ nesse livro. Uma professora da FGV, ao saber do tema e da abordagem que o autor pretendia, indicou-me para ajudar a contar essa história.

Na realidade, coube-me fazer o prefácio desse relato de Claudio Abreu, sobre sua atuação em circunstâncias históricas que tiveram como ponto relevante o lançamento de um plano econômico no início dos anos 1990 e que repercutiu até hoje: o Plano Real.

Não é do plano em si que esse livro trata e sim da iniciativa do funcionário do BNDESPAR, subsidiária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, engenheiro civil e mestre em administração, que acreditou poder fazer algo para combater a inflação.

Mais ainda, interromper de forma definitiva, a linha ascendente de uma inflação mensal de dois dígitos, iniciada no princípio dos anos 1980, que alcançaria os três dígitos até o final daquela década. Pior ainda: que chegaria a 2.477,15% no acumulado do ano de 1993 e nada menos do que 4.922,46% nos 12 meses findos em junho de 1994, véspera do lançamento do Real, ocorrida em 01/07/1994.

Quebrar essa ‘corrente perversa’, que exauria a economia, acirrava a carestia e tornava o país dependente, em função da dívida externa, era o grande desejo do engenheiro capixaba, que sonhava com um Brasil com menos desigualdades.

Quem o levou a estudar essa questão, para buscar uma solução, foi um cidadão que ‘pensava’ o país: o sociólogo Betinho, criador da Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e a pela Vida, que em maio de 1993 foi pedir apoio do BNDES à campanha contra a fome, como ficou popularmente conhecida na época.

Ao se despedir de Betinho, na porta do elevador da instituição, Claudio Abreu, ciente de “quem tem fome, tem pressa”, prometeu ao sociólogo que iria apresentar uma proposta para acabar com a inflação que corroía a economia e esvaziava o prato do brasileiro mais humilde.

Em menos de dois meses, entregaria a primeira versão de sua proposta ao então presidente do BNDES, Delben Leite. Poucos dias depois, uma versão aprimorada foi apresentada ao então secretário-executivo de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República (Seplan), Raul Jungmann, propondo um indexador cambial determinado por uma cesta de moedas estrangeiras que depois se transformaria na moeda forte nacional.

O cidadão capixaba que acreditou poder fazer algo pelo país, assim como Betinho e outros que ‘pensavam’ o Brasil, se empenharia em distribuir a proposta final, intitulada “A Indexação Diária Negociada - Contra o veneno da cobra, só o próprio veneno da cobra”.

Em pouco mais de dois meses, Claudio Abreu apresentou ou enviou sua proposta de combate à inflação para cerca de 200 pessoas, entre executivos do BNDES, autoridades federais, incluindo o então presidente da República, Itamar Franco, ministros da área econômica (Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio, entre outros), além de parlamentares (Congresso) políticos, economistas, catedráticos e lideranças de diversos setores da economia.

Ele propunha uma fase inicial de preparação de uns 6 meses, onde se permitiria a indexação diária voluntária dos preços, se criaria um indexador diário carro-chefe, com valor inicial igual a um dólar, e atualizado diariamente pelas cotações de uma cesta de moedas, que passaria a ser utilizado para a atualização dos salários e benefícios, de forma a alinhar os preços relativos; depois viria a fase de estabilização (de um ano ou mais), na qual seria criada uma moeda transi-

tória, de valor igual ao do indexador, para reduzir a inflação inercial, e tudo (preços e salários) permaneceria atrelado ao indexador, agora de forma compulsória. Por fim, viria a fase de consolidação, na qual o indexador se transformaria na nova moeda forte e que seria proibida toda e qualquer indexação na economia.

Entre os que receberam esse trabalho, de agosto a setembro de 1993, estão o então ministro Fernando Henrique Cardoso, bem como outros membros de equipes da área econômica, como Edmar Bacha, André Lara Rezende, Winston Fritsch, Pérsio Arida, Pedro Malan, Aspásia Camargo, entre outros.

Com a Medida Provisória Nº 434, de 27 de fevereiro de 1994, que lançou o programa de estabilização econômica e instituiu a Unidade Real de Valor (URV), um dos pontos centrais do Plano Real, Claudio Abreu se perguntou se alguém não teria ouvido suas ideias e incorporado parte delas no plano que mudaria os rumos da economia no país.

“Afinal, como surgiu a URV”, questiona o engenheiro que sente ter um gene seu no Plano Real. Essa é a razão de ser desse livro, acalentado há três décadas por Claudio Abreu. Período no qual reuniu uma vasta documentação sobre aqueles meses de 1993 em que buscou ser ouvido: cartas, recortes de jornais, entre os quais a Tribuna da Imprensa, o Jornal do Brasil e A Gazeta (ES), que fizeram matéria sobre a proposta de Claudio.

Tudo isso está reunido nesse livro que chega agora às mãos dos brasileiros, relatando o empenho de um cidadão obstinado, que decidiu participar da construção de uma solução para o país e não apenas esperar a ação dos governantes.

Jornalista com mais de 43 anos de atuação, acompanhei os diversos planos econômicos das décadas de 1980 e 1990: Cruzado (1984), Bresser (1987), Verão (1989), Collor I (1990) e Collor II (1991), e, finalmente, o Plano Real (1994).

Ficou claro para mim, cada vez que busquei informações complementares sobre o tema, que cada plano era um esforço coletivo conduzido por lideranças, com contribuições de muitos que atuavam nos bastidores.

Assim sendo, é compreensível o desejo de Claudio Abreu contar por que acredita ter contribuído para o Plano Real. É mais uma vez o cidadão que não se acomoda, mas que busca ter protagonismo.

É a mesma inconformidade de 30 anos atrás que o leva hoje a questionar, nesse livro, se existe um gene dele no Plano Real, fazendo uso do direito de livre expressão.

Vale a pena conferir!

Beatriz Cardoso
Jornalista

UM CIDADÃO COMPETENTE E OBSTINADO

Para além dos fatos e suas comprovações, apresentados neste livro, convém que os leitores conheçam um pouco do personagem Claudio Braga de Abreu e Silva, para melhor entender sua personalidade e as suas características, próprias de quem ousa pensar fora da caixa e se dedica obstinadamente a comprovar teorias improváveis. Talvez eu seja a pessoa mais indicada para falar sobre ele, pelo convívio de décadas, pelos embates sem bom senso, pelo tanto de paciência que já gastei, e por tudo que já li em primeira mão e reli, por obrigação.

Claudio é uma pessoa fora dos padrões e a obstinação é sua principal característica. Ele se move por convicções, escolhas e vontades bem definidas. Nascido em Cachoeiro de Itapemirim, é neto de dois de seus primeiros prefeitos, Francisco Braga e Fernando de Abreu, filho de um sanitarista realizador, dr. Bolivar de Abreu, e sobrinho de poetas e cronistas, Newton e Rubem Braga.

Menino com a língua presa, trocava o C pelo T e sofreu com isso. Foi primeiro aluno a vida inteira e ganhou o apelido de Banal quando, instigado por um professor de matemática, disse que a solução do problema mostrado no quadro era banal. Sua carreira de músico desafinado e compositor destemido resultou em dois CD's autorais gravados e distribuídos gratuitamente. Sempre gostou de estudar, de ler e pensar deitado na cama, de pijama, e de passar horas digitando no teclado. Experimentou as dificuldades da trajetória como empresário ao criar o AçãoData, um sistema para análise de investimentos em ações com base em pioneiros índices corrigidos monetariamente, em meio a inflações galopantes.

Com dedicação e convicção quase doentia, criou e expandiu a sua Teoria Geral da Bidualidade – TGBD, que ajuda a explicar muita coisa por aqui. Durante décadas, fez carreira de técnico qualificado e independente do BNDES, iniciada depois do mestrado na COPPEAD/UFRJ.

Movido por uma profunda descrença nas experiências e tentativas de solução para reduzir e manter em níveis razoáveis a nossa inflação, declarou em alto em bom som, na varanda da minha casa no fim de 1992, que achava que era perfeitamente possível dar um jeito na economia do país. E, com a maior tranquilidade declarou, isso mesmo, que iria inventar algo muito simples e potente para fundamentar decisões de governo e dos agentes econômicos e sociais do Brasil.

Lembro de seu entusiasmo nos primeiros meses de formulação das ideias e conceitos, da sua obsessão desvairada em buscar fundamentos técnicos para algo novo, fora de tudo o que já havia sido testado e utilizado por muita agente qualificada. Haveria de ser algo repleto de obviedades elementares e, sobretudo, apoiado em conceitos consistentes.

Sou testemunha da sua crença absoluta no que estava criando e na sua crescente excitação em mostrar suas ideias e proposições, inicialmente aos colegas e dirigentes do BNDES e, em seguida, aos economistas que atuavam em órgãos públicos, a professores que pesquisavam temas correlatos, a dirigentes de órgãos do governo federal, a lideranças políticas e jornalistas da grande imprensa. Aqui, cabe realçar a generosidade de meu querido irmão em mostrar como o veneno da cobra poderia ser usado para exterminar seus malfeitos. Ele se enchia de disposição para demonstrar a engenhosidade embutida num índice mágico poderoso, capaz de ser compreendido e aceito espontaneamente por muitos, ainda que sob desconfiança inicial de uns poucos.

A sua euforia se estabeleceu ao ver seu nome impresso em um grande jornal do Rio de Janeiro, em uma matéria sobre suas propostas. Vi suas expectativas em ser reconhecido e aplaudido por seus méritos irem para a estratosfera.

É fácil imaginar sua decepção e desapontamento ao ir tomando conhecimento, pela imprensa e conhecidos, sobre reuniões de pensadores acadêmicos, homens de governo e empresários, para discutir alternati-

vas de encaminhamento de ajustes na política econômica, sem ter sido convidado a participar de nenhuma reunião, com quem quer que fosse.

Aqui, começa um capítulo muito desagradável e cheio de emoções extremamente danosas para um cidadão de primeira linha, para um técnico qualificado de uma relevante instituição pública, para um homem ciente e convicto de seus valores.

Agora, 30 anos se passaram, os impactos positivos do Ovo de Colombo, digo de Cláudio, estão por aí.

Recentemente assisti, pela TV, parte de reunião na PUC/Rio de professores sobre o processo de criação do Plano Real. Nenhum deles esclareceu onde foram buscar os fundamentos técnicos utilizado para criar a URV, a verdadeira alma do Plano Real, que Cláudio a batizou com sendo Cruzeiro Cambial. De lá pra cá, tenho visto e lido muitas matérias com os que se consideram os reis da cocada, mas o mistério das fontes continua em vigor.

Cláudio decidiu publicar este livro para informar os brasileiros interessados sobre a origem dos fundamentos técnicos da URV e, sobretudo, para lavar a sua alma de cidadão de bem, de pessoa íntegra, de homem honrado e respeitado por seus méritos. Para tanto, ele disponibiliza o que produziu e arquivou sobre sua contribuição ao país.

Boa leitura!

Alvaro Abreu
Irmão do autor e engenheiro

TODA CONTRIBUIÇÃO MERECE RECONHECIMENTO

O meu objetivo ao fazer este livro é deixar registrado que em 31/08/1993 concluí o meu trabalho *A Indexação Diária Negociada: Uma proposta para a economia brasileira - Contra o veneno da cobra, só o próprio veneno da cobra*, que propunha medidas para reduzir a enorme inflação inercial brasileira, que afetava mais os cidadãos de baixa renda, como uma contribuição pessoal à Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, criada em 1993 pelo nosso saudoso Hebert de Souza, o Betinho.

Trabalho que divulguei com o apoio da Associação dos Funcionários do BNDES Participações S.A. - AFBNDESPAR, no período de agosto a dezembro de 1993, para umas 200 autoridades, entidades e pessoas representativas do Brasil, dentro de um espírito suprapartidário e supraclassista - entre elas, o então presidente Itamar Franco, o ministro da Fazenda e os membros da equipe econômica.

Sou um cidadão de 74 anos, com três filhas e três netos. Engenheiro civil (UFES), mestre em Administração (COPPEAD) e aposentado do BNDES Participações S.A. - BNDESPAR; atualmente sou presidente da AFBNDESPAR.

Certamente, a criação da Unidade Real de Valor (URV) e sua transformação no Real (R\$) foi o Ovo de Colombo do Plano Real e, também 'um achado', como apontaram os srs. André Lara Resende e Edmar Bacha, membros da equipe econômica do ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, do Governo Itamar Franco.

Entretanto, até os dias de hoje, mais de 30 anos após sua anúncio e criação, ainda não ficou claro como surgiu a URV. Sua proposição é atribuída à equipe econômica de FHC como um todo, como tendo surgido em suas discussões, mas sem informações de como surgiu realmente tal inovação.

Acredito que a URV se baseou no meu Cruzeiro Cambial, apresentado na minha proposta *A Indexação Diária Negociada*, e que foi um fator-chave na formulação do Plano Real. Eu disse a Betinho, após uma reunião no BNDES, acreditar que a nossa enorme inflação atingia em maior intensidade as camadas de população de baixa renda, e que eu tinha algumas ideias de como debelá-la. Disse a ele que logo iria apresentar uma proposta. Fiz a minha parte, cumprindo o prometido.

O que não consigo entender e aceitar é o fato de que minha sugestão de criar um indexador cambial que depois viraria a moeda forte nacional não tenha tido até hoje, 30 anos depois, qualquer mérito reconhecido nessa história. Sabe-se lá por quê, apesar de inúmeros pedidos de esclarecimento aos presidentes da República Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, que se elegeu e se reelegeu devido ao sucesso do Plano Real. Certamente, a URV, esse “ovo de Colombo” ou esse “achado” foi um detalhe importante do Plano Real, pois sem ele o plano não teria acontecido, pelo menos não nos mesmos moldes.

Em 22/09/1994, publiquei no Vínculo, jornal da AFBNDES, um artigo denominado “Plano Real: afinal, como surgiu a URV?”. Mas até hoje, nada foi esclarecido. Assim, decidi, após 30 anos, escrever esse livro para contar a minha versão sobre os fatos, que se não me permitem comprovar a minha participação, efetiva e fundamental, na formulação do Plano Real, mostram que é muito pouco provável que isso não tenha acontecido. Isso explica o subtítulo desse livro *Relato do cidadão que propôs a URV*.

Como cidadão, acredito ter gene meu no Plano Real. Dai a razão desse livro: acredito que o Brasil tem direito a conhecer esta história.

Cabe ao leitor chegar a sua conclusão sobre os fatos.

CAPÍTULO 1

**Inflação inercial,
Plano Real e
a ideia da URV**

O Brasil tem as suas chamadas “jabuticabas”: a fruta daqui originária e nossas ‘invenções’, entre elas a chamada inflação inercial.

Em 1964, foram criadas as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs), como forma de permitir ao governo lançar seus títulos da dívida pública de prazos mais longos no mercado. Elas vigoraram até 1986, quando tiveram seu valor congelado pelo Plano Cruzado. A principal característica das ORTNs foi criar o mecanismo de correção monetária que, inicialmente, era trimestral e depois passou a ser mensal. Com o passar dos anos, o princípio da correção monetária se alastrou por toda a nossa economia, passando a constar dos preços, dos valores dos contratos, dos ativos financeiros e dos salários. Isso acabou gerando o que se chama atualmente de inflação inercial, que é coisa de brasileiro. Ela existe dentro de uma lógica: os salários aumentam para repor as perdas passadas e os preços aumentam porque os salários aumentaram. Ela não existe nas principais economias desenvolvidas, nem nos comêndios de economia importados.

A INFLAÇÃO INERCIAL BRASILEIRA

A inflação inercial passou a ser considerada e analisada nos nossos meios acadêmicos a partir dos anos 1980, pelos economistas da PUC-Rio e da USP (que estavam divididos em duas correntes de pensamento) para fazer o ajustamento dos preços e salários após a reforma monetária: a) planos de estabilização com congelamento de preços e salários, com utilização das chamadas tablitas para seu ajustamento; b) planos de

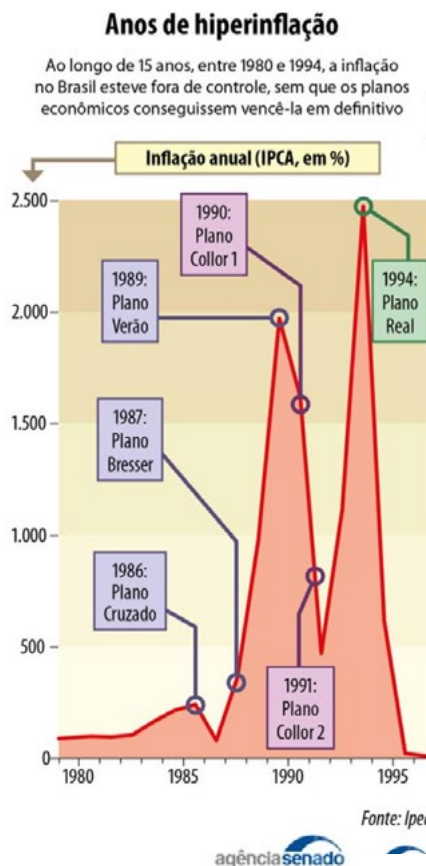
estabilização bimonetários, nos quais havia duas moedas na economia durante um certo tempo, uma delas chamada de moeda indexada, que passaria a expressar os preços e salários.

A maior dificuldade no caso dos planos de estabilização por congelamento era o alinhamento dos preços como um todo, pois parte deles ficavam desalinhados, gerando necessidade de reajustes futuros, furando o congelamento. Já no caso dos planos bimonetários, a questão principal se referia a como operar uma economia com duas moedas e como determinar a taxa de conversão entre elas indeterminada ao longo do tempo.

A melhor imagem dos tempos da nossa hiperinflação é aquela dos funcionários dos supermercados remarcando os preços das mercadorias com suas maquininhas. Em um primeiro momento, se você deixasse para fazer as compras no dia seguinte, não compraria as mesmas mercadorias que compraria no dia anterior com o igual montante de dinheiro. E, posteriormente, piorou: com o igual montante de dinheiro, você não conseguiria comprar durante a noite as mesmas mercadorias que compraria na manhã de um mesmo dia.

OS PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO

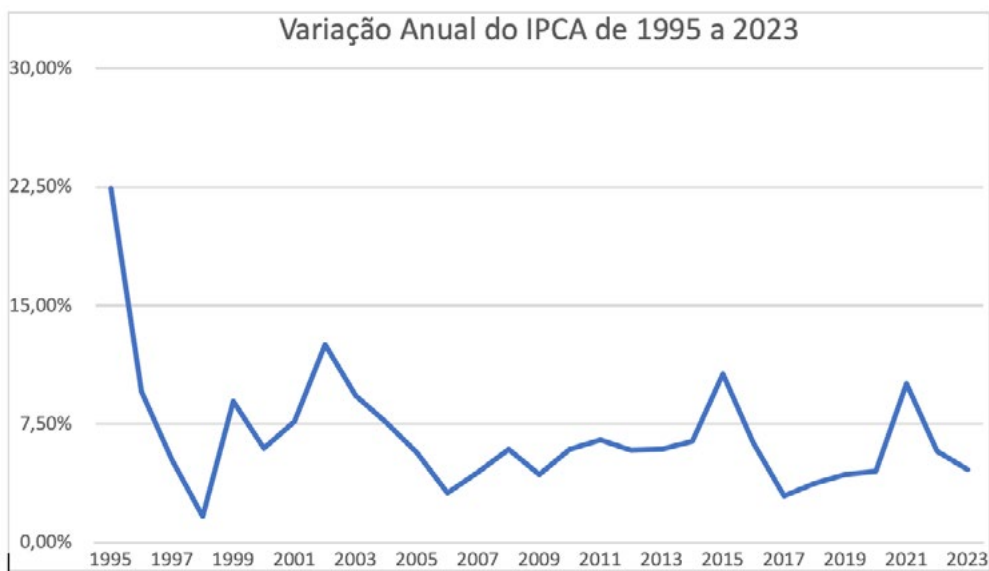
Para tentar reduzir a inflação inercial, o Brasil passou por cinco planos de estabilização, caracterizados pelo congelamento de preços e salários, que não conseguiram debelá-la; ao contrário, a inflação voltava cada vez com mais força em resposta a cada plano. Foram eles: o Plano Cruzado (fevereiro de 1986), o Bresser (junho de 1987), o Verão (janeiro de 1989), o Collor 1 (março de 1990) e o Collor 2 (janeiro de 1991).



O gráfico elaborado pelo IPEA e divulgado pela Agência Senado, mostra como evoluiu o processo inflacionário no Brasil nos anos 1980 e 1990, indicando os planos de estabilização.

Antes do Plano Real, a inflação acumulada em 12 meses, medida pelo IPCA em dezembro de 1993, foi de 2.477,15% , chegando a 4.922,46% em junho de 1994 (quando o índice mensal foi de 47,43%), cuja taxa anualizada resultaria em nada menos que 10.445,61%.

Em 1994, a inflação acumulada em 12 meses foi de apenas 916,43%, sendo de apenas de 18,57% no segundo semestre de 1994 e de apenas 33,03% nos 12 meses findos em junho de 1995, quando o Real completou um ano. Nos 12 meses de 1995, a variação do IPCA foi de apenas 22,41% e apresentou tendência de queda nos anos seguintes, com média anual de 6,27% e de apenas 4,62% em 2023, conforme se pode ver na figura:



O gráfico mostra a taxa anual média de inflação de 1997 a 2023. Nos 12 meses findos em maio de 2024 a inflação média foi de 3,93%. Isso demonstra a eficácia do Plano Real que, se não conseguiu acabar totalmente com a nossa inflação inercial, conseguiu reduzir consideravelmente tal índice.

Os congelamentos de preços e salários foram inapropriados porque acabavam gerando seu desalinhamento, pois no momento da sua aplicação alguns tinham sido reajustados e outros estavam prestes a sofrerem reajuste. Outra característica desses planos de estabilização por congelamento foi o fato de serem implantados sem qualquer discussão com os agentes econômicos, na medida em que o congelamento exigia sigilo, impedindo que seu anúncio prévio fosse feito.

Quanto aos chamados planos de estabilização bimonetários, importa dizer que eles nunca foram aplicados, por serem, a meu ver, inviáveis, conforme será comentado mais adiante. Eles foram o chamado Plano Larida, proposto por André Lara Resende e Persio Arida, em 1984, e o também chamado Plano Real, de Francisco Lopes, em 1988.

O PLANO REAL E A SUA URV

Somente com o Plano Real, de 1994, se conseguiu reduzir bastante a inflação inercial brasileira, que chegou a ser de 82,39% no mês de março de 1990, mês do Plano Collor 1 (16/03/1990).

O Plano Real apresentou uma inovação: um indexador diário, denominado URV, no valor de um dólar, no qual, depois de certo tempo, já com os preços e os salários alinhados, se transformaria na nova moeda forte nacional. E tudo isso sendo feito sem surpresas, de forma anunciada e sem quebra de contratos.

Muitos brasileiros, principalmente os de idade igual ou inferior a 40 anos, não sabem o que significa URV, instituída pela Lei ordinária nº 8.880, de 27 de maio de 1994. A URV é a abreviação de Unidade Real de Valor, o indexador diário do Plano Real, de valor igual ao dólar norte-americano. Ele foi criado para indexar os preços e salários da economia - todos expressos na moeda fraca (CR\$) - para depois se transformar na nova moeda forte nacional, o R\$.

Acredito que tal formulação teve por base a proposta feita no meu trabalho *A Indexação Diária Negociada*, de 31/08/1993, na qual propus a criação do Cruzeiro Cambial, um indexador diário atrelado ao câmbio, que, ao que tudo indica, acabou se transformando na URV.

A URV foi criada para vigorar durante 4 meses – de março a junho de 1994. Seu valor inicial, em 01/03/1994, foi de CR\$647,50, alcançando o valor final de CR\$2.750,00, em 30/06/1994. Dessa forma, a URV teve uma variação de 424,71% nos seus quatro meses, com uma valorização média de 43,51% ao mês.

No dia 01/07/1994, entrou em vigor o Real, substituindo o Cruzeiro Real (CR\$), obedecendo as seguintes equivalências:

$$\mathbf{R\$ 1,00 = CR\$ 2750,00 = URV 1,00 = US\$ 1,00}$$

Apenas para se ter uma base de comparação do efeito do Plano Real: enquanto a variação nos doze meses findos em junho de 1994 foi de 4.922,46%, a variação do IPCA nos últimos 12 meses encerrados em maio de 2024 foi de 3,93%.

O OVO DE COLOMBO DO PLANO REAL

Recentemente, em 18/03/2024, em uma mesa redonda no Departamento de Economia da PUC-Rio, feita para comemorar os 30 anos do Plano Real, o economista André Lara Resende, da equipe econômica de FHC e um dos autores do Plano Real, declarou que “a URV foi o Ovo de Colombo que venceu a inflação inercial”.

Segundo a Wikipédia:

Ovo de Colombo é uma famosa metáfora proverbial do folclore italiano contada em toda a Espanha para referir-se a soluções muito difíceis de se chegar, mas que quando reveladas mostram-se, paradoxalmente, óbvias e simples. Conta-se que Cristóvão Colombo, em um banquete comemorativo pela descoberta da América organizado pelo Cardeal Mendoza, foi perguntado se acreditava que outra pessoa seria capaz de fazer o mesmo, se ele não tivesse feito. Para explicar, Colombo desafiou os presentes a colocar um ovo de galinha fresco de pé sobre uma das suas extremidades. Quase todos que estavam presentes aceitaram o desafio, mas como ninguém conseguia descobrir, Colombo decidiu mostrar a solução: bateu o ovo contra a mesa de leve, quebrando um pouco a casca de uma das pontas, de forma que assim ele se achatasse

e pudesse ficar de pé. O cortesão que havia lhe questionado exclamou que desta forma qualquer um poderia fazer, e Colombo responde que de fato qualquer um poderia, porém qualquer a que tenha lhe ocorrido de fazê-lo. Acrescenta que, após ele ter mostrado o caminho para o Novo Mundo, qualquer um pode segui-lo, mas que antes foi necessário que alguém tivesse a ideia, e alguém depois precisou colocá-la em prática.

A URV FOI UM ACHADO

Em entrevista recente ao jornal O Globo, em 08/06/2024, o sr. Edmar Bacha, que foi o primeiro a receber o meu trabalho, no dia 03/09/1993, conforme será comentado mais a frente, declarou:

Esse plano foi tão diferente dos outros porque a gente aprendeu. Esse tipo de inflação cai de repente ou ela não cai. Tem que ser de um golpe só. Como é que você dá um golpe, mas consegue anunciá-lo, porque se for congelamento você não pode anunciar, né? O Plano Cruzado, anterior, fez congelamento de preços e, depois do fim do tabelamento, a inflação disparou. A URV foi um achado que vem das discussões que nós tínhamos na PUC ao longo de muitos anos e que se consolidaram ali em Brasília. Não precisamos congelar, nós vamos “urverizar”. Não vamos congelar os preços, nós vamos dar dólar para todo mundo. Isso foi um achado.

A INDEXAÇÃO DIÁRIA NEGOCIADA: PROPÕE A IDEIA DA URV

A principal inovação do Plano Real - ou seu Ovo de Colombo, segundo Lara Resende, ou o ‘um achado’, segundo Edmar Bacha - foi a criação de um indexador diário atrelado ao dólar, para ser adotado de forma compulsória nos salários e de forma voluntária e negociada pelos agentes econômicos, e que, no final do processo, acaba se transformando na nova moeda forte nacional.

Tal concepção foi proposta, com o nome de Cruzeiro Cambial, no meu trabalho de 31/08/1993, denominado *A Indexação Diária Negociada*, doravante representada pela sigla IDN, com subtítulos, *Uma proposta para a economia brasileira* e *Contra o veneno da cobra, só o próprio veneno*

da cobra. Tal proposição, com certeza, não existia no meio acadêmico, conforme consta dos depoimentos que serão mostrados no Capítulo 2. O que é corroborado pelo fato de que a minha proposta foi a primeira a ser noticiada na imprensa nacional, e quiçá mundial, no dia 08/09/1993, na Tribuna da Imprensa, em matéria assinada pelo saudoso Conrado Pereira, intitulada “Técnico sugere o cruzeiro cambial”, conforme também será mostrado. Acredito que, após ser enviada para a equipe econômica de FHC e ter passado por algumas alterações, o meu Cruzeiro Cambial (CrC\$) acabou se chamando Unidade Real de Valor (URV).

CAPÍTULO 2

A ideia do indexador que vira moeda não existia no meio acadêmico

Conforme tentarei mostrar nesse livro, acredito que eu tenha sido o primeiro a propor o ‘pulo do gato’ do Plano Real, ou seja, a ideia de criar um indexador diário atrelado ao câmbio – a URV – a ser adotado espontaneamente para os preços e compulsoriamente para os salários durante um certo período, de modo a superindexar a economia para depois se transformar na nova moeda forte nacional (o R\$), resultando na grande redução da nossa inflação inercial mensal.

OPINIÕES DE ECONOMISTAS RENOMADOS

A ideia do indexador que depois vira moeda foi algo novo nos meios acadêmicos da economia. Para confirmar isso, reproduzo declarações e trechos de artigos de economistas de renome.

Winston Fritsch

No final de uma palestra comemorativa de um ano do lançamento do Real, em julho ou agosto de 1994 (não me lembro bem), realizada no prédio do Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro, patrocinada pelo COPPEAD, onde tenho meu título de Mestre em Administração, perguntei ao palestrante, o sr. Winston Fritsch, secretário de Política Econômica daquele ministério e professor da COPPEAD, se a ideia de criar um indexador diário que depois viraria nova moeda forte nacional, nos moldes da URV, existia no meio acadêmico. Ele me respondeu que não, que a ideia foi desenvolvida no decorrer da formulação do Plano Real.

Luiz Carlos Bresser Pereira

No seu artigo “Plano de Fernando Henrique é superior aos anteriores”, publicado na Folha de S. Paulo de 28/02/1994, o sr. Luiz Carlos Bresser Pereira (para quem enviei o meu trabalho), faz uma descrição muito didática, que diz:

Na forma de enfrentar a inércia, entretanto, o Plano FHC inova. Quando foi desenvolvida a teoria da inflação inercial, no início dos anos 80, Nakano, eu e Chico Lopes propusemos como forma de enfrentá-la o congelamento acompanhado de tabelas de conversão no momento da reforma monetária. André Lara Resende e Pérsio Arida propuseram uma alternativa: um processo de convivência de duas moedas um certo período para permitir as conversões antes da reforma monetária. Esta em qualquer das duas hipóteses deveria incluir uma âncora cambial, ou seja, a fixação da taxa de câmbio. Com congelamento a conversibilidade em relação ao dólar pode ser dispensada; sem ele é necessária.

Agora no Plano FHC adota-se a alternativa de dupla moeda, com a diferença que a nova moeda, durante certa fase, não é realmente uma moeda, mas um índice-moeda (A Unidade Real de Valor), que permitirá as necessárias conversões (que neutralizam a inércia, ou seja, os aumentos defasados de preços), mas não tem poder liberatório.

Julian Chacel

Vejamos agora o que afirma o sr. Julian Chacel, presidente do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (RJ), no seu artigo “Sobre o novo indexador”, publicado em O Globo, em 21/02/1994, cujo início reproduzo a seguir:

A criação da URV como passagem para uma nova moeda estável, capaz de conservar o seu poder de compra através do tempo, trouxe de imediato grande perplexidade, tanto no meio técnico como nos círculos empresariais. Produto de uma especulação tão própria da universidade, num primeiro momento o debate em torno da URV trouxe muitas dúvidas e pouca certeza. Pouco a pouco, como num processo de aprendizado “enquanto-faz” (*learning by*

doing) algumas dúvidas foram dissipadas, embora ainda persistam outras ligadas ao cotidiano de todos nós.

Outra indicação importante é o fato de que, conforme noticiado nos jornais, o FMI, no final de setembro de 1993, não aprovou a proposta de plano de estabilização que a equipe do ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC) havia formulado, pelo fato de que tal proposta considerava a criação de um indexador diário atrelado ao câmbio para alinhar os preços e salários, que depois se transformaria na nova moeda forte nacional, o que inexistia no meio acadêmico mundial de economia.

Francisco Lopes

Vale a pena reproduzir o final da entrevista concedida ao Jornal do Brasil de 31/07/1994, pelo Prof. Francisco Lopes, da PUC-Rio:

JB: O seu Plano Real era melhor do que esse que está aí?

F.LOPES: Curiosamente o Plano Real de 1.988 é muito parecido como de agora. Em muitas coisas: o nome da moeda, o símbolo, a ideia de apodrecimento de uma moeda em relação à outra. Aquele Real tinha um aspecto superior a esse, que é o fato de que ele não matava a moeda podre.

JB: E o atual é melhor em quê?

F.LOPES: No aspecto da mudança do papel-moeda, que seria feita no início da URV, e não no final. Mas as ideias do Real, como disse, vêm de 1984. Isso foi discussão anterior ao Cruzado. Ficamos dez anos com medo de um regime bimonetário. E o que a URV mostrou é que o regime bimonetário funciona muito bem. Mas é fácil ser esperto depois que as coisas acontecem.

A frase do Prof. Francisco Lopes, “...no aspecto da mudança do papel-moeda, que seria feita no início da URV, e não no final” confirma que o Plano Real dele era bimonetário, tal como o Plano Larida, razão pela qual não foram implementados. Outra frase “...mas é fácil ser esperto depois que as coisas acontecem” demonstra que o uso de um indexador que depois vira moeda nunca havia sido considerado no meio acadêmico, em especial entre os professores do Departamento de Economia da PUC-Rio.

DIFERENÇA ENTRE IDN/PLANO REAL E OS PLANOS BIMONETÁRIOS

Refiro-me aos planos bimonetários: o Plano Larida (1984), dos srs. Lara Resende e Pêrsio Arida; e o também chamado Plano Real (1988), do sr. Francisco Lopes, que é uma derivação do primeiro; bem como ao chamado *Currency Board*, ou Conselho da Moeda, do sr. Lara Resende (1992).

A minha proposta IDN, o Plano Real e os chamados planos bimonetários ou de moeda indexada têm uma semelhança que é buscar um alinhamento dos preços e salários antes de reforma monetária.

A diferença é que, enquanto na proposta da IDN e no Plano Real se criou um indexador-moeda convivendo simultaneamente com a moeda fraca, nos planos bimonetários se propôs a convivência de duas moedas efetivas, uma forte e uma fraca, o que – a meu ver – é algo inviável economicamente (como veremos a seguir). Os planos bimonetários também seriam inconstitucionais, no entender do jurista Saulo Ramos, ex-ministro da Justiça do governo do presidente José Sarney, conforme revelou o economista Pêrsio Arida em intervenção na mesa redonda da PUC-Rio de 18/04/2024.

Os planos bimonetários, na minha opinião, são inviáveis economicamente no caso de serem adotados por um tempo mais prolongado, necessário para a transposição dos preços da moeda fraca para a moeda forte. Isso porque: 1) no tempo tende a ocorrer hiperinflação na moeda fraca (e, com isso, aumentar ainda mais a injustiça social, pois seus detentores serão as classes menos favorecidas); e 2) por resultar em impossibilidade matemática na determinação da taxa de conversão entre as duas moedas, pois a inflação só pode ser determinada em uma única moeda. Assim, seria necessário converter os preços de uma moeda para a outra, fazendo-se uso da própria taxa de conversão, a qual é justamente o que se quer determinar; 3) não haveria como se determinar a quantidade de moeda na economia na medida em que não se poderia determinar a taxa de conversão de uma moeda na outra.

Como eu sou engenheiro, sei que é um absurdo matemático uma variável ser função dela mesmo. Devo, finalmente, observar que, no caso da convivência simultânea de um indexador e uma moeda, como foi o caso

do Plano Real, e tal como foi por mim proposto, a moeda seria uma só para apuração de todos os preços na economia, e, assim, não se observaria o tal absurdo matemático.

Os economistas consideram que uma moeda tem de ter três características: ser reserva de valor, ser unidade de conta e ser meio de troca. Eu, como engenheiro, não tive dificuldade para propor apenas mais um indexador em meio a tantos que existiam, pois eles são apenas unidades de conta, sem poder liberatório. Talvez isto explique o porquê de os economistas não terem ‘achado’ o tal “Ovo de Colombo”: o indexador que depois viraria a moeda forte, permitindo um perfeito alinhamento de preços na economia, objetivo maior dos planos bimonetários.

Nos planos bimonetários, conviveriam duas moedas na economia: uma moeda fraca e uma moeda indexada. Eles nunca foram implementados, na minha percepção, por serem inviáveis e inconstitucionais. Já na proposta da IDN e do Plano Real, conviveriam juntas apenas uma moeda fraca e um indexador (apenas uma unidade de conta) que, depois da reforma monetária, se transformaria na nova moeda forte nacional.

Acredito que a minha proposta de proceder a indexação diária de todos os preços e salários da economia, cuja taxa mensal de inflação era da ordem de uns 40% ao mês, objetivando o seu alinhamento a um valor real, no caso o dólar, viabilizou a proposta do Plano Larida, cujos autores, André Lara Resende e Pêrsio Arida, fizeram parte da equipe econômica do ministro da Fazenda FHC do Governo Itamar Franco que, juntos, tiveram o mérito indiscutível de elaborar e implantar o Plano Real, nosso mais eficaz plano de estabilização econômica. Uma única reclamação, contudo, tenho de apontar: eles nunca reconheceram meu mérito nessa história.

EDMAR BACHA: AS CINCO NOVIDADES DO PLANO REAL

A seguir transcrevo trechos escritos por de Edmar Bacha no capítulo Exegese do Plano Real, do seu livro “No país dos contrastes: memórias da infância ao plano real”, da Editora História Real, publicado em 27/10/2021.

A ideia da “ufirização” inspirava-se num artigo de Persio Arida, de setembro de 1984, em que ele propõe neutralizar os efeitos deletérios da inflação sobre os preços relativos derivados do uso de diferentes indexadores e diferentes períodos de reajuste. Sua proposta era utilizar como indexador de todas as transações a ORTN (Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional), um índice que era atualizado mensalmente de acordo com a inflação. Em particular, ele sugeria que os salários fossem fixados em ORTN com reajuste mensal. Era uma proposta de “ortnização”.

A ideia de que a desinflação poderia ser feita de forma preanunciada, sem choques nem congelamentos, vinha de outro artigo, também de setembro de 1984, de André Lara Resende, em que ele propõe que se ponham em circulação duas moedas: a antiga, que se deteriora pela inflação, e a nova, que é reajustada diariamente por um índice de preços. Segundo esse artigo, os preços e salários iriam progressiva e voluntariamente se deslocando da moeda antiga para a moeda nova, até que a antiga não mais seria usada e salários iriam progressiva e voluntariamente se deslocando da moeda antiga para a moeda nova, até que a antiga não mais seria usada e a estabilização seria alcançada na nova moeda, sem choques, nem congelamentos. Essas propostas foram posteriormente elaboradas em artigo conjunto de Persio Arida e Lara Resende, que ficou conhecido como Plano Larida.

Como na história do ovo de Colombo, os elementos estavam à mesa. Mas era preciso colocar o ovo em pé; isto é, articular um plano concreto a partir dos embriões teóricos. Nesse sentido, as novidades do Plano Real foram as seguintes:

(i) A mais importante foi desconsiderar a proposta de circulação simultânea de duas moedas, ambas como meio de pagamento. Em vez disso, fez-se um processo em dois estágios, o primeiro consistindo na introdução da URV como unidade de conta. Quando a URV se transformou no real, o cruzeiro real foi extinto. Assim, enquanto durou a URV, preservou-se o cruzeiro real como único meio de pagamento. Isso evitou as confusões que poderiam resultar de um regime bimonetário.

(ii) Descartou-se também a proposta de conversão voluntária dos salários na nova moeda. Traria muita incerteza em relação a um componente fundamental para a coordenação das expectativas em relação à estabilização. Em vez disso, converteram-se compulsoriamente os salários em URV em 1º de março de 1994, por medida provisória, posteriormente convertida em lei pelo Congresso Nacional. Fez-se um acordo político, amplamente debatido no Legislativo, como relato à frente, que permitiu utilizar os salários como âncora para estabilizar os preços na nova moeda.

(iii) Fixou-se o valor da URV em um dólar, estabelecendo uma clara vinculação entre os dois indicadores (a URV e o dólar passaram a valorizar-se diariamente em relação ao cruzeiro real na mesma velocidade e de acordo com os mesmos índices de inflação).

(iv) Feita essa dupla ancoragem – nos salários e no dólar –, permitiu-se que os demais contratos e preços fossem livremente convertidos nos quatro meses que durou a URV. Isso evitou o descompasso de preços relativos que ocorrera no Plano Cruzado, quando o congelamento pegou alguns preços no pingo, outros no vale.

(v) Contudo, também se introduziu um mecanismo de negociação para induzir uma apropriada conversão de preços contratuais em URV. Para isso, promoveram-se dezenas de reuniões no Ministério da Fazenda com grupos empresariais das principais cadeias produtivas. Os propósitos dessas reuniões foram, por um lado, assegurar aos empresários que não haveria congelamento de preços e, por outro, induzi-los a fazer uma conversão equilibrada de seus preços em URV. Dedicou-se especial atenção à cadeia produtiva da carne bovina, cuja escassez havia provocado uma das maiores dores de cabeça no Plano Cruzado. Foi a chamada “dallarização”, brincadeira da equipe econômica com o termo dolarização, por serem essas reuniões comandadas por Milton Dallari, um dos consultores empresariais mais experientes do país.

Importante ressaltar que as cinco novidades do Plano Real apontadas pelo sr. Edmar Bacha são todas propostas contidas no meu trabalho *A Indexação Diária Negociada*, e cujos trechos principais estão no Capítulo 4 e no Epílogo.

CAPÍTULO 3

Como surgiu
A Indexação Diária
Negociada

O PRIMEIRO *INSIGHT*

No final de 1992 ou início de 1993, não me lembro bem, em conversa com meu irmão Alvaro Abreu, na varanda de sua casa em Vitória (ES), ocorreu-me a ideia de criar um indexador atrelado ao dólar, no meio de tantos outros indexadores que existiam. A atividade principal no BNDES, onde eu trabalhava, era apoiar projetos prioritários mediante empréstimos ou participações acionárias que, para serem analisados, requeriam projeções de seus balanços para estimar suas capacidades de pagamento ou rentabilidades, no que eu era um especialista.

Para fazer tais projeções, era necessário projetar uma série de indexadores para: inflação, dólar preços de produtos e de insumos, salários, empréstimos e financiamentos, entre outros. Fiquei imaginando como seria difícil os agentes econômicos determinarem os valores dos seus produtos e serviços, ainda mais considerando os prazos de pagamento e de recebimento em uma economia que girava a uma taxa de inflação beirando os 30% ao mês. E eu sempre me perguntei: por que não havia um indexador principal? Por que não criar um indexador atrelado ao dólar?

O PEDIDO DE APOIO DO BETINHO

Em maio de 1993, o saudoso Hebert José de Souza, o Betinho, pediu uma reunião com o presidente do Sistema BNDES, Delben Leite, com a presença dos presidentes e diretores das suas três associações de funcionários, AFBNDES, AFBNDESPAR e AFFINAME. O objetivo dele era pedir o apoio das empresas e de seus empregados para a louvável cam-

panha que ele estava implantando, denominada “Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida”.

Foi uma reunião impressionante: Betinho tinha uma espécie de aura, que emocionava as pessoas; parecia um santo... Depois, fomos levá-lo ao elevador, que demorou um pouco para chegar. Daí, eu lhe disse que achava muito importante acabar com a nossa enorme inflação para poder reduzir a miséria e a fome no país, pois ela prejudicava fortemente os mais pobres. Eu disse a ele que tinha algumas ideias para debelá-la e que iria propô-las. Ele me olhou um pouco surpreso, incrédulo e descrente, talvez pensando “trata-se de mais um doidinho que encontro na minha vida...”. Na sequência, ele pegou o elevador e se foi. Nunca mais estive com ele.

Importa ressaltar que em todos os envios do meu trabalho sempre frisei que ele tratava de uma contribuição pessoal à Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida, feita no grupo de ações estruturais do programa de combate a fome e miséria, das Associações de Funcionários das Empresas do Sistema BNDES.

O COMEÇO DO TRABALHO

Em 22/07/1993, fui a Brasília, junto com os presidentes da AFBNDE, Sérgio Roberto Lima de Paula, da AFBNDESPAR, Adilson Vianna Costa e AFFINAME, Jane Maria Coelho Duarte, e do diretor do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro e, também, empregado do BNDES, Antônio Saraiva da Rocha. Fomos tratar do reajustes de salários dos empregados do BNDES em reunião com Raul Jungmann, Secretário-Executivo da Secretaria de Planejamento (SEPLAN). Enquanto aguardávamos na recepção, durante horas, para sermos chamados, apresentei aos meus colegas as ideias que eu tinha para acabar com a inflação brasileira. O Saraiva gostou e me sugeriu escrevê-la.

Não fosse este estímulo do Saraiva, talvez não tivesse feito o meu trabalho. Voltando ao Rio, decidi me dedicar ao assunto e comecei a escrever a proposta.

No dia 25/07/1993, um domingo, comecei a escrever o texto. Passei a considerar o meu trabalho como uma contribuição à campanha do Betinho.

Na sua primeira versão, de 30/07/1993, e nas versões mais evoluídas, feitas até meados de agosto, o trecho de abertura do trabalho, que reproduzo a seguir, sintetiza o objetivo final.

A grande preocupação brasileira atual é como combater a sua inflação crônica e ascendente sem comprometer o crescimento do país, de forma a reduzir o desemprego e melhorar a nossa péssima distribuição de renda, e, com isso, combater a miséria e a fome. Já foram feitas diversas tentativas, por meio de pacotes de congelamento de preços e salários, de bloqueio da poupança, de políticas monetaristas inconsequentes e recessivas, atreladas à elevação artificial e irresponsável das taxas de juros e de políticas de não fazer nada para ver como é que fica. E o resultado é um só: a inflação continua lá, impossibilitando o crescimento do país e atingindo brutalmente as suas classes menos favorecidas, aquelas que vivem de um mísero salário mínimo, ou, pior, que nem emprego têm.

OS PRIMEIROS ENVIOS DA IDN A AUTORIDADES

No dia 29/07/1993, tivemos, os cinco diretores das Associações citados, uma reunião, no Rio, com o então presidente do BNDES Delben Leite, sobre questões relacionadas às Associações. Na oportunidade, fiz menção ao meu trabalho e, no dia seguinte, 30/07/1993, uma sexta-feira, entreguei à sua secretária a primeira versão.

No dia 09/08/1993, nós - os cinco citados - voltamos à Brasília para tratar do mesmo assunto. Na reunião com Raul Julgmann, lhe entreguei pessoalmente a segunda versão do trabalho. Nela, já era proposto indexador cambial, determinado por uma cesta de moedas, de valor inicial igual a 1 US\$, a ser utilizado opcionalmente nos seis meses previstos para a fase de preparação, e que se transformaria na nova moeda forte nacional na fase seguinte, a de consolidação, quando se criaria a moeda forte. Isso, infelizmente, acabou sendo a alternativa adotada para o Plano Real, que permitiu a indexação para contratos com prazos superiores a um ano. Digo “infelizmente” porque nas versões seguintes eu havia incluído, antes da fase de consolidação, a fase de estabilização, em que se criaria uma moeda forte provisória e tudo passaria a ser

indexado ao indexador, que continuaria a existir. Em compensação, na fase de consolidação, o indexador seria extinto e se transformaria na moeda forte nacional, sendo proibida toda e qualquer indexação.

O PRIMEIRO REGISTRO DE AGRADECIMENTO DE ENVIO DA IDN

Em 13/08/1993 (vide ANEXO A.1), entreguei a terceira versão preliminar do trabalho ao dr. Antônio de Oliveira Santos, presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), que em 17/08/1993 me agradeceu por escrito o seu envio. Dessa forma, ele foi o primeiro representante do setor privado a acusar seu seu recebimento.

ANTONIO OLIVEIRA SANTOS
Presidente
da Confederação Nacional do Comércio

Rio, 17/08/93.

Prezado Claudio,

Recebi seu trabalho e agradeço. No momento está sendo analisado pelo Ministro Ernane Galvêas.

Abraços



AS VERSÕES SUBSEQUENTES DA IDN

A partir daí, todas as versões subsequentes, de número significativo, se restringiram a mudanças de forma e tamanho, mas não de propostas. As primeiras versões apresentavam uma linguagem mais informal e de certa forma agressiva com os detentores do poder. Na medida em que pretendia que a minha proposta contasse com a aceitação de todos, preocupei-me em colocá-la dentro de uma linguagem mais técnica e serena, embora firme e crítica. Voltei a entregar, em meados de agosto de 1993, a nova versão do trabalho a Delben Leite, que, segundo me informou o seu chefe de Gabinete, foi do seu agrado. Esse último me pediu para encaminhá-la para o superintendente e para o chefe de Departamento da Área de Planejamento do BNDES para críticas e sugestões. Gostei da ideia, pois pretendia com isso fazer com que a minha proposta passasse a ser uma proposta do BNDES, e que, assim, ela tivesse mais chance de ser implementada. Infelizmente, tal fato não se concretizou e, logo em seguida, no final de agosto, Delben Leite se afastou da Presidência do BNDES, sendo substituído por Pêrsio Arida.

O trabalho também foi informalmente distribuído, de meados de agosto a setembro de 1993, para uma série de técnicos, executivos (superintendentes, chefes de departamento, assessores e gerentes) do Sistema BNDES. E também para o seu vice-presidente, José Mauro Carneiro da Cunha, para o diretor do BNDES, dr. Sérgio Zendron, e para o diretor da BNDESPAR, dr. Licínio Velasco Jr. e também, é claro, para os diretores das Associações de Funcionários do Sistema BNDES, e ainda para alguns parentes e amigos.

CAPÍTULO 4

Versão original de
A Indexação Diária
Negociada,
de 31/08/1993

No dia 31/08/93 concluí o trabalho, que passou a ser *A Indexação Diária Negociada: Uma proposta para a economia brasileira - Contra o veneno da cobra, só o próprio veneno da cobra*, que chamei de versão original e se encontra no Anexo A.2. Em 08/09/1993, concluí a versão resumida, que está no Anexo A.3.

A seguir, são transcritas na íntegra as cartas de encaminhamento do trabalho para o presidente da República Itamar Franco e para o ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso.

TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS PRINCIPAIS DE A INDEXAÇÃO DIÁRIA NEGOCIADA (ORIGINAL)

A INDEXAÇÃO DIÁRIA NEGOCIADA

Uma proposta para a economia brasileira

“Contra o veneno da cobra, só o próprio veneno da cobra.”

Claudio Braga de Abreu e Silva (31/08/1993)

Este documento contém o resumo de uma proposta para a eliminação dos efeitos sociais e econômicos da inflação inercial brasileira, a partir da permissão para a indexação diária em todos os contratos de preços, salários, juros e câmbio, realizada em bases graduais e espontâneas. Isto prepararia a economia para a eliminação definitiva da inflação e indexação. Eliminação esta, contudo, condicionada à realização das reformas estruturais necessá-

rias ao acerto do país, particularmente quanto ao seu equilíbrio fiscal, que são pré-requisitos para qualquer proposta.

CONCEITOS GERAIS

Inflação e Indexação

No Brasil, a inflação de um mês pode ser decomposta em três parcelas:

- a inflação inercial, decorrente da indexação da economia, que é a maior parcela da inflação total;
- a inflação de expectativas, ou empresarial, devida ao “mark-up” dos preços e juros com margem excessiva feito pelos agentes econômicos, em função da sua insegurança quanto ao futuro da própria inflação; e,
- a inflação governamental, decorrente de emissão de moeda para cobrir o déficit real.

A soma das inflações de expectativas e governamental é a inflação real do mês, ou seja, acima da inercial, que é responsável pelo aumento da inflação total.

O maior mal da inflação inercial e da indexação não é a sua existência, e, sim, a sua diferenciação, que além de gerar grande injustiça social, causa a desestruturação da economia, o que contribui para o aumento da inflação real, tanto empresarial, quanto governamental. É como se os fortes tivessem perdido o controle de um processo que eles mesmos criaram.

Já a desestruturação da economia, em nível das empresas, dos indivíduos e dos governos, é o resultado de uma distorção puramente numérica, a qual prejudica e impede a medição precisa dos componentes econômicos – considerando o grande número de indexadores existentes e suas diversas periodicidades de reajuste, e suas elevadas variações atuais. Isto dificulta se proceder as técnicas mais elementares da administração, tais como determinação de custos, preços, orçamentos, e decidir o que, onde e quando comprar ou vender alguma coisa (e, ainda, se à vista ou a prazo), dada a diversidade dos reajustes de preços e das taxas de juros embutidas.

A ESSÊNCIA DA PROPOSTA

Esta proposta objetiva principalmente sugerir como fazer para acabar com as distorções da indexação diferenciada, o que resultaria na redução de boa parte da inflação de expectativas e da inflação governamental. Notar que enquanto a inflação inercial e indexação não são extintas é preciso acabar já com seus efeitos.

A essência da proposta guarda semelhança com a elaboração das vacinas contra picadas de cobras, onde se usa o próprio veneno para combater seus efeitos. Assim, para acabar com a diferenciação da indexação no Brasil é preciso usar a própria indexação, e não se tentar eliminá-la.

Observe-se que se fosse criado um novo indexador carro-chefe da economia, preponderante entre todos, grande parte da diferenciação da indexação estaria sendo eliminada, pelo simples fato da redução do número dos indexadores significativos.

As alternativas mais aventadas de tratamento de nossa crise – a saber, o congelamento ou pré-fixação dos preços, juros, salários e câmbio, e a dolarização, ao estilo argentino – têm em comum a fixação desses componentes econômicos. Isto num patamar atual de inflação de mais de 30% ao mês aparenta ser impraticável, devido às grandes defasagens dos preços relativos em função da nossa atual indexação diferenciada. Tais defasagens por si só trariam novos ajustes de preços, resultando na retomada do processo inflacionário.

A adoção desta proposta não resultaria nesta limitação, pois com a indexação diária de todos os contratos da economia, as defasagens de preços simplesmente não existiriam.

O Indexador Proposto:

O novo indexador proposto foi aqui denominado CRUZEIRO CAMBIAL (CrC\$). Teria seu valor diário calculado com base na cesta ponderada das moedas estrangeiras em que se dá o relacionamento externo do país, abrangendo as reservas cambiais, a dívida externa, o comércio exterior e os serviços. Teria pouca oscilação em termos reais, na medida em que, no seu cálculo, a queda de uma moeda seria compensada pela ascensão das demais.

O Cruzeiro Cambial poderia vir a ser considerado como o dólar nacional, dado que:

- na data da sua criação, seu valor inicial seria idêntico ao do dólar americano em cruzeiros reais;
- sendo o dólar a moeda preponderante nas nossas relações externas, também seria preponderante no cálculo do Cruzeiro Cambial; e
- não existindo variações significativas na paridade das moedas internacionais, o Cruzeiro Cambial apresentaria valor, em cruzeiro real, muito próximo ao do dólar americano.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

a) do ponto de vista político, as medidas propostas seriam bastante democráticas, pois seriam objeto de negociação prévia entre Congresso, governos, patrões e empregados, de forma a planejar e aprovar, em conjunto, a sua implantação em três etapas:

- fase de preparação, com, digamos, 6 meses de duração, quando se faria a permissão para a indexação diária da economia, a criação do Cruzeiro Cambial e a ampliação das reservas cambiais, objetivando preparar o país para a fase seguinte; poderia ser iniciada já, bastando para tanto uma decisão política, pois não contém qualquer condicionamento econômico;
- fase de estabilização, com, digamos, 12 meses, que estaria condicionada à implantação de pelo menos parte das reformas estruturais e ao reforço de nossas reservas cambiais; por medida de segurança ainda seria mantida a indexação diária dos contratos, que, além disso, passaria a ser compulsória; seu objetivo seria reduzir, senão eliminar, a inflação inercial, através da criação de uma nova moeda e fixação de sua paridade com o dólar durante um período de, digamos, 3 meses;
- fase de consolidação, que tem o seu início condicionado ao término da implantação das reformas estruturais; nesta fase finalmente seria eliminada toda e qualquer indexação da economia;

b) as medidas possuem grande flexibilidade de implantação, já que os prazos das fases de preparação e estabilização poderiam vir a ser alterados, sem prejuízo da sua estrutura geral, ressaltando-se que:

- tais prazos poderiam se adaptar ao andamento das reformas estruturais e à formação de reservas cambiais, necessários para as fases de estabilização e consolidação;
- se asseguradas as condições necessárias para tanto, as fases de estabilização e consolidação poderiam, até mesmo, serem fundidas em uma única, sem prejuízo da proposta como um todo;
- os prazos contidos neste texto para cada fase são meramente indicativos.

c) seriam uma espécie de dolarização à brasileira, sem, contudo, conter os principais inconvenientes da dolarização efetiva, pois:

- o Cruzeiro Cambial teria valor quase igual ao do dólar, permitindo uma referência aproximada de nossos preços na moeda americana;
- não exigiriam lastro em moeda estrangeira para a moeda nacional na fase de preparação, pois o Cruzeiro Cambial seria apenas um indexador, e não uma moeda; tal lastro seria necessário apenas na fase de estabilização, quando nossas reservas já teriam sido fortemente ampliadas na fase de preparação, pela formalização da poupança nacional ilegal em moeda estrangeira e pela entrada de novos recursos externos;
- não resultariam na paridade cambial fixa da moeda nacional em relação ao dólar (exceto, conforme já citado, por um breve período na fase de estabilização); assim não haveria o risco de o país passar pelo atual problema da economia argentina, que é como sair do câmbio fixo;
- o país não ficaria atrelado monetariamente aos Estados Unidos, cuja economia também possui grandes problemas, e sim ao Mundo, através de um indexador mais confiável e de menor oscilação;

d) seriam uma espécie de engenharia financeira, que usa a ma-

temática para atacar um problema de caráter matemático, resultante da indexação diferenciada da nossa economia, sendo uma metodologia puramente técnica e neutra, que objetiva dar transparência a todas as transações da economia;

e) não haveria congelamento, prefixação e sequestro da poupança, sendo mantidos livres os preços, os juros, os salários e o câmbio (exceto no início da fase de estabilização, conforme já dito);

f) seria mantida toda a legislação vigente (exceto a salarial) e os contratos em vigor na fase de preparação, quando seriam apenas criados uma legislação adicional e um novo indexador, que induziriam os agentes econômicos a renegociarem, espontaneamente, todos seus contratos, desde que indexados diariamente; aqueles que não quisessem renegociar seus contratos, neles poderiam permanecer, pois somente na fase de estabilização a indexação diária passaria a ser compulsória;

g) conteriam mecanismos de proteção para os trabalhadores, pensionistas e aposentados assegurando o valor real dos proventos, por ocasião do seu pagamento e, também, após seu recebimento; além disto, propõe-se que a irredutibilidade dos salários, hoje referente apenas aos seus valores nominais, seja estendida também para os seus valores reais;

h) seriam bastante operacionais no que se relaciona ao dia-a-dia da economia, que passaria a contar, transitoriamente, com a utilização, na prática, de duas moedas, uma forte (o CrC\$) e outra fraca (o CR\$);

i) permitiriam ao país voltar ao crescimento, através da queda dos juros reais e estabilização da economia, o que resultaria no restabelecimento da alavancagem financeira no setor produtivo e no financiamento não oneroso do déficit público.

O DETALHAMENTO DA PROPOSTA: 3 FASES

FASE DE PREPARAÇÃO: (6 meses)

Mantendo toda a legislação atual (exceto salarial) e livres os pre-

ços, os juros, os salários e o câmbio, esta fase não contém condicionamentos econômicos e abrangeria as seguintes medidas:

- 1) permissão para renegociação espontânea de todos os contratos da economia (preços, juros, salários e câmbio) desde que atrelados a algum indexador diário, inclusive moedas estrangeiras;
- 2) criação do indexador carro-chefe, que seria o Cruzeiro Cambial (CrC\$), dentro das características já mencionadas; seria elaborada tabela retrospectiva nos últimos 12 meses, para ser utilizada na renegociação dos contratos; além disto, competiria ao governo fixar seu valor para o dia seguinte, para ser adotado nos pagamentos feitos em CR\$ em espécie até o final do expediente bancário, quando seria conhecido o seu valor efetivo no dia;
- 3) isenção do IOF nas operações financeiras indexadas ao Cruzeiro Cambial, de forma a torná-lo o indexador carro-chefe do mercado financeiro e dar remuneração diária real ao Fundão;
- 4) permissão para emissão de cheques (inclusive pré-datados) e cartões de crédito expressos em Cruzeiro Cambial, que seriam convertidos para CR\$ no dia do seu pagamento; as contas-correntes e aplicações financeiras permaneceriam em CR\$;
- 5) permissão para fixação de preços, notas fiscais e seus respectivos impostos em Cruzeiro Cambial, que seriam convertidos em CR\$ no seu vencimento;
- 6) substituição da UFIR e congêneres estaduais e municipais pelo CrC\$, que passaria a ser o indexador dos orçamentos dos governos;
- 7) criação de mecanismos de proteção ao real poder de compra dos salários, pensões e aposentadorias por ocasião do seu pagamento, e, também, após seu recebimento, contendo:
 - nova política salarial atrelada ao Cruzeiro Cambial, definindo os salários como iguais ao salário médio de 12 meses, apurado em CrC\$ nos dias de seus pagamentos, sendo observada a irredutibilidade dos seus atuais valores nominais e instituída a irredutibilidade dos seus valores reais em CrC\$; os aumentos reais seriam livremente negociados;

- criação do vale-salário expresso em CrC\$, em substituição aos atuais vales expressos em CR\$ (vale-refeição, vale-transporte);
- obrigatoriedade aos bancos para a abertura de contas e aplicações financeiras populares para todos aqueles que assim o desejassem, desde que não fossem clientes de nenhum estabelecimento, e estivessem legalmente habilitados;
- indexação dos fundos sociais (FGTS, PIS/PASEP, FND, FAT, etc.) ao Cruzeiro Cambial, assegurando o valor real dos seus benefícios;

8) ampliação de nossas reservas cambiais através de:

- permissão para depósitos de moedas estrangeiras em novos fundos de investimento, cujas aplicações seriam indexadas ao CrC\$, ou nas cotações das moedas de suas próprias carteiras, com resgate, por reconversão, na moeda depositada; os recursos sem origem fiscal estariam, contudo, sujeitos a uma taxa de, digamos, 10% (numa espécie de anistia fiscal); seus recursos seriam alocados em empréstimos de médio e longo prazo, principalmente no financiamento da dívida pública;
- captação de novos empréstimos e investimentos externos, após o fechamento dos acordos com FMI e banca internacional.

FASE DE ESTABILIZAÇÃO: (12 meses)

Estaria condicionada à implantação de pelo menos parte das reformas estruturais e à ampliação de nossas reservas cambiais, feita na fase anterior. Conteria as seguintes medidas:

- 1) extinção do Cruzeiro Real e criação do Cruzeiro Novo (NCr\$), dentro da equivalência $1 \text{ NCr\$} = 1 \text{ CrC\$}$;
- 2) o NCr\$ teria paridade fixa com o US\$, por, digamos, 3 meses;
- 3) todos os contratos com indexação diária permaneceriam em vigor;
- 4) passaria a ser obrigatória a indexação diária de todos os contratos, mediante leis e regras claras, já conhecidas desde o início do plano, e que também serviriam como referência para a negociação espontânea dos contratos na fase de preparação;

5) seriam livres a conversibilidade cambial e a abertura de contas e aplicações financeiras em moedas estrangeiras;

6) seriam livres os preços, os salários, os juros e, posteriormente, o câmbio;

FASE DE CONSOLIDAÇÃO

Com início condicionado ao término da implantação das reformas estruturais, nesta fase finalmente seria eliminada toda e qualquer indexação da economia. Seriam mantidos livres os preços, os salários, os juros e o câmbio, a conversibilidade cambial e contas e aplicações em moedas estrangeiras. Conteria as seguintes medidas:

1) extinção do Cruzeiro Novo e do Cruzeiro Cambial, e criação do CRUZEIRO (sem adjetivo!), de símbolo Cr\$, com equivalência dada por $1 \text{ Cr\$} = 1 \text{ CrC\$}$, que iria substituir o Cruzeiro Cambial, e os demais indexadores diários, em todos os contratos da economia;

2) proibição de toda e qualquer indexação na economia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As medidas propostas resultariam na simplificação da economia, com a eliminação do seu confuso aparato legal indexatório, não pela sua extinção compulsória, e, sim, pela sua substituição por uma legislação adicional, espontaneamente, adotada pelos agentes econômicos. Leis como a dos reajustes dos salários, dos aluguéis e das mensalidades escolares poderiam deixar de existir, liberando o Congresso para o equacionamento das questões mais importantes, tais como as reformas estruturais.

Elas resgatariam a nossa capacidade de medir com precisão os componentes econômicos, sem a confusão e distorções decorrentes da nossa atual “salada de moedas”. Uma boa analogia seria a seguinte: o país passaria a ser uma empresa administrada através das demonstrações financeiras pela correção monetária integral (ou em unidade monetária constante), ao invés das demonstrações financeiras pela legislação societária, que são o melhor e mais literal retrato financeiro do Brasil.

Elas reduziriam, e quem sabe eliminariam, a inflação de expectativas e acabariam com os efeitos distorcivos da inflação inercial. Restaurariam a capacidade das empresas, dos indivíduos e do governo de proceder as técnicas mais elementares da administração, tais como a determinação de custos, preços e orçamento e, também, de decidir, racionalmente, o que, onde, como e quando comprar ou vender alguma coisa.

Seriam da maior importância para a formulação das reformas estruturais, em particular da reforma fiscal, considerando que trariam uma perfeita transparência nas contas públicas e fariam com que os seus orçamentos deixassem de ser uma peça de ficção, transformando-os em efetivos instrumentos de planejamento e controle dos governos.

No plano interno, resultariam na queda das taxas de juros, na estabilização dos preços em Cruzeiros Cambiais, e no restabelecimento da alavancagem financeira, induzindo os agentes econômicos a abandonar a especulação, e alocar os seus recursos no investimento fixo, gerando mais produção, empregos e impostos. A queda dos juros e aumento dos impostos (também acrescidos da taxa proposta sobre os depósitos em moedas estrangeiras), iria contribuir para a redução do déficit do governo. A maior estabilidade da economia, associada a uma maior credibilidade do mercado financeiro nos títulos públicos e ao aumento de recursos provenientes da formalização da poupança informal em moeda estrangeira, permitiriam financiar, a médio e longo prazo e sem emissão de moeda, o eventual déficit ainda existente.

No plano externo, as medidas propostas ajudariam o país a fechar as negociações com o FMI e com a banca internacional. Afinal o Brasil passaria a ser um país sério, com uma economia, embora que numa fase de transição, transparente e com as regras do jogo bem definidas. O resultado disto seria a entrada considerável de recursos estrangeiros. Isto reforçaria as nossas já elevadas reservas cambiais, que, também, seriam ampliadas pela permissão dos depósitos em moeda estrangeira no país, dando-nos grande margem de segurança para adotar a conversibilidade cambial.

Feita a indexação diária negociada na fase de preparação, que seria mantida por segurança na fase de estabilização, estariam lançadas as bases para a eliminação definitiva da indexação no nosso país na fase de consolidação. Pois, afinal, todos perceberiam, particularmente os detentores do poder, que ela não teria mais motivos para existir, na medida em que as transferências de renda dos mais fracos para os mais fortes permaneceriam, mas só que se dariam de uma forma mais transparente, fruto de uma negociação às claras, parte a parte, sem governo no meio. E no final todos, fortes e fracos, sairiam ganhando, pois o país voltaria ao crescimento.

Atingida a estabilização e a consolidação da economia, a negociação entre fortes e fracos prosseguiria, como em qualquer país do mundo, e aí sim, seria possível se estabelecer uma melhor repartição da renda e da riqueza.

É bem provável que o sistema financeiro, apesar de aceitar a idéia da adoção do cruzeiro cambial como indexador carro-chefe das suas operações, venha a boicotá-la, pois ele é um dos principais sócios da inflação. Em função disto, ressalte-se que esta proposta não exclui a possibilidade da cobrança de taxas dos serviços bancários. Por ocasião da renegociação dos novos contratos esta questão poderia vir a ser acordada, bastando para tanto chegar-se a um valor justo para as partes. Além disto, o volume das suas intermediações financeiras seria significativamente ampliado, com a formalização da nossa enorme poupança informal em moeda estrangeira, além da captação de novos recursos externos.

A presente proposta, se debatida, aperfeiçoada e implantada, poderia resultar no grande pacto nacional, tantas vezes tentado e não conseguido, pois o país iria passar por uma grande renegociação, livre e soberana, de suas atitudes e conceitos.

TRANSCRIÇÃO DO INÍCIO DA VERSÃO RESUMIDA DA IDN

No dia 31/08/1993, concluí o trabalho em duas versões: uma mais completa, que denominei de original, e que está no Anexo A.2; e outra resumida que, após melhorias, foi terminada em 08/09/1993, que se encontra no Anexo A.3, e cujo início é transcrito a seguir:

A grande questão nacional atual é a discussão de alternativas para a economia brasileira, pois afinal algo precisa ser feito. Este texto é o resumo de uma proposta denominada *A Indexação Diária Negociada*, que se acredita ser:

- abrangente, na medida que comporta todas as alternativas em análise, tais como dolarização, congelamento, prefixação, “Conselho da Moeda”, âncoras cambial e monetária, entre outras que vêm tendo destaque na imprensa; e,
- engenhosa, criativa e fácil de ser implantada já (pois não contém qualquer condicionamento econômico, dependendo apenas de uma decisão política), e representa um estilo brasileiro para enfrentar a crise nacional, visto que usa a própria indexação para acabar com a indexação e a inflação inercial.

CAPÍTULO 5

A divulgação
de *A Indexação*
Diária Negociada

No dia 03/09/1993, uma sexta-feira, entreguei cópia original, datada de de 31/08/1993, do trabalho *A Indexação Diária Negociada* (IDN), para o sr. Edmar Bacha, assessor do Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso no seu escritório no Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro. Ao conversar com a secretária dele para combinar a entrega, eu disse brincando: “Fala com ele para não fazer nenhum plano de estabilização sem antes conhecer a proposta que estou lhe enviando”.

Nesse mesmo dia 03/09/1993, entreguei cópias da IDN para Aspásia Camargo, presidente do IPEA e para o economista Fernando de Holanda Barbosa, da FGV/RJ, após a palestra sobre Conjuntura Econômica que deram no BNDES.

Ressalto que, em junho de 1995, o Corecon/RJ promoveu reunião para comemorar o primeiro ano do Plano Real. Entre os integrantes da mesa, estava o economista Fernando de Holanda Barbosa. Na hora que eu cheguei, e procurava um lugar nas primeiras fileiras, o sr. Fernando me viu e fez uso do microfone para me apontar como o autor da proposta do indexador que depois vira moeda adotada pelo Plano Real. Aproveitei a oportunidade desse livro para lhe agradecer, sr. Fernando de Holanda Barbosa.

Nesse mesmo dia 03/09/1993, também entreguei, a seu pedido, cópia da IDN para o jornalista Conrado Pereira, da Tribuna da Imprensa, que iria me causar uma grande surpresa, contada a seguir.

PRIMEIRA NOTÍCIA NA IMPRENSA SOBRE O INDEXADOR CAMBIAL

Em 08/09/1993, sai a primeira notícia na imprensa sobre a IDN e sobre a utilização de indexador cambial que depois se transformaria na nova moeda forte nacional. Intitulada “Técnico sugere o cruzeiro cambial”, a matéria era assinada pelo saudoso jornalista Conrado Pereira e está mostrada a seguir. No primeiro parágrafo, ele diz que eu tinha enviado tal proposta para o Edmar Bacha, assessor de FHC. Entusiasmado, concluí a versão resumida de *A Indexação Diária Negociada*, que está no ANEXO A.3.

Essa foi a primeira notícia a ser publicada na imprensa brasileira sobre uma proposta que inexistia no meio acadêmico, a de se utilizar um indexador diário para debelar a inflação inercial no nosso país.

Edição de 08/09/1993 do jornal Tribuna da Imprensa / RJ

Técnico sugere cruzeiro cambial

Conrado Pereira

Técnico há 18 anos e lotado na área financeira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Cláudio Braga de Abreu e Silva acaba de entregar ao Assessor Especial do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, professor Edmar Bacha, um projeto em que sugere a criação do cruzeiro cambial (CrCS) como indexador diário negociado.

A nova “moeda” teria o valor diário calculado pela média ponderada de uma cesta de moedas estrangeiras, reservas cambiais, comércio exterior e serviços. Este indexador seria o substituto do distorcido sistema de indexação diferenciada, fruto das inflações inercial (indexação da economia), de expectativa ou empresarial (juros altos e preços abusivos) e a governamental (emissão de moeda e dívida interna).

Cláudio Braga é diretor financeiro da Associação dos Funcio-

nários do BNDESPar. Ele garante que a soma das inflações empresarial, feita pela margem excessiva do ganho dos agentes econômicos e governamental, gerada pelo desequilíbrio fiscal-monetário e pelos gastos públicos, é a inflação real de cada mês, acima da inflação inercial. Para o técnico sua proposta contempla alternativas como dolarização, congelamento, pré-fixação, “Conselho da Moeda”, âncoras cambial e monetária.

A implantação da indexação negociada, segundo Cláudio Braga, far-se-ia em três etapas: preparatória, para vencer os efeitos sociais e econômicos da inflação inercial e da indexação diferenciada (permitir a indexação diária de contratos de preços, salários, juros e câmbio); estabilização, com redução ou eliminação da inflação inercial, com fixação temporária de câmbio; e consolidação, quando se eliminaria, em definitivo, a indexação, através de sua proibição.

No dia 08/09/1993, o sr. Edmar Bacha escreveu carta me agradecendo o envio da IDN feito no dia 03/09/1993, mas não a colocou no correio. Observa-se que a carta de agradecimento foi redigida no mesmo dia em que foi publicada a notícia “Técnico sugere cruzeiro cambial” na Tribuna da Imprensa, a qual, logo no seu início, informa que o trabalho havia sido entregue ao sr. Edmar Bacha, assessor do ministro da Fazenda FHC. É possível que possa haver correlação entre os fatos, mas não dá para saber. Contudo, a postagem da carta só foi feita no correio no dia 22/09/1993, um dia depois do envio de carta de agradecimento do presidente do PSDB, Tasso Jereissati, informando que minha proposta estava sendo analisada pelo partido, conforme será novamente comentado mais adiante, no Capítulo 7.

DIVULGAÇÃO PARA EQUIPE ECONÔMICA E POLÍTICOS DO PSDB

Com a notícia sobre a IDN na Tribuna da Imprensa, fiquei animado e confiante que a minha proposta poderia realmente ser aproveitada pelo Governo. Assim dei início a uma ampla divulgação da IDN. Com apoio da AFBNDESPAR, enviei a IDN para cerca de 200 entidades e pessoas importantes.

Por terem relação com fatos que serão narrados a seguir, enumero os nomes de integrantes da equipe econômica de FHC e de políticos do PSDB:

08/09/1993: ministro FHC, economistas André Lara Resende, Pêrsio Arida e Winston Fritsch

09/09/1993: presidente Itamar Franco, senador Mario Covas e deputado José Serra.

10/09/1993: Pedro Malan

13/09/1993: governador do Ceará, Ciro Gomes e presidente do PSDB, Tasso Jereissati.

Meados de 09/1993: reunião da cúpula do PSDB com a equipe econômica

No livro “A História Real”, de Gilberto Dimenstein e Josias de Souza (Editora Ática, outubro/1994), é narrada uma reunião que teria ocorrido em meados de setembro de 1993, na casa de Fernando Henrique em Brasília, entre os membros da equipe econômica e a cúpula do PSDB, na qual teria sido apresentada aos políticos a ideia geral do plano de estabilização em estudo, bem semelhante ao que foi proposto em *A Indexação Diária Negociada*.

Segundo o livro “A História Real”, Edmar Bacha, auxiliado por Gustavo Franco (outro da equipe econômica), teria feito um trabalho, cujo texto original, concluído em 31 de agosto, foi chamado de Bacha 1. Ele continha apenas duas fases do plano. No chamado Bacha 2, concluído em 21/09/1993, já aparece um indexador, criado em janeiro de 1994, e que viraria moeda apenas em 1995. Vale ressaltar que praticamente todos os presentes tinham recebido o meu trabalho da IDN.

É curioso o fato de que Edmar Bacha teria concluído seu Bacha 1 na mesma data de *A Indexação Diária Negociada*, sendo ele o primeiro da equipe econômica a recebê-lo. Isso pode ser visto nos trechos do livro da página 117.

Ressalte-se que já havia sido enviado o trabalho *A Indexação Diária Negociada* para todos os presentes citados na reunião, exceto Clovis Carvalho.

118 ♦ A HISTÓRIA REAL

Representavam o PSDB, além do anfitrião, Tasso Jereissati, Ciro Gomes, Mário Covas e José Serra. Misturaram-se aos técnicos, espalhados pelos sofás e cadeiras da sala do apartamento do ministro. O time já estava reforçado por Pêrsio Arida, André Lara Resende e Pedro Malan. Lá estavam também Edmar Bacha, Clóvis Carvalho e Winston Fritsh.

A HISTÓRIA REAL pag.117

Peça decisiva na definição do cacife que seu partido teria no jogo eleitoral, Fernando Henrique decidiu, em meados de setembro, chamar o alto comando do PSDB para uma conversa franca. Exibiria às estrelas de seu partido o arsenal de que dispunha para controlar a inflação.

Marcou-se a conversa para o apartamento funcional do ministro (...)

Dias antes, o programa rascunhado por Bacha fora ampliado. Os garranchos que havia depositado no papelzinho azul de sua agenda transformaram-se num encorpado documento, redigido com o auxílio de Gustavo Franco.

O texto original, concluído em 31 de agosto, foi chamado de Bacha 1. A inclusão de um algarismo no nome prenunciava que aquele documento seria complementado por um outro. O Bacha 1 continha apenas duas fases do plano.

Na primeira fase, o governo tentaria aprovar no Congresso, antes do final da revisão constitucional, um ambicioso pacote de emendas. Mais do que uma reforma fiscal, buscava-se a redefinição do papel do Estado. Na segunda fase, prevista para janeiro de 1994, seria posto em circulação um novo indexador.

O Bacha 2 ficou pronto em 21 de setembro. As cópias foram nomeadas como Unic 2 e Real 2. O texto incluía as duas fases anteriores — reforma constitucional e novo indexador — e previa uma terceira etapa: a substituição do indexador por uma nova moeda, que substituiria o desvalorizado cruzeiro real. Previa-se, no documento, que a implementação da última fase ocorreria apenas em 1995.

21/09/1993 – Carta de agradecimento de Tasso Jereissati, presidente do PSDB, pelo envio da IDN

O sr. Tasso Jereissati, para quem o trabalho *A Indexação Diária Negociada* foi enviado na condição de presidente do PSDB, enviou uma carta a mim, acusando seu recebimento, informando que “a proposta estava sendo devidamente analisada”, o que leva a supor que ela teria sido discutida naquela reunião. Outra coincidência é o fato de 21/09/1993 ser a mesma data de término do chamado Bacha 2.

TASSO R. JEREISSATI

Fortaleza, 21 de setembro de 1993

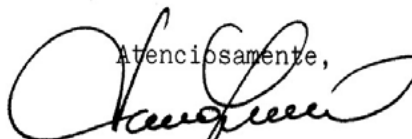
Ilmo. Sr.
Claudio Braga de Abreu e Silva
AFBNDESPAR
Av. Chile, 1000 - S/L - Mezanino
20139-900 - Rio de Janeiro - RJ

Prezado Sr. Claudio,

Acuso recebimento da sua proposta para a economia brasileira - "Indexação Diária Negociada".

Agradecendo a sua colaboração, informo-lhe que a proposta está sendo devidamente analisada.

Atenciosamente,

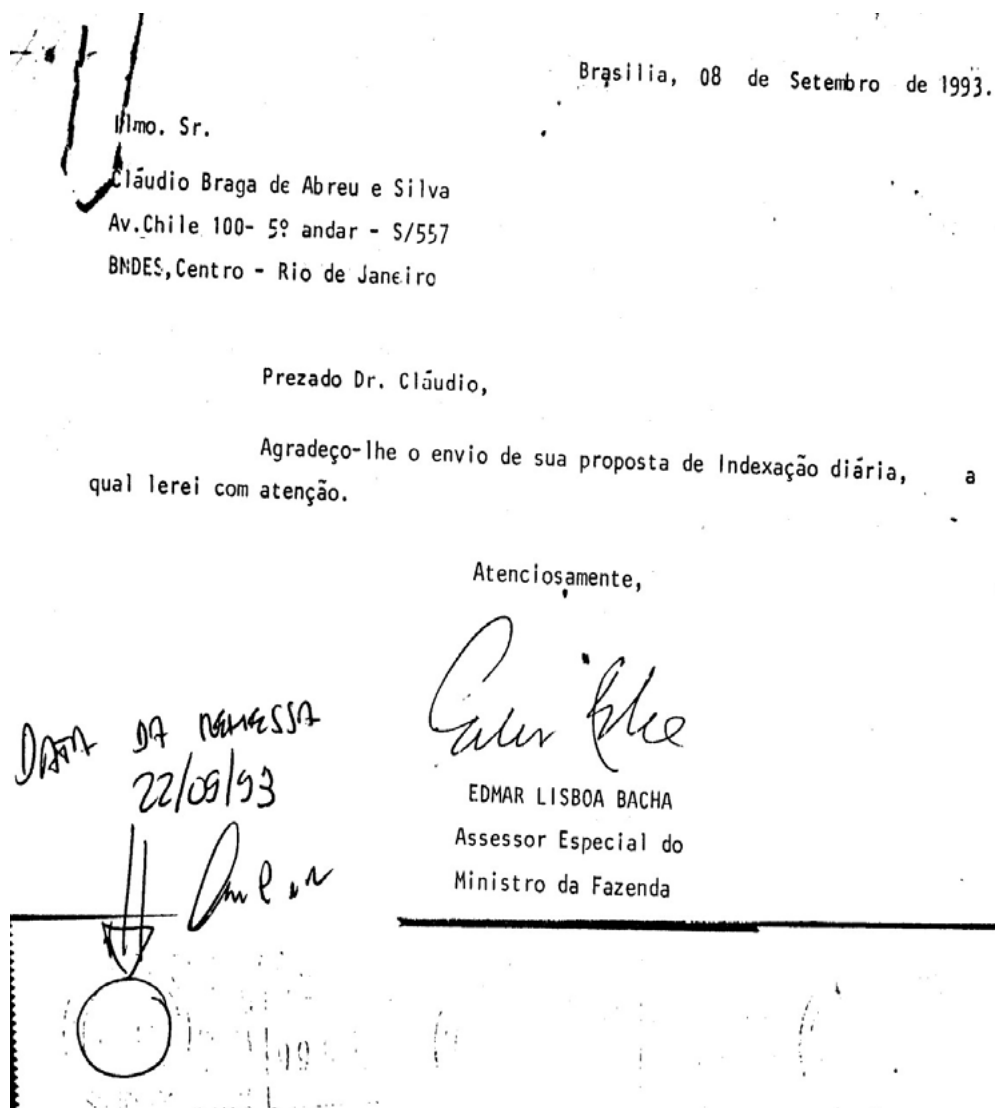


Tasso Jereissati

22/09/1993 – Edmar Bacha posta sua carta de agradecimento pelo envio da IDN

Somente no dia 22/09/1993, um dia depois, a carta de Edmar Bacha me agradecendo o envio da IDN foi postada, ou seja, após a conclusão do chamado Bacha 2, que foi discutido na reunião da equipe econômica com a cúpula do PSDB.

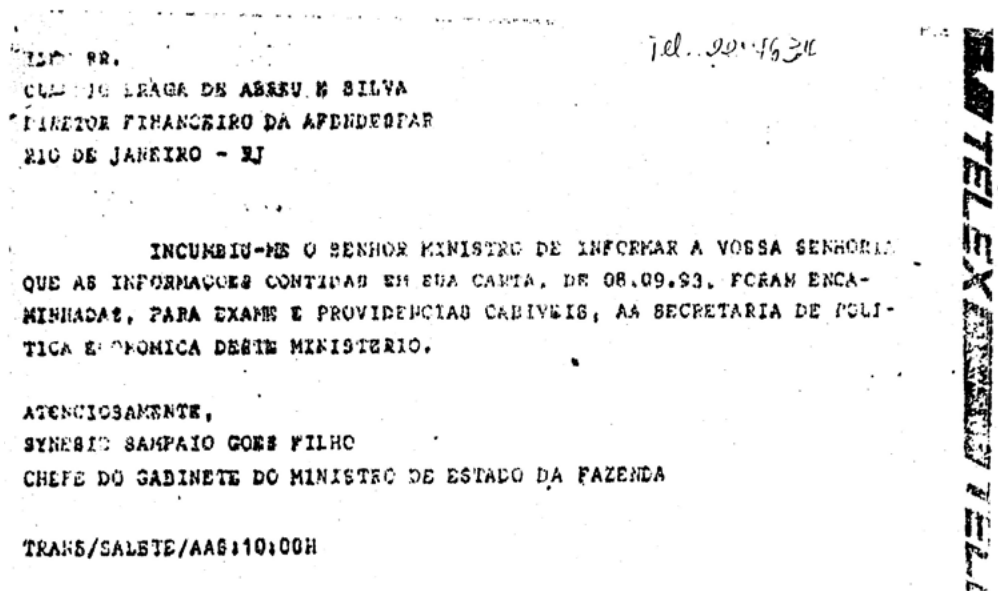
Recorde-se que tal carta cartão foi escrita em 08/09/1993, que foi o dia da publicação na Tribuna da Imprensa da notícia “Técnico sugere o cruzeiro cambial”, mas não foi postada no correio.



29/09/93: recebi telegrama de agradecimento a pedido de FHC

Recebi telegrama por ordem do ministro da Fazenda FHC, informando que o trabalho foi encaminhado, para exame e providências cabíveis, à Secretaria de Política Econômica daquele ministério, com o seguinte texto:

INCUMBIU-ME O SENHOR MINISTRO DE INFORMAR A VOSSA SENHORIA QUE AS INFORMAÇÕES CONTIDAS EM SUA CARTA DE 08/09/93 FORAM ENCAMINHADAS, PARA EXAME E PROVIDÊNCIAS CABIVEIS, A SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA DESTE MINISTÉRIO.



30/09/93: carta de agradecimento chefe de Gabinete da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda

Recebi nova carta, dessa vez do sr. Lísicio F. B. Camargo, Chefe de Gabinete da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, por determinação do seu titular, sr. Winston Fritsch, a qual considero ser da maior importância para comprovação de que a ideia do indexador diário do Plano Real foi baseada no meu trabalho, cuja mensagem é a seguinte:

Prezado Senhor:

Por solicitação do Secretário de Política Econômica, WISTON FRITSCH, acusamos o recebimento de correspondência de V.Sa. apresentando considerações para solucionar a atual crise econômico-financeira que o país atravessa.

Informo que a sugestão está sendo analisada e aproveito a oportunidade para agradecer a sua preocupação com os problemas do país, requerendo nesse momento a participação de todos os brasileiros com ideias novas e criativas.”

Note que ele informa que minha “sugestão está sendo analisada” e faz menção às “ideias novas e criativas”, o que indica que os membros da equipe ainda não tinham tido a ideia do indexador indexado ao câmbio que depois vira a moeda forte.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Política Econômica

Ofício nº 1651/SPE/MF

Brasília, 30-09-93

Ref.: Carta s/nº, de 08/09/93.

Prezado Senhor:

Por solicitação do Secretário de Política Econômica WINSTON FRITSCH, acusamos recebimento da correspondência de V.Sa. apresentando considerações para solucionar a atual crise econômico-financeira que o país atravessa.

Informo que a sugestão está sendo analisada e aproveito a oportunidade para agradecer a sua preocupação com os problemas do país, requerendo nesse momento, a participação de todos os brasileiros com idéias novas e criativas.

Atenciosamente,


LÍSCIO F. B. CAMARGO
Chefe de Gabinete

A Sua Senhoria o Senhor
CLAUDIO BRAGA DE ABPEU E SILVA
Av. Chile, 100 - 5º andar - sala: 557
Centro - Plo de Janeiro-PJ

CARTA DE 09/09/1993 PARA O PRESIDENTE DA REPÚBLICA ITAMAR FRANCO

A seguir, transcreve-se na íntegra a Carta de 09/09/1993 enviada ao presidente Itamar Franco:

Rio de Janeiro, 09/09/1993.

Ao Presidente Itamar Franco
Palácio do Planalto Brasília/DF

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Estou encaminhando, em anexo, um resumo da minha proposta para a economia brasileira, denominada *A Indexação Diária Negociada*. O texto principal tem apenas quatro páginas, sendo, portanto, de rápida leitura, e capaz de possibilitar uma visão global do que é esta proposta.

Acredito que a Indexação Diária Negociada possa vir a ser a alternativa mais recomendada para o equacionamento da crise brasileira, podendo se transformar no verdadeiro pacto nacional, tantas vezes tentado e nunca conseguido. E isso tudo com V. Exa. no comando.

Desta forma, gostaria que o sr. lesse, pessoalmente, esta proposta, pois ela poderá resultar na grande obra de seu governo, qual seja, eliminar definitivamente os efeitos da inflação no nosso país e, assim, possibilitar seu retorno ao crescimento, e, conseqüentemente, reduzir as injustiças sociais decorrentes da nossa crise atual.

Esta proposta é uma contribuição pessoal. Sou engenheiro civil e Mestre em Administração de empresas. Trabalho há dezoito anos no SISTEMA BNDES, estando lotado atualmente na área financeira do Banco. Sou também Diretor Financeiro da Associação dos Funcionários da BNDESPAR, de onde surgiu a ideia de elaborar este trabalho, pois participo do seu Grupo de Ações Estruturais do Programa de Combate à Fome e à Miséria, apoiado pela associação, que tem por objetivo propor um novo modelo de desenvolvimento, capaz de assegurar geração de emprego, melhoria de renda e condições mais dignas de vida para a população brasileira.

Tenho uma certeza interna que o caminho do Brasil passa por esta proposta, ou por algo perto dela, até mesmo por falta de alternativas. E é por causa disto que me senti obrigado a encaminhar esta proposta para o sr., de modo que ela possa ser submetida a sua consideração e avaliação, e, quem sabe, poder passar a contar com o seu mais importante defensor.

Acredito ainda que num país democrático seja possível um simples técnico levar suas ideias para a consideração da mais alta autoridade da República, e, mais do que isso, vê-la ser concretizada, caso represente, efetivamente, a melhor alternativa. Para implantar esta proposta somente é necessária uma decisão política. E sendo o sr. o detentor do maior poder político neste país, conto com a sua determinação neste sentido, caso venha a concordar com a minha proposição.

Estou encaminhando, também, pelo correio, uma versão mais detalhada da minha proposta, para que possa ser melhor analisada, pois nela estão suas justificativas, bem como as implicações de sua adoção.

Antecipadamente grato pela sua atenção, coloco-me à sua inteira disposição, e aguardo um retorno, se possível, qualquer que seja a sua opinião.

Apresentando os meus votos de elevada estima e consideração, subscrevo-me, Atenciosamente,

Claudio Braga de Abreu e Silva (original assinado)

Importa transcrever alguns trechos da carta para serem objeto de meus comentários:

1) *Acredito que A Indexação Diária Negociada possa vir a ser a alternativa mais recomendada para o equacionamento da crise brasileira, podendo se transformar no verdadeiro pacto nacional, tantas vezes tentado e nunca conseguido. E isso tudo com V. Exa. no comando.*

No dia 28/11/1993, a manchete no Estadão foi: “Governo pode usar a UR para tentar pacto”. Quem poderia imaginar que, após cinco planos

de estabilização mediante congelamento de preços e salários decretados por Medidas Provisórias, um novo plano de estabilização conseguiria se transformar em um novo pacto?

2) Dessa forma, gostaria que o sr. lesse, pessoalmente, essa proposta, pois ela poderá resultar na grande obra de seu governo, qual seja, eliminar definitivamente os efeitos da inflação no nosso país e, assim, possibilitar seu retorno ao crescimento, e, conseqüentemente, reduzir as injustiças sociais decorrentes da nossa crise atual.

Não resta dúvida de que o Plano Real foi a grande obra do governo do presidente Itamar Franco.

3) Tenho uma certeza interna que o caminho do Brasil passa por essa proposta, ou por algo perto dela, até mesmo por falta de alternativas. E é por causa disso que me senti obrigado a encaminhar tal proposta para o sr., de modo que ela possa ser submetida a sua consideração e avaliação, e, quem sabe, poder passar a contar com o seu mais importante defensor.

Certezas internas todos nós temos, embora não saibamos como elas acontecem. Em 28/09/1993, a Folha de S. Paulo - em primeira página - anunciou "Presidente recusou três planos para a economia" e informou que: a) o presidente Itamar não aceitou as propostas anteriormente apresentadas pela equipe econômica de prefixação de preços e de circulação de duas moedas, e de dolarização; b) que o plano aceito, o de um novo índice para a economia até a implantação da nova moeda, era tido como a última oportunidade do governo de conseguir estabilizar a economia.

Como se vê, o caminho do Brasil passou por minha proposta, até mesmo por falta de alternativas, conforme previsto na carta.

4) Acredito ainda que em um país democrático seja possível um simples técnico levar suas ideias para a consideração da mais alta autoridade da República, e, mais do que isso, vê-la ser concretizada, caso represente, efetivamente, a melhor alternativa.

Continuo achando que em um país democrático seja possível um simples técnico levar as suas ideias para a consideração da mais alta autoridade da República e, mais do que isso, vê-la concretizada, caso re-

presente, efetivamente, a melhor alternativa. Contudo, acredito que os autores dessas contribuições devam ser reconhecidos por suas autorias, até como forma de incentivar novas contribuições.

Infelizmente, este não foi o caso da minha contribuição. Sabe-se lá por quê, nunca tive meu mérito reconhecido nessa história, apesar de ter, inúmeras vezes, pedido esclarecimento aos presidentes da República Itamar Franco e seu sucessor, FHC, e seus respectivos ministros da Fazenda, sobre se meu trabalho teria contribuído ou não para formulação do Plano Real.

CARTA DE 08/09/1993 PARA O MINISTRO DA FAZENDA FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

A seguir, encontra-se na íntegra, a Carta de 08/09/1993 enviada ao ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso. As demais cartas enviadas tiveram redação semelhante a esta, sempre frisando que era uma proposta pessoal no âmbito do Grupo de Ações Estruturais do Programa de Combate à Fome e à Miséria apoiado pela AFBNDESPAR. Vale a pena destacar o trecho abaixo:

Rio de Janeiro, 08/09/1993

Ao Ilmo. sr. Fernando Henrique Cardoso ministro da Fazenda

Ministério da Fazenda Brasília/DF

Excelentíssimo Senhor,

Estou encaminhando, em anexo, um resumo da minha proposta para a economia brasileira, denominada A Indexação Diária Negociada. O texto principal tem apenas quatro páginas, sendo, portanto, de rápida leitura, e capaz de possibilitar uma visão global do que é esta proposta.

Estou encaminhando, também, uma versão mais detalhada da mesma, pelo correio, para que possa ser melhor avaliada, cujo conteúdo contém suas justificativas e implicações.

Esta proposta é uma contribuição pessoal. Sou engenheiro civil e mestre em administração de empresas. Trabalho há dezoito anos

no SISTEMA BNDES, estando lotado atualmente na área financeira do banco. Sou também Diretor Financeiro da Associação dos Funcionários da BNDESPAR, de onde surgiu a idéia de elaborar este trabalho, pois participo do seu Grupo de Ações Estruturais do Programa de Combate à Fome e à Miséria, apoiado pela associação, que tem por objetivo propor um novo modelo de desenvolvimento, capaz de assegurar geração de emprego, melhoria de renda e condições mais dignas de vida para a população brasileira.

Acredito que a *Indexação Diária Negociada* possa vir a ser a alternativa mais recomendada para o equacionamento da crise brasileira. E é por causa disto que me senti obrigado a encaminhar esta proposta para o sr., de modo que ela possa ser submetida à sua consideração e avaliação, e, quem sabe, poder passar a contar com mais um defensor.

Antecipadamente grato pela sua atenção, coloco-me à sua inteira disposição, e aguardo um retorno, se possível, qualquer que seja a sua opinião.

Atenciosamente,

Claudio Braga de Abreu e Silva (original assinado)

DIVULGAÇÃO AMPLA PARA CERCA DE 200 PESSOAS E ENTIDADES

O ANEXO B apresenta a relação das correspondências enviadas e recebidas, com suas respectivas datas de envio e de eventual agradecimento, no período de setembro a dezembro de 1993, referentes ao trabalho *A Indexação Diária Negociada: Uma proposta para a economia brasileira - Contra o veneno da cobra, só o próprio veneno da cobra*, de 31/08/1993.

Nesse período, com apoio da AFDBNDESPAR, o meu trabalho (nas suas versões original e resumida) foi encaminhado, dentro de um objetivo supraclassista e suprapartidário, para pessoas e entidades representativas da sociedade brasileira, abrangendo os poderes executivo (federal, estadual e municipal) e legislativo, políticos e partidos políticos, entidades representativas do comércio, da indústria e dos bancos, centrais sindicais e sindicatos, professores, fundações e faculdades de economia,

principais jornalistas, jornais e redes de televisão, entre outros. O objetivo foi divulgar a proposta para concretizá-la; e, como a considerava ser capaz de resultar no pacto nacional, achei que ela deveria ser encaminhada para todos os segmentos do país. A seguir, apresenta-se a relação de principais destinatários, inclusive os já citados.

Governo Federal: presidente Itamar Franco; ministro FHC; economistas da equipe econômica Edmar Bacha, Pedro Malan, André Lara Resende, Pérsio Arida e Winston Fritsch; dr. Osiris Lopes Filho; dr. Raul Jungmann; ministros do Trabalho e da Indústria e do Comércio;

Governadores dos estados de SP, RJ, MG, ES, RS, CE, BA e DF;

Prefeitos de São Paulo, Rio de Janeiro (dra. Maria Silvia Bastos), Vitória;

Senado Federal: presidente Humberto Lucena, e senadores Mario Covas, Pedro Simon, José Sarney, Eduardo Suplicy, Marco Maciel, Albano Franco e Gerson Camata;

Câmara de Deputados: presidente Inocêncio de Oliveira; deputados federais Roberto Freire, Ibsen Pinheiro, Rita Camata, Francisco Dornelles, Delfin Netto, Genebaldo Correia, Aloizio Mercadante, José Genoino, José Serra, Paulo Paim;

Partidos Políticos: presidentes do PMDB, PSDB, PT, PL, PDT, PFL e PPR;

Entidades Sindicais: CUT, Força Sindical, CGT, DIEESE, Sindicato dos Bancários RJ;

Entidades representativas das indústrias: CNI, Federações das Indústrias de 25 estados;

Entidades representativas do comércio: CNC, Federações do Comércio de SP, MG e RS;

Entidade representativa dos bancos: presidentes da FEBRABAN e da FENABAN;

Universidade: USP – Faculdade de Economia, Adm. e Contabilidade;

Economistas Renomados: Mário Henrique Simonsen, Marcílio Marques Moreira, Eduardo Marco Modiano, Claudio Contador, Rubens Penha

Cysne, José Claudio Ferreira da Silva, Fernando de Holanda Barbosa, Antônio Barros de Castro, Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa, Maílson da Nóbrega, Luís Carlos Bresser-Pereira;

Jornais: Tribuna da Imprensa: Conrado Pereira; O Globo: Sonia Resende e Cristina Alves; Jornal do Comércio: João Penido e Marcelo Sigwalt; A Gazeta (ES): Coluna Vitor Hugo; Jornal do Brasil: Cristina Calmon, Míriam Lage, Lucila Soraes Consuelo Dieguez; Gazeta Mercantil: Riomar Trindade Gilberto Pauleti; Folha de S. Paulo: Severino Albuquerque, José Roberto Campos, Sonia Mossri; O Estado de S. Paulo: Aluísio Maranhão, Sueli Caldas;

Revistas: Veja: Alessandro Porro, Arnaldo Cesar; Isto É: Carlos Marques; Exame: Ângela Coronel;

Comunicadores/televisão: Jô Soares Onze e Meia; Jornal de Amanhã: Jorge Guilherme e Paulo Branco; Jornal da Globo: Lilian Witte Fibe; Jornal da Manchete: Carlos Chagas; Jornal da Bandeirantes: Marília Gabriela;

Jornalistas/Colunistas: Luiz Nascif (Dinheiro Vivo); Marcio Moreira Alves; Joemir Beting;

Pessoa especial: Herbert de Souza (o Betinho), cidadão contra inflação.

15/09/1993: CONVERSA AO TELEFONE COM PÉRSIO ARIDA

Dois dias após a sua posse na presidência do BNDES, o sr. Pérsio Arida, para quem tinha enviado o meu trabalho na semana anterior (no dia 08/09/1993) me pediu para que eu lhe telefonasse, o que fiz. A seguir, reproduzo, aproximadamente, o que ele me disse no nosso breve telefonema:

Claudio, gostaria muito de agradecer-lhe o envio do seu trabalho, que já li e vou ler de novo com maior atenção. Contudo, quero que você saiba que, por questões óbvias, não poderei tecer qualquer consideração sobre ele. Espero que me entenda e que saiba que se você o tivesse enviado há quinze dias atrás, quando ainda não fazia parte do governo, nós estaríamos discutindo-o agora, nesse momento.

Ao final, agradei a sua atenção. Infelizmente, nunca mais tive a oportunidade de voltar a falar com o sr. Pécio Arida sobre o meu trabalho. No dia 20/12/1994, tinha agendada uma audiéncia com ele, pedida através da sua chefe de Gabinete no BNDES, mas não pude comparecer por estar viajando no exterior.

Em junho de 2017, há uns 7 anos, minhas filhas Fernanda e Bianca foram a São Paulo, a meu pedido, conversar com ele, que as recebeu educadamente. Contudo, para minha surpresa, ele disse três coisas que me chocaram: primeiro, que não se lembrava de mim nem do nosso telefonema; segundo, que não se lembrava do meu trabalho; terceiro, que o Plano Real havia sido feito com base no Plano Larida, aquele bimonetário, que tinha duas moedas (e que nunca foi implantado por ser inviável), e não uma moeda e um indexador, tal como foi feito no Plano Real.

CAPÍTULO 6

**Cartas
agradecendo o
recebimento
da IDN**

Aqui listamos a relação de autoridades e instituições que confirmaram o recebimento do trabalho *A Indexação Diária Negociada*. No ANEXO C apresentamos cópias das 35 cartas.

Presidência da República – a pedido do presidente Itamar Franco;

Presidência da República – o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso;

Assessor especial do Ministro da Fazenda – Edmar Bacha;

Ministério da Fazenda – Synésio Sampaio Goes Filho, a pedido do ministro Fernando Henrique Cardoso;

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
Telefonema do Presidente Pérsio Arida;

Secretaria de Política Econômica – Lísio F. B. Camargo, a pedido do Secretário Winston Fritsch;

Presidente do Senado – senador Humberto Lucena;

Senador José Sarney – PFL-AP;

Senador Eduardo Suplicy – PT-SP;

Presidente da Câmara dos Deputados – Inocêncio Oliveira;

Deputado federal Delfim Netto;

Deputado federal José Genoíno – PT-SP;

Deputado federal Francisco Dornelles – presidente do PPR;

Senador Tasso Jereissati – presidente do PSDB;

Deputado Federal Luiz Henrique – presidente do PMDB;

Deputado Federal Roberto Freire – presidente do PPS;

Prefeitura do Município de São Paulo – Olga M. C. Nicastro secretária particular do prefeito Paulo Salim Maluf – presidente do PDS;

Governo do Estado da Bahia – Kleber Pacheco, secretário particular do governador Antônio Carlos Magalhães, liderança do PFL;

Governo do Estado do Espírito Santo – Xerxes Gusmão Neto, a pedido do governador Albuíno Cunha de Azeredo;

Presidente da Força Sindical – Luiz Antônio de Medeiros;

Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEPB) – presidente em exercício, Francisco de Assis Benevides Gadelha;

Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) – chefe de gabinete da presidência, Fausto Silva;

Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) – superintendente Geral Antônio de Pádua Franco Ramos;

Confederação Nacional do Comércio (CNC) – presidente Antônio de Oliveira Santos;

Federação Brasileira das Associações de Bancos (FEBRABAN) – presidente Alcides Lopes Tápias;

USP – Departamento de economia – professores dr. Luiz Augusto de Queiroz Ablas e dr. Joaquim Elói Cirne de Toledo;

Fundação Getúlio Vargas FGV/RJ – Prof. Rubens Penha Cysne.

CAPÍTULO 7

**Notícias
publicadas na
imprensa brasileira**

Com relação às notícias publicadas na imprensa consultadas, que indicam intenções da equipe econômica de FHC relacionadas à formulação do Plano Real, podemos considerar cinco períodos com relação à intenção de utilizar a proposta de criação de indexador cambial para ser aplicado em toda a economia e depois se transformar na nova moeda forte nacional:

- a) De 01/08 a 07/09/1993: Nenhuma notícia sobre o indexador diário cambial;
- b) De 08/09 a 24/09/1993: Muitas notícias sobre plano com um indexador cambial;
- c) De 25/09 a 21/10/1993: Veto do FMI e notícias sobre indexador préfixado;
- d) De 22/11 a 08/12/1993: Praticamente todas propostas da IDN são anunciadas;
- e) Notícias publicadas sobre criação do FSE, URV e REAL.

A) DE 01/08 A 07/09/1993

Nesse período, não existe qualquer notícia indicando que a equipe econômica estava pensando em se utilizar do indexador que depois virasse moeda, tal como propus no IDN. FHC e Bacha falaram em desindexação em 1994 após aprovação de equilíbrio fiscal; Lara Resende defendia Conselho da Moeda que havia proposto em 1992.

Segundo a imprensa, desde agosto de 1993 as primeiras alternativas de plano de estabilização que teriam sido analisadas pela equipe econômica foram o denominado “currency board”, ou “Conselho da Moeda”, de autoria do sr. André Lara Resende, e a dolarização à moda argentina, com base no denominado Plano Cavallo.

Fernando Henrique Cardoso e seu assessor, Edmar Bacha, chegaram a anunciar uma desindexação da economia no ano seguinte, 1994, após resolvida a questão fiscal. Mas não disseram como isso seria feito.

B) DE 08/09 A 24/09/1993

No dia 08/09/1993, a Tribuna da Imprensa publicou a notícia de Conrado Pereira “Técnico sugere o cruzeiro cambial”, informando que minha proposta havia sido encaminhada ao assessor do ministro da Fazenda Edmar Bacha; a partir de 10/09/1993 até 24/09/1993, diversas notícias nos jornais e relatadas em livro, indicavam que a equipe econômica estava considerando o uso do indexador cambial seguido da sua transformação em moeda; em 24/09/1993, foi levado para o FMI o chamado “esqueleto da desindexação”; vale dizer que a minha proposta também terminava com proibição de toda e qualquer indexação na economia.

08/09/1993: Tribuna de Imprensa “Técnico sugere o cruzeiro cambial” (vide Capítulo 6)

10/09/1993: O Estado de S. Paulo “Políticos querem apressar o choque”

No dia 10/09/1993, saiu uma notícia no jornal Estado de São Paulo, de título “Políticos querem apressar o choque”, na qual pela primeira vez se informou que a equipe econômica havia começado a examinar a ideia de um indexador básico para a economia. Segue-se o último trecho da notícia:

Recentemente, os técnicos começaram a examinar a possibilidade do estabelecimento de um novo índice capaz de refletir com mais fidelidade que os que estão em vigor o aumento médio dos preços. Feito isso, ele passaria a ser adotado como o indexador básico da economia para ser congelado no momento do choque.

13/09/1993: Posse de Pêrsio Arida na presidência do BNDES

15/09/1993: fui entrevistado pela jornalista Cristina Alves, de O Globo, na AFBNDESPAR

Segundo ela, a matéria foi feita e seria publicada no dia 19/09/1993, mas isso não aconteceu. Nesse mesmo dia 19/09/1993, um domingo, a Folha de S. Paulo publicou essa notícia que cita a intenção de criar um indexador na economia lastreado no dólar inclusive para ser usado no mercado financeiro, tal como proposto na IDN. Essa notícia comprova o interesse de que esse assunto despertava nos leitores, e dificulta o entendimento do porquê da não publicação da entrevista pelo concorrente O Globo.

19/09/1993: Folha de S. Paulo – “Equipe pode antecipar medidas no câmbio e na política monetária”

Folha de S. Paulo - 19/09/1993

COMBATE A INFLAÇÃO

Equipe pode antecipar medidas no câmbio e na política monetária

**IVANIR JOSÉ BORTOT
SÔNIA MOSSRI**
Da Sucursal de Brasília

Parte da equipe do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, já trabalha com a hipótese de antecipar a segunda fase de sua estratégia de combate à inflação. A evolução foi provocada por dois fatores: a aceleração da inflação e a perspectiva de dificuldades para a aprovação do ajuste fiscal no Congresso.

Antes, o governo condicionava o tratamento de choque contra a inflação, chamado de "paulada" por Fernando Henrique, ao fechamento de um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional e à aprovação da reforma fiscal.

A parte ortodoxa da estratégia da Fazenda inclui estudos que prevêem a aplicação de uma política monetária restritiva (programação rígida da quantidade de papel moeda em circulação) e a liberação do câmbio. O primeiro passo desse processo seria a unificação da taxa de câmbio.

Na prática, a Fazenda já está implementando um conjunto de medidas preparatórias para a uni-

ficação cambial e o enxugamento da moeda em circulação. A separação das contas do Tesouro e do Banco Central, por exemplo, vai resultar na redução de US\$ 52 bilhões em títulos da dívida mobiliária federal da carteira do BC.

A liberação do mercado de câmbio evitaria que o BC tivesse que comprar dólares, tendo que emitir títulos públicos para diminuir a quantidade de cruzeiros em circulação na economia. A separação de contas e a liberação permitiriam ao BC fazer política monetária.

Uma das idéias da Fazenda é fixar uma programação monetária mensal. O Banco Central avisaria com antecedência a quantidade de moeda que emitiria ao longo do mês. O crescimento mensal desse volume seria inferior à variação da inflação no período. Poderia ocorrer uma elevação temporária das taxas de juros, acarretando em tese uma redução dos preços na economia porque o custo de manter estoques seria elevado.

A política monetária apertada contribuiria ainda para induzir variações no câmbio. A idéia da equipe econômica é colocar as tarifas públicas alinhadas à taxa de

câmbio, na expectativa de que c agentes econômicos sigam exemplo do governo.

A unificação do câmbio também sinaliza a intenção de criar um indexador na economia lastreado no dólar. Na última semana, durante reunião de presidentes dos principais bancos do país com o ministro da Fazenda, foi discutida a multiplicidade de indexadores do mercado financeiro e a sua eventual substituição por um único índice com base no câmbio.

A assessoria de Fernando Henrique aposta no esforço feito até agora para equilibrar as contas públicas como suficiente para fechar um acordo com o FMI restrito ao governo Itamar.

Veja na contra-capa deste caderno.



**Uma promoção exclusiva
Pão de Açúcar
aos leitores da Folha.**

Pão de Açúcar

Mais Qualidade Partindo de 1902.

Foi informado que a unificação do câmbio também sinalizava a intenção de criar um indexador na economia lastreado no dólar e que havia ocorrido uma reunião da equipe econômica com os presidentes dos principais bancos do país, momento em que se discutiu a multiplicidade de indexadores no mercado financeiro, bem como a substituição dos mesmos por um único índice baseado no câmbio, tal como proposto no meu trabalho IDN.

22/09/1993: Folha de S. Paulo – “Equipe econômica pode indexar preços ao câmbio já em outubro”

brasil

Quarta-Feira, 22 de setembro de 1993 1-5

MUDANÇAS NA ECONOMIA

Equipe pode indexar preços ao câmbio já em outubro

Medidas de combate à inflação viriam durante revisão constitucional

Reservas têm nível recorde

Da Sucursal de Brasília

As reservas internacionais do país registraram total recorde de US\$ 25,9 bilhões em julho no conceito de liquidez internacional (disponibilidade total, ainda que não imediata). Os dados foram divulgados ontem pelo Banco Central. Pelo conceito de caixa (ou disponibilidade imediata), as reservas somaram US\$ 19,6 bilhões.

Em julho, o ingresso de dólares, superior a US\$ 1,9 bilhão, resultou principalmente do desempenho comercial —exportações menos importações. Os dados do BC apontam novo crescimento em agosto, de US\$ 2 bilhões, o resultado mais expressivo deste ano.

SÔNIA MOSSRI
LILIANA LAVORATTI
Da Sucursal de Brasília

O governo deverá adotar um indexador com base no câmbio e elevar as taxas de juros praticadas pelo Banco Central para tentar controlar a inflação. O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, foi obrigado a antecipar as medidas. Os juros começaram a ser puxados para cima nesta semana. O indexador cambial deve ser implementado já em outubro.

Segundo a Folha apurou, os principais assessores do ministro estão na fase final da elaboração do plano FHC. A criação de um indexador com base no câmbio é considerado o mecanismo ideal para trazer todos os preços da economia para um único patamar, preparando uma futura desindexação em 94. O aumento dos juros visa evitar a formação de estoques especulativos e fuga para ativos, como dólar.

Na prática, a antecipação dessas

medidas, sem esperar a realização de um ajuste fiscal, marca a vitória do negociador da dívida externa brasileira, André Lara Resende, e do presidente do BNDES, Pêrsio Arida.

Ao contrário do secretário de Política Econômica, Winston Fritsch, e do assessor especial, Edmar Bacha, Arida e Lara Resende consideram que o ajuste fiscal não é necessariamente a etapa anterior ao início do plano de estabilização. A estratégia de FHC é adotar medidas de combate à inflação já durante a revisão constitucional. Com isso, o governo espera sensibilizar o Congresso, especialmente o PMDB e o PFL, para a necessidade de aprovação de um ajuste fiscal antes do final do ano.

Nos últimos dias, a equipe de Fernando Henrique reuniu-se com os principais assessores do presidente Itamar Franco, como o ministro-chefe da Casa Civil, Henrique Hargreaves, e ministro-chefe da Secretaria-Geral, Mauro Durante. De olho na campanha elei-

toral de 94 e na perspectiva de atrair o PMDB para o governo, o grupo palaciano aprovou a proposta de Arida e Lara Resende.

Em função da criação de um indexador com base no dólar, as tarifas públicas também seguiriam esse índice. Na última segunda-feira, Fritsch, Bacha, Arida e o diretor da área externa do BC, Gustavo Franco, discutiram no Rio as medidas do plano FHC. A equipe prefere não classificá-las de plano e afirma que serão implementadas gradualmente.

LAGOS ANDINOS
COM GUIA ACOMPANHANTE
Saídas semanais

Foi publicada na Folha de S. Paulo a matéria “Equipe econômica pode indexar preços ao câmbio já em outubro”, informando que o indexador cambial prepararia uma futura desindexação da economia em 1994 e que alguns da equipe defendiam a sua adoção antes do ajuste fiscal (tal como na IDN), da mesma forma que outros defendiam que o ajuste fiscal deveria preceder a introdução do indexador.

O importante dessa notícia é que a equipe econômica estava analisando medidas que coincidiam com as propostas no meu trabalho IDN que foi para eles encaminhado.

Vale dizer que a IDN propôs a desindexação da economia na Fase de Consolidação, quando o indexador deixaria de existir se transformando na nova moeda forte nacional e sendo proibida toda e qualquer indexação na economia.

23/09/1993: Folha de S. Paulo - “Banqueiros aprovam fixação de índice único baseado no câmbio”

A equipe econômica viajou para Washington para a reunião do FMI e BIRD, e sai a notícia na Folha de S. Paulo de nome “Banqueiros aprovam fixação de índice único baseado no câmbio.”

24/09/1993 – Folha de S. Paulo “Governo leva esboço do plano ao Fundo”

8 Sexta-Feira, 24 de setembro de 1993

brasil

FOLHA DE S. PAULO

MUDANÇAS NA ECONOMIA

Governo leva esboço do plano ao Fundo

Equipe vai para a reunião anual do FMI levando ‘um esqueleto de um plano de desindexação’

Da Sucursal de Brasília.

Apesar de embarcar para os Estados Unidos, amanhã à noite, o secretário de Política Econômica, Winston Fritsch, disse que levava na bagagem o “esqueleto de um plano de desindexação da economia” para o FMI (Fundo Monetário Internacional). A desindexação deverá ser feita com instrumentos heterodoxos, normalmente rejeitados pelo Fundo.

Dias atrás, Winston Fritsch informou à Folha que o FMI já teria concordado com a ideia de que a inflação no Brasil não poderia ser eliminada apenas com medidas ortodoxas — como o ajuste das contas públicas. O Fundo teria entendido que a inflação brasileira tem um forte componente inercial que só desaparecerá com uma medida de choque. A desindexação seria um processo complementar para evitar que a inflação volte a subir.

Fritsch levava ainda ao FMI um conjunto de medidas duras para equilibrar as contas públicas e uma promessa de zerar o déficit operacional (receitas menos despesas, inclusive juros) a partir de 1994. A suspensão da maior parte dos incentivos fiscais será apre-

sentada como uma alternativa para aumentar receitas da União. Os incentivos fiscais estimados para 1994 equivalem a 1,35% do PIB (Produto Interno Bruto), cerca de US\$ 6,452 bilhões.

O programa de privatização será apresentado como uma alternativa para equilibrar as contas. O relatório a ser entregue ao Fundo contém a intenção de aprofundar o programa, com a venda de grandes empresas como a Vale do Rio Doce e a BR Distribuidora.

O governo brasileiro vai apresentar um aumento de receitas por meio de uma reforma tributária e do combate à sonegação. As alternativas são de que Estados e municípios vão conseguir em 94 um superávit primário de 0,75% do PIB, duas vezes superior ao registrado neste ano.

Fritsch levará ao FMI todas as medidas que o Executivo pretende apresentar na revisão constitucional. Entre elas, o fechamento de ministérios — como o do Bem-Estar Social e Desenvolvimento Regional —, o fim da estabilidade para os servidores públicos e adoção de um sistema de cobrança para as pessoas de renda elevada nas universidades públicas.

(IB e SA)



Pedro Malan, do BC, da equipe que vai à reunião do Fundo

Pais quer fechar acordo em 94

Da Sucursal de Brasília

O governo espera fechar em janeiro ou início de fevereiro o acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional). “Até lá, esperamos ter a nossa margem de incerteza reduzida”, disse ontem o presidente do Banco Central, Pedro Malan.

O Brasil já acertou com os bancos privados um adiamento — de 30 de novembro para 28 de fevereiro — do prazo final para emissão dos títulos que vão substituir a velha dívida.

“Dependemos de curtos atres”, disse Pedro Malan, referindo-se ao Legislativo e ao Judiciário. O problema é o grau de imprevisibilidade da situação das contas públicas, questão central no acordo com o FMI. Projeções mais corretas estão dependendo, por exemplo, da revisão constitucional.

“Algo vai ter que acontecer daqui para o final do ano na área fiscal”, espera Malan. Malan disse que “não se deve esperar que o mercado seja

batido com o FMI nessa reunião anual”. Uma reunião entre o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e o diretor gerente do fundo, Michel Camdessus, está prevista para sábado à noite.

A equipe vai apresentar ao FMI vários cenários para a situação das contas públicas em 1994. Malan reconheceu que dificilmente conseguirá se evitar um déficit operacional (que contabiliza os gastos com juros). Há no déficit primário (que exclui os gastos com a dívida), “há uma possibilidade concreta de superávit.”

Conforme Malan, mais do que com os números, o FMI desta vez está especialmente preocupado em saber como o governo pretende conseguir alcançar as metas. “Não existe um caminho só”, disse. Vários serão discutidos. Ele não adiantou quais, mas voltou a afirmar que nenhum passa por congelamento de preços ou privatização de empresas. (MI)

Nesse dia, os jornais publicaram declaração de Winston Fritsch: que estava “levando o esqueleto da desindexação da economia”, antes dele embarcar para Washington para reunião com o FMI. Tais fatos mostram que a equipe econômica já preparou um esboço do plano para levá-lo para discussão com o FMI. E que tudo indica que tal plano contenha a mesmas medidas propostas por mim no meu trabalho IDN, que além do indexador cambial também a prevê a desindexação da economia quando ele virar a nova moeda forte nacional.

24/09/1993: Folha de S. Paulo - “Programa com indexação pelo câmbio tem apoio de Itamar”

Programa com indexação pelo câmbio tem o apoio de Itamar

SÔNIA MOSSRI

Da Sucursal de Brasília

O presidente Itamar Franco já aprovou o plano de estabilização do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que deverá ser adotado já em outubro. O ponto principal é a criação de um indexador cambial, que seria utilizado pelo mercado financeiro e também poderia ser usado em contratos.

A política salarial não deverá sofrer alterações mas a Fazenda deve adotar regras mais duras para o funcionalismo público, que teria seu salário reajustado de acordo com o comportamento da arrecadação. A política monetária será restritiva, com o Banco Central praticando taxas de juros mais elevadas e emitindo moeda seguindo uma programação mensal.

A unificação das cotações do câmbio será implementada como

condição para a criação de um indexador ao dólar. Ainda não existe consenso na equipe se numa segunda etapa do plano haveria duas moedas na economia.

Segundo a *Folha* apurou no Palácio do Planalto, a equipe de Fernando Henrique ainda resiste em adotar o plano em outubro por temer que isso possa reverter o aquecimento da economia. O presidente Itamar tem pressa em implementar as medidas.

Além do ministro e de Itamar, somente têm conhecimento do plano Pêrsio Arida (BNDES), o negociador da dívida externa, André Lara Resende, o secretário de Política Econômica, Winston Fritsch, o assessor Edmar Bacha, o diretor da área externa do BC, Gustavo Franco, o secretário adjunto, Gesner Oliveira, e o presidente do BC, Pedro Malan.

Notícia publicada na Folha de S. Paulo informa que o presidente Itamar Franco aprovou o plano de estabilização de FHC, que deverá ser adotado em outubro. E que o ponto principal é a criação de um indexador cambial que seria utilizado pelo mercado financeiro e, também, poderia ser usado em contratos.

A matéria informa que: “Além do ministro e de Itamar, somente têm conhecimento do plano Pécia Arida (BNDES), o negociador da dívida externa, André Lara Resende, o secretário de Política Econômica Winston Fritsch, o assessor Edmar Bacha, o diretor da área externa do BC, Gustavo Franco, o secretário adjunto, Gesner Oliveira e o presidente do BC, Predo Malan”.

Vale dizer que os srs. Gustavo Franco e Gesner Oliveira foram os únicos para quem eu não enviei o meu trabalho.

C) DE 25/09 A 19/11/1993

Nesse período, devido à não aprovação do ‘esqueleto da desindexação’ pelo FMI, sob alegação de que a ideia do indexador cambial que viraria moeda nunca tinha sido feita no mundo, e que o melhor seria adotar um indexador com pré-fixação e austero regime fiscal, tal como no México. A equipe econômica deixou de considerar a adoção do indexador cambial, até que por volta de 19/11/1993 Itamar vetou a prefixação da caderneta de poupança, o que fez a equipe econômica voltar a considerar a criação do indexador cambial sem prefixação.

26/09/1993: Folha de S. Paulo

“Desindexação: Fazenda ainda estuda duas opções” com subtítulo “Equipe ainda não sabe se promove a prefixação mensal ou se faz congelamento temporário”

Segundo informações publicadas na imprensa posteriormente, o FMI teria vetado a adoção do inovador indexador cambial, e teria preferido a alternativa da prefixação de preços e salários associada a um ajuste fiscal, tal como feito no México.

Em função disso, a equipe econômica avaliou tal alternativa durante todo o mês de outubro e até aproximadamente o dia 20/11/1993.

DESINDEXAÇÃO

Fazenda ainda estuda duas opções

Equipe não sabe se promove prefixação mensal ou se faz um congelamento temporário

**SÔNIA MOSSRI
IVANIR JOSÉ BORTOT**
Da Sucursal de Brasília

O plano do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, para derrubar a inflação prevê o uso de um indexador cambial. A equipe ainda não sabe se faz um prefixação mensal do câmbio, embutindo um redutor em relação à inflação, ou se promove um congelamento temporário. As duas alternativas exigem cuidados para evitar que o Brasil queime suas reservas e venha a prejudicar as exportações.

O indexador cambial tem como objetivo dar estabilidade a todos os preços da economia. Na prática, o mercado passaria a ter como referência um indexador com base em uma moeda forte —o dólar—, abandonando o cruzeiro real, moeda inflacionada. Hoje, a legislação proíbe contratos com base na variação cambial. Com o indexador cambial, isso seria permitido.

A grande dúvida da equipe da Fazenda é como fazer a transição de todas as aplicações financeiras feitas por indexadores contaminados pela inflação, como a Taxa

Referencial e o IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas, para um novo indexador em dólar. Isso poderia implicar na adoção de uma tabela de conversão, mas o presidente Itamar Franco já avisou ao ministro da Fazenda que não deseja quebra de relações contratuais.

Qualquer uma das duas propostas envolve a desvinculação da variação cambial da inflação. No caso da prefixação cambial, o governo determinaria mensalmente

te a taxa de câmbio compatível com a quantidade de moeda em circulação na economia. Não poderia, por exemplo, ocorrer uma expansão de moeda superior à variação do câmbio.

O uso de um indexador cambial exigiria uma redefinição da política salarial, as regras de aplicações no mercado financeiro, recolhimento de tributos e sistema financeiro da habitação. Um dos pontos mais delicados do plano FHC é a regra de correção do salário

mínimo. Além do impacto sobre o consumo, a maior preocupação da equipe são os efeitos sobre a folha de pagamento de beneficiários da Previdência Social.

Com relação ao funcionalismo público federal, a Folha aprovou que a intenção da equipe é manter a atual política até maio de 94. A partir daí, os salários do funcionalismo seriam exclusivamente reajustados de acordo com o comportamento da arrecadação de impostos. Um dos principais problemas do orçamento de 94 é o pagamen-

to do funcionalismo, somando US\$ 27 bilhões.

A desindexação cambial tem como meta preparar a economia para uma desindexação já a partir do segundo semestre de 94. A desindexação somente será adotada se o programa de estabilização da equipe conseguir reduzir a inflação para um patamar baixo. Com uma situação de desindexação completa da economia, o próprio governo não poderia cobrar tributos com correção monetária.

A equipe levou ao FMI (Fundo



Monetário Internacional) esse conjunto de medidas no esforço de tentar obter rapidamente um acordo com a instituição. O próprio Fundo já considera que somente o uso de medidas fiscais não é suficiente para baixar a inflação crônica como a brasileira e admite a combinação de instrumentos ortodoxos (equilíbrio nas contas públicas) com a heterodoxia (indexador cambial).

29/09/93: Jornal do Brasil traz duas notícias de interesse

A primeira informa sobre a adoção de um indexador único para a economia. A segunda, de título "Pacto", um novo desafio para Simon e subtítulo Senador aceita servir como ligação entre o Planalto e a sociedade. A notícia se refere ao senador Pedro Simon, líder do Governo no Senado, e para quem também enviei cópia do meu trabalho. Ela aborda uma questão que coincide com uma colocação minha de que *A Indexação Diária Negociada* poderia se transformar no verdadeiro pacto nacional, que será objeto de novas considerações adiante.

Outubro/1993: o noticiário sobre o plano de estabilização se reduziu sensivelmente na imprensa

Existem informações de que, conforme já comentado, a ideia do indexador diário, talvez por ser totalmente inovadora a nível mundial, não teve boa aceitação junto ao FMI, que preferia a adoção da alternativa da prefixação de preços, tarifas, salários e câmbio, ao estilo mexicano, associado a um orçamento austero e equilibrado.

16/10/1993: O Globo**“André admite criação de *currency board*”**

A alternativa do chamado “Conselho da Moeda” já contava com menos atenção da equipe econômica, conforme o seu próprio autor, André Lara Resende, informou na notícia “André admite criação de *currency board*”, cujo título nada tem com seu conteúdo, publicada em O Globo, cujos trechos reproduzo:

Lara Resende informou que essa estratégia foi apresentada ao presidente Itamar Franco na última sexta-feira, mas garantiu que a equipe não cogita de adotar duas moedas como forma de derrubar a inflação.

O que se fala na equipe é da conveniência de um mecanismo coordenador de expectativas para fazer a transição de uma economia indexada para uma economia estável, onde a indexação não é necessária.

16/10/1993: o Globo**“Corrêa cobra de FH medidas mais duras contra a inflação” e subtítulo “Ministro diz que governo só pode esperar até o fim de novembro”**

Segundo foi noticiado, existiram grandes pressões dos assessores mais próximos do presidente Itamar Franco sobre a equipe econômica, no sentido de apressar a elaboração e execução do plano, conforme comprova a notícia acima identificada.

A alternativa da prefixação segundo informa a reportagem Programa previa a prefixação, publicada no Jornal do Brasil de 29/06/1994, chegou a ser analisada com seriedade em outubro. E, a julgar pelas notícias que saíram nos jornais na época, tal ideia prevaleceu na equipe econômica até o dia 20/11/1993. Até esse dia, as notícias sobre o plano falavam de um indexador cambial, com redutor mensal em relação à inflação. O Orçamento de 1994 chegou a ser feito prevendo-se uma queda gradual da inflação de 3% ao mês, até atingir 17% no final do ano.

25/10/1993: Folha de São Paulo**“Fazenda retoma ideia de prefixar inflação”, com subtítulo “Criar um indexador mensal torna-se a opção preferida depois da rejeição às duas moedas e à âncora cambial”**

Na notícia acima, é dito que a prefixação tinha ganhado força diante da rejeição do presidente Itamar Franco às duas outras hipóteses que circularam entre a equipe: a dolarização e o “currency board” (comitê da moeda).

12/11/1993: Folha de São Paulo

“Equipe prepara uso de ‘âncora polonesa”.

Na notícia acima, é dito que a criação de um indexador mensal prefixando a inflação tinha voltado a ser a mais recente e preferida opção da equipe econômica.

17/11/1993: O Globo em primeira página:

“Indexador ligado ao câmbio será único na economia”

Notícia informa que até o fim do ano seria anunciado a chamada de Unidade de Conta (UC, que substituiria todos os indexadores oficiais como TR e UFIR, e que, depois de enviado ao Congresso o Orçamento 1994, começaria a desindexação da economia, com a correção da UC por índices abaixo da inflação).

18/11/1993: O Estado de São Paulo

“Proposta de indexador único cria expectativa”

Informa que a ideia do indexador único, obrigatório e prefixado, para toda economia foi comentado.

18/11/993: Gazeta Mercantil

“Governo estuda câmbio abaixo da inflação”

Idem, informa que a ideia do indexador único, obrigatório e prefixado, para toda economia foi comentado.

19/11/1993: Jornal do Comércio

“Poupança não terá redutor”

BRASÍLIA - O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso garantiu, ontem, que não utilizará um índice com redutor para corrigir os depósitos da caderneta de poupança. “A Poupança é intocável”, afirmou. A mesma reação teve o líder do Governo na Câmara, Roberto Freire, para quem qualquer plano de estabilização econômica que afete a rentabilidade dos depósitos de poupança, em virtude de um sistema de prefixação, não contará com o apoio do presidente Itamar Franco.

D) 22/11 A 08/12/1993

Todas as minhas proposições contidas no trabalho a IDN são noticiadas na imprensa, inclusive a proposta de se fazer um “pacto social”.

22/11/1993 - Meus comentários: Foi a partir dessa data que o noticiário deu uma guinada para as propostas do meu trabalho, particularmente para o caráter voluntário de adesão ao indexador diário, o que implicava em manter livres os preços, os juros, o câmbio e os salários. Segundo foi anunciado na imprensa, houve uma reunião no dia 20/11/1993, um sábado, na sede do Banco Central, em São Paulo, entre o ministro da Fazenda e sua equipe, onde se teria finalmente se tomado tal decisão.

22/11/1993: Folha de São Paulo**“Equipe tenta desarmar expectativas”**

No final da semana passada, em São Paulo, o ministro Fernando Henrique Cardoso reuniu vários integrantes da sua equipe e convocou entrevista coletiva, no final da tarde de sábado, para esclarecer o que, segundo ele, seria o que realmente a equipe está planejando: nada de choque, prefixação, dolarização, medida de impacto, “paulada’ na inflação”. “Não vamos mexer em nenhuma regra de funcionamento do mercado A caderneta de poupança é intocável”.

Só confirmou, a criação de um novo indexador na economia, sem a eliminação de qualquer outro (TR, Ufir, IGP, IGP-M, e toda a salada de índices que servem para as pessoas protegerem seus contratos da corrosão inflacionária). E disse que o seu uso não será compulsório (ou seja, as pessoas e empresas não serão obrigados a utilizá-lo).

Uma única e difusa pista veio de André Lara Resende, negociador demissionário da dívida externa: o indexador vai refletir a inflação presente e não passada.

Meus comentários:

Assim, o chamado plano FHC2 começou a ser divulgado aos poucos pela imprensa tal como eu havia proposto. Confesso que senti fortes

emoções, pois todo dia via mais um pedaço das minhas ideias coincidindo com as notícias dos jornais.

No meu trabalho, eu também cito que o uso do indexador não seria compulsório e também a salada de ‘moedas’:

As medidas propostas resultariam na simplificação da economia, com a eliminação do seu confuso aparato legal indexatório, não pela sua extinção compulsória, e, sim, pela sua substituição por uma legislação adicional, espontaneamente, adotada pelos agentes econômicos. Leis como a dos reajustes dos salários, dos aluguéis e das mensalidades escolares poderiam deixar de existir, liberando o Congresso para o equacionamento das questões mais importantes, tais como as reformas estruturais.

Elas resgatariam a nossa capacidade de medir com precisão os componentes econômicos, sem a confusão e distorções decorrentes da nossa atual salada de ‘moedas’.

28/11/1993: o Estado de S. Paulo

“Governo pode usar UR para tentar pacto”

O desgastado, ansioso e impossível pacto social para derrubar a inflação pode ser alcançado a partir das intensas negociações que se travarão pela adesão Unidade de Referência (UR), novo indexador atrelado ao dólar que o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, vai anunciar esta semana.

O êxito no teste inicial de credibilidade do novo índice é fundamental para que essas negociações se processem espontaneamente e – o que é melhor – sem interferência do governo, que oferece apenas o instrumento (UR) para os interesses conflitantes da sociedade chegarem a um entendimento.

Governo pode usar UR para tentar pacto

Credibilidade no novo indexador atrelado ao dólar é essencial para sucesso do esforço de baixar a inflação, que não poderá ultrapassar os 35%, até que o ajuste fiscal comece a produzir efeitos

SUELY CALDAS

BRASÍLIA — O desgastado, ansioso e impossível pacto social para derrubar a inflação pode ser alcançado a partir das intensas negociações que se travam pela adesão à Unidade de Referência (UR), novo indexador atrelado ao dólar que o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, vai anunciar esta semana. O êxito no teste inicial de credibilidade do novo índice fundamental para que essas negociações se processem espontaneamente e o que é melhor sem a intermediação do governo, que oferece penas ou instrumento (a UR) para os interesses conflitantes da sociedade chegarem a um entendimento.

Hoje há um abismo entre o plano de estabilização idealizado pela equipe de FHC e seu sucessor, avam assessores do ministro Cardoso. O Congresso precisa aprovar o justé fiscal — colocado pela equipe como condição indispensável para aplicabilidade do plano —, a inflação não pode subir além do estamar dos 35% até que o ajuste secal comece a produzir efeitos, os gents econômicos não devem de-

morar a aderir ao novo indexador e há o risco — sempre previsível — de o tiro sair pela culatra e a inflação subir, já que o reajuste de preços, contratos e ativos passará a ser diário. Porém, a equipe de FHC está confiante em que tudo se passará como o planejado.

"Nós vamos fazer a estabilização, ninguém tenha dúvida", avisou na sexta-feira o ministro Fernando Henrique Cardoso ao anunciar a criação do Fundo Social de Emergência. "Mas faremos com o apoio da sociedade."

O primeiro passo do governo para fazer da UR um índice confiável será atrelar sua receita — tarifas públicas e impostos federais — ao novo indexador. Acredita que nesse rastro logo seguirão Estados e municípios, que terão o atrativo de terem suas receitas tributárias corrigidas diariamente — não mais com o atraso de um índice mensal. A partir daí o governo imagina, torce e quer ver o



Cardoso: "Não há dúvida da estabilização"



empregado pressionar o empregador, o fornecedor negociar com o fabricante, o industrial fugitar o comerciante, enfim, representantes de interesses

conflitantes sentarem à mesma mesa, longe do governo, se entenderem e aderirem ao novo indexador.

"Vamos fazer exatamente o contrário do Cruzado", lembra um integrante da equipe de Cardoso. "O Cruzado impôs o congelamento e aí começaram a pipocar os problemas: e o seguro como fica? E os contratos de serviço de longo prazo? Ninguém se entendia."

Antecipação —
Ao lançar a UR antes de criar a nova moeda — etapa final do plano que vai propiciar a estabilização da inflação —, o governo antecipa a solução de conflitos entre partes contratantes e abre caminho para

Como vai funcionar

Sistema de correção dos principais preços previsto com o novo indexador

implementar as medidas finais do plano sem maiores percalços.

Também sem maiores percalços, a equipe de Cardoso vai driblar a Constituição com seu plano de estabilização. A UR consagra a indexação de contratos ao dólar, proibida por dispositivo constitucional. Para indexar diretamente a economia ao dólar, o governo precisaria da aprovação de emenda à Constituição, além de convencer o presidente Itamar de que essa providência não fere a soberania nacional.

≡ Mais informações nas páginas B3 e B4

Tarifas públicas/impostos — Serão corrigidos diariamente pela Unidade de Referência (UR).

Titulos do governo — Indexados à UR.

Aplicações financeiras — Ficam livres, mas sua indexação deve gradativamente migrar para a UR.

Salários — Política salarial é mantida, mas a equipe acredita que empregados e empregadores do setor privado irão usar a UR nos contratos de trabalho.

Aluguéis — O governo estuda a conveniência de mudar a legislação para permitir o reajuste diário numa etapa posterior. Por enquanto, permanece o reajuste semestral.

Mensalidades escolares — Num primeiro momento não serão reajustadas pela UR. Na medida em que o aumento dos salários passar a ser regulado espontaneamente pela UR, ficarão livres.

Preços agrícolas e industriais — A crescente credibilidade da UR levará as empresas a reajustar seus preços pelo novo indexador, acredita a equipe.

Meus comentários: A última frase do meu trabalho *A Indexação Diária Negociada*, de 31/08/1993 é:

A presente proposta, se debatida, aperfeiçoada e implantada, poderia resultar no grande pacto nacional, tantas vezes tentado e não conseguido, pois o país iria passar por uma grande renegociação, livre e soberana, de suas atitudes e conceitos.

Compare-a agora com a reportagem de capa do Estadão de 28/11/1993, e se pergunte: onde já se viu um plano econômico no Brasil tentar ser um pacto social no país, depois de tantos insucessos?

Observe-se que a notícia informa que todas as tarifas públicas/impostos, títulos do governo, aplicações financeiras, aluguéis, mensalidades escolares e preços agrícolas bem como industriais seriam indexados à UR, tal como foi proposto em *A Indexação Diária Negociada*.

Contudo, por ocasião da implantação efetiva do plano a partir de março até junho de 1994, a indexação à URV (novo nome para a UR) foi bem inferior à que havia sido cogitado no final do mês de novembro de 1993.

No dia 28/11/1993, na sua manchete de primeira página, o Estado de São Paulo anunciava: Governo usa ajuste para propor pacto. Relembro aqui que no final do meu trabalho e na carta que enviei ao presidente Itamar Franco previ que a minha proposta para combate à inflação poderia se transformar no pacto nacional, tantas vezes tentado e nunca conseguido. Nessa notícia, são encontradas propostas que guardam grande semelhança com as que fiz em meu trabalho, no qual na página 10 da versão de 31/08/1993, previa que o país passaria por uma grande renegociação na fase de preparação, onde as partes, livre e soberanamente, sem interferência do Governo, definiriam as bases dos seus novos contratos, tendo como referência uma “moeda” forte (CrC\$), que seria criada pelo Governo. O início da notícia é transcrito a seguir.

A propósito, quem poderia imaginar que um plano de estabilização no Brasil, que até então sempre tinham sido feitos de forma arbitrária e mediante pacote de medidas feitas em sigilo, pudesse se transformar em um verdadeiro pacto nacional, tal como propus? Vale ressaltar que o Jornal do Brasil de 27/08/1994 deu a seguinte notícia: Ricupero diz que Real levará ao pacto social. Isso confirma mais uma previsão que fiz na carta que enviei ao presidente Itamar Franco no dia 09/09/1993.

28/11/1993: Folha de S. Paulo**“Presidente recusou três planos para a economia”**

O Presidente Itamar Franco recusou três planos de estabilização apresentados pela equipe econômica. Agora, teria dado “carta branca” ao ministro Fernando Henrique Cardoso (Fazenda), para evitar sua saída. Itamar não aceitou as propostas de prefixação geral dos preços, de circulação de duas moedas oficiais e de dolarização. O plano aceito foi o de um novo índice de correção na economia até a implantação da moeda que substituirá o cruzeiro real. A ideia do novo indexador partiu do diretor da área de externa do Banco Central, Gustavo Franco.

Na avaliação do grupo palaciano esta é a última oportunidade do governo conseguir estabilizar a economia.

A criação de um novo indexador não inclui uma “tablita, mas traz uma taxa de conversão diária em relação ao cruzeiro real e, por isso mesmo, não prevê quebra de contrato dos planos Cruzado e Verão, editados no governo Sarney. Na prática, o indexador terá uma taxa de conversão diária, semelhante à variação do cruzeiro real perante o dólar.

Meus comentários:

Na notícia publicada no mesmo dia 28/11/1993 na primeira página da Folha de S. Paulo, diz que

“Presidente recusou três planos para a economia” e informa que que o presidente Itamar: a) não aceitou as propostas anteriormente apresentadas pela equipe econômica de prefixação de preços e de circulação de duas moedas, e de dolarização; b) que o plano aceito, o de um novo índice para a economia até a implantação da nova moeda, era tido como a última oportunidade do governo de conseguir estabilizar a economia.

Na carta de 09/09/1993 que escrevi ao presidente Itamar Franco, esses dois temas foram abordados. E, assim, a matéria confirmou minha afirmação feita na carta ao presidente Itamar de que eu tinha “uma certeza interna de que o caminho do Brasil passava pela minha proposta, ou algo perto dela, até mesmo por falta de alternativas”.

29/11/93: Folha de São Paulo**“FHC anuncia o novo plano econômico na quinta-feira”, foram dadas as seguintes informações:**

Ainda depende de aprovação do presidente Itamar Franco a criação do novo indexador diário, já chamado de URTN (Unidade de Referência do Tesouro Nacional), que corrigirá a caderneta de poupança e os impostos.

Até agora, a Fazenda ainda não definiu se o novo indexador será ou não com base em uma cesta de moedas internacionais, apesar dessa ser a alternativa mais forte entre a assessoria de FHC. O novo indexador também será implantado de forma gradual em toda a economia.

Inicialmente, o governo corrigirá as tarifas públicas e os seus títulos públicos pelo novo indexador. Numa segunda etapa, todas as aplicações financeiras serão atreladas ao novo índice, que também será utilizado como referência para a política salarial.

01/12/93: O Estado de São Paulo**“Cardoso: conversão salarial pela média”, foram feitas várias citações atribuídas ao ministro da Fazenda:**

Cardoso confirmou que o novo indexador será diário e, em algum momento, irá se transformar em nova moeda.

O novo indexador, segundo Cardoso, poderá ser formado a partir da variação de uma cesta de moedas. A hipótese de vincular o índice somente ao dólar, embora fosse mais prática, foi descartada, porque ‘se correria o risco de engessar a economia’.

‘Não há nenhuma dificuldade na tentativa de ligar o novo índice a um conjunto de moedas, inclusive o dólar’ (segundo o ministro)

Os salários serão corrigidos com base na variação média do novo indexador da economia, que Cardoso irá anunciar nos próximos dias.

Meus comentários:

Até o final de novembro e início de dezembro de 1993, segundo o que foi noticiado na imprensa, o indexador seria atrelado ao câmbio e não teria redutor nenhum. Falava-se também que seria baseado nas cotações de uma cesta de moedas, tal como o meu Cruzeiro Cambial, o que, a meu ver, é muita coincidência, ou mostra que as minhas propostas estavam sendo consideradas no detalhe.

Além disso, o seu uso o indexador seria voluntário, e que ele não seria o único indexador da economia, pois os demais continuariam a existir. Também se pensava em introduzi-lo no mercado financeiro. A UFIR e suas congêneres, estaduais e municipais, seriam substituídas pelo indexador.

O orçamento de 1994, embora não expresse no indexador como propus, foi recalculado com uma taxa mensal fixa de 35% ao mês, o que mostra que já havia sido abandonada a ideia inviável da pré-fixação. A questão dos salários era a parte mais confusa das notícias: ora seriam calculados pela média dos 12 meses e expressos no indexador de forma compulsória (tal como minha proposta), ora teriam livre adesão pelos trabalhadores. O plano não teria congelamento, confisco ou surpresas, sendo democraticamente discutido com a sociedade, exatamente igual ao que propus. Até mesmo algumas sugestões que fiz para as reformas estruturais chegaram a ser noticiadas como sendo defendidas pela equipe econômica.

01/12/93: Jornal do Brasil

“Receita quer criar novo imposto”

A primeira delas, apresentada pela Previdência Social, prevê a unificação de todas as contribuições sociais (contribuição sobre o lucro líquido, PIS-PASEP e Confins) na Contribuição sobre o Lucro Bruto Ajustado. A outra proposta estabelece a criação da Antecipação sobre Transações Financeiras (ATF), que na prática significa a cobrança do IPMF com alíquota maior – 2% (a do IPMF era 0,25%) – e a sua posterior compensação na declaração de renda das pessoas físicas e jurídicas.

01/12/93: Jornal do Brasil - Coluna do Castello, assinada por Marcelo Pontes, informava que:

Está na mesa do presidente Itamar Franco, (...) , na fornada de atos do plano econômico do ministro Fernando Henrique Cardoso, uma medida provisória que obriga a destacar nas notas de todas operações de compra e venda o valor específico do produto e o que corresponde ao imposto que está sendo pago.

É algo semelhante ao que existe nos Estados Unidos. Pela nota fiscal o cidadão sabe o preço da mercadoria e o que pagou de imposto.

08/12/1993: Folha de S. Paulo – “Plano FHC – Plano não muda economia agora”

O Plano FHC seria feito em três fases:

1ª Fase: Ajuste Fiscal: Criação do Fundo Social de Emergência e outras medidas fiscais

Corte de 15% de todas as transferências constitucionais para estados e municípios.

O valor será usado para custear especificamente despesas de saúde, educação, etc. Com este dinheiro o governo pode criar o Fundo Social de Emergência (FSE)

Aumento de 5% nas alíquotas de todos impostos federais também para custear o FSE

Receita do IPMF (Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira) fica desvinculada dos programas habitacionais.

Corte de 40% nas despesas orçamentárias (extinção de ministérios, corte de custeio, etc.)

Fica proibida a emissão de títulos públicos para criar dívida. Os papéis só poderão ser emitidos para rolar dívida já existente.

2ª Fase: Novo Indexador: Criação do novo indexador

Criação da Unidade Real de Valor (URV): será aplicada pelo governo nos impostos, nas tarifas, preços, contratos com setor privado, poupança, salários dos servidores.

Os salários do setor privado deverão ser livremente negociados. O governo espera que preços e contratos passem a ser corrigidos pela URV.

A URV será calculada diariamente pelo Banco Central da mesma forma como faz hoje com a taxa de câmbio – com base na inflação presente, utilizando todos os índices de preços de instituições públicas e privadas

A URV vira título público para substituir os papéis já existentes

3ª Fase: Nova Moeda

A URV torna-se a nova moeda nacional e o cruzeiro real é extinto. Isto ocorreria quando praticamente todo o mercado aderisse ao novo indexador.

O Banco Central torna-se independente e responsável pela política monetária. Pode ser criado um órgão emissor para a nova moeda.



FOLHA DE S. PAULO



Director de Redação: Otavio Frias Filho • São Paulo, quarta-feira, 8 de dezembro de 1993 • Um jornal a serviço do Brasil • Ano 73 • Nº 23.625 • Al. Barão de Limeira, 425 • CR\$ 130,00

O QUE MUDA NA ECONOMIA

Por enquanto, aluguéis e todos os contratos permanecem com os mesmos regimes.

AJUSTE FISCAL

Se o plano for aprovado, as alíquotas dos impostos federais aumentam 5% a partir de 94. Será criada a URV (Unidade Real de Valor)

INDEXAÇÃO

As receitas do governo e as tarifas públicas serão indexadas à URV. Preços e contratos do setor privado também poderão ser expressos em URV



SALÁRIOS

Os salários poderão ser convertidos em URV, através de negociação, quando toda a economia estiver indexada, dentro de alguns meses

POUPANÇA

Também mais tarde, a TR (prefixada) poderá ser substituída pela URV (pós-fixada) na correção das contas de poupança e do saldo devedor do SFH

OS PASSOS DO PLANO

1. Aprovação do ajuste fiscal pelo Congresso, que aumenta impostos, cria o Fundo Social de Emergência e corta despesas para 94
2. Instituição da URV (Unidade Real de Valor), em janeiro, com cotação próxima à do dólar comercial e correção diária
3. Indexação das tarifas e receitas do governo à URV. Estímulo para que toda a economia adote o indexador
4. Criação espontânea de poupança e CDBs atrelados à URV e lançamento de títulos públicos em URV
5. Negociação para que salários e demais contratos, como de aluguel, sejam convertidos em URV
6. Em meados de 94, convertem-se valores em URV em nova moeda, acabando-se com o cruzeiro real

Edição de Arca/Folha/Imagem



Plano não muda economia agora; Congresso resiste a imposto maior

1.ª FASE - AJUSTE FISCAL

- Corte de 15% de todas as transferências constitucionais para Estados e municípios. O valor será usado para custear especificamente despesas de saúde, educação etc. Com esse dinheiro, o governo propõe criar o Fundo Social de Emergência (FSE)
- Aumento de 5% nas alíquotas de todos os tributos federais, também para custear o FSE
- Recorte de 10% (Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira) fica desvinculada dos programas habitacionais
- Corte de 40% nas despesas orgamétricas (extinção de ministérios, corte de custeio etc.)
- Fica proibida a emissão de títulos públicos para criar mais dívida. Os papéis só poderão ser emitidos para rolrar a dívida já existente

2.ª FASE - NOVO INDEXADOR

- Criação da Unidade Real de Valor (URV), será aplicada pelo governo nos impostos, nas tarifas, preços, contratos com o setor privado, poupança, setores dos serviços. Os salários do setor privado deverão ser livremente negociados. O governo espera que preços e contratos passem a ser corrigidos pela URV
- A URV será calculada diariamente pelo Banco Central da mesma forma como faz hoje com a taxa de câmbio - com base na inflação presente, utilizando todos os índices de preços de instituições públicas e privadas
- A URV terá título público para substituir os papéis já existentes

3.ª FASE - NOVA MOEDA

- A URV torna-se a nova moeda nacional e o cruzeiro real é extinto. Imediatamente acontece praticamente todo o mercado aderente ao novo indexador
- O Banco Central torna-se independente e responsável pela política monetária. Ele cria um órgão emissor para a nova moeda



O ministro Fernando Henrique anuncia plano de estabilização

★ **Uso de um novo indexador depende de apoio a ajuste**

★ **Ministro da Marinha reclama dos cortes no Orçamento**

Da Sucursal de Brasília

O plano econômico anunciado ontem pelo ministro Fernando Henrique Cardoso condiz com toda a estratégia de combate à inflação aprovada pelo Congresso, de medidas que permitam o equilíbrio de caixa do governo. Não há agora qualquer medida que mexa com o bolso dos brasileiros. Por enquanto, não mudam as regras que regem contratos, salários e aplicações financeiras.

Tudo isso foi adiado para uma segunda fase, a ser iniciada em fevereiro, quando o governo criará um novo indexador, chamado oficialmente de URV (Unidade Real de Valor). No final do processo, esse indexador, atrelado ao dólar, será transformado em moeda, no lugar do cruzeiro real.

O governo começou a enfrentar ontem mesmo as primeiras resistências. No Congresso, as lideranças dos principais partidos afirmam que as medidas serão modificadas no Congresso. Duas propostas causam muito polêmica: o aumento de alíquotas de impostos federais (5%) e a redução de transferências de verbas para Estados e municípios (15%).

Alguns ministros resistem aos cortes de gastos. Após reunião em que se discutiu o tema, o ministro da Marinha, Ivan Serpa, foi enfático: "Não, não, eu não concordo" disse, perguntando aos repórteres: "Você gostaria de ter o salário cortado pela metade?"

E) NOTÍCIAS PUBLICADAS SOBRE A CRIAÇÃO DO FSE, A URV E O REAL

24/02/1994: O Globo

“Congresso abre caminho para o Plano FH”

Quinta-feira, 24 de fevereiro de 1994

O GLOBO

2.º CLIQUE O País 3



Por 401 votos a favor, 96 contra e três abstenções, Fundo Social de Emergência é aprovado em segundo turno

Congresso abre caminho para Plano FH

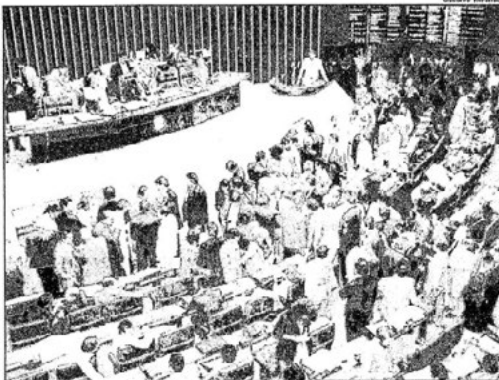
BRASÍLIA — O Congresso aprovou ontem com 401 votos favoráveis, 96 contra e três abstenções, a base do Fundo Social de Emergência (FSE), considerado fundamental para o sucesso do plano econômico do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

Com a votação, em segundo turno, fica aberto o caminho para a implantação da URV, base do Plano FH. No fim da noite foi aprovado um destaque supressivo — uma proposta que produziu polêmica durante todo o dia — eliminando a hipótese de que o Governo recorra a alíquota de contribuição do PIS fixada em 0,5% sobre a receita bruta dos bancos. Fruto de uma emenda aglutinativa, apresentando um acordo dos principais partidos, esta proposta, segundo os "contras", era uma fraude já que não existia nenhuma emenda original propondo tal medida. O outro destaque supressivo acabou com a limitação, para os anos 94 e 95, do aumento da contribuição social dos bancos de 25% para 30%. Essa eleva-

ção passa a ser permanente. Os líderes dos "contras" anunciaram que iriam ao Supremo Tribunal Federal contra o FSE, qualquer que fosse o resultado final, sob a alegação de fraude na votação. A controvérsia surgiu por causa do parecer feito no plenário pelo relator da revisão, deputado Nelson Jobim (PMDB-ES), as emendas votadas em bloco no primeiro turno. Nenhuma emenda isolada determinava que o aumento de alíquota da contribuição previdenciária dos bancos valeria apenas para 1994 e 1995, mas, para adaptar o aumento ao prazo de vigência do PSD, Jobim, em acordo com os líderes, acrescentou o prazo no parecer.

Os líderes de PMDB, PFL e PSDB haviam assinado um requerimento para votação em bloco dos destaques apresentados ontem no texto aprovado no primeiro turno. Diante da controvérsia na votação, as assinaturas foram retiradas.

Na página 22, "Partidos podem ingressar para preços em URV"



Durante a votação do Fundo Social de Emergência, o plenário da Câmara: muitas discussões entre os parlamentares

Prazo de votações vai até 31 de maio

BRASÍLIA — As discussões regimentais em torno da prorrogação dos trabalhos da revisão até 31 de maio — aprovada ontem no início da noite — acabam atrasando a votação do FSE. Os parlamentares dos partidos contrários à revisão tentam abortar a articulação da maioria interessada em prorrogar os trabalhos desrespeitando o prazo regimental de cinco dias para a apreciação da mudança.

A briga em torno da prorrogação começou no meio da tarde quando o deputado José Ottonio (PT-SP) percebeu que a Mesa havia requerido urgência legislativa para votar a proposta, sendo que faltavam ainda três dias para o cumprimento do prazo previsto no regulamento. Depois de quase três horas de discussão, o presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PI), acabou pondo a proposta em votação. Foi aprovada a urgência e, em seguida, o plenário aprovou também o mérito, prorrogando a revisão até o dia 31 de maio com 381 votos a favor, 75 contra e cinco abstenções.

O VO DE COLOMBO DO PLANO REAL | CAPÍTULO 7

BRASÍLIA - O Congresso aprovou ontem com 401 votos favoráveis, 96 contra e três abstenções a base do Fundo Social de Emergência (FSE), considerado fundamental para o sucesso do plano econômico do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Com a votação em segundo turno, fica aberto o caminho para a implantação da URV, base do Plano FH.

28.02.1994: O Globo

“Governo cria hoje a URV e dá abono de 5% para o funcionalismo público”

Governo cria hoje a URV e dá abono de 5% para o funcionalismo público

Mantendo a essência de sua proposta para a implantação da URV, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, aceitou fazer pequenas concessões para resolver o impasse criado pelos militares e pelos ministros do Trabalho, Walter Borelli, e da Administração, Romildo Canhim, que reclamavam de perdas na conversão dos salários. Foram três as concessões, acertadas ontem em reunião ministerial de mais de nove horas com o presidente Itamar e que estão contidas na medida provisória que cria a URV: o funcionalismo terá um abono de 5% no salário de fevereiro, o que representará um aumento de 1,5% no salário de março, já convertido à URV pela média dos quatro meses anteriores; para os salários em geral, valerá a média dos últimos quatro meses, mas, para compensar eventuais perdas nos salários que estão longe do pico, ficou decidido que, se na data do dissídio o cálculo mostrar que a média dos 12 meses anteriores é superior, esta passará a valer automaticamente; e o mínimo foi fixado em US\$ 64, mas, para atender reivindicação de Borelli, uma comissão avaliará como aumentar seu valor.

MP determina punição para preços abusivos

O Governo criou também mecanismos para punir as empresas que praticaram aumentos abusivos. Foi feito um levantamento dos preços médios em dólar entre setembro e dezembro. A MP manda enquadrar na Lei Antitruste as empresas que reajustaram seus preços em janeiro e fevereiro acima dessa média. Além disso, elas só poderão praticar novos reajustes com autorização do Governo.

17 empresas estão nesta situação.

O que muda com a criação da URV

URV



O BC vai fixar diariamente o valor da URV com base numa estimativa de inflação, mantendo uma paridade com o dólar comercial. Em 1º de março, valerá CR\$ 647,50. A MP cria a nova moeda, o Real, cujo símbolo será R\$. Não haverá emissão imediata.

PREÇOS



A conversão dos preços privados à URV será voluntária. O Governo vai acompanhar os aumentos para conter abusos. A empresa que estiver com preço acima da média será enquadrada na Lei Antitruste e só poderá fazer novos reajustes com autorização do Governo.

POUPANÇA



As cadernetas de poupança não mudarão: seus rendimentos continuarão sendo aferidos pela TR, que terá uma paridade com a URV. As demais aplicações financeiras permanecem com as regras em vigor.

SERVIDORES



Os salários do funcionalismo serão convertidos à URV pela média dos últimos quatro meses. Para reduzir as perdas, o Governo dará um abono de 5% sobre o salário de fevereiro, o que representará um aumento de 1,5% sobre a média.

SALÁRIOS



Os salários serão convertidos à URV a partir do dia 1º de março pela média dos últimos quatro meses. Se a média for inferior ao valor atual do salário, este será mantido. Na data do dissídio valerá a média dos últimos 12 meses se esta for superior ao salário em vigor na ocasião.

TARIFAS



As tarifas federais de serviços públicos (energia elétrica, combustíveis etc) continuarão expressas em cruzeiros reais, com reajustes quinzenais. Serão convertidas à URV no final de março, mas só terão, os valores alterados em cruzeiros reais quinzenalmente.

ALUGUÉIS



Os contratos novos serão obrigatoriamente reajustados pela URV a partir de 15 de março. Os antigos ficarão como estão e a conversão para a URV será voluntária e acertada por livre negociação.

MÍNIMO



A conversão do salário mínimo será feita também pela média dos últimos quatro meses. O Governo já decidiu que o valor do mínimo a ser pago em março corresponderá a US\$ 64,80 ou CR\$ 58.732,14.

Os detalhes das medidas econômicas estão na página 20

O QUE MUDA COM A CRIAÇÃO DA URV

URV – O BC vai fixar diariamente o valor da URV com base numa estimativa de inflação, mantendo paridade com o dólar comercial. Em 1º de março valerá CR\$ 647,50. A MP cria a nova moeda, o Real, cujo símbolo será R\$. Não haverá emissão imediata.

SALÁRIOS – Os salários serão convertidos à URV a partir do dia 1º de março pela média dos últimos quatro meses. Se a média for inferior ao salário atual, este será mantido. Na data do dissídio valerá a média dos últimos 12 meses se esta for superior ao salário em vigor na ocasião.

PREÇOS – A conversão de preços à URV será voluntária. O Governo vai acompanhar os aumentos para conter abusos. A empresa que estiver com preço acima da média será enquadrada na Lei Antitruste e só poderá fazer novos aumentos com autorização do Governo.

TARIFAS – As tarifas federais de serviços públicos (energia elétrica, combustíveis, etc.) continuarão expressas em cruzeiros reais. Serão convertidas à URV no final de março, mas só terão os valores alterados em cruzeiros reais quinzenalmente.

POUPANÇA – As cadernetas de poupança não mudarão: seus rendimentos continuarão sendo aferidos pela TR, que terá que terá uma paridade com a URV. As demais aplicações financeiras permanecem com as regras em vigor.

ALUGUÉIS – Os contratos novos serão obrigatoriamente reajustados pela URV a partir de 15 de março. Os antigos ficarão como estão e a conversão para URV será voluntária e acertada por livre negociação.

SERVIDORES – Os salários do funcionalismo serão convertidos à URV pela média dos últimos quatro meses. Para reduzir as perdas o Governo dará um abono de 5% sobre o salário de fevereiro, o que representa um aumento de 1,5% sobre a média.

MÍNIMO – A conversão do salário-mínimo será feita também pela média dos últimos quatro meses. O Governo já decidiu que o valor do mínimo a ser pago em março corresponderá a US\$ 64,80 ou CR\$ 58.732,14.

CAPÍTULO 8

**Breve comparação
entre o Plano Real
e *A Indexação
Diária Negociada***

Não resta dúvida de que a principal semelhança entre o Plano Real e a minha proposta *A Indexação Diária Negociada* foi a criação de um indexador diário atrelado ao câmbio que depois e algum tempo se transformaria na nova moeda forte nacional, reduzindo, senão acabando, com a inflação inercial, permitindo que pela primeira vez houvesse um plano de estabilização anunciado e transparente, sem quebras de contratos e sem confisco de aplicações financeiras.

Como bem definiu o sr. André Lara Resende, a URV foi o Ovo de Colombo do Plano Real que acabou com a inflação inercial, enquanto o sr. Edmar Bacha salientou que a URV foi um ‘achado’, conforme comentei adiante no Epílogo. Embora seja uma pequena parte do Plano Real, é certo dizer que sem a URV não haveria Plano Real, nos moldes do que foi feito e eficaz no combate à inflação.

A principal diferença entre o Plano Real e *A Indexação Diária Negociada* foi o breve período de vigência do indexador, na medida em que a URV durou apenas quatro meses, enquanto o meu cruzeiro Cambial (CrC\$) duraria pelo menos 18 meses (seis meses na fase de preparação, e mais 12 meses na fase de estabilização).

Deve ser observado que em meu trabalho eu disse que a minha proposta tinha uma grande flexibilidade quanto a sua implantação. Assim, eu previ que as fases de estabilização e consolidação poderiam ser fundidas em uma única, desde que atendidas as condições necessárias para tanto, em particular o andamento das reformas estruturais. A meu ver, contudo, tais condições não foram atendidas, e, assim, a moeda forte

definitiva, ao que parece, foi criada prematuramente, com apenas 4 meses de URV.

Aqui temos uma grande diferença entre o que eu propus e o Plano Real. Na minha proposta, a fase de preparação não dependia das chamadas reformas estruturais, particularmente no que se refere ao equilíbrio fiscal, e, sim, de apenas uma decisão política. O início da fase de estabilização, contudo, estaria condicionado a tais reformas estruturais, em particular o ajuste fiscal.

Vale ressaltar que foi noticiado pela imprensa, que pelo menos dois integrantes da equipe econômica, a saber André Lara Resende e Pêrsio Arida, defendiam um período maior para a URV, até 1995. Vale dizer que na reunião de FHC e sua equipe econômica com a cúpula do PSDB, em setembro de 1993, foi dito que o indexador viraria moeda apenas em 1995, o que não foi bem recebido pelos políticos. Eles também defendiam que o indexador já fosse criado em outubro de 1993, antes portanto de fazer um ajuste fiscal. Tal como eu propus: criar logo o indexador para fazer a fase de preparação com 6 meses mesmo sem ajuste fiscal.

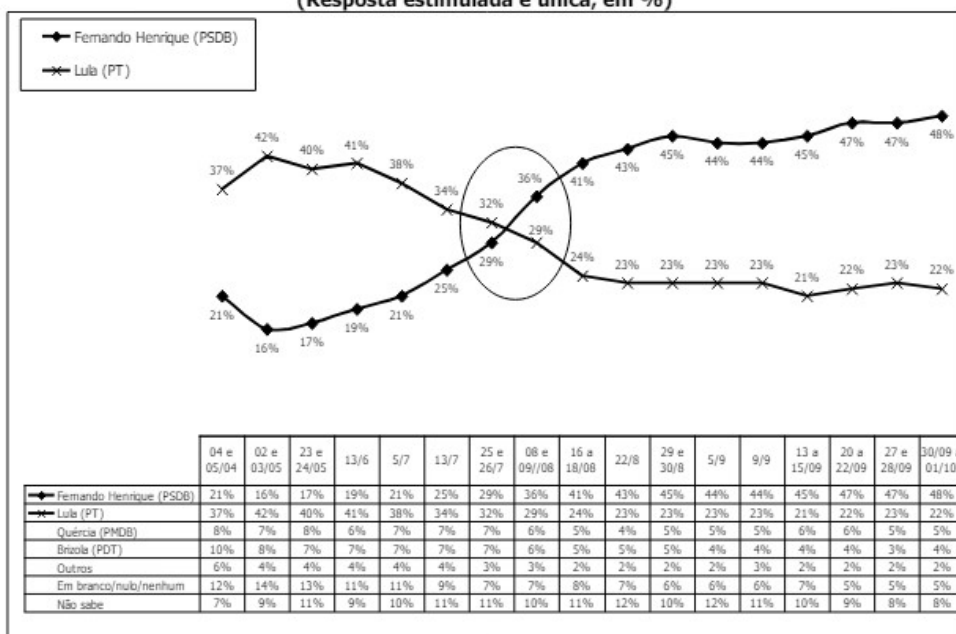
Diferentemente do que eu propus, o Governo anunciou em 07/12/1993, que inicialmente asseguraria ajuste fiscal, com a criação do Fundo Social de Emergência (FSE) para, só depois, criar o indexador que se transformaria na moeda forte. Assim, primeiro, foi aprovado o FSE (23/02/1994), com ajustes fiscais em 1994 e 1995, e depois criada a URV (28/02/1994), com vigência de março a junho de 1994, quando então foi criado o Real 01/07/1994.

Não resta dúvida de que a implantação do Plano Real levou em conta a candidatura à presidência da República de Fernando Henrique Cardoso, que deixou o cargo de ministro da Fazenda em 30/03/1994, dando lugar para o sr. Rubens Ricúpero. A URV foi criada por Medida Provisória em 27/02/1994, na qual ficou estipulado que em um prazo de 365 dias a URV deveria se transformar no Real. Em função da eleição, no dia 02/10/1994, definiu-se que o Real seria criado em 01/07/1994, reduzindo o prazo de duração da URV para apenas quatro meses – 01/03/1994 a 30/06/1994.

Na medida em que o Plano Real reduziu a inflação de 47% ao mês para apenas 6,84% em julho, 1,86% em agosto e 1,53% em setembro, as pesquisas de intenção de voto para presidente, que já vinham crescendo para FHC desde a consulta de 23 e 24 de maio, passaram a colocar FHC na liderança, com 36% no levantamento de 8 e 9 de agosto, com Lula aparecendo com apenas 29%, conforme se pode ver no gráfico abaixo.

Evolução da intenção de voto para presidente - 1994

(Resposta estimulada e única, em %)



Fonte: Em 2002 haverá eleições para presidente da República. Se a eleição para presidente fosse hoje e os candidatos fossem estes, em quem você votaria?

Base: Brasil

Na última consulta, dos dias 30/09 e 01/10, FHC tenha 48% e Lula apenas 22%. Todos esses percentuais se referem aos votos totais. O resultado dessas pesquisas foi confirmado pela vitória de FHC já no primeiro turno com 54,28% dos votos válidos contra 27,04% de Lula. Como o percentual total de votos nulos e abstenções foi de 13%, se multiplicarmos os 48% da última pesquisa por 1,13 chegaremos a 54,24%, valor bem próximo dos 54,28% dos votos válidos.

Não tenho dúvida de que se não houvesse tido a manobra eleitoral, que resultou no encurtamento da URV para apenas 4 meses, a tempo de

derrubar a inflação nos três meses de julho, agosto e setembro anteriores às eleições, o Plano Real teria tido ainda mais sucesso no controle da inflação do que teve. O período da URV acabou sendo muito curto, do que resultou a inflação foi de 33,03% no primeiro ano do Real, pois não deu tempo para os preços se alinharem fazendo uso do indexador.

Acredito que se a minha proposta integral tivesse sido adotada o Plano Real teria tido um sucesso maior. Por proposta integral entenda-se um plano de estabilização feito em três fases: preparação (de 6 meses, com indexação diária voluntária, exceto salários, aposentadorias e pensões que seriam corrigidos pelo indexador); estabilização (de 12 meses, com o indexador virando moeda forte provisória, mas continua a existir para a indexar – mensal e obrigatoriamente – toda economia); e consolidação (feitas as reformas estruturais assegurando o resultado fiscal, o indexador se transformaria na nova moeda forte nacional e seria extinto, juntamente com toda e qualquer indexação).

O sucesso seria maior porque não seria necessário elevar os juros e apreciar o dólar, tal como ocorreu nos primeiros quatro anos e meio do Plano Real. Isso evitaria a maxidesvalorização do câmbio de janeiro de 1999, o enorme crescimento da dívida pública e uma maior taxa de crescimento. Mas isso é assunto para outro livro.

CAPÍTULO 9

**Notícias na
imprensa sobre
o meu trabalho**

08/09/1993 - Tribuna da Imprensa - "Técnico sugere o Cruzeiro Cambial" é a primeira notícia na imprensa sobre proposta de indexador cambial que depois vira moeda

Assinada pelo saudoso jornalista Conrado Pereira, essa foi a primeira notícia publicada na imprensa brasileira e mundial sobre uma proposta, que inexistia no meio acadêmico, de se utilizar um indexador diário relacionado ao câmbio para debelar a inflação inercial no nosso país.

Técnico sugere cruzeiro cambial
 Conrado Pereira

Técnico há 18 anos e lotado na área financeira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Cláudio Braga de Abreu e Silva acaba de entregar ao Assessor Especial do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, professor Edmar Bacha, um projeto em que sugere a criação do cruzeiro cambial (CrC\$) como indexador diário negociado.

A nova "moeda" teria o valor diário calculado pela média ponderada de uma cesta de moedas estrangeiras, reservas cambiais, comércio exterior e serviços. Este indexador seria o substituto do distorcido sistema de indexação diferenciada, fruto das inflações inercial (indexação da economia), de expectativa ou empresarial (juros altos e preços abusivos) e a governamental (emissão de moeda e dívida interna).

Cláudio Braga é diretor financeiro da Associação dos Funcionários do BNDESPar. Ele garante que a soma das inflações empresarial, feita pela margem excessiva do ganho dos agentes econômicos e governamental, gerada pelo desequilíbrio fiscal-monetário e pelos gastos públicos, é a inflação real de cada mês, acima da inflação inercial. Para o técnico sua proposta contempla alternativas como dolarização, congelamento, pré-fixação, "Conselho da Moeda", âncoras cambial e monetária.

A implantação da indexação negociada, segundo Cláudio Braga, far-se-ia em três etapas: preparatória, para vencer os efeitos sociais e econômicos da inflação inercial e da indexação diferenciada (permitir a indexação diária de contratos de preços, salários, juros e câmbio); estabilização, com redução ou eliminação da inflação inercial, com fixação temporária de câmbio; e consolidação, quando se eliminaria, em definitivo, a indexação, através de sua proibição.

Edição de 08/09/1993 do jornal Tribuna da Imprensa / RJ

13/12/1993: Jornal do Brasil – “Engenheiro assume paternidade do plano”

Matéria assinada pela jornalista Lucila Soares de título “Engenheiro assume a paternidade do plano: Funcionário da BNDESPAR diz que ideias são suas”. O Jornal do Brasil procurou o Autor e publicou a essa matéria no dia 13/12/1993:

13.12.93

Engenheiro assume paternidade do plano

Luiz Morier

■ Funcionário do BNDESPAR afirma que ideias são suas

Nem Winston Fritsch, nem Edmar Bacha, Gustavo Franco, André Lara Resende ou Pêrsio Arida. O engenheiro Claudio Braga de Abreu e Silva, 44 anos, funcionário do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Participações (BNDESPAR) desde 1975, é quem reivindica a paternidade do plano anunciado pelo ministro Fernando Henrique Cardoso.

Ou, pelo menos, desconfia das coincidências entre o plano do ministro e o programa por ele elaborado em julho e encaminhado em setembro ao presidente Itamar Franco, a Fernando Henrique e sua equipe, a deputados, senadores, associações comerciais, federações de indústria, sindicatos, partidos políticos e jornais.

Foram mais de 150 cartas, e uma das respostas deixa Abreu ainda mais obcecado em ter sua contribuição reconhecida, “se for o caso, naturalmente”, apressa-se em ressaltar. Ela veio da Secretaria de Política Econômica, de



Abreu e Silva: os economistas do BNDES não o levaram a sério

indexador. Eles seriam convertidos pela média dos últimos 12 meses. O Plano Abreu propõe também a criação do vale-salário, expresso em CrCS.

Cruzeiro Novo — Na segunda fase, de estabilização, seria extinto o cruzeiro real e criado o cruzeiro novo (NCr\$), que equivaleria a CrCS 1. Ela duraria 12 meses e nos três primeiros o NCr\$ teria paridade com o dólar.

Na terceira fase, de consolidação, o cruzeiro novo seria substituído pelo cruzeiro e a indexação seria proibida. O Plano Abreu condiciona o sucesso das medidas a reformas estruturais no Estado. Mas considera possível fazer o ajuste aos poucos.

Popular — No BNDES, onde Claudio Abreu é considerado um técnico competente, além de ser uma figura popular e querida por seu bom humor, os colegas evitam comentar o assunto. Ele próprio se queixa de que não foi levado a sério no banco, principalmente pelos economistas. Mas não se deixa abalar:

“A reação ao plano foi muito tranquila. Não seria porque todos os que leram o meu programa já sabiam o que ia acontecer?” (L.S.)

Winston Fritsch, e agradece “a preocupação com os problemas do país, que requerem no momento a participação de todos os brasileiros, com propostas novas e criativas”.

Veneno de cobra — O programa do engenheiro, que tem mestrado em Administração de Empresas pela Coppead, é uma adaptação de uma ideia antiga: usar a indexação para acabar com a cobra para neutralizar os efeitos do próprio veneno, como gosta de dizer. Em 1985 Pêrsio Arida e André Lara Resende já propunham a *otenziação* da economia para quebrar a inércia inflacionária.

Abreu propôs a criação do

Cruzeiro Cambial (CrCS) como indexador diário. A nova moeda teria seu valor em cruzeiros reais calculado diariamente com base em uma cesta de moedas estrangeiras. Este indexador seria de adesão voluntária — ou negociada — e seu valor inicial seria equivalente a um dólar comercial.

Cheques — O programa tem três etapas. Na fase de preparação, que duraria seis meses, seria criado o cruzeiro cambial e se autorizaria a indexação diária. A Ufir seria substituída pelo CrCS e todos os preços poderiam ser expressos nessa moeda, inclusive em faturas e cheques.

Os salários seriam protegidos da indexação diária dos preços aderindo imediatamente ao novo

No dia 10/12/1993, saiu uma notícia intitulada “Embrião”, na coluna Vitor Hugo, de A Gazeta de Vitória (ES).

No dia 14/12/1993 saíram notícias em O Estado de São Paulo, e no Jornal do Comércio: “Engenheiro se diz dono do FHC2 e “Engenheiro afirma ser autor do plano”.

No dia 21/12/1993, um dia após uma palestra que fiz sobre a minha proposta na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, a convite do seu presidente, deputado Paulo Renato Paim, saíram mais algumas notícias, que o deputado conseguiu publicar, a saber: no DCI - Diário do Comércio e Indústria, intitulada “Plano exclui salários, diz técnico”, e no Correio Braziliense, “Nova política é criticada”.

No dia 22/12/1993, também a pedido do deputado, saiu uma pequena nota na coluna Chumbo Quente, de Roger Ferreira, na Folha da Tarde, que embora contendo algumas imperfeições, relata o já comentado episódio da revista Exame de 08/12/1993 - transcrita abaixo:

Nada se cria

O engenheiro Claudio Abreu enviou no dia 31 de agosto a 150 autoridades o texto “Indexação Diária Negociada, em cuja capa diz-se a frase “Contra o veneno da cobra, só próprio veneno da cobra”. Em entrevista à revista EXAME, o ministro Fernando Henrique repetiu a frase.

22/09/1994: Vínculo (jornal da AFBNDES) - Afinal, como surgiu a URV?



Vínculo

Campanha contra a
Miséria e Pela Vida

Contatos no BNDES: Sybelina
(7881) e Eda (7116/06)

AFBND

22 de setembro de 1994

Ano 27 - nº223

VÍNCULO

3

Plano Real: afinal, como surgiu a URV?

(Vide texto nas páginas seguintes)

* Cláudio Braga de Abreu e Silva

N o período de julho a outubro de 1993, quando ainda se discutiam outras formas de tratamento para nossa economia, enviei para diversas pessoas e entidades formadoras de opinião e tomadoras de decisão do país - inclusive para o Presidente Itamar Franco e o Ministro Fernando Henrique e seus principais assessores - o meu trabalho denominado "A INDEXAÇÃO DIÁRIA NEGOCIADA", cuja versão preliminar foi entregue em 30/07/93 ao então presidente do BNDES, Dr. Delben Leite, e a final concluída em 31/08/93.

Como o próprio nome sugere e o seu conteúdo confirma, minha proposta é muito semelhante ao denominado Plano Real, particularmente no que se relaciona à sua principal inovação: criar-se um indexador diário para ser adotado de forma compulsória para os salários, e de forma voluntária e negociada pelos agentes econômicos, e que, no final do processo, acaba transformando-se na nova moeda forte nacional.

Fundamentado em uma série de evidências, que não serão aqui totalmente apresentadas, acredito que o meu trabalho foi a base para a elaboração do Plano Real. É lamentável que, embora tenha recebido cartas de agradecimento do próprio ministro e de seus assessores, nenhuma delas esclareceu tal fato. Minha intenção foi a de contribuir e sinto-me recompensado por ter sido adotado algo parecido. Contudo, gostaria de ter meu mérito reconhecido, pois tenho este direito.

Meu trabalho foi uma contribuição pessoal, no âmbito da campanha do Betinho, ao Grupo de Ações Estruturais Contra a Miséria e a Fome dos Funcionários do Sistema BNDES - onde trabalho e sou Diretor Financeiro da AFBNDESPAR. Sempre lhe conferi um caráter supra-classista e supra-partidário, pois acreditei firmemente que a eliminação da inflação no Brasil passava pelas suas propostas, na medida em que elas viabilizariam um efetivo pacto nacional.

A maior prova disto é que a minha proposta foi distribuída, de julho a outubro de 1993, para mais de 150 pessoas e instituições do Poder Executivo (federal, estadual e municipal), do Congresso, e de entidades representativas da indústria, do comércio, do setor financeiro, dos trabalhadores, das universidades e da imprensa, entre outras. Tenho comigo mais de 40 cartas de agradecimento pelo envio do trabalho. Destaco a enviada a pedido do ministro pelo chefe do gabinete do Ministério da Fazenda (de 29/09/93), e a do Dr. Edmar Bacha (de 08/09/93), e do Dr. Winston Fritsch (de 30/09/93), remetidas logo após as primeiras notícias na imprensa sobre a adoção do indexador.

Reconheço que o então Ministro Fernando Henrique Cardoso e sua equipe tiveram o mérito de ter acreditado na

proposta e concretizado a idéia inovadora do plano, onde a utilização do indexador diário permitiu que pela primeira vez em nossa história se aplicasse um programa de estabilização feito gradualmente e em etapas, sem congelamentos, sem sequestro de poupança, sem quebras abruptas de contratos, sem maiores supressões e de forma transparente, anunciada e negociada.

A criação do indexador-moeda viabilizou proposições semelhantes feitas em planos de estabilização denominados de bi-monetários ou de moeda indexada, elaborados há muitos anos por membros da equipe econômica, que, contudo, nunca foram executados por terem alguns problemas.

A grande diferença entre o Plano Real e os planos bi-monetários é que, na fase de preparação, no primeiro convivem na economia um indexador-moeda e a moeda fraca, e nos segundos convivem simultaneamente duas moedas efetivas, uma forte e outra fraca.

Os problemas dos planos bi-monetários são uma tendência à hiperinflação na moeda fraca - em função de ninguém querer ficar com ela em seu poder - e a impossibilidade de se determinar a taxa de conversão entre as duas moedas. Tais problemas forçam a redução do período de transição, cujo alongamento é justamente um de seus objetivos. Isto porque, como a inflação só pode ser apurada em uma única moeda, na medida em que os preços na moeda fraca fossem sendo convertidos para a moeda forte, seria necessário se fazer uso da própria taxa de conversão entre elas para determiná-la em qualquer das duas moedas. É como na imagem da cobra que engole o próprio rabo, pois matematicamente a incógnita é função dela mesma. E, sem adeterminação precisa da taxa de conversão, o como se controlaria o volume total de moeda na economia, senão através de mecanismos de engessamento monetário, tal como o lastro (indisponível) em moedas estrangeiras?

Na minha proposta e no Plano Real, introduz-se apenas mais um indexador na economia. E, assim, a inflação pode ser apurada normalmente, pois a moeda é uma só. Isto viabiliza a adoção do indexador-moeda por um período de tempo prolongado, sem qualquer risco de hiperinflação, ao contrário do que achavam quase todos os economistas, desde a época da elaboração do meu trabalho até data da criação da URV.

No caso do Plano Real, o período de existência da URV, além de ter sido retardado, foi muito curto, e, adicionalmente, o uso dela foi muito restrito. Terá sido em função do ajustamento do cronograma do plano no do calendário eleitoral? Ou do medo infundado da hiperinflação por parte dos economistas? Ressalte-se que, ao contrário, houve estabilização da

inflação nos quatro meses de vigência da URV, devido à maior uniformização da indexação existente. Por outro lado, verificaram-se aumentos da inflação por ocasião da introdução da URV e na sua transformação no Real, certamente devido ao aumento das expectativas dos agentes econômicos, face ao curto período de existência do indexador. Vale dizer que os últimos aumentos causaram perdas para os trabalhadores, que só serão repostas por ocasião da sua data-base.

No meu trabalho o indexador-moeda foi denominado de Cruzeiro Cambial (CrCS), e seria apurado diariamente com base na cotação de uma cesta de moedas estrangeiras, tal como anunciado inicialmente pela equipe econômica. Ele teria a função de uniformizar os preços relativos na fase de preparação, e com isso reduzir o aumento de parte da inflação real decorrente das expectativas dos agentes econômicos. Depois da criação do Real, o CrCS continuaria a existir, e, além disto, passaria a ser de uso compulsório por um período de um ano ou mais, que chamei de fase de estabilização, na qual seriam concluídas as reformas estruturais necessárias para acabar com a parte da inflação real decorrente do desequilíbrio fiscal. Só então, na fase de consolidação, se transformaria o indexador-moeda na nova moeda forte nacional, que denominarei de Cruzeiro (sem adjetivos), e se proibiria a

"Acredito que o meu trabalho foi a base para a elaboração do Plano Real..."

indexação. Deste modo, o Real, que denominarei de Cruzeiro Novo, seria apenas uma moeda transitória, criada para eliminar a inflação inercial, e não para ser usada para fins eleitorais.

Todas considerações feitas acima foram objeto de artigos que fiz, de fevereiro a maio de 1994, como contribuições adicionais, que contudo não foram levadas em conta pela equipe econômica. Só resta torcer para que eu esteja errado, de modo que o Plano Real, apesar das suas imperfeições, acabe dando certo, pois a inflação tem que ser extinta.

A essência do meu trabalho baseou-se na elaboração das vacinas contra o veneno de cobra, onde se usa o próprio veneno do animal. Imaginei que para acabar com a

indexação, dever-se-ia primeiro superindexar a economia para depois proibir a indexação. Em função disto, surgiu o seu subtítulo: "Contra o veneno da cobra, só o próprio veneno da cobra". Isto acabou gerando duas evidências de que o Plano Real foi de fato baseado no meu trabalho, que são duas citações feitas na imprensa relacionadas ao conceito, as quais são reproduzidas a seguir:

a) na revista EXAME de 08/12/93, na reportagem "Façam o jogo senhores": "Concedida nos laboratórios da equipe econômica do ministro Fernando Henrique (...), a URV destina-se a funcionar como remédio contra mordida de cobra. Como os soros antiofídicos, feitos a partir do próprio veneno dos répteis, a URV (...), conforme definiu um dos principais assessores do ministro em conversa com a chefe da sucursal de EXAME em Brasília (...)"

b) na revista VEJA de 14/09/94, na reportagem "A moeda dos pesos pesados", em um trecho que narra citações do Dr. Edmar Bacha: "O veneno da indexação mensal automática dos preços foi combatido com o mesmo veneno em dose maior: a superindexação diária."

Será que a URV foi mesmo concebida nos laboratórios da equipe econômica do então ministro, e hoje candidato à Presidência, Fernando Henrique Cardoso?

Com a palavra o senador Fernando Henrique Cardoso, que nunca respondeu à pergunta que fiz, nas cartas que lhe enviei nos dias 06/12/93, 25/03/94 e 26/08/94, sobre o fato do Plano Real ter sido feito com base na minha proposta. Responda senão, pois, afinal, todos têm direito de saber desta história.

Obs: encontra-se à disposição dos interessados na biblioteca do BNDES, no Rio, todo o material relacionado à "A INDEXAÇÃO DIÁRIA NEGOCIADA", contendo suas três versões (original de 31/08/93, resumida de 08/09/93 e resumo de 25/11/93), cartas enviadas e recebidas, recortes de notícias publicadas na imprensa, e os cinco artigos que escrevi no período de fevereiro a maio de 1994, como contribuições adicionais ao plano.

* Engenheiro Civil da BNDESPAR, lotado no BNDES - AF/GEPOF

NA HORA DA SUA MUDANÇA, CHAME A NOVA UNIÃO.

20% de desconto para pagamentos à vista.

É A ÚNICA EMPRESA QUE VEM CUMPRINDO TODAS AS SUAS EXIGÊNCIAS.

A sua Associação de Funcionários foi exigente nos mínimos detalhes. Qualidade e custos compatíveis. A partir de agora, na hora de mudar é só chamar a Nova União. Como ainda precisamos provar que somos melhores, aproveitamos todas as vantagens e descontos que você tem direito. Ligue agora:

351-1515

nova união

Rua Cap. Cruz, 554 - Rio de Janeiro

No período de julho a outubro de 1993, quando ainda se discutiam outras formas de tratamento para nossa economia, enviei para diversas pessoas e entidades formadoras de opinião e tomadoras de decisão do país inclusive para o Presidente Itamar Franco, o Ministro Fernando Henrique e seus principais assessores - o meu trabalho denominado *A Indexação Diária Negociada*, cuja versão preliminar foi entregue em 30/07/93 ao então presidente do BNDES, dr. Delben Leite, e a final concluída em 31/08/93.

Como o próprio nome sugere e o seu conteúdo confirma, minha proposta é muito semelhante ao denominado Plano Real, particularmente no que se relaciona à sua principal inovação: criar-se um indexador diário para ser adotado de forma compulsória para os salários e de forma voluntária e negociada pelos agentes econômicos, e que, no final do processo, acaba transformando-se na nova moeda forte nacional.

Fundamentado em uma série de evidências, que não serão aqui totalmente apresentadas, acredito que o meu trabalho foi a base para a elaboração do Plano Real. É lamentável que, embora tenha recebido cartas de agradecimento do próprio ministro e de seus assessores, nenhuma delas esclareceu tal fato. Minha intenção foi a de contribuir e sinto-me recompensado por ter sido adotado algo parecido. Contudo, gostaria de ter meu mérito reconhecido, pois tenho este direito.

Meu trabalho foi uma contribuição pessoal, no âmbito da campanha do Betinho, ao Grupo de Ações Estruturais Contra a Miséria e a Fome dos Funcionários do Sistema BNDES - onde trabalho e sou Diretor Financeiro da AFBNDESPAR. Sempre lhe conferi um caráter supraclassista e suprapartidário, pois acreditei firmemente que a eliminação da inflação do Brasil passava pelas suas propostas, na medida em que elas viabilizariam um efetivo pacto nacional.

A maior prova disto é que minha proposta foi distribuída, de julho a outubro de 1993, para mais de 150 pessoas e instituições do poder executivo federal, estadual e municipal, do Congresso,

e de entidades representativas da indústria, do comércio, do setor financeiro, dos trabalhadores, das universidades e da imprensa, entre outras.

Tenho comigo mais de 40 cartas de agradecimento pelo envio do trabalho. Destaco a enviada a pedido do ministro pelo chefe do gabinete do Ministério da Fazenda (de 29/09/93), e as dos dr. Edmar Bacha (de 08/09/93), e do dr. Winston Fritsch (de 30/09/93), remetidas logo após as primeiras notícias na imprensa sobre a adoção do indexador.

Reconheço que o então Ministro Fernando Henrique Cardoso e sua equipe tiveram o mérito de ter acreditado na proposta e concretizado a idéia inovadora do plano, no qual a utilização do indexador diário permitiu que, pela primeira vez em nossa história, se aplicasse um programa de estabilização feito gradualmente e em etapas, sem congelamentos, sem sequestro de poupança, sem quebras abruptas de contratos, sem maiores surpresas e de forma transparente, anunciada e negociada.

A criação do indexador-moeda viabilizou proposições semelhantes feitas em planos de estabilização denominados de bimonetários ou de moeda indexada, elaborados há muitos anos por membros da equipe econômica, que, contudo, nunca foram executados por terem alguns problemas.

A grande diferença entre o Plano Real e os planos bimonetários é na fase de preparação: no primeiro convivem na economia um indexador-moeda e a moeda fraca, e nos segundos convivem, simultaneamente, duas moedas efetivas, uma forte e outra fraca.

Os problemas dos planos bimonetários são uma tendência à hiperinflação na moeda fraca – em função de ninguém querer ficar com ela em seu poder – e a impossibilidade de se determinar a taxa de conversão entre as duas moedas. Tais problemas forçam a redução do período de transição, cujo alongamento é justamente um de seus objetivos. Isto porque, como a inflação só pode ser apurada em uma única moeda, na medida em que os preços na

moeda fraca fossem sendo convertidos para a moeda forte, seria necessário se fazer uso da própria taxa de conversão entre elas para determiná-la em qualquer das duas moedas. É como na imagem da cobra que engole o próprio rabo, pois matematicamente a incógnita é função dela mesmo. E sem a determinação precisa da taxa de conversão, como se controlaria o volume total de moeda na economia, se não através de mecanismos de engessamento monetário, tal como o lastro (indisponível) em moedas estrangeiras?

Na minha proposta e no Plano Real, introduz-se apenas mais um indexador na economia. E, assim, a inflação pode ser apurada normalmente, pois a moeda é uma só. Isto viabiliza a adoção do indexador-moeda por um período de tempo prolongado, sem qualquer risco de hiperinflação, ao contrário do que achavam quase todos os economistas, desde a época da elaboração do meu trabalho até data da criação da URV.

No caso do Plano Real, o período de existência da URV, além de ter sido retardado, foi muito curto, e, adicionalmente, o uso dela foi muito restrito. Teria sido em função do ajustamento do cronograma do plano ao do calendário eleitoral? Ou do medo infundado da hiperinflação por parte dos economistas? Ressalte-se que, ao contrário, houve estabilização da inflação nos quatro meses de vigência da URV, devido à maior uniformização da indexação existente. Por outro lado, verificaram-se aumentos da inflação por ocasião da introdução da URV e na sua transformação no Real, certamente devido ao aumento das expectativas dos agentes econômicos, face ao curto período de existência do indexador. Vale dizer que os últimos aumentos causaram perdas para os trabalhadores, que só serão repostas por ocasião da sua data base.

No meu trabalho o indexador-moeda foi denominado de Cruzeiro Cambial (CrC\$), e seria apurado diariamente com base na cotação de uma cesta de moedas estrangeiras, tal como anunciado inicialmente pela equipe econômica. Ele teria a função de uniformizar os preços relativos na fase de preparação, e com isso reduzir o aumento de parte da inflação real decorrente das

expectativas dos agentes econômicos. Depois da criação do Real, o CrC\$ continuaria a existir, e, além disto, passaria a ser de uso compulsório por um período de um ano ou mais, que chamei de fase de estabilização, na qual seriam concluídas as reformas estruturais necessárias para acabar com a parte da inflação real decorrente do desequilíbrio fiscal. Só então, na fase de consolidação, se transformaria o indexador-moeda na nova moeda forte nacional, que denominei de Cruzeiro (sem adjetivos!), e se proibiria a indexação. Deste modo, o Real, que denominei de Cruzeiro Novo, seria apenas uma moeda transitória, criada para eliminar a inflação inercial, e não para ser usada para fins eleitorais.

Todas essas considerações feitas acima foram objetos de artigos que fiz, em fevereiro a maio de 1994, como contribuições adicionais, que, contudo, não foram levadas em conta pela equipe econômica. Só resta torcer para que eu esteja errado, de modo que o Plano Real, apesar das suas imperfeições, acabe dando certo, pois a inflação tem que ser extinta. A essência do meu trabalho baseou-se na elaboração das vacinas contra veneno de cobra, onde se usa o próprio veneno do animal. Imaginei que para acabar com a indexação, dever-se-ia primeiro superindexar a economia para depois proibir a indexação. Em função disto, surgiu o seu subtítulo: “Contra o veneno da cobra, só o próprio veneno da cobra”.

Isto acabou gerando duas evidências de que o Plano Real foi de fato baseado no meu trabalho, que são duas citações feitas na imprensa relacionadas ao conceito, as quais são reproduzidas a seguir:

a) na revista EXAME de 08/12/93, na reportagem “Façam o jogo senhores”:

- “Concebida nos laboratórios da equipe econômica do ministro Fernando Henrique... a UR destina-se a funcionar como remédio contra mordida de cobra. Como os soros antiofídicos, feitos a partir do próprio veneno dos répteis, a UR... conforme definiu um dos principais assessores do ministro em conversa com a chefe da sucursal de EXAME em Brasília ...”

b) na revista VEJA de 14/09/94, na reportagem “A moeda dos pesos pesados”, em um trecho que narra citações do dr. Edmar Bacha: “O veneno da indexação mensal automática dos preços foi combatido com o mesmo veneno em dose maior: a superindexação diária.”

Será que a URV foi mesmo concebida nos laboratórios da equipe econômica do então ministro, e hoje candidato à presidência, Fernando Henrique Cardoso?

Com a palavra o senador Fernando Henrique Cardoso, que nunca respondeu a pergunta que fiz, nas cartas que lhe enviei nos dias 06/12/93, 25/03/94 e 26/08/94, sobre o fato do Plano Real ter sido feito com base na minha proposta. Responda senador, pois, afinal, todos têm direito de saber desta história.

OBS: Encontra-se à disposição dos interessados na biblioteca do BNDES, no Rio, todo o material relacionado à *A Indexação Diária Negociada*, contendo suas três versões (original de 31/08/93, resumida de 08/09/93 e resumo de 25/11/93), cartas enviadas e recebidas, recortes de notícias publicadas na imprensa, e os cinco artigos que escrevi no período de fevereiro a maio de 1994, como contribuições adicionais ao plano.

17/09/1994: Folha de S. Paulo

“Descamisados viram ‘o Abreu’”

“Os ”descamisados” do Governo Collor ganharam um apelido entre os tucanos: eles são “o Abreu”. (...)

“O Abreu é o cidadão de baixa renda, sem acesso a jornais e revistas. Ele tem contato com notícias de forma esporádica.”

30/09/1994: Quem manda é o Abreu

Durante toda campanha e principalmente nesses momentos finais, a última palavra para qualquer decisão no comitê do candidato do PSDB a presidente é o Abreu.

O Abreu é o código usado pelo comando da campanha de marketing do tucano para designar as pesquisas de opinião pública. Depois de qualquer discussão interna, com políticos ou assessores, Fernando Henrique pergunta: “e o Abreu o que acha disso?”

Meus comentários sobre essa notícias que citam “o Abreu”

O curioso nessa história é que, após o envio de mais uma carta para FHC que não me foi respondida, saíram duas notícias intrigantes e aparentemente sem sentido na imprensa. A primeira na Folha de São Paulo, de 17/09/1994, de título Descamisados viram “o Abreu”, feita pela sucursal do jornal em Brasília, e a segunda no Jornal do Brasil, de 30/09/1994, assinada pelo jornalista Jorgemar Félix, da sucursal de São Paulo, de título “Quem manda é o Abreu”.

O interessante a observar aqui é que:

- Por que nos comitês tucanos de Brasília e de São Paulo foram dados significados diferentes para o “Abreu”?
- Por que terá sido usada a palavra “Abreu” para denominar os “descamisados” e o “cidadão de baixa renda”, se que o sobrenome mais comum no Brasil, e que mais estaria de acordo com a ideia, é “Silva”?
- Será que depois de tanto sugerir medidas - contidas no meu trabalho A Indexação Diária Negociada e mais outros cinco artigos - que foram adotadas pelo Plano Real, o meu sobrenome mais conhecido “Abreu” não poderia ter se transformado numa espécie de código entre os tucanos?

27/11/1994: A Gazeta – Vitória ES
“Engenheiro capixaba cobra autoria do Plano Real”,
assinada pelo jornalista José Antônio Sarcinelli.

24 – Vitória (ES), domingo, 27/11/1994

Economia

A GAZETA

Engenheiro capixaba cobra autoria do Plano Real

José Antônio Sarcinelli

Quem foi, afinal, o autor da ideia inovadora que originou o Plano Real, a de criar um indexador diário e transformá-lo em seguida em moeda? A resposta está sendo cobrada do presidente da República, Itamar Franco, através de carta, por quem acredita ter sido o idealizador da medida, o engenheiro civil capixaba Cláudio Braga de Abreu e Silva, atualmente desenvolvendo atividades na área financeira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “O presidente deve esclarecer a origem do plano, porque estou convicto de que ele foi baseado em trabalho de minha autoria”, afirmou.

O engenheiro explicou que, no período de julho a outubro de 93, quando se discutia no país medidas para a estabilização da economia que não envolvessem congelamento de preços e salários, elaborou um estudo denominado A Indexação Diária Negociada - Uma Proposta para a Economia Brasileira, em que defendeu a tese de que “contra o veneno da cobra, só o próprio veneno da cobra”, referindo-se à melhor forma de combater a inflação brasileira. A proposta de indexação contempla três fases - preparação, estabilização e consolidação - e o carro chefe é a criação de um indexador-moeda, o cruzado cambial (CrCS).

Cláudio Abreu revelou que o estudo foi uma contribuição pessoal ao Grupo de Ações Estruturais Contra a Miséria e a Fome dos Funcionários do

BNDES, do qual participa, formado no âmbito da Campanha contra a Miséria e Pela Vida, coordenada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Como atribuiu ao trabalho caráter supraclassista e suprapartidário, encaminhou a proposta, no período, para mais de 150 pessoas e instituições do Poder Executivo e Legislativo (federal, estadual e municipal), e à entidades representativas da indústria, do comércio, do setor financeiro, dos trabalhadores, das universidades e da imprensa.

Equipe

De acordo com ele, a versão preliminar do estudo Indexação Diária Negociada foi encaminhada, primeiramente, para o presidente do BNDES, Delben Leite. A versão final, datada de 31 de agosto, foi remetida, em seguida, ao presidente Itamar Franco, ao ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso e ao ministro do Planejamento, Alexis Stepanenko. Também receberam cópias os renomados integrantes da equipe econômica, como Edmar Bacha, Winston Fritsch, Pedro Malan, André Lara Resende, Osires Lopes Filho, Raul Jungmann, Pêrsio Arida e Aspásia Camargo.

O engenheiro destacou o recebimento de 40 cartas de agradecimentos pelo envio do trabalho, entre elas a de Edmar Bacha, considerado o pai do plano, e a de Winston Fritsch, integrantes da equipe de FHC, elogiando a iniciativa e afirmando que a proposta estava sendo analisada pelo Governo. “As cartas divulgaram logo após a im-



as primeiras notícias sobre a adoção do indexador. Por este motivo, acredito que o trabalho que elaborei foi a base para a criação do Plano Real e nada mais justo do que receber o crédito”, defendeu.

A utilização do indexador diário, conforme enfatizou o engenheiro na cópia enviada ao presidente Itamar e ao ministro da Fazenda, permitiria que, pela primeira vez na história econômica do país, se aplicasse um programa de es-

tabilização gradualmente e em etapas, sem congelamentos, seqüestro de poupança e quebras abruptas de contratos. “A minha ideia, tal como agiu o Governo, era evitar surpresas para a sociedade, um plano transparente, anunciado e negociado”.

Ao cobrar do Governo o nome da pessoa que idealizou o Plano Real, Cláudio Abreu quer pôr fim a um ano de muita angústia (a de ter convicção e não a certeza), satis-

fazer a vaidade pessoal e, o mais importante, deixar uma base de sustentação para novos planos de estabilização. Isto porque entende que o real desviou-se da ideia original, que previa a vigência do indexador por 12 meses, por ter sido adaptado aos interesses eleitorais do ministro. “Cobrei de FHC a verdade sobre a autoria do plano e não obtive resposta. Decidi então solicitar todos os esclarecimentos ao presidente da República”.

Quem foi, afinal, o autor da ideia inovadora que originou o Plano Real, a de criar um indexador diário e transformá-lo em seguida em moeda? A resposta está sendo cobrada do presidente da República, através de carta, por quem acredita ter sido o idealizador da medida, o engenheiro civil capixaba Claudio Braga de Abreu e Silva, atualmente desenvolvendo atividades na área financeira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “O presidente deve esclarecer a origem do plano, pois eu estou convicto de que ele foi baseado em trabalho de minha autoria”, afirmou.

O engenheiro explicou que, no período de julho a outubro de 93, quando se discutia no país medidas para estabilização da economia que não envolvessem congelamento de preços e salários, elaborou um estudo denominado A Indexação Diária Negociada – Um Proposta para a Economia Brasileira, em que defende a teses de que “contra o veneno da cobra, só o próprio veneno da cobra”, referindo-se à melhor forma de combater a inflação brasileira. A proposta de indexação contempla três fases (preparação, estabilização e consolidação) e o carro chefe é a criação de um indexador-moeda, o cruzeiro cambial (CrC\$).

Claudio Abreu revelou que o estudo foi uma contribuição pessoal ao Grupo de Ações Estruturais contra a Miséria e a Fome dos Funcionários do BNDES do qual participa, formado no âmbito da Campanha Contra a Miséria e Pela Vida, coordenada pelo sociólogo Hebert de Souza, o Betinho. Como atribuiu ao caráter supraclassista e suprapartidário, encaminhou a proposta, no período, para mais de 150 pessoas e instituições do Poder Executivo (federal, estadual e municipal) e a entidades representativas da indústria, do comércio, do setor financeiro, dos trabalhadores, das universidades e da imprensa. (...)

02/05/1996: O GLOBO – Marcio Moreira Alves
“Notas de Feriado”

Nas páginas seguintes a transcrição da notícia em resposta à importante carta (27/04/1996) enviada por Claudio ao jornalista Marcio Moreira Alves, que se encontra no ANEXO F.

(Transcrição Parcial)

MARCIO MOREIRA ALVES



de Brasília

Notas de feriado

• Cartas não respondidas, sugestões que mereceriam ser examinadas, pequenos erros que não retificamos, injustiças que temos de reparar, tudo isto faz parte da montanha de papel que se acumula no canto da mesa de trabalho de um colunista e, como uma maré incontrôlável, vai-se esparramando pelos outros móveis até acontecer uma das duas: ou aparece um feriado para ordená-los e publicar, ou vão direto para o lixo.

Aproveito o Dia do Trabalho para escolher a primeira opção e atacar o mais urgente, que são as injustiças.

No dia 2 de abril ♦♦♦

(Texto não transcrito)

Tudo o que já foi pensado uma vez, fatalmente será pensado de novo, mesmo que o pensamento original tenha sido esquecido e a sua memória se tenha perdido na poeira dos séculos. Este é um axioma da ciência e foi o que fez com que os físicos nucleares que trabalharam no Projeto Manhattan, de fabricação da bomba atômica, tivessem tamanho senso de urgência. Temiam que os alemães pensassem o mesmo que eles.

O diretor financeiro da Associação dos Funcionários do BNDESpar, engenheiro Claudio Braga de Abreu e Silva, reivindica a paternidade do Plano Real.

Em setembro e outubro de 1993, encaminhou a cerca de 200 autoridades executivas e parlamentares um trabalho intitulado "A Indexação Diária Negociada", com o subtítulo de "Contra o Veneno da Cobra, Só o Próprio Veneno da Cobra".

O coração do Plano Real foi a URV, indexação diária, e o estabelecimento do câmbio flexível, baseado em uma cesta de moedas, depois da introdução da nova moeda.

O dr. Claudio diz que nenhuma dessas medidas estava prevista nas propostas teóricas publicadas antes da circulação de seu trabalho, como o Plano Larida, de 1984, o plano de Francisco Lopes, também chamado de Real, de 1988 e a proposta de um Conselho da Moeda, de André Lara Rezende, de 1991. Só veio a aparecer nas duas propostas de Edmar Bacha, de outubro e novembro de 1993.

Tendo distribuído o seu trabalho a todos os membros da equipe econômica que participaram da elaboração e da implantação do plano, o dr. Claudio está profundamente magoado com o não reconhecimento do seu pioneirismo e da paternidade de algumas das medidas adotadas.

Infelizmente, não se descobriu até hoje um teste de DNA para determinar a paternidade de idéias. Pelo menos, fica o registro.

Finalmente, um leitor ♦♦♦

(Texto não transcrito)

Aproveito o Dia do Trabalho para escolher a primeira opção e atacar o mais urgente que são as injustiças. (...)

Tudo o que já foi pensado uma vez, fatalmente, será pensado de novo, mesmo que o pensamento original tenha sido esquecido e a sua memória se tenha perdido na poeira dos séculos. Este é um axioma da ciência e foi o que fez com que os físicos nucleares que trabalharam no Projeto Manhattan de fabricação da bomba atômica tivessem tamanho senso de urgência. Temiam que os alemães pensassem o mesmo que eles.

O diretor financeiro da Associação dos Funcionários do BN-DESpar, engenheiro Claudio Braga de Abreu e Silva, reivindica a paternidade do Plano Real. Em setembro e outubro de 1993, encaminhou a cerca de 200 autoridades executivas e parlamentares um trabalho intitulado *A indexação Diária Negociada*, com o subtítulo de “Contra o Veneno da Cobra, Só o Próprio Veneno da Cobra”.

O coração do Plano Real foi a URV, indexação diária, e o estabelecimento do câmbio flexível, baseado em uma cesta de moedas, depois da introdução da nova moeda.

O dr. Claudio diz que nenhuma dessas medidas estava prevista nas propostas teóricas publicadas antes da circulação do seu trabalho, como o Plano Larida, de 1984, o plano de Francisco Lopes, também chamado Plano Real, de 1988 e a proposta de um Conselho da Moeda, de André Lara Resende, de 1991. Só veio a aparecer nas duas propostas de Edmar Bacha, de outubro e novembro de 1993.

Tendo distribuído o seu trabalho a todos os membros da equipe econômica que participaram da elaboração e da implantação do plano, o dr. Claudio está profundamente magoado com o não reconhecimento do seu pioneirismo e da paternidade de algumas medidas adotadas.

Infelizmente, ainda não se descobriu até hoje um teste de DNA para determinar a paternidade de idéias. Pelo menos fica o registro.

02/06/2017: A GAZETA – “Faltou um personagem”

Alvaro Abreu, colunista do Jornal A Gazeta escreve sobre o filme lançado à época: “Real – o plano por trás da história” e possível resposta à ausência de Claudio Abreu.

Alvaro Abreu

É engenheiro de produção, cronista e colheireiro
E-mail: alvaro@bambuzau.com.br

⚡ Cláudio não entrou no filme sobre o Plano Real: como admitir que um mero engenheiro pudesse pretender resolver graves questões da economia?

Faltou um personagem

No domingo fui assistir a “Real – O Plano Por Trás Da História”, com a curiosidade de quem acompanhou bem de perto fatos ligados à criação do Plano Real. Na segunda, li comentários que explicam o cinema vazio. Como era esperado, o filme não inclui meu personagem preferido. Explico.

Tenho viva na memória uma conversa de varanda que tive com meu irmão Cláudio, engenheiro do BNDES, no Natal de 1992, sobre a economia brasileira. Para ele, a inflação estratosférica de então era de origem psicológica, gerada pelas incertezas dos mais fortes que, para se proteger, penalizavam os mais fracos que, por sua vez, agiam como fortes diante dos mais fracos do que eles. O governo era o fortão. Bem ao seu estilo, Cláudio falou que ia propor uma maneira de quebrar aquela corrente perversa.

Meses depois, durante uma reunião de dirigentes do banco com Betinho, que buscava apoio

para seu programa contra a fome e pela vida, sua disposição cresceu. Tanto que, em julho, animadíssimo, me chamou ao Rio especialmente para conhecer seu trabalho: “Indexação Diária Negociada – contra o veneno da cobra, só mesmo o veneno da cobra”. Sugeri que diminuísse radicalmente a quantidade de páginas.

A versão resumida ficou pronta no final de agosto de 1993 e, na edição de 8 de setembro, a “Tribuna da Imprensa” publicou matéria sobre sua proposta. Dias antes, ele a enviara para Edmar Bacha, assessor de FHC, então ministro da Fazenda, e para Pêrsio Arida, recém-empossado presidente do BNDES. Junto com Pedro Malan, Gustavo Franco e outros economistas saídos da PUC-Rio eles formavam o grupo convocado pelo governo Itamar para tentar sanar a inflação. Sabe-se que receberam

o trabalho e há comprovação de que usaram como argumento a sua metáfora sobre o veneno da cobra.

Até hoje ninguém foi capaz de dizer que seus fundamentos foram incorporados ao Plano Real, anunciado quase um ano depois. Pudera, como admitir que um mero engenheiro pudesse pretender resolver graves questões da economia? Cláudio não entrou no filme, mas a sua versão da história está lá na internet.



CAPÍTULO 10

**Cartas ao
presidente
Itamar Franco**

No dia 14/12/1994, enviei uma volumosa carta ao presidente Itamar Franco, contendo nada menos que 305 páginas, ou seja, um verdadeiro dossiê, reunindo toda informação que eu dispunha sobre o assunto. Face a sua importância, encontra-se no ANEXO D a carta principal em sua íntegra e indicação de seus anexos.

A seguir, transcrevo a seguir alguns trechos:

Até o momento não tive o meu mérito reconhecido no que se relaciona à contribuição que fiz para a elaboração do Plano Real, o que é lamentável. Ressalto a V. Exa. que em 07/12/94 completou-se exatamente um ano que este bem sucedido plano foi anunciado, cuja principal inovação se relacionou à ideia de primeiro se indexar toda a economia para depois desindexá-la, através da utilização de um indexador diário, de uso compulsório para os salários e de uso voluntário e negociado pelos agentes econômicos, e que, no final do processo, acaba se transformando na nova moeda forte nacional. Tal como propus em meu trabalho enviado à V. Exa.

Refiro-me à minha proposta para a economia brasileira denominada A Indexação Diária Negociada, que enviei à V. Exa. na minha carta de 09/09/93 (cuja cópia está no ANEXO 1), em duas versões - a original de 31/08/93 e a resumida de 08/09/93 -, e que, até desmentido em contrário, serviu de base para a elaboração do Plano Real, embora tal fato nunca tenha sido reconhecido pelos membros integrantes do ministério da Fazenda de Vosso Governo, apesar de eu já ter pedido tal esclarecimento, de forma clara e explícita, por diversas vezes.

Tal pedido foi feito nas cartas que enviei para V.Exa. e para o então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso em 06/12/93, para o mesmo ministro em 25/03/94 e para o então Ministro da Fazenda Rubens Ricupero em 03/05/94, entre outras. Ressalto que todas as cartas que recebi da equipe econômica de vosso Governo, ou foram respondidas de forma padronizada, vaga e evasiva, ou, o que é pior, simplesmente sequer foram respondidas.

Vale ressaltar que na carta que enviei a V. Exa. em 09/09/93, fiz algumas previsões que acabaram por se concretizar integralmente, a saber: que a minha proposta poderia se transformar na maior obra de vosso Governo, que foi diminuir a inflação para patamares reduzidos; que ela poderia vir a ser o nosso verdadeiro pacto nacional; e que tinha certeza de que o caminho do Brasil passava pela minha proposta, ou algo perto dela, até mesmo por falta de alternativas.

Relembro ainda à V. Exa. que na citada carta disse que acreditava e continuo a acreditar-, que num país democrático seria possível um simples técnico levar suas ideias para a consideração da mais alta autoridade da República, e, mais do que isso, vê-la ser concretizada, caso representasse, efetivamente, a melhor alternativa. (...)

Informo a V. Exa. que meu objetivo é somente esclarecer esta questão, que por mais de um ano vem sendo para mim motivo de muita angústia e decepção. Afinal, acho que não estou sendo tratado com a consideração que mereço, face ao meu esforço pessoal no sentido de contribuir para a melhoria de nosso País.

Ainda mais levando em conta que minha contribuição pode, de certa forma, ser inserida no conjunto das obras de vosso Governo, na medida em que ela se deu, de forma espontânea e desinteressada, dentro das atividades feitas pelos funcionários do Sistema BNDES onde trabalho - em prol da campanha Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida, idealizada e comandada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e que contou com o sensível e decisivo apoio de V. Exa. Tais atividades foram coordenadas pelas Associações de Funcionários do Sistema BNDES - onde atuo como diretor financeiro da AFBNDESPAR - através da formação de dois

Grupos: o de Ações Emergenciais, voltado para o atendimento imediato dos carentes, e do de Ações Estruturais, que objetivava fazer proposições de caráter macroeconômico e social para o equacionamento da questão da miséria e a fome no nosso País. O meu trabalho se inseriu nas atividades deste segundo Grupo. (...)

No material que ora remeto à V. Exa. – que contém uma carta detalha a narrando todos os fatos, e onde é feita referência a todos os demais documentos em dois volumes de anexos –, são apresentadas uma série de evidências, que se não permitem concluir que o meu serviu de base para a elaboração do Plano Real, mostram que é difícil que tal fato não tenha acontecido. (...)

Apresentando os meus votos de elevada estima e consideração, e enviando meus cumprimentos por Vossa excelente e histórica gestão frente à Presidência da República, fato que é atestado pelo inigualável índice de aprovação de 86% da população brasileira a um presidente em final de mandato, subscrevo-me,

Atenciosamente,

Claudio Braga de Abreu e Silva (original assinado)

Com cópias para:

dr. Henrique Hargreaves – Ministro-Chefe da Casa Civil/PR

dr. Mauro Durante – Ministro-Chefe da Secretaria Geral/PR

dra. Ruth Hargreaves – Assessora Especial do Pres. da República

dr. Ciro Gomes – Ministro da Fazenda

dr. Herbert de Souza – Mentor e Coordenador da Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida

dr. Pêrsio Arida – Presidente do BNDES

dr. Fernando Henrique Cardoso – futuro Presidente da República

dra. Ruth Cardoso – Diretora do CEBRAP

Importa ressaltar, devido a fatos subsequentes, que o ministro da Fazenda Ciro Gomes e o eleito e futuro presidente da República Fernando Henrique Cardoso receberam cópias da carta de 14/12/1994 que enviei para o presidente Itamar Franco.

CARTA DOS PRESIDENTES DAS ASSOCIAÇÕES DE FUNCIONÁRIOS DO SISTEMA BNDES AO PRESIDENTE ITAMAR FRANCO

No dia 20/12/2024, os presidentes da Associação dos Funcionários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDE, sr. Sérgio Roberto Lima de Paula, da Associação dos Funcionários do BNDES Participações S.A., sr. Adilson Vianna Costa e da Associação dos Funcionários da Agência de Financiamento Industrial – FINA-ME, Sra. Jane Maria Coelho Duarte, enviaram carta ao presidente da República Itamar Franco com Ref.: Pedido de esclarecimento a V. Exa. feito em 14/12/1994 por Claudio Braga de Abreu e Silva. Pela sua importância, tal carta é reproduzida a seguir na íntegra e conta inclusive que os presidentes das Associações acima citados – e mais o sr. Antônio Saraiva da Rocha – presenciaram assim como acompanharam todas as atividades relacionadas à elaboração e divulgação do trabalho do meu trabalho *A Indexação Diária Negociada*.



ANEXO 6

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1994.

Ao Exmo. Sr. Presidente da República
Dr. Itamar Franco
Palácio do Planalto - terceiro andar
Praça dos Três Poderes
Brasília - DF

Ref.: Pedido de esclarecimento à V.Exa. feito em
14/12/94 por Claudio Braga de Abreu e Silva

Excelentíssimo Sr. Presidente da República,

As Associações de Funcionários das Empresas do SISTEMA BNDES, nesta carta representadas pelos seus presidentes, vêm, através da presente, solicitar a atenção de V.Exa. para a carta de 14/12/94, que foi enviada pelo Dr. Claudio Braga de Abreu e Silva (empregado da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, e também diretor financeiro da AFBNDESPAR). Nesta carta ele solicitou a V.Exa. esclarecimento sobre o fato do trabalho de sua autoria denominado "A Indexação Diária Negociada" ter contribuído ou não na formulação do Plano Real.

O referido trabalho foi uma contribuição pessoal do Dr. Claudio Abreu, no âmbito do Comitê dos Funcionários do Sistema BNDES de apoio à campanha Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida, idealizada e coordenada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e que também contou com o importante apoio de V.Exa. Tal contribuição se deu dentro do Grupo de Ações Estruturais, que, juntamente com o Grupo de Ações Emergenciais, foram constituídos por iniciativa das nossas três Associações, com o objetivo de coordenar as nossas atividades de apoio à campanha do Betinho.

Informamos que nós, os três presidentes das associações abaixo-assinados, e, ainda, o então diretor da AFBNDE Dr. Antonio Saraiva da Rocha, presenciamos e acompanhamos todas as atividades relacionadas elaboração e divulgação do trabalho do Dr. Claudio Abreu. E que atestamos e ratificamos os seguintes fatos relatados na carta detalhada de 14/12/94 que ele enviou a V.Exa.:



- que no dia 22/07/93, numa viagem de avião para Brasília, após uma breve explanação do Dr. Claudio Abreu sobre suas idéias para combater a inflação, houve a decisão de ser feito o referido trabalho, cuja primeira versão foi entregue em 30/07/93 ao então presidente do BNDES, Dr. Delben Leite;
- que estávamos presentes, na reunião ocorrida na SEPLAN, em Brasília, no dia 09/08/93, oportunidade na qual o Dr. Claudio Abreu ofereceu ao Dr. Raul Jungmann, secretário-executivo daquela secretaria, uma cópia da segunda versão do seu trabalho, como uma contribuição ao Governo de V.Exa. para o combate à inflação;
- que acompanhamos o desenvolvimento das versões posteriores do referido trabalho, que culminou com a sua versão final de 31/08/93, e a sua versão resumida de 08/09/93;
- que auxiliamos, através da AFBNDESPAR, na divulgação do referido trabalho, com o envio de mais de 150 cartas para os mais diversos setores do País, inclusive para V.Exa., a partir de setembro/93.

O Dr. Claudio Abreu é um funcionário exemplar do SISTEMA BNDES, dotado de grande capacidade técnica, aliada a um irrepreensível senso de integridade, responsabilidade e correção profissional, além de ser uma pessoa muito querida e respeitada no referido sistema. Atuou na BNDESPAR desde março de 1975 até agosto de 1991, como técnico e gerente nas áreas de planejamento, de operações, de mercado de capitais e financeira. A partir de setembro de 1991, foi transferido para a Área Financeira do BNDES, onde atuou como coordenador de serviço e onde, hoje, atua como técnico. Em maio de 1992 foi eleito diretor financeiro da AFBNDESPAR, tendo sido reeleito em abril de 1994, com o seu atual mandato se estendendo até maio de 1996.

Queremos, Sr. Presidente, hipotecar nosso apoio ao colega Dr. Claudio Abreu, até porque também acreditamos que o trabalho desenvolvido por ele contribuiu sobremaneira para a concretização do Plano Real. E lamentamos que até o momento o seu mérito ainda não tenha sido reconhecido.

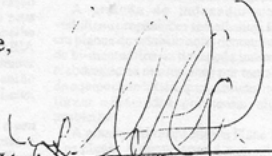
Entretanto, a ausência de qualquer manifestação dos membros da equipe econômica do vosso Governo sobre o assunto deixa em dúvida tal contribuição.

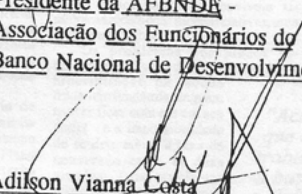


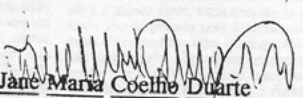
Somos de opinião de que o Dr. Claudio Abreu tem o direito de ser esclarecido sobre esta questão, conforme ele solicitou na carta que enviou à V.Exa. em 14/12/94.

Estando certos que V.Exa. não se furtará de tomar as providências cabíveis para que este esclarecimento se concretize, dado o vosso grande espírito de compreensão e justiça, aproveitamos a oportunidade para enviar a V.Exa. os nossos votos de um Feliz Natal, e que o ano de 1995 seja de continuidade das grandes realizações e alegrias vividas em 1994.

Atenciosamente,


Sérgio Roberto Lima de Paula
Presidente da AFBNDE -
Associação dos Funcionários do
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE


Adilson Vianna Costa
Presidente da AFBNDESPAR -
Associação dos Funcionários da
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR


Jane Maria Coelho Duarte
Presidente da AFFINAME -
Associação dos Funcionários da
Agência de Financiamento Industrial - FINAME

O TELEGRAMA EM RESPOSTA

No dia 30/12/1994, recebi o seguinte telegrama fonado, transcrito abaixo, da Sra. Salete Alves Pereira, secretária de Documentação Histórica da Secretaria-Geral da Presidência da República:

POR DETERMINAÇÃO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPUBLICA, ACUSO RECEBIMENTO DE SUA CORRESPONDENCIA DATADA DE 07/12/94. INFORMO QUE O SEU PLEITO FOI ENCAMINHADO AO MINISTÉRIO DA FAZENDA, POR AVISO NR 0659/SG/SDH, NESTA DATA. ESCLAREÇO QUE SÓ O REFERIDO MINISTÉRIO EH O ORGAO COMPETENTE PARA INFORMAR SOBRE O ASSUNTO.

Telegrama Fonado feito a pedido do Presidente da República Itamar Franco – 30/12/1994 as 19:53 hs

TELEGRAMA FONADO TELEFONE PARA DEPC HOJE E PAGUE	* 21231 X RJCA 23702TQSTM DF 30/1955 XDF86941 3012 1953 SCM/DF (D05) BRASILIA/DF	CORREIOS TELEGRAMA CONFIAVIDADE A SUA DISPOSIÇÃO
TELEGRAMA FONADO TELEFONE PARA DEPC HOJE E PAGUE	TELEGRAMA PRES. REP.38769-SR. CLAUDIO BRAGA DE ABREU E SILVA-ASSOCIACAO DOS FUNCIONARIOS DA BNDES-PARTICIPACOES S/A-AV. REPUBLICA DO CHILE MR 100-SOBRELOJA/MEZANINO-CENTRO 20139-900 RIODEJANEIRO/RJ	CORREIOS TELEGRAMA CONFIAVIDADE A SUA DISPOSIÇÃO
TELEGRAMA FONADO TELEFONE PARA DEPC HOJE E PAGUE	POR DETERMINACAO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPUBLICA, ACUSO RECEBIMENTO DE SUA CORRESPONDENCIA DATADA DE 07/12/94. INFORMO QUE O SEU PLEITO FOI ENCAMINHADO AO MINISTERIO DA FAZENDA, POR AVISO NR 0659/SG/SDH, DESTA DATA. ESCLARECO QUE SO O REFERIDO MINISTERIO EH O ORGAO COMPETENTE PARA INFORMAR SOBRE O ASSUNTO. SALETE ALVES PEREIRA SECRETARIA DE DOCUMENTACAO HISTORICA DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA.	CORREIOS TELEGRAMA CONFIAVIDADE A SUA DISPOSIÇÃO
TELEGRAMA FONADO TELEFONE PARA DEPC HOJE E PAGUE	REMETENTE T611451 ASSINANTE TELEX 21231 X RJCA	CORREIOS TELEGRAMA CONFIAVIDADE A SUA DISPOSIÇÃO

Como se vê, o Presidente Itamar Franco, no seu penúltimo dia de mandato, passou a bola para frente, encaminhando-a para o seu ministro da Fazenda.

Já o, então, ministro da Fazenda, o sr. Ciro Gomes, no dia 30/12/1994, certamente não teve tempo para esclarecer o meu pleito, pois seu mandato expirou no dia seguinte.

Contudo, importa narrar um encontro muito curioso e fortuito que tive com Ciro Gomes, ocorrido na virada do ano de 1999 para 2000, em plena Praia de Copacabana, no Rio de Janeiro. Eu estava com uma amiga e, no meio daquela multidão aguardando a passagem de ano, eis que me surge na minha frente o sr. Ciro Gomes, acompanhado de sua – à época – esposa Patrícia Pillar. E foi mais ou menos assim que o que aconteceu. Me aproximei dele e me apresentei: “Você é o Ciro Gomes? Sou o Claudio Abreu do BNDES”. Ele respondeu que era sim e, logo me cumprimentou dizendo: “Você foi brilhante no seu trabalho!”. Por incrível que pareça, ainda nos encontramos, de longe, mais duas vezes no meio daquela porção de gente. Depois disso, nunca mais o vi.

CAPÍTULO 11

**Carta ao
presidente Fernando
Henrique Cardoso**

No dia 21/06/1995, concluí o meu artigo “Plano Real: Como Sair da Sua Sinuca de Bico” e o encaminhei, primeiramente, no mesmo dia para o sr. Edmar Bacha, então presidente do BNDES, mediante carta que se encontra juntamente com o artigo no ANEXO E, na qual destaco alguns pontos:

A exemplo do ocorrido com o meu trabalho *A Indexação Diária Negociada*, de 31/08/1993, o sr. está sendo a primeira pessoa da equipe econômica para quem encaminho estas minhas considerações. (...)

Aproveito a oportunidade para solicitar uma entrevista com o sr., para que possamos, caso seja do seu interesse, avaliar as questões abordadas.

Infelizmente o sr. Bacha disse à sua secretária que não poderia me receber, mas que eu mandasse o artigo que ele iria ler. Por precaução, decidi fazer o registro da carta e do artigo cartório de Registro de Títulos e Documentos - 1º Ofício do Rio de Janeiro/RJ

No dia 23/06/1995, enviei carta ao então presidente da República Fernando Henrique Cardoso, cuja cópia, pela sua importância histórica, está na segunda página seguinte.

Faço um resumo do que está contido na carta de 23/06/1995:

- encaminhei cópia do meu artigo “Plano Real: Como Sair da Sua Sinuca de Bico” citado, no qual apresentei sugestões para o equacionamento das questões que me parece são as mais importantes para a consolidação da estabilização da economia;

- disse que tais sugestões eram uma adaptação das contidas no meu trabalho *A Indexação Diária Negociada: Uma proposta para a economia brasileira - Contra o veneno da cobra, só o próprio veneno da cobra*, de 31/08/1993, que foi encaminhado para ele, FHC, em 09/09/1993, que na oportunidade era o ministro da Fazenda;
- lembrei que enviei carta em 14/12/1994 para o então presidente da República Itamar Franco, na qual pedi esclarecimento sobre o fato do meu trabalho citado ter contribuído ou não na formulação do Plano Real, tendo também enviado uma cópia desta para ele, FHC, entre outros;
- solicitei ao então presidente FHC, na medida em que não tive retorno para as cartas acima referidas (também encaminhadas em anexo), providências para que eu tivesse o esclarecimento requerido;
- enviei em anexo cópia da carta de 20/12/1994 dos três presidentes das associações de funcionários das empresas do Sistema BNDES, no qual solicitaram a atenção do presidente Itamar Franco no atendimento da minha solicitação, igualmente não respondida.

Rio de Janeiro, 23 de junho de 1995.

Ao Exmo Sr. Presidente da República
Dr. Fernando Henrique Cardoso
Palácio do Planalto
Brasília - DF

Exmo. Sr. Presidente da República,

Estou encaminhando em anexo um artigo que acabo de concluir, denominado "Plano Real: Como Sair da Sua Sinuca de Bico", no qual apresento sugestões para o equacionamento das questões que a meu ver são as mais importantes para a consolidação da estabilização de nossa economia.

Tais sugestões são uma adaptação das contidas no meu trabalho "A Indexação Diária Negociada - Uma Proposta para a Economia Brasileira", de 31/08/93, que foi encaminhado para V.Exa. em 09/09/93, que na oportunidade era o ministro da Fazenda.

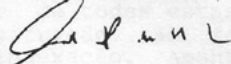
Relembro a V.Exa que, em 14/12/94, enviei carta ao então presidente da República Itamar Franco, na qual pedi esclarecimento sobre o fato do meu trabalho citado ter contribuído ou não na formulação do Plano Real, tendo também enviado cópia da mesma para V.Exa., entre outros.

Na medida em que ainda não tive retorno para as cartas acima referidas (também encaminhadas em anexo), solicito a V.Exa., na condição de atual presidente da República, providências para que eu tenha o esclarecimento requerido.

Envio, também anexo, cópia da carta, de 20/12/94, dos três presidentes das associações de funcionários das empresas do Sistema BNDES, na qual solicitaram a atenção do presidente Itamar Franco no atendimento da minha solicitação, que igualmente não foi respondida.

Colocando-me a disposição de V.Exa. para qualquer informação ou apoio adicional quanto às minhas presentes sugestões, e aguardando um pronunciamento de V.Exa sobre esta pergunta que continua sem resposta, subscrevo-me,

Atenciosamente,

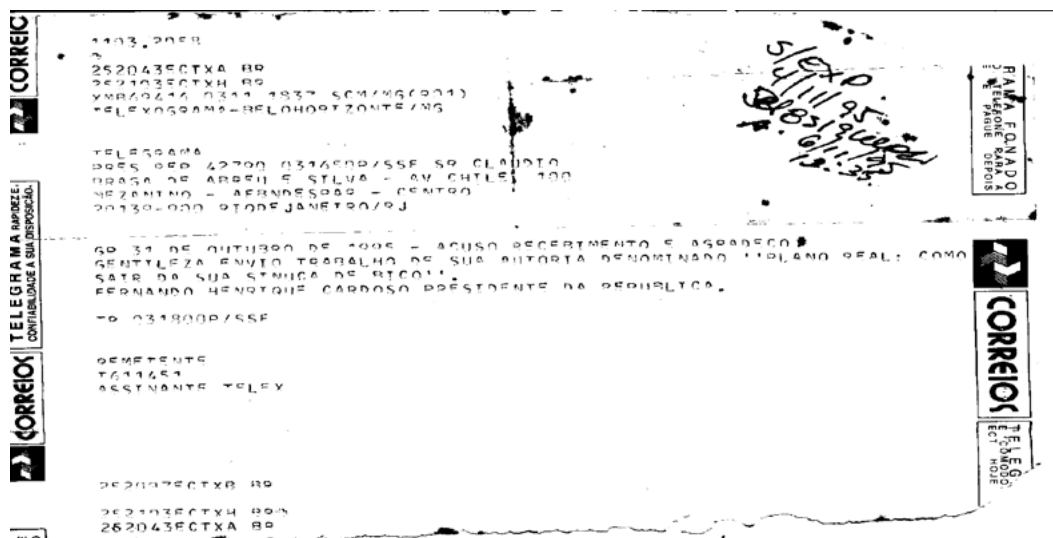


Claudio Braga de Abreu e Silva

Endereço : Av. Chile 100, mezanino - AFBNDESPAR
Centro Rio de Janeiro/RJ Cep 20.139-900
Telefones: (021) 277-7239 (AF/GEPOF/BNDES)
(021) 277-7830 (AFBNDESPAR)

O TELEGRAMA EM RESPOSTA

No dia 31/10/1995, recebi um telegrama do próprio presidente FHC, abaixo reproduzido:



A seguir, a transcrição do telegrama para maior clareza.

TELEGRAMA BELO HORIZONTE MG

(...) SR. CLAUDIO BRAGA DE ABREU E SILVA

(...) 31 DE OUTUBRO DE 1995 – ACUSO RECEBIMENTO E AGRADEÇO GENTILEZA ENVIO TRABALHO DE SUA AUTORIA DENOMINADO “PLANO REAL: COMO SAIR DA SUA SINUCA DE BICO”

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO PRESIDENTE DA REPUBLICA

O primeiro fato a registrar é que o telegrama foi enviado pelo próprio presidente Fernando Henrique Cardoso. Geralmente, os telegramas das grandes autoridades são enviados “a pedido de” ou “em nome de”. Mas nesse caso foi o próprio presidente da República que me enviou, o que muito reconheço e agradeço.

Afinal, o que teria acontecido? Será que FHC só leu o artigo, que tinha poucas páginas, e deixou de ver a carta de pedido de esclarecimento que tinha dois volumosos anexos em um total de 305 páginas? Por que será que ele só agradeceu o envio do artigo e deixou de responder ao pedido de esclarecimento?

Transcrevo alguns trechos do meu artigo aqui citado:

(...) a minha sugestão atual é uma adaptação da versão original, feita no meu trabalho *A Indexação Diária Negociada: Uma proposta para a economia brasileira - Contra o veneno da cobra, só o próprio veneno da cobra*, de 31/08/1993, que, até desmentido ou esclarecimento em contrário, serviu de base para a formulação do Plano Real. Esta história já foi narrada em detalhes na minha carta de 14/12/1994 ao então presidente Itamar Franco, que a exemplo de outras enviadas para os ministros que ocuparam a pasta da Fazenda em 1994, sequer me foi respondida.

Como eu afirmo no trecho acima, que “o Plano Real foi formulado a partir do meu trabalho *A Indexação Diária Negociada*, (31/08/1993), posso entender que a falta de respostas aos meus pedidos de esclarecimento sobre a questão do presidente Fernando Henrique Cardoso e do presidente Itamar Franco significam suas concordâncias implícitas com o que eu escrevi no artigo – dentro do entendimento do ditado popular de ‘quem cala, consente’.

No dia 14/05/2013, fui a São Paulo com a minha filha, Fernanda, tentar falar pessoalmente com Fernando Henrique Cardoso, mas não conseguimos. Fomos recebidos pelo seu assessor, Xico Graziano, mas o contato foi infrutífero.

CAPÍTULO 12

**Contra o veneno
da cobra, só o próprio
veneno da cobra**

O subtítulo *Contra o veneno da cobra, só o próprio veneno da cobra* de *A Indexação Diária Negociada* decorreu de eu o ter considerado como sendo a essência da minha proposta. Isso pode ser visto no trecho do trabalho abaixo transcrito:

A essência da proposta guarda semelhança com a elaboração das vacinas contra picadas de cobras, onde se usa o próprio veneno para combater seus efeitos. Assim, para acabar com a diferenciação da indexação no Brasil é preciso usar a própria indexação, e não se tentar eliminá-la.

O subtítulo do meu trabalho “Contra o veneno da cobra, só o próprio veneno da cobra” foi utilizado duas vezes em revistas e uma vez em livro, como forma de explicar a eficácia do indexador cambial que viraria moeda no Plano Real. Isso pode ser apenas mais uma coincidência ou mais um indício de que o meu trabalho contribuiu na formulação do Plano Real, interpretação que deixo a critério do leitor. Vejamos alguns casos que localizei em documentos.

A expressão foi citada na reportagem “Façam suas apostas senhores” da revista Exame (08/12/1993), e na reportagem “A moeda dos pesos pesados” da revista Veja (14/09/1994), assinada pelo jornalista Raimundo Rodrigues Pereira, conforme se vê nos trechos transcritos a seguir:

08/12/1993: Revista Exame - “Façam suas apostas senhores”

“Concebida nos laboratórios da equipe econômica do ministro Fernando Henrique, (...) , a UR destina-se a funcionar como remédio contra mordida de cobra. Como os soros anti-ofídicos, fei-

tos a partir do próprio veneno dos répteis, a UR será uma correção monetária destinada a combater a inflação, e não para eternizá-la. Ou, mais simples, servir de salvo conduto até a estabilização dos preços, conforme definiu um dos principais assessores do ministro em conversa a chefe da sucursal de Exame em Brasília Nely Caixeta e a jornalista Cíntia Sasse....”.

BRASIL

ECONOMIA

FAÇAM SUAS APOSTAS, SENHORES

Nem o Congresso nem os empresários parecem dispostos a dar muitas cartas ao Plano FHC 2

Executivos e empresários estrangeiros, quando vêem de fora o Brasil, têm enorme dificuldade em entender como as empresas lucram e a economia cresce no país com uma inflação alta. Quando ficam sabendo que os preços sobem hoje em torno de 35% ao mês, então, a história parece-lhes raiar ao absurdo. Os colegas brasileiros desses executivos e empresários têm certamente muito menor dificuldade em entender o aparente milagre. É que, de um quarto de século para cá, eles aprenderam a usar uma outra moeda com a qual tiram de letra a inflação. Trata-se da moeda indexada, representada pela correção monetária. As aplicações financeiras, quase todos os preços praticados pelas empresas e até mesmo os salários são atualizados com base nessa outra moeda. É o lado bom da correção: ela permite que se conviva com uma inflação altíssima sem que as empresas parem de funcionar e as pessoas comam cachorros nas ruas, como nos tempos da hiperinflação alemã da década de 20. Mas há também o lado ruim: com moeda indexada, dificilmente um país consegue viver sem inflação alta.

Escapar dessa armadilha é o que propõe o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Nas últimas semanas, sete meses depois de ter assumido o cargo, ele finalmente anunciou o esboço do que poderá ser o sexto plano contra a inflação dos últimos sete anos, série iniciada com o Plano Cruzado, de 1986. Assim como seus antecessores na Fazenda, Fernando Henrique se mostra otimista. “Es-

tamos com condições excelentes para estabilizar a economia”, afirma. “Temos reservas cambiais elevadas, bom desempenho das exportações e crescimento econômico, de maneira que não é necessário nenhum pulo-do-gato para acabar com a inflação.”

NOVO INDEXADOR — Pode não ser um pulo-do-gato, mas do esboço do novo plano consta um ingrediente heterodoxo. Trata-se da unidade de referência, UR, nome provisório dado ao embrião de uma nova moeda que se pretende adotar inicialmente como indexador. Concebida nos laboratórios da equipe econômica do ministro Fernando Henrique, da qual fazem parte alguns dos responsáveis pela montagem do Plano Cruzado, a UR destina-se a funcionar como remédio contra mordida de cobra. Como os soros antiofídicos, feitos a partir do próprio veneno dos répteis, a UR será uma correção monetária destinada a combater a inflação, e não a eternizá-la. Ou,



FHC: plano pronto

sucursal de EXAME em Brasília, Nely Caixeta, e a editora assistente Cíntia Sasse. De acordo com esse assessor, o chamado Plano FHC 2 terá duas etapas:

► Na primeira, pretende-se restabelecer a noção de preço perdida com a inflação elevada. Para isso, a UR seria oferecida ao mercado como um índice que reflete a inflação corrente e não a do passado. “É como se adotássemos a correção pelo overnight ou pelo dólar, que são calibrados dia-



riamente, de acordo com o que estão fazendo as pesquisas de preços”, diz o assessor. Como a adesão à UR será voluntária no início, o governo pretende dar o exemplo corrigindo o câmbio, o over e os impostos com ela. Uma hipótese em estudo é a criação de uma taxa de conversão em relação aos cruzeiros reais que estão em circulação. “Digamos que a UR seja reajustada diariamente de tal forma que valha sempre 1:1”, afirma o assessor. Nesse caso, se existisse, no dia 30 passado uma UR valia 236 cruzeiros reais, porque essa foi a cotação alcançada no dia pelo dólar comercial. ► Na segunda etapa, viria a transformação da UR em moeda. Isso pressupõe que o novo indexador tenha ganhado credibilidade entre as empresas, os aplicadores e os assalariados na etapa inicial do plano. “Uma vez que a economia adere ao novo indexador, o comportamento da inflação fica, como diz uma expressão inglesa, amarrada ao seu próprio cordão de sapato”, afirma o assessor do ministro. “Será então o momento de usar a UR para criar uma moeda convertível.” O lastro seria constituído pelas reservas em moeda estrangeira do Banco Central, que ficaria impedido de emitir para cobrir gastos do Tesouro. A partir do momento em que se tornasse convertível, a UR teria uma paridade fixa em relação

14/09/1994: Revista Veja - “A moeda dos pesos pesados”, em um trecho que narra citações do sr. Edmar Bacha:

“Quanto à aceleração inflacionária nos últimos meses, ele diz que foi um risco calculado. O veneno da indexação mensal automática dos preços foi combatido com o mesmo veneno em dose maior: a superindexação diária.”

Livro de FHC “A Arte da Política - A História que vivi” - pág 179

Mas a maior indicação de que *A Indexação Diária Negociada* serviu de base para elaboração para do Plano Real foi dada pelo próprio ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, na página 179 do seu livro “A Arte da Política - A História que vivi”, publicado em 2006 pela editora Civilização Brasileira.

FHC, após contar que os membros da sua equipe econômica não sabiam ainda o que fazer para debelar a inflação, no subcapítulo intitulado “URV: matando a inflação com o próprio veneno”, mostra que o que foi feito no Plano Real foi muito semelhante ao que propus no meu trabalho *A Indexação Diária Negociada*, inclusive usando a ideia do seu subtítulo *Contra o veneno da cobra, só o próprio veneno da cobra*, conforme transcrição abaixo:

URV: matando a inflação com o próprio veneno

A ideia de aproveitar a indexação preexistente para estabelecer a noção de valor estável tinha a ver com o princípio da homeopatia, *similia similibus curantur*: mataríamos a inflação usando o seu próprio veneno, a indexação. Corrigiríamos os preços, diariamente, por um indicador da perda de valor da moeda corrente, o cruzeiro real. O governo adotaria e induziria a sociedade a adotar esse indexador diário para denominar os valores de contratos e preços. Depois de um tempo, quando todos se acostumassem a usar essa moeda virtual como uma unidade estável de valor, como muitos já faziam com o dólar ela se transformaria na nova moeda corrente, o real. Nesse período de transição, os agentes econômicos teriam oportunidade de alinhar espontaneamente os preços, evitando que reajustes defasados “contaminassem” a moeda nova com a inflação na moeda velha, como ocorrera em planos anteriores.

Meus comentários:

Nas duas primeiras notícias, das revistas Exame e Veja, embora não seja citado nominalmente, acredito que o autor das frases relacionadas com o veneno da cobra seja o sr. Edmar Bacha.

O interessante é que, além do título do subcapítulo, FHC faz um bom resumo do que foi feito no Plano Real que é muito semelhante ao que foi por mim proposto em *A Indexação Diária Negociada*.

Sempre me perguntei por que um político experiente e competente como FHC teria escrito no seu livro o que foi transcrito acima, após as minhas diversas cobranças quanto ao fato de meu trabalho ter contribuído para a formulação do Plano Real.

Afinal, tal fato é reconhecer em seu livro que o Plano Real guarda muita semelhança com o que foi proposto em meu trabalho *A Indexação Diária Negociada* e, além disso, ter usado como título do seu subcapítulo o conceito da URV: *matando a inflação com o próprio veneno*, que também guarda muita semelhança com o subtítulo do meu trabalho *Contra o veneno da cobra, só o próprio veneno da cobra*.

Vá entender cabeça de político... Talvez tenha sido assim.

Conforme relatado no Capítulo anterior, quando eu pedi a FHC, já então presidente, na carta de 26/06/1995, um esclarecimento sobre se o meu trabalho *A Indexação Diária Negociada* contribuiu ou não na formulação do Plano Real, ele por algum motivo decidiu não se pronunciar a respeito. Optou por apenas me enviar um telegrama, assinado por FERNANDO HENRIQUE CARDOSO PRESIDENTE DA REPUBLICA, agradecendo o envio do meu artigo *Plano Real: Como Sair da Sua Sinuca de Bico*, mas não se pronunciando sobre o dossiê de 305 páginas que foi a carta de 14/12/1994 que enviei para o então presidente Itamar Franco, com cópia para FHC, na qualidade de presidente eleito. Repito, na carta de 26/06/1995, solicitei que ele na qualidade de presidente da República esclarecesse o meu pleito, mas ele não esclareceu. Foi uma forma de sair da sinuca de bico em que ele tinha entrado...

Onze anos depois FHC publica seu livro “A ARTE DA POLÍTICA – A HISTÓRIA QUE VIVI”, e, sem ninguém pedir nada, ele faz este reconhecimento implícito de que o meu trabalho *A Indexação Diária Negociada* realmente contribuiu para a formulação do Plano Real. Afinal, ele no subcapítulo denominado “URV: matando a inflação com o próprio veneno” (que é muito parecido com o subtítulo do meu trabalho “Contra o veneno da cobra, só o próprio veneno da cobra”) faz uma descrição do que foi feito no Plano Real de forma muito semelhante ao que foi por mim proposto no meu trabalho *A Indexação Diária Negociada*.

EPÍLOGO

**O indexador
diário cambial que
viraria moeda foi
proposto pela IDN**

Não existia no meio acadêmico a proposta de se criar um indexador diário, de valor semelhante ao dólar. Ele seria utilizado na determinação espontânea dos preços e compulsória dos salários. E depois se transformaria na nova moeda nacional, debelando a inflação inercial. E tudo isto sendo feito de forma transparente, anunciada e sem quebra de contratos.

Tal proposta foi feita pioneiramente no meu trabalho *A Indexação Diária Negociada*, de 31/08/1993, feito como uma contribuição pessoal para a Ação da Cidadania contra a Fome e contra a Miséria e pela Vida, do Betinho. Ela gerou a primeira notícia na imprensa sobre o referido indexador, denominada *Técnico sugere cruzeiro cambial*, publicada na Tribuna da Imprensa, no dia 08/09/1993 e assinada pelo saudoso Conrado Pereira. Depois disto, os jornais passaram a divulgar que o plano de estabilização analisado pelo governo utilizaria um indexador diário atrelado ao dólar (que, inclusive, seria valorizado por uma cesta de moedas estrangeiras), e que o plano poderia resultar no pacto nacional, dentre outras propostas que foram feitas no meu trabalho.

A URV FOI UM ACHADO

Conforme comentado no Capítulo 1, em entrevista recente ao jornal O Globo, em 08/06/2024, o s r. Edmar Bacha, assessor especial do então ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso, declarou:

“Esse plano foi tão diferente dos outros porque a gente aprendeu. Esse tipo de inflação cai de repente ou ela não cai. Tem que ser de um golpe só. Como é que você dá um golpe, mas consegue anun-

ciá-lo, porque se for congelamento você não pode anunciar, né? (O Plano Cruzado, anterior, fez congelamento de preços e, depois do fim do tabelamento, a inflação disparou) A URV foi um achado que vem das discussões que nós tínhamos na PUC ao longo de muitos anos e que se consolidaram ali em Brasília. Não precisamos congelar, nós vamos “urverizar”. Não vamos congelar os preços, nós vamos dar dólar para todo mundo. Isso foi um achado. (grifos meus)

Consultei o Google sobre o significado de *foi um achado*. Encontrei como resposta: *vir a calhar; vir a propósito; ser muito oportuno*. Encontrei também no sentido de descoberta: *invenção, achamento, descobrimento, engenho, ideia, inventiva, invento, solução*.

Ressalto que o sr. Edmar Bacha não conta no entrevista acima, o fato de que ele foi o primeiro da equipe econômica de FHC a receber o meu trabalho, no dia 03/09/1993. Relembro um fato curioso: neste dia telefonei para a secretária do sr. Edmar Bacha no Rio de Janeiro para combinar o local da entrega da cópia do meu trabalho e que falei, brincando, para ela: “Fale com ele para não fazer nenhum plano de estabilização sem antes ler esta minha proposta”.

Ele deve ter lido. E talvez isto possa ter sido ‘um achado’ que lhe permitiu ‘não congelar os preços’ e ‘dar dólar para todo mundo’, pois afinal o Cruzeiro Cambial, que virou depois a URV, era um indexador diário, com cotação semelhante à do dólar, o que permitia alinhar os preços sem congelá-los e de forma anunciada; e, num golpe só, fazer cair a inflação, quando ele se transformasse na nova moeda forte nacional.

Acredito que o meu Cruzeiro Cambial foi ‘um achado’ para o sr. Edmar Bacha, *que veio a calhar, que veio a propósito, que foi muito oportuno, que foi uma invenção, um achamento, um descobrimento, um engenho, uma ideia, uma inventiva, um invento, uma solução...*

AS CINCO NOVIDADES DO PLANO REAL

Muito se fala que o Plano Larida, um plano bimonetário, serviu de base para a formulação do Plano Real, com o que não concordo. Afinal, como vimos no Cap. 2, o sr. Edmar Bacha, no seu livro, diz quais foram as “novidades do Plano Real, que ajudaram a colocar o ovo (de Colombo) em pé”. Todas as cinco novidades foram propostas no meu trabalho *A Indexação Diária Negociada* e nenhuma delas foi proposta no Plano Larida.

Conforme mencionado no Capítulo 2, segundo o sr. Edmar Bacha, foram cinco as novidades do Plano Real, todas elas já constantes do meu trabalho *A Indexação Diária Negociada*. Elas estão relacionadas abaixo, com as propostas da IDN em negrito, retiradas diretamente do seu texto.

i) a mais importante foi desconsiderar a proposta de circulação simultânea de duas moedas, ambas como meio de pagamento o que evitou as confusões que poderiam resultar de um regime bimonetário;

- **Na IDN coexistiam o CR\$, moeda com poder liberatório e o CrC\$ indexador sem poder liberatório, sendo o CrC\$ com seu valor em CR\$ atualizado diariamente;**

ii) converter compulsoriamente os salários em URV em 1º de março de 1994, por medida provisória;

- **nova política salarial atrelada ao Cruzeiro Cambial, definindo os salários como iguais ao salário médio de 12 meses, apurado em CrC\$ nos dias de seus pagamentos, sendo observada a irredutibilidade dos seus atuais valores nominais e instituída a irredutibilidade dos seus valores reais em CrC\$; os aumentos reais seriam livremente negociados;**

- **criação de vales-salários em CrC\$ (vale-transporte-vale refeição, etc.);**

iii) fixar o valor da URV em um dólar, estabelecendo uma clara vinculação entre eles.

- **O novo indexador proposto foi aqui denominado CRUZEIRO CAMBIAL (CrC\$), que teria seu valor diário calculado com base**

na cesta ponderada das moedas estrangeiras em que se dá o relacionamento externo do país, abrangendo as reservas cambiais, a dívida externa, o comércio exterior e os serviços. Teria pouca oscilação em termos reais, na medida em que, no seu cálculo, a queda de uma moeda seria compensada pela ascensão das demais.

- **O Cruzeiro Cambial poderia vir a ser considerado como o dólar nacional, dado que:**

- na data da sua criação, seu valor inicial seria idêntico ao do dólar americano em cruzeiros reais;

- sendo o dólar a moeda preponderante nas relações externas, também seria preponderante no cálculo do Cruzeiro Cambial; e

- não existindo variações significativas na paridade das moedas internacionais, o Cruzeiro Cambial apresentaria valor, em cruzeiro real, muito próximo ao do dólar americano;

iv) permitir que os contratos e preços fossem livremente convertidos em URV nos seu quatro meses, o que evitou o desalinhamento de preços relativos por ocasião da reforma monetária, tal como ocorreu nos congelamentos passados, que pegavam alguns preços no pico e outros no vale.

- **Permissão para fixação de preços, notas fiscais e seus respectivos impostos em Cruzeiro Cambial, que seriam convertidos em CR\$ no seu vencimento;**

v) introduzir um mecanismo de negociação para induzir uma apropriada conversão de preços contratuais em URV.; para isso, promoveram-se reuniões do governo com grupos empresariais das principais cadeias produtivas.

- **Permissão para renegociação espontânea de todos os contratos da economia (preços, juros, salários e câmbio) desde que atrelados a algum indexador diário, inclusive moedas estrangeiras.**

Sendo assim, o Plano Real tem maior parentesco com *A Indexação Diária Negociada* do que com o Plano Larida. Eu diria mais: as propostas da IDN acabaram sendo aceitas por terem viabilizado o Plano Larida.

URV: O OVO DE COLOMBO DO PLANO REAL

Conforme já dito no final do Capítulo 1, recentemente, em 18/04/2024, numa mesa redonda no Departamento de Economia da PUC/RJ, feita para comemorar os 30 anos do Plano Real, o economista André Lara Resende, da equipe econômica de FHC e um dos autores do Plano Lareda, declarou que “a URV foi o Ovo de Colombo que venceu a inflação inercial”. E, ao consultar a Wikipédia, vimos que:

Ovo de Colombo é uma famosa metáfora proverbial do folclore italiano contada em toda a Espanha para referir-se a soluções muito difíceis de se chegar, mas que quando reveladas mostram-se, paradoxalmente, óbvias e simples.

Acredito que o André Lara Resende foi muito feliz ao fazer uma comparação entre o Ovo de Colombo e a URV, a referir-se a soluções *muito difíceis de se chegar, mas que quando reveladas mostram-se, paradoxalmente, óbvias e simples*. A URV realmente viabilizou os chamados planos de estabilização bimonetários ao substituir a moeda-indexada por um indexador atrelado ao câmbio, para ser usado no alinhamento dos preços e salários na economia, e ainda, viabilizar a implantação de um plano de estabilização de forma transparente e anunciada.

Mas a história do Ovo de Colombo tem uma faceta que pouca gente sabe. Eu mesmo não sabia. E ao consultar a Wikipédia fiquei sabendo:

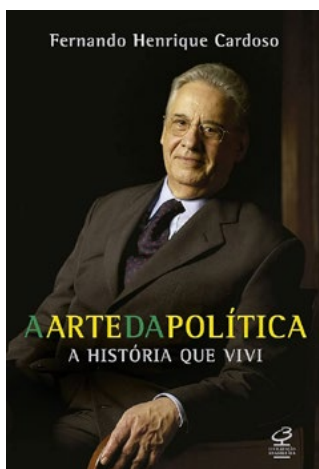
Os historiadores, assim como muitos (por exemplo, Voltaire), afirmam que não foi Colombo o criador do truque do ovo, mas sim o arquiteto italiano [Filippo Brunelleschi](#) alguns anos antes. Sendo Colombo italiano, este conhecia a história do ovo, e ao reproduzir o feito para os espanhóis do banquete, ganhou o crédito pela autoria.

Será que, também, o Ovo de Colombo do Plano Real na verdade não foi criado pela equipe econômica de FHC e que ela acabou ganhando o crédito pela sua autoria? E quem, por analogia, nesta história teria feito o papel do arquiteto Filippo Brunelleschi?

CONTRA O VENENO DA COBRA, SÓ O PRÓPRIO VENENO DA COBRA

No Capítulo 11 vimos que, FHC me agradeceu pessoalmente por telegrama o envio do meu trabalho Plano Real: como sair da sua sinuca de bico, mas nada respondeu quanto ao meu pleito referente ao fato do meu trabalho ter contribuído ou não na formulação do Plano Real. Digamos que esta foi a forma de que como ele saiu da sinuca de bico em que se encontrava.

Vimos no Capítulo 12 que, onze anos depois, em 2006, FHC, na página 179 do seu livro “A ARTE DA POLÍTICA – A HISTÓRIA QUE VIVI”, publicado em 2006, pela editora Civilização Brasileira, sem ser perguntado, nem pressionado, resolveu esclarecer, nas entrelinhas, a questão, publicando o trecho abaixo, já transcrito, mas que, por sua importância, merece ser transcrito novamente, seja pelo título do subcapítulo como pelo seu conteúdo:



A ARTE DA POLÍTICA

A URV: matando a inflação com o próprio veneno pag.179

A idéia de aproveitar a indexação preexistente para estabelecer a noção de valor estável tinha semelhanças com o princípio da homeopatia, *similia inilibus curantur*: mataríamos a inflação usando seu próprio veneno, a indexação. Corrigiríamos os preços, diariamente, por um indicador da perda de valor da moeda corrente, o cruzeiro real. O governo adotaria e induziria a sociedade a adotar esse indexador diário para denominar os valores de contratos e preços. Depois de um tempo, quando todos se acostumassem a usar essa moeda virtual como uma unidade estável de valor, como muitos já faziam com o dólar ela se transformaria na nova moeda corrente, o real. Nesse período de transição os agentes econômicos teriam oportunidade de alinhar espontaneamente os preços, evitando que reajustes defasados “contaminassem” a moeda nova com a inflação na moeda velha, como ocorrera em planos anteriores.

URV: matando a inflação com o próprio veneno

A ideia de aproveitar a indexação preexistente para estabelecer a noção de valor estável tinha a ver com o princípio da homeopatia, *similia similibus curantur*: mataríamos a inflação usando o seu próprio veneno, a indexação. Corrigiríamos os preços, diariamente, por um indicador da perda de valor da moeda corrente, o

cruzeiro real. O governo adotaria e induziria a sociedade a adotar esse indexador diário para denominar os valores de contratos e preços. Depois de um tempo, quando todos se acostumassem a usar essa moeda virtual como uma unidade estável de valor, como muitos já faziam com o dólar, ela se transformaria na nova moeda corrente, o real. Nesse período de transição os agentes econômicos teriam oportunidade de alinhar espontaneamente os preços, evitando que reajustes defasados “contaminassem” a moeda nova com a inflação na moeda velha, como ocorrera em planos anteriores.

Pode ser que esta tenha sido a forma que FHC usou para reconhecer o meu mérito na formulação do Plano Real sem se comprometer. Vejo isto tudo como uma espécie de mensagem cifrada de FHC para mim. Imagino que ele talvez tenha pensado que eu nunca iria conseguir demonstrar a minha efetiva contribuição na formulação do Plano Real, feita através das propostas do meu trabalho *A Indexação Diária Negociada*, tal como estou fazendo ao editar este livro, 30 anos depois dos fatos ocorridos.

FINALIZANDO

Eu acredito, depois de tudo o que foi mostrado neste livro, que, até prova ou desmentido em contrário, a URV teve como base o meu Cruzeiro Cambial e que o Plano Real teve como base o meu trabalho *A Indexação Diária Negociada*.

E mais, acredito que se eu não tivesse proposto o Cruzeiro Cambial e a Indexação Diária Negociada não teria havido nem a URV e nem o Plano Real, pelo menos no formato em que foram feitos. Quem sabe não teríamos tido mais um plano de estabilização malfadado, desta vez bimonetário?

Plano Real: afinal, como surgiu a URV? Esta é uma pergunta ainda sem resposta, que foi feita em 22/09/1994, em meu artigo no Vínculo, jornal semanal da AFBNDES. Ela também já fez 30 anos, tal como já fez o Real.

Depois de tudo que mostrei neste livro, deixo ao leitor decidir se eu contribuí ou não na formulação do Plano Real.

ANEXO A.1

**Uma sugestão
para o Brasil:
*A Indexação Diária
Negociada***

UM SUGESTÃO PARA O BRASIL: A INDEXAÇÃO DIÁRIA NEGOCIADA

(VERSÃO RESUMIDA PRELIMINAR)

ÍNDICE	PAG.
I - BREVE DIAGNÓSTICO DA CRISE BRASILEIRA	2
II - AS ALTERNATIVAS MAIS AVENTADAS	3
III - A PROPOSTA DA NEGOCIAÇÃO DIÁRIA NEGOCIADA	4
IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS	8
ANEXOS:	10
ANEXO 1 : A SALADA DE "MOEDAS" A BRASILEIRA	11
ANEXO 2 : A FORMAÇÃO DOS PREÇOS NO BRASIL	13
ANEXO 3 : SUGESTÕES PARA AS REFORMAS ESTRUTURAIS	15

CLAUDIO BRAGA DE ABREU E SILVA

Nascido em Cachoeiro de Itapemirim/ES,
em 08/11/49.

Engenheiro Civil (UFES) e Mestre em
Administração de Empresas (COPPEAD).

Funcionário da BNDESPAR, lotado na
Área Financeira do BNDES, Rio/RJ.

Diretor Financeiro da AFBNDESPAR

Telefone para contato: (021) 277-7239

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1993.

I-BREVE DIAGNOSTICO DA CRISE BRASILEIRA

No Brasil, a inflação de um mes pode decomposta em três parcelas: a inflação inercial, decorrente da indexação da economia; a inflação de expectativas, ou empresarial, devido ao "mark-up" dos preços e juros com margem excessiva, em função da sua insegurança quanto ao futuro da própria inflação; e a inflação governamental, decorrente de emissão da moeda para o cobrir o déficit público. A soma das inflações de expectativas e governamental seria a inflação real.

A inflação inercial, existindo há três décadas, acabou criando os indexadores na economia; o dominio dos fortes sobre os fracos se dá através da adoção de indexadores diferenciados para os preços, os juros, os salários, os impostos e o câmbio, resultando no novo prato típico nacional: salada de "moedas" à brasileira (vide Anexo 1).

Além da injustiça social, tal situação tem o poder de desestruturar todo o sistema econômico, a nível das empresas, dos indivíduos e do governo, pois fica muito difícil se proceder as técnicas mais elementares da administração, tais como determinação de custos, preços e orçamento, e decidir o que, onde, e quando comprar ou vender alguma coisa, se a vista ou a prazo, dada a diversidade dos reajustes de preços e das taxas de juros imbutidas.

Este quadro confuso cria as bases para o surgimento da inflação de expectativas ou empresarial, que decorre da ação dos agentes econômicos, calcada em dois fatos principais. Primeiro, através da adoção generalizada do "mark-up" com certa margem de segurança, como forma de determinação dos preços no setor produtivo, o que é agravado pelo elevado índice de oligopolização de nossa economia, um dos mais elevados do mundo (vide Anexo 2). E, segundo, pela própria desorganização e especulação do setor financeiro, o que resulta na adoção de uma elevada taxa real de juros, o que aumenta o déficit público e, portanto, a inflação governamental, se coberto por emissão.

Os juros e o mercado financeiro merecem uma avaliação especial :

- as nossas taxas reais de juros são as mais elevadas do mundo, são acrescidos do IOF, de receita líquida pequena para o fisco;
- no Brasil, caso único no mundo, a aplicação de menor risco, e maior retorno e liquidez é emprestar dinheiro para o governo.
- o sistema financeiro praticamente não financia a produção, apenas capta de recursos para a financiar a dívida pública, que girando no curtíssimo prazo, resulta em descontrole da política monetária, o que ajuda na elevação das taxas de juros;
- os juros elevados impedem a alavancagem financeira, pois não existem muitos negócios em que o lucro possa ser superior aos juros cobrados; conclusão: as empresas não aumentam seus investimentos fixos e sua produção, preferindo aplicar seus excedentes de caixa nas rentáveis aplicações financeiras; é proibido investir e gerar produção, emprego e impostos; e tome especulação financeira.

boa parte da inflação de expectativas é gerada dentro sistema financeiro, devido a ação conjugada do desconhecimento da inflação (que é medida por diversos índices), da ausência de um indexador que seja o carro chefe do mercado, e do descasamento das operações de captação e aplicação, o que acaba resultando num "mark-up" financeiro com uma maior margem de segurança, originando-se aí uma maior taxa de juros reais.

A sonegação de impostos, a enorme economia informal, a corrupção, uma legislação confusa, complexa e mutável, e o mau gerenciamento de um setor inchado público não podem deixar de ser citados, pois contribuem fundamentalmente para o déficit governamental, juntamente com os juros extorsivos incidentes sobre dívida pública.

Este estado de coisas não surgiu assim do nada: existem os chamados sócios da inflação e da indexação diferenciada. Contudo, não dá para se por a responsabilidade isoladamente em um ou outro, afinal é o famoso salve-se quem puder dentro de um quadro em crise. A responsabilidade tem que ser colocada no sistema como um todo, e na sua característica perversa e contraproducente de indexação diferenciada, e da ineficiência do seu governo.

II--AS ALTERNATIVAS MAIS AVENTADAS

Existe a alternativa do "é melhor deixar como está para ver como é que fica", que é uma das piores, pois algo precisa ser feito.

Hoje está convencionado, consensado e acordado, que é inviável se fazer um novo pacote de congelamento de preços, salários, juros e câmbio, dos pontos de vista político, social e econômico. Destaco que numa inflação de mais de 30% ao mes, fazer um congelamento seria algo totalmente impraticável, face às defasagens dos dos valores dos componentes econômicos em função da sua indexação diferenciada (particularmente quantos aos períodos de reajustes), tornarem impossível definir regras justas para a sua fixação, sem incorrer em sérias distorções, as quais, por si só, forçariam novas alterações nos preços relativos, do que resultaria a retomada do processo inflacionário e desobediência ao próprio congelamento.

Outra alternativa que é combatida seria a adoção de dolarização da economia, ao estilo argentino, com fixação da paridade da moeda nacional em relação ao dólar americano, devido à ausência de reservas que possibilitassem a conversibilidade cambial e à dificuldade de depois se sair, sem maiores danos, do câmbio fixo. Outro fator negativo, a meu ver, é que a dolarização também é uma espécie de congelamento, e, assim, também apresentaria grande distorções na fixação dos valores dos componentes econômicos, conforme acima citado. Por fim, seria muito arriscado atrelar toda a economia ao dólar americano.

Fala-se ainda sobre a pré-fixação de preços, salários, juros e câmbio, que sendo uma mistura das duas primeiras, provavelmente resultaria em algo também inviável. Certamente estão sendo analisadas outras alternativas, tais como as chamadas âncoras monetária e cambial, que contam com menor destaque na imprensa.

III- A PROPOSTA DA INDEXAÇÃO DIÁRIA NEGOCIADA

OBJEIVO:

Inicialmente, acabar com as distorções da inflação inercial e reduzir a inflação de expectativas, de forma a permitir, posteriormente, a eliminação da inflação e da indexação, eliminação esta, contudo, condicionada às reformas estruturais da economia, que embora não fazendo parte do conteúdo desta proposta, são necessárias para ela e qualquer outra. Tais reformas abrangeriam, entre outras, a reforma fiscal, a criação de mecanismos de combate à sonegação e incorporação da economia informal, encontro de contas do setor público, fechamento dos acordos com o FMI e banca internacional e aceleração da privatização. Vide sugestões no Anexo 3.

ESSENCIALIA:

Usar a própria indexação para, inicialmente, eliminar as distorções dos indexadores diferenciados, através da criação de um novo indexador diário, de grande credibilidade e não manipulável, que seria o carro chefe da indexação plena da economia. Feita a indexação plena e diária, e procedidas as reformas estruturais da economia, a indexação acabaria por se extinguir, por si mesma, pois todos veriam que ela não teria mais razão de existir.

INDEXADOR:

Ao invés de se adotar o dólar americano como indexador, o que seria muito arriscado, optou-se pela criação do denominado CRUZEIRO CAMBIAL.....(CrC\$), que teria seu valor diário calculado com base na cota ponderada das moedas estrangeiras em que se dá o nosso relacionamento externo. O cruzeiro cambial poderia vir a ser considerado como o dólar nacional, dado que: na sua criação, seu valor inicial seria idêntico ao do dólar americano em cruzeiros reais; sendo o dólar a moeda preponderante nas nossas relações externas, também seria preponderante no cálculo do cruzeiro cambial; e, não existindo variações significativas na paridade das moedas internacionais, o cruzeiro cambial apresentaria valor, em cruzeiro real, muito próximo ao do dólar americano. O cruzeiro cambial teria características de pouca oscilação em termos reais, na medida em que, no seu cálculo, a queda de uma moeda seria compensada pela ascensão das demais. O Brasil, assim, ficaria, em termos monetários, atrelado ao Mundo, e não aos Estados Unidos, que também tem graves desequilíbrios econômicos.

CARACTERÍSTICAS:

Seria mantida toda a legislação vigente e os contratos em vigor. Não haveria congelamentos, pré-fixações, sequestro da poupança, e nem dolarização da economia. Seria discutida e planejada antes de implantada. Durante um longo período, a adesão às novas medidas seria opcional e não compulsória. Conteria mecanismos de proteção para os trabalhadores, pensionistas e aposentados. Seria bastante operacional no que se relaciona ao dia a dia de economia, que passaria a contar, transitóriamente, com a utilização, na prática, de duas moedas, uma forte e outra fraca.

◦ IMPLANTAÇÃO:

Seria implantada em três fases, prévia e amplamente discutidas, e divulgadas em conjunto, apresentadas a seguir :

- a fase de preparação, com, digamos, 6 meses de duração, quando seria feita a indexação diária da economia, e que poderia ser implantada já, sem condicionantes;
- a fase de estabilização, com, digamos, 12 meses, estaria condicionada a implantação de pelo menos parte das reformas estruturais e ao reforço de nossas reservas cambiais; por medida de segurança, ainda seria mantida a indexação;
- e a fase de consolidação, com início condicionado ao término da implantação das reformas estruturais, quando finalmente seria eliminada toda e qualquer indexação da economia.

FASE DE PREPARAÇÃO (6 MESES):

Objetivaria proceder a indexação plena da economia de maneira espontânea e o aumento das reservas cambiais, de forma a preparar o país para a fase de estabilização, estando condicionada, inicialmente, apenas à reformulação da legislação, e posteriormente, ao início da formulação das reformas estruturais, e ao fechamento dos acordos com o FMI e banca internacional.

Q. QUE SERIA MANTIDO: Toda a legislação vigente, e livres os preços, os salários, os juros e o câmbio.

Q. QUE SERIA ALTERADO: Seriam tomadas as seguintes medidas:

- 1) permissão para a renegociação espontânea de todos os contratos da economia (preços, salários, juros e câmbio), desde que atrelados a algum indexador diário, escolhido livremente pelas partes, inclusive as moedas estrangeiras;
- 2) seria criado um novo indexador, o cruzeiro cambial, que seria calculado diariamente, com base nas cotações do mix ponderado das principais moedas estrangeiras do relacionamento externo do país; na sua criação o cruzeiro cambial teria seu valor em CR\$ idêntico ao do dólar americano; seria elaborada uma tabela com seus valores retrospectivos em 12 meses, para ser utilizada na renegociação dos contratos;
- 3) seria extinto o IOF nas transações e aplicações financeiras indexadas ao cruzeiro cambial, objetivando torná-lo o indexador carro-chefe do mercado financeiro; assim, o Fundão indexado ao cruzeiro cambial passaria a ter remuneração total diária, de forma a assegurar o poder aquisitivo real da nova moeda nacional indexada;

- 4) as aplicações financeiras e contas-corrente bancárias permaneceriam com seus valores expressos em cruzeiros reais; contudo, haveria a permissão de emissão de cheques expressos em cruzeiro cambial (inclusive, legalizando os pré-datados, de forma a torná-los em modernas notas promissórias de valor real), que seriam convertidos em cruzeiro real na sua compensação ;
- 5) seriam permitidas a fixação dos preços e a emissão de notas fiscais expressas em cruzeiro cambial, com sua converção para cruzeiro real na data do seu vencimento ; os impostos incidentes também seriam calculados neste mesmo indexador, sendo, igualmente, convertidos para cruzeiro real na data do seu vencimento;
- 6) a UFIR diária, e suas congêneres estaduais e municipais, continuariam a existir, mas suas variações seriam idênticas à do cruzeiro cambial, tornando-se na "moeda" oficial dos governos e seus orçamentos;
- 7) seriam criados mecanismos auxiliares que objetivariam assegurar o poder de compra dos assalariados, pensionistas e aposentados, particularmente os de baixa renda, tais como:
 - prever na legislação que na negociação dos novos salários, eles seriam no mínimo iguais aos salários médios dos últimos doze meses calculados em cruzeiros cambiais, acrescidos de uma taxa a definir, de, digamos, 3%;
 - vale-transporte, vale-refeição, vale-remédio, vale-vestuário, vale-supermercado, entre outros, ou, melhor, seria instituído o vale-salário, de uso amplo, com seus valores expressos em cruzeiro cambial;
 - os bancos passariam a ser obrigados a abrir contas-corrente e aplicações financeiras populares para todos os brasileiros, admitindo-se a cobrança de taxas de serviços, para cobrir os custos daquelas de menor valor;
- 8) seriam ampliadas as nossas reservas cambiais, até um nível necessário e seguro para se proceder a conversibilidade cambial, prevista para a fase de estabilização, com a adoção das seguintes medidas:
 - passariam ser aceitos depósitos em moedas estrangeiras para aplicações financeiras indexadas ao cruzeiro cambial, assegurando o seu posterior resgate na mesma moeda, de forma a legalizar a enorme poupança informal e ilegal existente no país e no exterior; haveria, contudo, uma taxação, com uma alíquota de, digamos, 15%, a título de imposto de renda na fonte, que funcionaria como uma anistia fiscal; os recursos legalmente investidos no exterior seriam isentos desta taxação;
 - contratação de novos empréstimos externos e maiores facilidades para os investimentos externos, após fechamento dos acordos com o FMI e bancos internacionais.

FASE DE ESTABILIZAÇÃO (UM ANO)

Depois de preparada a casa, com a implantação de parte das medidas estruturais de acerto de nosso país, viria a fase de estabilização, quando, praticamente toda a economia já estaria indexada a nível diário. Conteria as seguintes medidas :

- 1) seria extinto o cruzeiro real, e criada uma nova moeda nacional, o CRUZEIRO NOVO (NCr\$), cujo valor em cruzeiro real seria igual ao cruzeiro cambial, que não seria extinto, e continuaria a ser o indexador carro-chefe da economia;
- 2) o cruzeiro novo passaria a ter paridade fixa temporária durante, digamos, seis meses, com o dólar americano, de forma assegurar a estabilidade da nova moeda;
- 3) todos os novos contratos indexados ao cruzeiro cambial e aos demais indexadores renegociados na fase de preparação permaneceriam em vigor, demandando apenas as suas devidas adaptações à nova moeda nacional;
- 4) passaria a ser obrigatória a indexação diária de todos os contratos da economia que não tivessem sido renegociados na fase de preparação; tal reformulação seria feita de acordo com as regras estabelecidas pela legislação; notar que desde o anúncio do plano já seriam conhecidas as bases em que se daria a inserção compulsória dos contratos na indexação plena; tais regras poderiam, inclusive, servir de referência para a adesão espontânea dos agentes econômicos, por ocasião da fase de preparação;
- 5) seria livre a abertura de contas bancárias e aplicações financeiras em moedas estrangeiras e a conversibilidade cambial;
- 6) seriam mantidos livres os preços, os salários e os juros, e, posteriormente, o câmbio.

FASE DE CONSOLIDAÇÃO

Realizadas e implantadas as reformas estruturais na economia que assegurassem um patamar aceitável de inflação, e acomodados os efeitos da fase de estabilização, seria feita a fase de consolidação, na qual, também, seriam mantidos livres os preços, os salários, os juros e o câmbio, a conversibilidade cambial e os depósitos em moeda estrangeira. Conteria as seguintes medidas:

- 1) extinção do cruzeiro novo e do cruzeiro cambial, e criação de nova moeda, denominada CRUZEIRO (sem adjetivo!), com valor em cruzeiro novo igual ao do cruzeiro cambial, que iria substituir o extinto indexador em todos os contratos vigentes;
- 2) proibir toda e qualquer indexação na economia.

IV- CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A proposta apresentada resultaria na simplificação do país, com a eliminação do seu confuso aparato legal indexatório, não pela sua extinção, e, sim, pela sua substituição por uma legislação adicional de aplicação mais simples, que seria, espontaneamente, adotada pelos agentes econômicos, sem interferência do governo. Leis como a dos reajustes dos salários, dos aluguéis e das mensalidades escolares poderiam deixar de existir, e o Congresso poderia se deter em questões mais importantes, tais como as reformas estruturais.

Ela botaria a bola no chão no país do futebol, e acabaria com o país do faz-de-conta, o país do leva vantagem e o país oficial diferente do real, na medida que o seu fundamento básico seria estabelecer a total transparência nas relações entre as partes por ocasião da efetivação dos seus contratos.

Ela resgataria a nossa capacidade de medir com precisão os componentes econômicos, sem a confusão e distorções decorrentes da nossa atual salada de "moedas". Uma boa analogia seria a seguinte: o país passaria a ser uma empresa administrada pelas demonstrações financeiras pela correção monetária integral (ou em unidade monetária constante), ao invés das demonstrações financeiras pela legislação societária, que impossibilitam o entendimento da real situação, e que são o melhor e o mais literal retrato do Brasil. Basta dizer que quando um estrangeiro vai analisar um de nossos balanços ele não consegue entender nada, necessitando fazer praticamente um curso para compreender sobre o nosso caótico quadro.

Ela reduziria, e quem sabe eliminaria, a inflação de expectativas e acabaria com os efeitos distorsivos da inflação inercial. Restauraria a capacidade das empresas, dos indivíduos e do governo de proceder as técnicas mais elementares da administração, tais como a determinação de custos, preços e orçamento e, também, de decidir; racionalmente, o que, onde, como, e quando comprar ou vender alguma coisa. E, assim, daria maior estabilidade e eficiência ao sistema econômico, resgatando a sua possibilidade de voltar ao crescimento, que vem sendo reprimido por mais de uma década de desacertos e injustiças.

Teria a maior importância para formulação das reformas estruturais, em particular, a reforma fiscal, considerando que traria uma perfeita transparência nas contas públicas, e faria com que os seus orçamentos deixassem de ser uma peça de ficção, tornando-os no efetivo instrumento de planejamento e controle dos governos. Para se analisar e gerir qualquer coisa é fundamental saber medir a dimensão dos seus componentes, pois tudo acaba se expressando em números. Assim é fundamental se ter instrumentos precisos para apuração destes números.

No plano interno, resultaria na queda das taxas de juros, na estabilização dos preços em cruzeiros cambiais, e no restabelecimento da alavancagem financeira, induzindo os agentes econômicos a abandonar a especulação financeira, e alocar os seus recursos no investimento fixo, gerando mais produção, empregos e impostos. A queda dos juros e aumento dos impostos (também acrescidos da taxa sobre os depósitos em moeda estrangeiras), iriam contribuir para a redução do déficit do governo. A maior estabilização da economia, associada a uma maior credibilidade do

mercado financeiro nos títulos públicos, permitiria alongar o prazo de rolagem da dívida governamental, e com isso, financiar, sem emissão de moeda, o eventual déficit ainda existente.

No plano externo, ajudaria o país fechar a sua negociação com o FMI e com a banca internacional. Afinal o Brasil passaria a ser um país sério, com uma economia, embora que numa fase de transição, transparente e com as regras do jogo bem definidas. O resultado disto seria a entrada considerável de recursos estrangeiros. Isto reforçaria as nossas já elevadas reservas internacionais, que, também, seriam ampliadas pela permissão dos depósitos em moeda estrangeira no país, nos daria grande margem de segurança para adotar a conversibilidade cambial.

Feita a indexação diária negociada na fase de preparação, que seria mantida na fase de estabilização por medida de segurança, estariam lançadas as bases para a eliminação definitiva da indexação no nosso país na fase de consolidação, porque todos perceberiam, particularmente os detentores do poder, que ela não teria mais motivos para existir, na medida em que as transferências de renda dos mais fracos para os mais fortes, permaneceriam, mas só que se dariam de uma forma mais transparente, e fruto de uma negociação às claras, parte a parte, sem governo no meio. E no final todos fortes e fracos sairiam ganhando, pois o país voltaria ao crescimento.

Atingida a estabilização e aconsolidação da economia, a negociação entre os fortes e fracos prosseguiria, como em qualquer país do mundo, e aí sim, seria possível se estabelecer uma nova repartição da renda e da riqueza.

Acredito que o sistema financeiro, apesar aceitar a idéia da adoção do cruzeiro cambial como indexador carro-chefe das suas operações, poderia vir a boicotá-la, pois ele é um dos principais sócios da inflação. Em função disto, ressaltaria que a minha proposta não exclui a possibilidade da cobrança de taxas dos serviços bancários. Por ocasião da renegociação dos novos contratos esta questão poderia vir ser acordada, bastando para tanto se chegar a um valor justo para as partes.

Acho que minha proposta iria resultar no grande pacto nacional, tantas vezes tentado e não conseguido, pois o país iria passar por uma grande renegociação, livre e soberana, de suas atitudes e conceitos.

Concluindo, submeto esta sugetão ao debate, para que possa ser analisada, aperfeiçoada e, quem sabe, implantada.

UM SUGESTÃO PARA O BRASIL: A INDEXAÇÃO DIÁRIA NEGOCIADA

(VERSÃO RESUMIDA PRELIMINAR)

ANEXOS:	PAG.
ANEXO 1 : A SALADA DE "MOEDAS" À BRASILEIRA	11
ANEXO 2 : A FORMAÇÃO DOS PREÇOS NO BRASIL	13
ANEXO 3 : SUGESTÕES PARA AS REFORMAS ESTRUTURAIS	15

CLAUDIO BRAGA DE ABREU E SILVA

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1993.

ANEXO 1: A SALADA DE "MOEDAS" A BRASILEIRA

No Brasil, em decorrência do longo período inflacionário, o que mais existem hoje são indexadores ou se preferirem "moedas", senão vejamos :

- existe a "moeda-moeda-mesmo", que desde de 01/08/93 se chama cruzeiro real, sendo mais um capítulo da nossa historia de troca de nome da moeda com corte de três zeros; não tem indexação e, assim, desvaloriza-se diariamente em relação às demais "moedas" e indexadores; possui pouca importância no país do ponto de vista econômico, sendo a sua maior aplicação a de servir como base de troca entre as demais "moedas"; é muito utilizada apenas para o pagamento de pequenas despesas, tais como a de um cafézinho, a de uma passagem de ônibus, entre outras; recebida em grande quantidade transforma-se na "moeda-batata-quente", na medida em que o seu detentor tem que correr para transformá-la em outra "moeda", sob pena de ver o seu valor ser corrido em mais de 1% por dia útil; perdem com esta "moeda" os mais pobres e fracos, aqueles que nem possuem conta e aplicações financeiras no sistema financeiro;
- existem as "moedas-financeiras", que apresentam variações para cada tipo de ativo, com correção monetária pós ou pré-fixada, com remuneração diária, mensal, trimestral, que sempre privilegiam os bancos, que possuem remuneração diária, em detrimento dos investidores (como exemplos disto lembro que uma caderneta de poupança não remunera o poupador se ele sacar o dinheiro antes do aniversário da conta, assim como um CDB, e muito menos tem remuneração o dinheiro que dorme na conta-corrente em espécie, ou na demorada e safada compensação de cheques);
- existem as "moedas-fiscais", que atualmente podem ser diárias ou mensais: a denominada UFIR, que indexa as receitas do Governo Federal; além disto, existem as unidades fiscais de cada estado e município, cada com suas características próprias;
- existem as "moedas-dos-preços" dos bens, serviços e tarifas, que aumentam periodicamente, mais uma vez de forma variada e confusa, diariamente, semanalmente, quinzenalmente ou mensalmente, através de diversos indexadores, e sempre com uma tendência ascendente em relação ao mês anterior, em função das chamadas expectativas inflacionárias e da insegurança quanto ao futuro, e não dos efetivos aumentos nos custos de produção;
- existem as "moedas-cambiais", com variação diária, porém divididas em segmentos e mercados, como o dólar comercial, o dólar turismo e o dólar paralelo, ou o chamado dólar-dólar, ou "verdinhas", que responde por boa parte da poupança brasileira, em bases ilegais, e das transações da economia informal e criminosa do país;

- existem as "moedas-dos-aluguéis", que podem ser mensais ou trimestrais no caso dos imóveis comerciais e semestrais no caso dos residenciais, sendo aqui o único caso em que o lado mais fraco, o inquilino, leva vantagem em relação ao mais forte, o locador;
- existem as chamadas "moedas-podres" utilizadas na privatização, que embora tendo correção monetária como ativo financeiro, possuem seu valor deteriorado em função da sua característica inerente de ser considerado um crédito de liquidação por seus detentores;
- existem as "moedas-dos-fundos-sociais" do tipo FGTS (remuneração mensal, mas que até recentemente era trimensal), PIS/PASEP (remuneração anual) e FAT (remuneração mensal), que sempre implicam em perda para os seus detentores, por ocasião do seu restrito, custoso, burocratizado e penoso saque;
- existem as "moedas-dos-salários,-aposentadorias-e-pensões", que apresentam modalidades diversas em função da natureza do empregador (empresas privadas ou estatais, e entidades da administração pública direta e indireta dos poderes executivo, legislativo e judiciário, nos âmbitos federal estadual e municipal) e da entidade de previdência (INSS, previdência privada fechada ou aberta, e institutos previdenciais dos servidores públicos federais, estaduais e municipais); embora com a diversidade apresentada, todas as "moedas" deste grupo tem uma característica única: a perda do seu valor real em função do patamar de inflação e da periodicidade de reajustes e adiantamentos, que se dá nas mais diversas formas;
- existem por fim as "moedas" dos desempregados, dos pobres e dos miseráveis, que seriam a "moeda-nenhuma", a "moeda-se-me-dão", a "moeda-deixa-eu-olhar-o-seu-carro", a "moeda-se-eu-roubo-ou-furto", entre outras, no sentido figurado, como as sobras de comidas e mantimentos recebidas de pessoas conscientes e piedosas ou aquelas simplesmente apanhadas nos depósitos de lixo; observar que também estas moedas perdem com a inflação, pois, de um lado, as esmolas e gratificações ficam congeladas por uns tempos, e, de outro, as doações e o próprio lixo sofrem perda de conteúdo com a crise recessiva.

Desta forma, no Brasil existe uma verdadeira salada de "moedas", que em geral favorece sempre os fortes em detrimento dos fracos, e também tem o poder de desestruturar todo o sistema econômico, a nível das empresas, dos indivíduos e do governo, pois fica muito difícil se proceder as técnicas mais elementares da administração, tais como determinação de custos, preços e orçamento, e decidir o que, onde, e quando comprar ou vender alguma coisa, se a vista ou a prazo, dada a diversidade dos ajustes de preços e das taxas de juros imbutidas.

ANEXO 2: A FORMAÇÃO DOS PREÇOS NO BRASIL

Vamos tentar reproduzir o que se passa na cabeça de um empresário brasileiro, por exemplo, o dono de uma pequena loja de comércio de artigos do vestuário.

Do lado da compra dos seus fatores de produção ele se defronta com uma diversidade de "moedas": cada fornecedor tem uma tabela periódica de preços, com prazos variados de vigência, e com diversas formas de pagamento: à vista, em quinze dias, em 30 dias, em 60 dias etc. Se ele comprar em um dia antes ou depois pode estar fazendo um bom ou um mal negócio, dependendo da data do último reajuste da tabela, e também se comprar a vista ou a prazo dependendo das taxas de juros embutidas nos preços a prazo.

O aluguel tem reajuste trimestral pelo IGPM. A conta de luz reajuste mensal. Os impostos são todos indexados por índices ditados pelos Governos Federal, Estadual e Municipal.

Os salários seguem a legislação, mais o menos dentro daquela máxima "aos amigos, tudo, aos inimigos, a lei": até julho, reajustes quadrimestrais integrais pelo IRSM e adiantamentos bimestrais de 60% do IRSM para aqueles que ganhem até 6 salários mínimos, para os demais a "livre negociação"; após muita confusão, o governo decidiu que a partir de agosto os adiantamentos serão mensais, e iguais à inflação do mês anterior menos o redutor de 10%.

Quanto aos empréstimos em bancos ele quer distância, pois seria taxado de louco ou acusado de estar em séria crise financeira se fosse tomar algum dinheiro por lá. Ele fica indeciso é quando vai aplicar o seu excedente de caixa: CDB? Fundação? Poupança? Dólar? ????. Quem dá mais? Qual é o índice de correção monetária de cada um? E os juros reais? Qual é a inflação?

Mas ele fica confuso mesmo é quanto vai fazer a sua tabela de preços. Começa o problema quando ele vai tentar saber qual é o custo de seus produtos: são tantos itens a considerar e pior, cada um tem uma "moeda" particular. Ele simplesmente desiste, encontrando uma solução mais prática: levanta o custo do material, multiplica por 2 e chega ao preço, e pronto!

Pronto nada. Ele tem apenas uma base para as vendas a vista. Mas tem aquelas feitas com cartão de crédito, aquelas feitas com cheques pré-datados, aquelas com nota, aquelas sem nota. Liga para o gerente do banco e pergunta qual a taxa do CDB. Pega um jornal e vê notícias que a inflação do mês seguinte deverá ser maior. Fica ali pensando, pensando, e pronto, tem mais uma solução: multiplica o custo do material por 2,05, para dar uma margem de garantia, e chuta taxas de juros de iguais as do CDB mais uns 2% a.m. por medida de segurança.

Aparece então a próxima questão: qual deve ser a validade da sua tabela? Olha em volta e, imperial e na marra, decide: semanal.

Depois vem o pior: verifica que não está vendendo quase nada, apesar dos seus preços estarem competitivos com os da concorrência, pois os clientes não tem dinheiro para comprar seus produtos. Alguns clientes mais afoitos, e sem dinheiro arriscam, e compram, dando um cheque pré-datado para 30 dias. Chega no dia do recebimento, o cheque volta sem fundos do banco. Lança o valor na "lucros e perdas", e resolve que naquele mês vai reforçar a margem de segurança para cobrir mais esta despesa.

E por aí vai. E tome inflação. Inflação de pura natureza emocional, de impotência perante um quadro maior, confuso, de expectativa. Inflação real, além da inercial, pois ali está dando a sua modesta contribuição para o aumento dos índices que a medem, que irão pressionar as taxas nominais de juros e a indexação do mes seguinte.

É certo que nas grandes empresas os computadores e os sistemas gerenciais irão facilitar a vida dos seus administradores, mas na sua essência o problema será o mesmo, pois nas grandes empresas a margem de erro tem que ser muito menor do que nas pequenas. Mas em todos os níveis se fazer o "mark-up" com boa folga e margem de segurança é a regra. Vale aqui relembrar que o elevado nível de oligopolização de nossa economia, contribue fortemente para criação da chamada inflação de expectativas.

ANEXO 3. SUGESTÕES PARA AS REFORMAS ESTRUTURAIS

Embora fugindo ao escopo da minha proposta, não poderia deixar de enumerar algumas medidas que, a meu ver, são fundamentais para eliminação da inflação governamental de nossa economia. No conograma da minha proposta elas deveriam ser iniciadas durante a fase de preparação, de forma a preparar o terreno para a fase de estabilização, e ter o seu término antes da fase de consolidação. São as seguintes :

- 1) elaborar reforma fiscal ampla , de forma a assegurar o equilíbrio das contas governamentais, mediante a redução e simplificação dos impostos, de forma a permitir uma menor carga fiscal, mas com a ampliação do número de contribuintes e taxaçaõ da economia informal ;
- 2) criar mecanismos eficazes e ações diretas buscando o combate a sonegação e corrupção;
- 3) elaborar um grande encontro de contas envolvendo os governos federal, estaduais e municipais, associado a uma ampla e definitiva renegociação das dividas liquidas dele resultantes, que passariam a ser expressas em um único indexador diário (no nosso caso o cruzeiro cambial), abrangendo toda a administração direta e indireta e suas empresas fundações e autarquias;
- 4) elaborar os orçamentos dos governos federal , estaduais e municipais do exercicio de 1994 indexados plenamente a nível diário
- 5) fechamento dos acordos com o FMI e bancos estrangeiros.
- 6) aceleração do programa de privatização das empresas não estratégicas, associado a aceitação de novas "moedas" , tais como as dos fundos sociais (FGTS, FND, PIS/PASEP e outros), e aplicação de deságio nas chamadas moedas "podres".

Quanto à reforma fiscal, em função da sua importância, não vou deixar de fazer algumas sugestões , tais como :

- simplificação e redução do numero de impostos (eliminação do PIS/PASEP e do CONFINS, IOF e Contribuição Social e I.R. sobre o Lucro Líquido, que no Brasil acaba não sendo líquido) ;
- redução de alíquotas no caso daqueles incidentes diretamente sobre as vendas tais como IPI, ICMS e ISS ;
- reformalação e perenidade do IPMF , com aumento da sua alíquota e permissão para a dedução dos seus valores pagos no imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas, com maior facilidade de quebra do sigilo bancário , para o combate à sonegação.
- aumento das alíquotas do Imposto de Renda da Pessoa Física, compensado pela permissão de dedução de uma percentagem a definir , do valor de toda e qualquer nota fiscal de bem consumido ou de serviço prestado ao contribuinte, de forma que resultasse no mesmo montante arrecadado atualmente, mas que estimulasse e induzisse o contribuinte a pedir notas fiscais

ANEXO A.2

A Indexação
Diária Negociada
original

A INDEXAÇÃO DIÁRIA NEGOCIADA

Uma Proposta para a Economia Brasileira

*"Contra o veneno da cobra,
só o próprio veneno da cobra."*

<u>ÍNDICE</u>	<u>Página</u>
I) Apresentação.....	1
II) Conceitos gerais.....	1
III) Detalhamento da proposta.....	7
IV) As vantagens e implicações da proposta.....	9
V) Considerações finais.....	12
ANEXOS:.....	14
Anexo 1: Sugestões para as reformas estruturais..	15
Anexo 2: Breve diagnóstico da crise brasileira.....	16

CLAUDIO BRAGA DE ABREU E SILVA

Nascido em Cachoeiro de Itapemirim/ES, em 08/11/49.

Engenheiro Civil (UFES,1972) e
Mestre em Administração de Empresas (COPPEAD,1981).

Funcionário da BNDESPAR desde 1975, lotado
na Área Financeira do BNDES, Rio/RJ.

Diretor Financeiro da AFBNDESPAR

Telefones para contato: (021) 277-7830; 262-2751; 262/8645

E-mails:
afbndesp@rio.nutecnet.com.br
bidual@rio.nutecnet.com.br

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1993.

I) APRESENTAÇÃO

Este documento contém o resumo de uma proposta para a eliminação dos efeitos sociais e econômicos da inflação inercial brasileira, a partir da permissão para a indexação diária em todos os contratos de preços, salários, juros e câmbio, realizada em bases graduais e espontâneas. Isto prepararia a economia para a eliminação definitiva da inflação e indexação. Eliminação esta, contudo, condicionada à realização das reformas estruturais necessárias ao acerto do país, particularmente quanto ao seu equilíbrio fiscal, que são pré requisitos para qualquer proposta.

No anexo apresenta-se algumas sugestões para as reformas estruturais, e, de forma mais detalhada, o diagnóstico da crise brasileira, suas alternativas de tratamento mais aventadas e alguns comentários sobre a presente proposta, suas implicações e sua comparação com as demais.

II) CONCEITOS GERAIS

Inflação e Indexação:

No Brasil, a inflação de um mês pode ser decomposta em três parcelas:

- a inflação inercial, decorrente da indexação da economia, que é a maior parcela da inflação total;
- a inflação de expectativas, ou empresarial, devida ao “mark-up” dos preços e juros com margem excessiva feito pelos agentes econômicos, em função da sua insegurança quanto ao futuro da própria inflação; e,
- a inflação governamental, decorrente de emissão de moeda para cobrir o déficit real.

A soma das inflações de expectativas e governamental é a inflação real do mês, ou seja, acima da inercial, que é responsável pelo aumento da inflação total.

O maior mal da inflação inercial e da indexação não é a sua existência, e, sim, a sua diferenciação, que além de gerar grande injustiça social, causa a desestruturação da economia, o que contribui para o aumento da inflação real, tanto empresarial, quanto governamental. É como se os fortes tivessem perdido o controle de um processo que eles mesmos criaram.

Do ponto de vista social, a indexação diferenciada foi, infelizmente, adotada por uma decisão política, e reflete o domínio na economia dos fortes sobre os fracos. Isto se dá através de uma complexa e mutável legislação indexatória que privilegia os preços, os juros e o câmbio, em detrimento dos salários (incluindo as pensões e aposentadorias).

Já a desestruturação da economia, a nível das empresas, dos indivíduos e dos governos, é o resultado de uma distorção puramente numérica, a qual prejudica e impede a medição precisa dos componentes econômicos - considerando o grande número de indexadores existentes e suas diversas periodicidades de reajuste, e suas elevadas variações atuais. Isto dificulta se proceder as técnicas mais elementares da administração, tais como determinação de custos, preços e

orçamentos, e decidir o que, onde e quando comprar ou vender alguma coisa (e, ainda, se à vista ou a prazo), dada a diversidade dos reajustes de preços e das taxas de juros embutidas.

No caso do setor produtivo, o elevado nível de oligopolização de nossa economia também contribui fundamentalmente para a geração da inflação de expectativas. No caso do mercado financeiro, o resultado da indexação diferenciada, a mais elevada taxa real de juros do mundo (inclusive por incluírem o IOF). Isto se deve à ação conjugada do desconhecimento da inflação (que é medida por diversos índices) e da ausência de um indexador que seja o carro-chefe do mercado (do que resulta o descasamento das operações de captação e aplicação).

Além disto, o sistema financeiro não exerce a sua função social básica que é financiar a produção - mesmo porque os juros elevados inviabilizam a alavancagem financeira no setor produtivo -, passando a ser um mero captador de recursos para financiamento da dívida pública, dentro de taxas extorsivas e prazos curtíssimos. Vale aqui ressaltar que, nos últimos anos, a adoção de política deliberada de elevação das taxas de juros reais como forma de combate à inflação, só tem tido como resultados a ampliação do déficit governamental e da especulação financeira.

Ressalte-se ainda que a inflação empresarial resulta no aumento do índice de correção monetária do mês seguinte, contribuindo com isso para o aumento do déficit real do governo - que é o maior consumidor e tomador de empréstimos de nossa economia -, o que gera, assim, uma parte da inflação governamental.

Junte-se tudo isto ao déficit gerado exclusivamente pelo próprio governo - devido ao seu gigantismo, ineficiência e impossibilidade de poder contar com instrumentos gerenciais precisos de planejamento e controle de suas receitas e despesas -, à subtração de receitas face à sonegação e à economia informal, e ao aumento das despesas face à corrupção e chega-se à inflação governamental total.

Desta forma, pode-se afirmar que boa parte de nossa inflação decorre de uma distorção de ordem matemática, resultante da adoção dos indexadores diferenciados, sendo este trabalho uma sugestão de como eliminar tal distorção. A outra parte, contudo, depende das reformas estruturais de nossa economia.

A Essência da Proposta:

Esta proposta objetiva principalmente sugerir como fazer para acabar com as distorções da indexação diferenciada, o que resultaria na redução de boa parte da inflação de expectativas e da inflação governamental. Notar que enquanto a inflação inercial e indexação não são extintas é preciso acabar já com seus efeitos.

A essência da proposta guarda semelhança com a elaboração das vacinas contra picadas de cobras, onde se usa o próprio veneno para combater seus efeitos. Assim, para acabar com a diferenciação da indexação no Brasil é preciso usar a própria indexação, e não se tentar eliminá-la.

Observe-se que se fosse criado um novo indexador carro-chefe da economia, preponderante entre todos, grande parte da diferenciação da indexação estaria sendo eliminada, pelo simples fato da redução do número dos indexadores significativos.

As características básicas dos indexadores são as suas periodicidades e os valores de seu reajuste ao longo do tempo, que, desta forma, são as variáveis chaves da sua diferenciação. Assim, para um

melhor efeito, o novo indexador teria que ter duas características: ser diário e conter índice de variação de grande credibilidade e não manipulável.

Feita a indexação plena e diária, iniciadas as reformas estruturais da economia e reforçadas as nossas reservas cambiais, poder-se-ia então se adotar uma espécie de dolarização, objetivando reduzir a inflação inercial. Porém, por medida de segurança, deveria ser ainda mantida a indexação. Reduzida a inflação inercial e completadas as reformas estruturais, a indexação acabaria por se extinguir por si mesma, pois todos veriam que ela não teria mais razão de existir.

Na implantação de um sistema novo, é preciso manter o velho em funcionamento, até que o novo possa assumir o seu lugar. Assim, procurou-se uma sistemática gradual na implantação das medidas propostas, pois a inflação e a indexação já estão tão arraigadas na nossa cultura, que será impossível sua eliminação de uma vez só. É preciso se ter humildade perante sua força.

As alternativas mais aventadas de tratamento de nossa crise - a saber, o congelamento ou pré-fixação dos preços, juros, salários e câmbio, e a dolarização, ao estilo argentino - tem em comum a fixação desses componentes econômicos. Isto num patamar atual de inflação de mais de 30% ao mês aparenta ser impraticável, devido às grandes defasagens dos preços relativos em função da nossa atual indexação diferenciada. Tais defasagens por si só trariam novos ajustes de preços, resultando na retomada do processo inflacionário.

A adoção desta proposta não resultaria nesta limitação, pois com a indexação diária de todos os contratos da economia, as defasagens de preços simplesmente não existiriam.

A injustiça social gerada exclusivamente pela indexação diferenciada também seria equacionada com a adoção desta proposta, que insere na indexação plena os salários, aposentadorias e pensões, bem como assegura o seu real poder de compra após seu recebimento.

O Indexador Proposto:

O novo indexador proposto foi aqui denominado CRUZEIRO CAMBIAL (CrC\$). Teria seu valor diário calculado com base na cesta ponderada das moedas estrangeiras em que se dá o relacionamento externo do país, abrangendo as reservas cambiais, a dívida externa, o comércio exterior e os serviços. Teria pouca oscilação em termos reais, na medida em que, no seu cálculo, a queda de uma moeda seria compensada pela ascensão das demais.

O Cruzeiro Cambial poderia vir a ser considerado como o dólar nacional, dado que:

- na data da sua criação, seu valor inicial seria idêntico ao do dólar americano em cruzeiros reais;
- sendo o dólar a moeda preponderante nas nossas relações externas, também seria preponderante no cálculo do Cruzeiro Cambial; e
- não existindo variações significativas na paridade das moedas internacionais, o Cruzeiro Cambial apresentaria valor, em cruzeiro real, muito próximo ao do dólar americano.

As Características Gerais da Proposta:

As principais características das medidas propostas são apresentadas a seguir:

a) do ponto de vista político, as medidas propostas seriam bastante democráticas, pois seriam objeto de negociação prévia entre Congresso, governos, patrões e empregados, de forma a planejar e aprovar, em conjunto, a sua implantação em três etapas:

- **fase de preparação**, com, digamos, 6 meses de duração, quando se faria a permissão para a indexação diária da economia, a criação do Cruzeiro Cambial e a ampliação das reservas cambiais, objetivando preparar o país para a fase seguinte; poderia ser iniciada já, bastando para tanto uma decisão política, pois não contém qualquer condicionamento econômico;
- **fase de estabilização**, com, digamos, 12 meses, que estaria condicionada à implantação de pelo menos parte das reformas estruturais e ao reforço de nossas reservas cambiais; por medida de segurança ainda seria mantida a indexação diária dos contratos, que, além disso, passaria a ser compulsória; seu objetivo seria reduzir, senão eliminar, a inflação inercial, através da criação de uma nova moeda e fixação de sua paridade com o dólar durante um período de, digamos, 3 meses;
- **fase de consolidação**, que tem o seu início condicionado ao término da implantação das reformas estruturais; nesta fase finalmente seria eliminada toda e qualquer indexação da economia;

b) as medidas possuem grande flexibilidade de implantação, já que os prazos das fases de preparação e estabilização poderiam vir a ser alterados, sem prejuízo da sua estrutura geral, ressaltando-se que:

- tais prazos poderiam se adaptar ao andamento das reformas estruturais e à formação de reservas cambiais, necessários para as fases de estabilização e consolidação;
- se asseguradas as condições necessárias para tanto, as fases de estabilização e consolidação poderiam, até mesmo, serem fundidas em uma única, sem prejuízo da proposta como um todo;
- os prazos contidos neste texto para cada fase são meramente indicativos.

c) seriam uma espécie de dolarização à brasileira, sem, contudo, conter os principais inconvenientes da dolarização efetiva, pois:

- o Cruzeiro Cambial teria valor quase igual ao do dólar, permitindo uma referência aproximada de nossos preços na moeda americana;
- não exigiriam lastro em moeda estrangeira para a moeda nacional na fase de preparação, pois o Cruzeiro Cambial seria apenas um indexador, e não uma moeda; tal lastro seria necessário apenas na fase de estabilização, quando nossas reservas já teriam sido fortemente ampliadas na fase de preparação, pela formalização da poupança nacional ilegal em moeda estrangeira e pela entrada de novos recursos externos;
- não resultariam na paridade cambial fixa da moeda nacional em relação ao dólar (exceto, conforme já citado, por um breve período na fase de estabilização); assim não haveria o risco de o país passar pelo atual problema da economia argentina, que é como sair do câmbio fixo;

- o país não ficaria atrelado monetariamente aos Estados Unidos, cuja economia também possui grandes problemas, e sim ao Mundo, através de um indexador mais confiável e de menor oscilação;
- d) seriam uma espécie de engenharia financeira, que usa a matemática para atacar um problema de carácter matemático, resultante da indexação diferenciada da nossa economia, sendo uma metodologia puramente técnica e neutra, que objetiva dar transparência a todas as transações da economia;
- e) não haveria congelamento, pré-fixação e seqüestro da poupança, sendo mantidos livres os preços, os juros, os salários e o câmbio (exceto no início da fase de estabilização, conforme já dito);
- f) seria mantida toda a legislação vigente (exceto a salarial) e os contratos em vigor na fase de preparação, quando seria apenas criada uma legislação adicional e um novo indexador, que induziriam os agentes econômicos a renegociarem, espontaneamente, todos seus contratos, desde que indexados diariamente; aqueles que não quisessem renegociar seus contratos, neles poderiam permanecer, pois somente na fase de estabilização a indexação diária passaria a ser compulsória;
- g) conteriam mecanismos de proteção para os trabalhadores, pensionistas e aposentados assegurando o valor real dos proventos, por ocasião do seu pagamento e também após seu recebimento; além disto, propõe-se que a irredutibilidade dos salários, hoje referente apenas aos seus valores nominais, seja estendida também para os seus valores reais;
- h) seriam bastante operacionais no que se relaciona ao dia-a-dia da economia, que passaria a contar, transitivamente, com a utilização, na prática, de duas moedas, uma forte (o CrC\$) e outra fraca (o CR\$);
- i) permitiriam ao país voltar ao crescimento, através da queda dos juros reais e estabilização da economia, o que resultaria no restabelecimento da alavancagem financeira no setor produtivo e no financiamento não oneroso do déficit público.

III) O DETALHAMENTO DA PROPOSTA

FASE DE PREPARAÇÃO: (6 meses)

Mantendo toda legislação atual (exceto salarial) e livres os preços, os juros, os salários e o câmbio, esta fase não contém condicionamentos econômicos e abrangeria as seguintes medidas:

- 1) permissão para renegociação espontânea de todos os contratos da economia (preços, juros, salários e câmbio) desde que atrelados a algum indexador diário, inclusive moedas estrangeiras;
- 2) criação do indexador carro-chefe, que seria o Cruzeiro Cambial (CrC\$), dentro das características já mencionadas; seria elaborada tabela retrospectiva nos últimos 12 meses, para ser utilizada na renegociação dos contratos; além disto, competiria ao governo fixar seu valor para o dia seguinte, para ser adotado nos pagamentos feitos em CR\$ em espécie até o final do expediente bancário, quando seria conhecido o seu valor efetivo no dia;

3) isenção do IOF nas operações financeiras indexadas ao Cruzeiro Cambial, de forma a torná-lo o indexador carro-chefe do mercado financeiro e dar remuneração diária real ao Fundão;

4) permissão para emissão de cheques (inclusive pré-datados) e cartões de crédito expressos em Cruzeiro Cambial, que seriam convertidos para CR\$ no dia do seu pagamento; as contas-correntes e aplicações financeiras permaneceriam em CR\$;

5) permissão para fixação de preços, notas fiscais e seus respectivos impostos em Cruzeiro Cambial, que seriam convertidos em CR\$ no seu vencimento;

6) substituição da UFIR e congêneres estaduais e municipais pelo CrC\$, que passaria a ser o indexador dos orçamentos dos governos;

7) criação de mecanismos de proteção ao real poder de compra dos salários, pensões e aposentadorias por ocasião do seu pagamento, e, também, após seu recebimento, contendo:

- nova política salarial atrelada ao Cruzeiro Cambial, definindo os salários como iguais ao salário médio de 12 meses, apurado em CrC\$ nos dias de seus pagamentos, sendo observada a irredutibilidade dos seus atuais valores nominais e instituída a irredutibilidade dos seus valores reais em CrC\$; os aumentos reais seriam livremente negociados;
- criação do vale-salário expresso em CrC\$, em substituição aos atuais vales expressos em CR\$ (vale-refeição, vale-transporte);
- obrigatoriedade aos bancos para a abertura de contas e aplicações financeiras populares para todos aqueles que assim o desejassem, desde que não fossem clientes de nenhum estabelecimento, e estivessem legalmente habilitados;
- indexação dos fundos sociais (FGTS, PIS/PASEP, FND, FAT, etc.) ao Cruzeiro Cambial, assegurando o valor real dos seus benefícios;

8) ampliação de nossas reservas cambiais através de:

- permissão para depósitos de moedas estrangeiras em novos fundos de investimento, cujas aplicações seriam indexadas ao CrC\$, ou nas cotações das moedas de suas próprias carteiras, com resgate, por reconversão, na moeda depositada; os recursos sem origem fiscal estariam, contudo, sujeitos à uma taxa de, digamos, 10% (numa espécie de anistia fiscal); seus recursos seriam alocados em empréstimos de médio e longo prazo, principalmente no financiamento da dívida pública;
- captação de novos empréstimos e investimentos externos, após o fechamento dos acordos com FMI e banca internacional.

FASE DE ESTABILIZAÇÃO: (12 meses)

Estaria condicionada à implantação de pelo menos parte das reformas estruturais e à ampliação de nossas reservas cambiais, feita na fase anterior. Conteria as seguintes medidas:

- 1) extinção do Cruzeiro Real e criação do Cruzeiro Novo (NCr\$), dentro da equivalência $1 \text{ NCr\$} = 1 \text{ Cr\$}$;
- 2) o NCr\$ teria paridade fixa com o US\$, por, digamos, 3 meses;
- 3) todos os contratos com indexação diária permaneceriam em vigor;
- 4) passaria a ser obrigatória a indexação diária de todos contratos, mediante leis e regras claras, já conhecidas desde o início do plano, e que também serviriam como referência para a negociação espontânea dos contratos na fase de preparação;
- 5) seriam livres a conversibilidade cambial e a abertura de contas e aplicações financeiras em moedas estrangeiras;
- 6) seriam livres os preços, os salários, os juros e, posteriormente, o câmbio;

FASE DE CONSOLIDAÇÃO:

Com início condicionado ao término da implantação das reformas estruturais, nesta fase finalmente seria eliminada toda e qualquer indexação da economia. Seriam mantidos livres os preços, os salários, os juros e o câmbio, a conversibilidade cambial e contas e aplicações em moedas estrangeiras. Conteria as seguintes medidas:

- 1) extinção do Cruzeiro Novo e do Cruzeiro Cambial, e criação do CRUZEIRO (sem adjetivo!), de símbolo Cr\$, com equivalência dada por $1 \text{ Cr\$} = 1 \text{ CrC\$}$, que iria substituir o Cruzeiro Cambial, e os demais indexadores diários, em todos contratos da economia;
- 2) proibição de toda e qualquer indexação na economia.

IV) AS VANTAGENS E IMPLICAÇÕES DA PROPOSTA

Do ponto de vista econômico e social as medidas propostas teriam as seguintes vantagens e implicações:

- a) o país passaria por uma grande renegociação na fase de preparação, onde as partes, livre e soberanamente, sem interferência do governo, definiriam as bases dos seus novos contratos, tendo como referência uma “moeda forte” (CrC\$); tal renegociação seria bastante simples:
 - definidos os salários em CrC\$ (pela nova lei), e os impostos (pela reforma fiscal), as empresas iriam renegociar os seus contratos de preços, considerando o custo dos insumos, as despesas administrativas e financeiras, e a margem de lucro;
 - numa nova rodada de negociação, patrões e empregados definiriam os aumentos reais de salários, deduzidos da margem de lucro, de forma a não implicar em aumentos dos preços;
 - os acordos seriam fáceis e transparentes, como por exemplo:

- ◆ nos salários seria discutido apenas o seu aumento real e não a periodicidade e índice de reajuste;
 - ◆ nas vendas a prazo e nos financiamentos, seriam discutidos apenas os juros reais e não a correção monetária;
- b) as medidas resguardariam os trabalhadores, pensionistas e aposentados, pois:
- assegurariam o poder de compra dos salários, pensões e aposentadorias no dia do seu pagamento, e a sua irredutibilidade em termos reais;
 - iriam garantir o efetivo poder de compra dos valores recebidos, com a criação do vale-salário e das aplicações financeiras populares ;
 - assegurariam os valores reais das cotas dos fundos sociais;
 - permitiriam a decisão racional sobre o que, quando, onde e como comprar;
- c) as implicações no mercado financeiro seriam as seguintes:
- a isenção do IOF em operações indexadas ao CrC\$ (inclusive o Fundão), o transformaria no indexador carro-chefe do mercado, resultando em maior segurança para suas operações e facilidade de medição dos juros reais e taxas de intermediação, pois permitiria um perfeito casamento entre captação e aplicação, em um indexador de credibilidade e não manipulável; notar que, com a indexação diária, índices que medem a inflação tenderiam a ter variação igual à do CrC\$;
 - as taxas de juros, face à diminuição do risco e à isenção do IOF, seriam sensivelmente reduzidas, permitindo a restauração da alavancagem financeira no setor produtivo e a redução do déficit do governo;
 - com a permissão para a emissão dos cheques (inclusive os pré-datados) e cartões de crédito expressos em Cruzeiros Cambiais, a economia passaria a ter instrumentos simples para os seus pagamentos em valores reais, seja à vista ou a prazo;
 - os recursos aplicados no mercado financeiro seriam significativamente aumentados pela permissão dos depósitos em moedas estrangeiras - em função do interesse dos investidores em ter segurança e rendimento para seus valores -, tendo como resultados:
 - ◆ a formalização da grande poupança atualmente ilegal existente no país e no exterior;
 - ◆ a redução da taxa de juros reais da economia, em função do aumento da oferta de recursos para aplicação;
 - ◆ a alocação dos recursos captados em empréstimos de médio e longo prazo, principalmente, para financiamento dos déficits dos governos;

- a maior estabilidade do mercado oficial de câmbio e praticamente eliminação do mercado paralelo;
- com a permissão da emissão de cheques em Cruzeiro Cambial aumentaria a formalização da economia, eles iriam responder pela maior parte do movimento bancário; isto permitiria:
 - ◆ um maior combate à sonegação e à economia informal;
 - ◆ aumento da receita do governo pela incidência do IPMF;

d) as principais implicações para os governos seriam as seguintes:

- eles passariam a contar com transparência nos seus orçamentos;
- teriam assegurado o valor real e o aumento de suas receitas, pois o cálculo dos impostos seria preponderantemente em CrC\$;
- contariam com acréscimos de arrecadação, decorrentes da redução da sonegação e da incidência do IPMF, e da taxação sobre os depósitos em moedas estrangeiras;
- as perdas do governo federal, primeiro, com a isenção do IOF - que seria pequena em termos líquidos, pois ele e suas empresas são os maiores tomadores de empréstimos - e, segundo, com a remuneração diária das aplicações financeiras - com a eliminação do chamado imposto inflacionário -, seriam compensadas pela redução das taxas de juros de seus títulos e pelo aumento dos impostos com o retorno ao crescimento.
- os governos passariam a contar com novos recursos para financiamento dos seus déficits, com a formalização da poupança informal em moeda estrangeira;

d) os cenários da tendência da inflação são apresentados a seguir:

na fase de preparação:

“começa a agir a vacina contra o veneno da cobra”

- é possível que viessem existir aumentos dos preços em Cruzeiros Cambiais; contudo, acredita-se que tais aumentos seriam insignificantes, pois o próprio setor produtivo, numa espécie de auto-policimento, se encarregaria de coibir tal prática e, por outro lado, os consumidores voltariam a ter a capacidade de memorizar os preços na “moeda forte” (CrC\$), resultando em boicote para aqueles produtos majorados;
- a inflação prosseguiria em patamares elevados, ao redor de 30% ao mês ou mais, mas isto não causaria maiores danos, pois a economia estaria indexada a nível diário;

na fase de estabilização:

“cresce a ação da vacina contra o veneno da cobra”

- no início desta fase, os preços relativos já estariam quase totalmente alinhados a nível diário, eliminando defasagens que poderiam resultar em inflação e pressionar a paridade do câmbio;
- durante a paridade fixa temporária do Cruzeiro Novo em relação ao dólar, a inflação inercial seria praticamente eliminada;
- liberado o câmbio, a tendência da inflação seria ditada pelos resultados das reformas estruturais na redução do déficit público e pelo seu financiamento sem emissão de moeda;
- persistindo a inflação, não haveria problema, pois, por medida de segurança, a indexação diária ainda seria mantida;
- admitindo-se como pequena a inflação nesta fase (digamos 10% ao ano), aconteceria um fato curioso: como os preços ainda continuariam indexados diariamente, eles teriam pequenas variações, que não justificariam o trabalho de seus cálculos; neste momento o país tomaria uma verdadeira aversão à indexação, e torceria pela sua eliminação definitiva;

na fase de consolidação:

“a ação final da vacina contra o veneno da cobra”

- admitindo-se que as reformas estruturais estariam totalmente implantadas e que o déficit público seria eliminado, ou financiado por emissão de títulos com juros menores e prazos maiores, a inflação se reduziria para os patamares dos países do primeiro mundo; assim seria possível eliminar toda e qualquer indexação da economia.

V) CONSIDERAÇÕES FINAIS

As medidas propostas resultariam na simplificação da economia, com a eliminação do seu confuso aparato legal indexatório, não pela sua extinção compulsória, e, sim, pela sua substituição por uma legislação adicional, espontaneamente, adotada pelos agentes econômicos. Leis como a dos reajustes dos salários, dos aluguéis e das mensalidades escolares poderiam deixar de existir, liberando o Congresso para o equacionamento das questões mais importantes, tais como as reformas estruturais.

As medidas propostas botariam a bola no chão no país-do-futebol, acabariam com o país-do-faz-de-conta, o país-do-leva-vantagem e o país-oficial-diferente-do-real, na medida que o seu fundamento básico seria estabelecer a total transparência nas relações entre as partes por ocasião da efetivação dos seus contratos.

Elas resgatariam a nossa capacidade de medir com precisão os componentes econômicos, sem a confusão e distorções decorrentes da nossa atual salada de “moedas”. Uma boa analogia seria a seguinte: o país passaria a ser uma empresa administrada através das demonstrações financeiras pela correção monetária integral (ou em unidade monetária constante), ao invés das demonstrações financeiras pela legislação societária, que são o melhor e mais literal retrato financeiro do Brasil.

Elas reduziriam, e quem sabe eliminariam, a inflação de expectativas e acabariam com os efeitos distorcivos da inflação inercial. Restaurariam a capacidade das empresas, dos indivíduos e do governo de proceder as técnicas mais elementares da administração, tais como a determinação de

custos, preços e orçamento e, também, de decidir, racionalmente, o que, onde, como e quando comprar ou vender alguma coisa.

Seriam da maior importância para a formulação das reformas estruturais, em particular a reforma fiscal, considerando que trariam uma perfeita transparência nas contas públicas e fariam com que os seus orçamentos deixassem de ser uma peça de ficção, transformando-os em efetivos instrumentos de planejamento e controle dos governos.

No plano interno, resultariam na queda das taxas de juros, na estabilização dos preços em Cruzeiros Cambiais, e no restabelecimento da alavancagem financeira, induzindo os agentes econômicos a abandonar a especulação, e alocar os seus recursos no investimento fixo, gerando mais produção, empregos e impostos. A queda dos juros e aumento dos impostos (também acrescidos da taxa proposta sobre os depósitos em moedas estrangeiras), iria contribuir para a redução do déficit do governo. A maior estabilidade da economia, associada a uma maior credibilidade do mercado financeiro nos títulos públicos e ao aumento de recursos provenientes da formalização da poupança informal em moeda estrangeira, permitiriam financiar, a médio e longo prazo e sem emissão de moeda, o eventual déficit ainda existente.

No plano externo, as medidas propostas ajudariam o país a fechar as negociações com o FMI e com a banca internacional. Afinal o Brasil passaria a ser um país sério, com uma economia, embora que numa fase de transição, transparente e com as regras do jogo bem definidas. O resultado disto seria a entrada considerável de recursos estrangeiros. Isto reforçaria as nossas já elevadas reservas cambiais, que, também, seriam ampliadas pela permissão dos depósitos em moeda estrangeira no país, dando-nos grande margem de segurança para adotar a conversibilidade cambial.

Feita a indexação diária negociada na fase de preparação, que seria mantida por segurança na fase de estabilização, estariam lançadas as bases para a eliminação definitiva da indexação no nosso país na fase de consolidação. Pois, afinal, todos perceberiam, particularmente os detentores do poder, que ela não teria mais motivos para existir, na medida em que as transferências de renda dos mais fracos para os mais fortes permaneceriam, mas só que se dariam de uma forma mais transparente, fruto de uma negociação às claras, parte a parte, sem governo no meio. E no final todos, fortes e fracos, sairiam ganhando, pois o país voltaria ao crescimento.

Atingida a estabilização e a consolidação da economia, a negociação entre fortes e fracos prosseguiria, como em qualquer país do mundo, e aí sim, seria possível se estabelecer uma melhor repartição da renda e da riqueza.

É bem provável que o sistema financeiro, apesar de aceitar a idéia da adoção do cruzeiro cambial como indexador carro-chefe das suas operações, venha a boicotá-la, pois ele é um dos principais sócios da inflação. Em função disto, ressalte-se que esta proposta não exclui a possibilidade da cobrança de taxas dos serviços bancários. Por ocasião da renegociação dos novos contratos esta questão poderia vir a ser acordada, bastando para tanto chegar-se a um valor justo para as partes. Além disto, o volume das suas intermediações financeiras seria significativamente ampliado, com a formalização da nossa enorme poupança informal em moeda estrangeira, além da captação de novos recursos externos.

A presente proposta, se debatida, aperfeiçoada e implantada, poderia resultar no grande pacto nacional, tantas vezes tentado e não conseguido, pois o país iria passar por uma grande renegociação, livre e soberana, de suas atitudes e conceitos.

A INDEXAÇÃO DIÁRIA NEGOCIADA

Uma Proposta para a Economia Brasileira

ANEXOS:

ANEXO 1: SUGESTÕES PARA AS REFORMAS ESTRUTURAIS

ANEXO 2: DIAGNÓSTICO E ALTERNATIVAS DO BRASIL

ANEXO 1: SUGESTÕES PARA AS REFORMAS ESTRUTURAIS

Embora fugindo ao escopo desta proposta, apresenta-se a seguir algumas medidas que são fundamentais para eliminação da inflação governamental de nossa economia. No cronograma da proposta elas deveriam ser iniciadas durante a fase de preparação, de forma a preparar o terreno para a fase de estabilização, e ter o seu término antes da fase de consolidação. São as seguintes:

- 1) realizar reforma fiscal ampla para assegurar o equilíbrio das contas governamentais, mediante a redução e simplificação dos impostos, de forma a permitir uma menor carga fiscal, mas com a ampliação do número de contribuintes e a taxação da economia informal;
- 2) criar mecanismos eficazes e ações diretas no combate à sonegação e à corrupção, como a quebra do sigilo bancário;
- 3) promover um grande encontro de contas envolvendo os governos federal, estaduais e municipais, associado a uma ampla e definitiva renegociação das dívidas líquidas dele resultantes, que passariam a ser expressas em um único indexador diário (no nosso caso o Cruzeiro Cambial), abrangendo toda a administração direta e indireta, suas empresas, fundações e autarquias;
- 4) elaborar os orçamentos dos governos federal, estaduais e municipais do exercício de 1994 indexados nível diário;
- 5) fechamento dos acordos com o FMI e os bancos estrangeiros;
- 6) aceleração do programa de privatização, incluindo as empresas não estratégicas e também os imóveis não operacionais do setor público, associado à aceitação de novas “moedas”, tais como as dos fundos sociais (FGTS, FND, PIS/PASEP e outros), e aplicação de deságio nas chamadas “moedas podres”.

Quanto à reforma fiscal, face da sua importância, destacam-se:

- 1) simplificação e redução do número de impostos (eliminação do PIS/PASEP e do CONFINS, IOF e Contribuição Social e I.R. sobre o Lucro Líquido, que no Brasil acaba não sendo líquido);
- 2) redução de alíquotas no caso daqueles incidentes diretamente sobre as vendas tais como IPI, ICMS e ISS; a exemplo dos EUA, os preços seriam sem impostos, que seriam calculados na hora do pagamento: assim os consumidores veriam o seu valor ser recolhido;
- 3) reformulação e perenidade do IPMF - com aumento da sua alíquota e permissão para a dedução dos seus valores pagos no imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas - e maior facilidade para a quebra do sigilo bancário, para o combate à sonegação.
- 4) aumento das alíquotas do Imposto de Renda da Pessoa Física, compensado pela permissão de dedução de uma percentagem, a definir, do valor de toda e qualquer nota fiscal de bem consumido ou de serviço prestado ao contribuinte, de forma que resultasse no mesmo montante arrecadado atualmente, mas que estimulasse e induzisse o contribuinte a pedir notas fiscais.

ANEXO 2: DIAGNÓSTICO E ALTERNATIVAS DO BRASIL

Inicialmente será feito um breve diagnóstico da crise brasileira, em seguida serão comentadas as alternativas mais aventadas para o seu equacionamento, e, por fim, feitas considerações sobre a proposta da Indexação Diária Negociada.

1) BREVE DIAGNÓSTICO DA CRISE BRASILEIRA

No Brasil, a inflação de um mês pode ser decomposta em três parcelas: a inflação inercial, decorrente da indexação da economia; a inflação de expectativas, ou empresarial, devido ao “mark-up” dos preços e juros com margem excessiva, em função da insegurança quanto ao futuro da própria inflação; e a inflação governamental, decorrente de emissão de moeda para cobrir o déficit público real. A soma das inflações de expectativas e governamental seria a inflação real.

A inflação inercial, existindo há quase três décadas, acabou criando os indexadores na economia. O domínio dos fortes sobre os fracos se dá através da adoção de indexadores diferenciados para os preços, os juros, os salários, os impostos e o câmbio, o que resulta numa verdadeira salada de “moedas”, onde os preços, os juros e o câmbio possuem indexação plena, com periodicidade variando de diária a mensal, enquanto que os salários, aposentadorias e pensões são penalizados pelo rigor da lei.

Além da injustiça social, tal situação tem o poder de desestruturar todo o sistema econômico, a nível das empresas, dos indivíduos e do governo, pois fica muito difícil se proceder as técnicas mais elementares da administração, tais como determinação de custos, preços e orçamento, e decidir o que, onde e quando comprar ou vender alguma coisa, se à vista ou a prazo, dada a diversidade dos reajustes de preços e das taxas de juros embutidas.

Esse quadro confuso cria as bases para o surgimento da inflação de expectativas, ou empresarial, que decorre da ação dos agentes econômicos, calcada em dois fatos principais. Primeiro, através da adoção generalizada do “mark-up” com certa margem de segurança, como forma de determinação dos preços no setor produtivo, o que, agravado pelo elevado índice de oligopolização de nossa economia, um dos mais altos do mundo. E, segundo, pela própria desorganização e especulação do setor financeiro, o que resulta na adoção de uma elevada taxa real de juros - o que por sua vez aumenta o déficit público real e, portanto, a inflação governamental, se coberto por emissão.

Os juros e o mercado financeiro merecem uma avaliação especial:

- as nossas taxas reais de juros são as mais elevadas do mundo, inclusive por incluírem o IOF;
- no Brasil, caso único no mundo, a aplicação de menor risco e maior retorno e liquidez é emprestar dinheiro para o governo;
- o sistema financeiro praticamente não financia a produção, apenas capta recursos para financiar a dívida pública, que girando no curtíssimo prazo, resulta em descontrole da política monetária, o que ajuda na elevação das taxas de juros;
- os juros elevados impedem a alavancagem financeira, pois não existem muitos negócios em que o lucro possa ser superior aos juros cobrados; conclusão: as empresas não aumentam seus

investimentos fixos, nem sua produção, preferindo aplicar os excedentes de caixa nas rentáveis aplicações financeiras; é proibido investir e gerar produção, emprego e impostos; e tome especulação financeira;

- boa parte da inflação de expectativas é gerada dentro do sistema financeiro, devido à ação conjugada do desconhecimento da inflação (que é medida por diversos índices) e da ausência de um indexador que seja o carro-chefe do mercado (do que resulta o descasamento das operações de captação e aplicação), o que acaba ocasionando um “mark-up” financeiro com uma maior margem de segurança, originando-se aí uma maior taxa de juros reais.

Vale ressaltar que, nos últimos anos, a adoção de política deliberada de elevação das taxas de juros reais como forma de combate à inflação, só tem conseguido ampliar o déficit governamental e alimentar a especulação financeira. Isto porque que os oligopólios, numa conjuntura de juros altos, detendo grandes excedentes de caixa e podendo determinar os seus preços em patamares elevados mesmo num quadro recessivo, passam a direcionar os seus recursos para a especulação financeira, devido ao seu maior retorno em relação à atividade produtiva. Além disto, a elevação dos juros acaba por elevar também os preços das vendas a prazo, gerando mais inflação real.

A sonegação de impostos, a enorme economia informal, a corrupção, uma legislação confusa, complexa e mutável, e o mau gerenciamento de um inchado setor público não podem deixar de ser citados, pois contribuem fundamentalmente para o déficit governamental, juntamente com os juros extorsivos incidentes sobre a dívida pública.

Esse estado de coisas não surgiu do nada: existem os chamados sócios da inflação e da indexação diferenciada. Contudo, não dá para se pôr a responsabilidade isoladamente em um ou outro. Afinal, é o famoso salve-se quem puder dentro de um quadro em crise. A responsabilidade tem que ser colocada no sistema como um todo: na sua característica perversa, injusta e contraproducente de indexação diferenciada, e na ineficiência do seu governo.

2) AS ALTERNATIVAS MAIS AVENTADAS

Existe a alternativa do “é melhor deixar como está para ver como é que fica”, que é uma das piores, pois algo precisa ser feito.

Hoje está convencionado, consensado e acordado que é inviável, dos pontos de vista político, social e econômico, fazer-se um novo pacote de congelamento de preços, salários, juros e câmbio. Numa inflação de mais de 30% ao mês, o congelamento seria algo totalmente impraticável, face às defasagens dos valores dos componentes econômicos em função da sua indexação diferenciada, particularmente quanto aos seus períodos de reajuste. Tais defasagens dificultam a definição de regras justas para a fixação dos valores dos componentes econômicos, sem incorrer em sérias distorções. Distorções estas, que, por si só, forçariam novas alterações nos preços relativos. Isto resultaria na desobediência ao congelamento e na retomada do processo inflacionário.

Outra alternativa seria a adoção de dolarização da economia, ao estilo argentino, com fixação da paridade da moeda nacional em relação ao dólar americano. Também esta alternativa é combatida, principalmente devido à ausência de reservas que possibilitassem a conversibilidade cambial e à dificuldade de depois se sair, sem maiores danos, do câmbio fixo. Outro fator negativo é que a dolarização também seria uma espécie de congelamento, e, assim, também apresentaria grandes distorções na fixação dos valores dos componentes econômicos, conforme acima citado. Por fim,

seria muito arriscado atrelar toda a economia do país à uma única moeda estrangeira, de uma economia que também seus grandes problemas.

Fala-se ainda sobre a pré-fixação de preços, salários, juros e câmbio; sendo isto uma mistura das alternativas acima comentadas, provavelmente resultaria em algo também inviável. Certamente estão sendo analisadas outras alternativas, tais como as chamadas âncoras monetária e cambial, que contam com menos destaque na imprensa.

Ultimamente ganhou mais espaço a alternativa chamada de “Conselho da Moeda”, que guarda grande semelhança com a alternativa proposta neste texto, que será comentada no item seguinte.

3) A INDEXAÇÃO DIÁRIA NEGOCIADA

Conforme visto no texto principal a Indexação Diária Negociada, objetiva a eliminação dos efeitos sociais e econômicos da inflação inercial brasileira, a partir da permissão para a indexação diária em todos os contratos de preços, salários, juros e câmbio, realizada em bases graduais e espontâneas. Esta etapa seria a de preparação da economia para a fase seguinte, a de estabilização, onde haveria a redução, ou mesmo a eliminação da inflação inercial. Finalmente viria a fase de consolidação, onde haveria a eliminação definitiva da indexação e redução da inflação para patamares aceitáveis, como os dos países do primeiro mundo.

O carro-chefe desta indexação seria o Cruzeiro Cambial (CrC\$), que sendo um indexador, não necessitaria de lastro em moeda estrangeira, tal como previsto na alternativa do “Conselho da Moeda”. Além disto seria um indexador mais confiável que o dólar americano, pois seria de grande credibilidade e impossibilidade de manipulação, pois seu cálculo seria definido, e feito diariamente, com base na ponderação das moedas que compõem o nosso relacionamento externo, incluindo as reservas cambiais, a dívida externa, o comércio exterior e os serviços. Assim, o Brasil ficaria atrelado monetariamente ao Mundo e não aos Estados Unidos, cuja economia também possui seus problemas. Representaria, contudo, uma espécie de dolarização da economia, na medida em que o CrC\$ teria seu valor em moeda nacional praticamente igual ao do dólar, o que permitiria uma referência dos nossos preços na moeda americana.

Deve-se ressaltar que a idéia da formalização da poupança informal em moeda estrangeira - que não consiste em exclusividade, nem fundamento desta proposta - deveria ser adotada em qualquer alternativa a ser implantada. Já é hora do Brasil acabar com este preconceito e sentimento de inferioridade perante às moedas estrangeiras, e incorporar a grande poupança atualmente ilegal existente no país e no exterior, possibilitando, inclusive, o financiamento do déficit público com estes novos recursos, dentro de menores taxas de juros e maiores prazos.

As grandes vantagens da Indexação Diária Negociada em relação ao congelamento e a dolarização ao estilo argentino seriam:

- a não existência de defasagens nos preços relativos da economia por ocasião da fixação dos componentes econômicos;
- manter livres os preços, os juros, os salários e o câmbio, exceto nos primeiros meses da fase de estabilização, quando a nova moeda nacional o Cruzeiro Novo (NCr\$) teria paridade fixa temporária com o dólar.

Por outro lado, permitiria e viabilizaria as alternativas da pré-fixação e das âncoras cambial e monetária - caso fosse tomada decisão no sentido da adoção das mesmas -, na medida em que os

preços estariam diariamente indexados, em particular ao Cruzeiro Cambial, bastando, assim, definir a sua redução gradual através do controle gradual do câmbio.

Por fim, são apresentados grandes méritos gerais da Indexação Diária Negociada:

- seu caráter democrático, já que deveria ser debatido por toda a sociedade, governos e Congresso antes de vir a ser implantada;
- teria grande flexibilidade na implantação de suas três fases, que poderiam ter seus prazos alterados em função do andamento das reformas estruturais;
- haveria uma renegociação espontânea dos contratos pelos agentes econômicos, e não uma imposição do governo neste sentido;
- eliminaria a injustiça social decorrente da atual indexação diferenciada, assegurando o poder real de compra dos salários, pensões e aposentadorias;
- seria bastante operacional no que se relaciona ao dia-a-dia da economia, que passaria a contar, transitoriamente, com a utilização, na prática, de duas moedas, uma forte (o CrCS) e outra fraca (o CR\$);
- permitiria ao país voltar ao crescimento, através da queda dos juros reais e estabilização da economia, no que resultaria o restabelecimento da alavancagem financeira no setor produtivo e financiamento não oneroso do déficit público.

Assim, face ao exposto, acredita-se que a Indexação Diária Negociada poderia vir a ser a alternativa mais recomendada para o equacionamento da crise brasileira.

ANEXO A.3

A Indexação
Diária Negociada
resumida

A Indexação Diária Negociada

uma proposta para a economia brasileira

VERSÃO RESUMIDA DE 08/09/93

*"Contra o veneno da cobra, só
o próprio veneno da cobra"*

por Claudio Braga de Abreu e Silva

Nascido em Cachoeiro de Itapemirim/ES,
em 08/11/49.

Engenheiro Civil (UFES, 1972) e Mestre em
Administração de Empresas (COPPEAD, 1981).

Funcionário da BNDESPAR desde 1975, lotado
na Área Financeira do BNDES, Rio/RJ.

Diretor Financeiro da AFBNDESPAR

Telefone para contato: (021) 277-7239

Rio de Janeiro, 08 de setembro de 1993.

A grande questão nacional atual é a discussão de alternativas para a economia brasileira, pois afinal algo precisa ser feito. Este texto é o resumo de uma proposta denominada Indexação Diária Negociada, que acredita-se ser:

- abrangente, na medida que comporta todas as alternativas em análise, tais como dolarização, congelamento, pré-fixação, "Conselho da Moeda", âncoras cambial e monetária, entre outras, que vêm tendo destaque na imprensa; e,
- engenhosa, criativa e fácil de ser implantada já (pois não contém qualquer condicionamento econômico, dependendo apenas de uma decisão política), e representa um estilo brasileiro para enfrentar a crise nacional, visto que usa a própria indexação para acabar com a indexação e a inflação inercial.

No Brasil, a inflação de um mês pode ser decomposta em três parcelas: a) a inflação inercial, decorrente da indexação da economia, que é a maior parcela da inflação total; b) a inflação de expectativas, ou empresarial, devida ao "mark-up" dos preços e juros com margem excessiva feito pelos agentes econômicos, em função da sua insegurança quanto ao futuro da própria inflação; e, c) a inflação governamental, decorrente de emissão de moeda para cobrir o déficit real. A soma das inflações de expectativas e governamental é a inflação real do mês, ou seja, acima da inercial, que é responsável pelo aumento da inflação total.

O maior mal da inflação inercial e da indexação no Brasil não é a sua existência, e, sim, a sua diferenciação, que além de gerar grande injustiça social, causa a desestruturação da economia, o que contribui para o aumento da inflação real, tanto empresarial, quanto governamental. Enquanto que a injustiça social é, infelizmente, resultado de uma má decisão política, a desestruturação de nossa economia e boa parte da nossa inflação real decorrem de uma distorção de ordem matemática, devido à adoção dos indexadores diferenciados.

A Indexação Diária Negociada seria implantada em três etapas, a serem anunciadas em conjunto:

- a primeira, denominada de fase de preparação, objetivaria a eliminação dos efeitos sociais e econômicos da inflação inercial brasileira e sua indexação diferenciada, a partir da permissão para a indexação diária (atrelada a qualquer indexador, desde que diário, inclusive as moedas estrangeiras) de todos os contratos de preços, salários, juros e câmbio, de forma gradual e espontânea pelos agentes econômicos, e sem quebra dos atuais contratos; além disto, nela haveria a ampliação de nossas reservas cambiais, através da formalização da nossa grande poupança informal em moedas estrangeiras e da entrada de novos recursos externos;
- a seguir viria a fase de estabilização, onde haveria a redução, ou mesmo eliminação da inflação inercial, mediante a fixação temporária do câmbio, e a conversibilidade cambial; nesta fase, contudo, ainda seria mantida, por medida de segurança, a indexação diária em todos os contratos da economia, que, além disto, passaria a ser compulsória;

- finalmente, viria a fase de consolidação, onde haveria a eliminação definitiva da indexação, através da sua proibição, e a redução da inflação para patamares aceitáveis, como os dos países do primeiro mundo.

Observe-se que o pressuposto básico desta proposta é a realização das reformas estruturais de nossa economia, em particular o equilíbrio fiscal, que são necessárias para esta e qualquer outra proposta de equacionamento de nossa crise. No Anexo 2 são apresentadas sugestões para as reformas estruturais.

O carro-chefe da Indexação Diária Negociada seria um novo indexador, a ser criado na fase de preparação, o denominado Cruzeiro Cambial (CrC\$). Ele teria grande credibilidade e impossibilidade de manipulação, pois seu cálculo seria claramente definido e feito diariamente, com base num índice que ponderaria as cotações da cesta de moedas que compõem o nosso relacionamento externo, incluindo as reservas cambiais, a dívida externa, o comércio exterior e os serviços. Seu valor conteria pequena oscilação real, dado que a variação da cotação de uma moeda seria compensada pela das demais.

Apesar de ser permitida a indexação diária em qualquer indexador, o Cruzeiro Cambial passaria a ser o carro-chefe da indexação da economia, devido às seguintes medidas propostas:

- seriam isentas do IOF as aplicações financeiras a ele indexadas (o que daria remuneração real ao Fundão), o que o transformaria no indexador carro-chefe do mercado financeiro; isto resultaria um quase perfeito casamento entre a captação e aplicação de recursos e, conseqüentemente, na redução da inflação de expectativas no mercado financeiro e a queda da taxa real de juros;
- seria permitida a fixação dos preços, notas fiscais e seus impostos e a emissão de cheques (inclusive pré-datados) e cartões de crédito expressos em Cruzeiro Cambial, que teriam seus valores convertidos para a moeda nacional na data do seu vencimento; as contas bancárias e aplicações financeiras, contudo, permaneceriam expressas na moeda nacional;
- a UFIR e suas congêneres estaduais e municipais seriam substituídas pelo CrC\$, que, além disto, passaria a ser o indexador dos orçamentos dos governos;
- a única mudança significativa na legislação seria a nova política para os salários, pensões e aposentadorias, que passariam a ser calculados com base no seu valor médio nos últimos 12 meses, apurado em Cruzeiro Cambial nas datas de seus pagamentos, observando-se a sua irredutibilidade nominal e instituindo-se a sua irredutibilidade real em CrC\$; aumentos reais seriam livremente negociados; haveriam ainda mecanismos para assegurar os valores reais dos proventos recebidos, através da criação do vale-salário - com seu valor expresso em CrC\$, que substituiria os atuais vales (vale-restaurante, vale-transporte, etc.), que são expressos em CR\$ -, e da obrigação aos bancos de abertura de

contas-correntes e aplicações financeiras para a população de baixa renda.

Deve-se ressaltar que a idéia da formalização da poupança nacional informal em moeda estrangeira - que embora integrando esta proposta, não consiste em exclusividade nem fundamento da mesma -, deveria ser adotada em qualquer alternativa a ser implantada. Já é hora do Brasil acabar com este preconceito e sentimento de inferioridade perante às moedas estrangeiras, e incorporar a grande poupança, atualmente ilegal, existente no país e no exterior. E, com isso, ampliar as nossas reservas cambiais, e possibilitar ainda o financiamento do déficit público com estes novos recursos, a custos menores e prazos maiores, observando que haveria uma tendência de queda da taxa de juros real, em função do aumento da oferta de recursos.

Esta proposta é uma espécie de dolarização da economia, na medida em que o Cruzeiro Cambial teria seu valor em moeda nacional praticamente igual ao do dólar (seu valor inicial seria igual ao da moeda americana), o que permitiria uma referência dos nossos preços em dólar. Contudo, não conteria os inconvenientes da dolarização efetiva, pois o Cruzeiro Cambial sendo apenas um indexador e não uma moeda, não necessitaria de lastro em moeda estrangeira, tal como previsto na alternativa do "Conselho da Moeda". Além disto seria um indexador mais confiável que o dólar, pois o Brasil ficaria atrelado monetariamente ao Mundo e não aos Estados Unidos, cuja economia também possui seus problemas.

As grandes vantagens da Indexação Diária Negociada em relação ao congelamento e à dolarização ao estilo argentino seriam: a) a não existência de defasagens nos preços relativos da economia por ocasião da fixação dos componentes econômicos; b) manter livres os preços, os juros, os salários e o câmbio, exceto nos primeiros meses da fase de estabilização, quando a moeda nacional teria paridade fixa temporária com o dólar.

Por outro lado, permitiria e viabilizaria as alternativas da pré-fixação e das âncoras cambial e monetária - caso fosse tomada decisão no sentido da adoção das mesmas -, na medida em que os componentes econômicos estariam diariamente indexados, com preponderância do Cruzeiro Cambial, bastando, assim, fazer a sua redução nominal através do controle gradual do câmbio.

Por fim, apresentam-se os grandes méritos gerais da proposta da Indexação Diária Negociada:

- seu caráter democrático, já que poderia e deveria ser debatida por toda a sociedade, os governos e o Congresso, antes de vir a ser implantada, podendo se transformar, inclusive, no verdadeiro pacto nacional;
- teria grande flexibilidade na implantação de suas três fases, que poderiam ter seus prazos alterados em função do andamento das reformas estruturais;

- seria uma espécie de engenharia financeira, que usa a matemática para atacar um problema de ordem matemática, resultante da indexação diferenciada da nossa economia, sendo uma metodologia puramente técnica e neutra, que objetiva dar transparência a todas as transações da economia;
- botaria a bola no chão no país-do-futebol, acabaria com o país-do-faz-de-conta, o país-do-leva-vantagem e o país-oficial-diferente-do-real, na medida que o seu fundamento básico seria estabelecer a total transparência nas relações entre as partes por ocasião da efetivação dos seus contratos;
- resgataria a nossa capacidade de medir com precisão os componentes econômicos, sem a confusão e distorções decorrentes da nossa atual salada de "moedas", restaurando a capacidade das empresas, dos indivíduos e do governo de proceder as técnicas mais elementares da administração, tais como a determinação de custos, preços e orçamento e, também, de decidir, racionalmente, o que, onde, como e quando comprar ou vender alguma coisa, se à vista ou a prazo;
- permitiria uma renegociação espontânea dos contratos pelos agentes econômicos, e não uma imposição do governo neste sentido, preparando a economia para a fase de estabilização;
- eliminaria a injustiça social decorrente da atual indexação diferenciada, assegurando a poder real de compra dos salários, pensões e aposentadorias na data do seu pagamento, e, também, após o seu recebimento;
- seria bastante operacional no que se relaciona ao dia-a-dia da economia, que passaria a contar, transitariamente, com a utilização, na prática, de duas moedas, uma forte (o CrC\$) e outra fraca (o Cr\$);
- seria da maior importância para a formulação das reformas estruturais, em particular a reforma fiscal, considerando que traria uma perfeita transparência nas contas públicas e faria com que os seus orçamentos deixassem de ser uma peça de ficção, transformando-os em efetivos instrumentos de planejamento e controle dos governos;
- reduziria, e quem sabe eliminaria, a inflação de expectativas e boa parte da inflação governamental, através da eliminação dos efeitos distorsivos da indexação diferenciada;
- permitiria ao país voltar ao crescimento, através da queda dos juros reais e estabilização da economia, no que resultaria o restabelecimento da alavancagem financeira no setor produtivo e financiamento não oneroso do déficit público.

Assim, face ao exposto, acredita-se que a Indexação Diária Negociada possa vir a ser a alternativa mais recomendada para o equacionamento da crise brasileira. O detalhamento de suas medidas encontra-se no Anexo 1, cujos prazos são indicativos.

A INDEXAÇÃO DIÁRIA NEGOCIADA
Uma Proposta para a Economia Brasileira

ANEXOS:

ANEXO 1: DETALHAMENTO DA INDEXAÇÃO DIÁRIA NEGOCIADA

ANEXO 2: SUGESTÕES PARA AS REFORMAS ESTRUTURAIS

ANEXO 1: DETALHAMENTO DA INDEXAÇÃO DIÁRIA NEGOCIADA

FASE DE PREPARAÇÃO: (6 meses)

Mantendo toda legislação atual (exceto salarial) e livres os preços, os juros, os salários e o câmbio, esta fase não contém condicionamentos econômicos e abrangeria as seguintes medidas:

- 1) permissão para renegociação espontânea de todos os contratos da economia (preços, juros, salários e câmbio) desde que atrelados a algum indexador diário, inclusive moedas estrangeiras;
- 2) criação do indexador carro-chefe, que seria o Cruzeiro Cambial (CrC\$), dentro das características já mencionadas; seria elaborada tabela retrospectiva nos últimos 12 meses, para ser utilizada na renegociação dos contratos; além disto, competiria ao governo fixar seu valor para o dia seguinte, para ser adotado nos pagamentos feitos em Cr\$ em espécie até o final do expediente bancário, quando seria conhecido o seu valor efetivo no dia;
- 3) isenção do IOF nas operações financeiras indexadas ao Cruzeiro Cambial, de forma a torná-lo o indexador carro-chefe do mercado financeiro e dar remuneração diária real ao Fundão;
- 4) permissão para emissão de cheques (inclusive pré-datados) e cartões de crédito expressos em Cruzeiro Cambial, que seriam convertidos para Cr\$ no seu dia do seu pagamento; as contas-correntes e aplicações financeiras permaneceriam em Cr\$;
- 5) permissão para fixação de preços, notas fiscais e seus respectivos impostos em Cruzeiro Cambial, que seriam convertidos em Cr\$ no seu vencimento;
- 6) substituição da UFIR e congêneres estaduais e municipais pelo CrC\$, que passaria a ser o indexador dos orçamentos dos governos;
- 7) criação de mecanismos de proteção ao real poder de compra dos salários, pensões e aposentadorias por ocasião do seu pagamento, e, também, após seu recebimento, contendo:
 - a) nova política salarial atrelada ao Cruzeiro Cambial, definindo os salários como iguais ao salário médio de 12 meses, apurado em CrC\$ nos dias de seus pagamentos, sendo observada a irredutibilidade dos seus atuais valores nominais e instituída a irredutibilidade dos seus valores reais em CrC\$; os aumentos reais seriam livremente negociados;
 - b) criação do vale-salário expresso em CrC\$, em substituição aos atuais vales expressos em Cr\$ (vale-refeição, vale-transporte);
 - c) obrigatoriedade aos bancos para a abertura de contas e aplicações financeiras populares para todos aqueles que assim o desejassem, desde que não fossem clientes de nenhum estabelecimento, e estivessem legalmente habilitados;

- d) indexação dos fundos sociais (FGTS, PIS/PASEP, FND, FAT, etc) ao Cruzeiro Cambial, assegurando o valor real dos seus benefícios;
- 8) ampliação de nossas reservas cambiais através de:
- a) permissão para depósitos de moedas estrangeiras em novos fundos de investimento, cujas aplicações seriam indexadas ao CrC\$, ou nas cotações das moedas de suas próprias carteiras, com resgate, por reconversão, na moeda depositada; os recursos sem origem fiscal estariam, contudo, sujeitos à uma taxa de, digamos, 10% (numa espécie de anistia fiscal); seus recursos seriam alocados em empréstimos de médio e longo prazo, principalmente no financiamento da dívida pública;
 - b) captação de novos empréstimos e investimentos externos, após o fechamento dos acordos com FMI e banca internacional.

FASE DE ESTABILIZAÇÃO: (12 meses)

Estaria condicionada à implantação de pelo menos parte das reformas estruturais e à ampliação de nossas reservas cambiais, feita na fase anterior. Conteria as seguintes medidas:

- 1) extinção do cruzeiro real e criação do Cruzeiro Novo (Ncr\$), dentro da equivalência $1 \text{ Ncr\$} = 1 \text{ CrC\$}$;
- 2) o NCr\$ teria paridade fixa com o US\$, por, digamos, 3 meses;
- 3) todos os contratos com indexação diária permaneceriam em vigor;
- 4) passaria a ser obrigatória a indexação diária de todos os contratos, mediante leis e regras claras, já conhecidas desde o início do plano, e que também serviriam como referência para a negociação espontânea dos contratos na fase de preparação;
- 5) seriam livres a conversibilidade cambial e a abertura de contas e aplicações financeiras em moedas estrangeiras;
- 6) seriam livres os preços, os salários, os juros e, posteriormente, o câmbio;

FASE DE CONSOLIDAÇÃO:

Com início condicionado ao término da implantação das reformas estruturais, nesta fase finalmente seria eliminada toda e qualquer indexação da economia. Seriam mantidos livres os preços, os salários, os juros e o câmbio, a conversibilidade cambial e contas e aplicações em moedas estrangeiras. Conteria as seguintes medidas:

- 1) extinção do Cruzeiro Novo e do Cruzeiro Cambial, e criação do CRUZEIRO, (sem adjetivo!), de símbolo Cr\$, com equivalência dada por $1 \text{ Cr\$} = 1 \text{ CrC\$}$, que iria substituir o Cruzeiro Cambial, e os demais indexadores diários, em todos os contratos da economia;
- 2) proibição de toda e qualquer indexação na economia.

ANEXO 2: SUGESTÕES PARA AS REFORMAS ESTRUTURAIS

Embora fugindo ao escopo desta proposta, apresentam-se a seguir algumas medidas que são fundamentais para eliminação da inflação governamental de nossa economia. No cronograma da proposta elas deveriam ser iniciadas durante a fase de preparação, de forma a preparar o terreno para a fase de estabilização, e ter o seu término antes da fase de consolidação. São as seguintes :

- 1) realizar reforma fiscal ampla para assegurar o equilíbrio das contas governamentais, mediante a redução e simplificação dos impostos, de forma a permitir uma menor carga fiscal, mas com a ampliação do número de contribuintes e a taxação da economia informal;
- 2) criar mecanismos eficazes e ações diretas no combate à sonegação e à corrupção, como a quebra do sigilo bancário ;
- 3) promover um grande encontro de contas envolvendo os governos federal, estaduais e municipais, associado a uma ampla e definitiva renegociação das dívidas líquidas dele resultantes, que passariam a ser expressas em um único indexador diário (no nosso caso o Cruzeiro Cambial), abrangendo toda a administração direta e indireta, suas empresas, fundações e autarquias;
- 4) elaborar os orçamentos dos governos federal, estaduais e municipais do exercício de 1994 indexados nível diário;
- 5) fechamento dos acordos com o FMI e os bancos estrangeiros;
- 6) aceleração do programa de privatização, incluindo as empresas não estratégicas e também os imóveis não operacionais do setor público, associado à aceitação de novas "moedas" , tais como as dos fundos sociais (FGTS, FND, PIS/PASEP e outros), e aplicação de deságio nas chamadas moedas "podres".

Quanto à reforma fiscal, face da sua importância, destacam-se:

- 1) simplificação e redução do número de impostos (eliminação do PIS/PASEP e do CONFINS, IOF e Contribuição Social e I.R. sobre o Lucro Líquido, que no Brasil acaba não sendo líquido);
- 2) redução de alíquotas no caso daqueles incidentes diretamente sobre as vendas tais como IPI, ICMS e ISS; a exemplo dos EUA, os preços seriam sem impostos, que seriam calculados na hora do pagamento: assim os consumidores veriam o seu valor ser recolhido;
- 3) reformulação e perenidade do IPMF - com aumento da sua alíquota e permissão para a dedução dos seus valores pagos no imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas - e maior facilidade para a quebra do sigilo bancário, para o combate à sonegação.
- 4) aumento das alíquotas do Imposto de Renda da Pessoa Física, compensado pela permissão de dedução de uma percentagem, a definir, do valor de toda e qualquer nota fiscal de bem consumido ou de serviço prestado ao contribuinte, de forma que resultasse no mesmo montante arrecadado atualmente, mas que estimulasse e induzisse o contribuinte a pedir notas fiscais.

ANEXO B

Cartas enviadas

ENVIO DE CÓPIAS DA IDN

Esse ANEXO apresenta a relação das correspondências enviadas e recebidas no período de setembro a dezembro de 1993, referentes ao trabalho *A Indexação Diária Negociada*, de subtítulos “Uma proposta para a economia brasileira” e “Contra o veneno da cobra, só o próprio veneno da cobra”, de 31/08/1993, elaborado por Claudio Braga de Abreu e Silva.

No período de setembro a outubro de 1993, com apoio da AFDBNDESPAR, o meu trabalho (nas suas versões original e resumida) foi encaminhado, dentro de um objetivo supraclassista e suprapartidário, para quase duzentas pessoas e entidades representativas da sociedade brasileira, abrangendo os poderes executivo (federal, estadual e municipal) e legislativo, políticos e partidos políticos, entidades representativas do comércio, da indústria e dos bancos, centrais sindicais e sindicatos, professores, fundações e faculdades de economia, principais jornalistas, jornais e redes de televisão, entre outros. O objetivo era divulgar a proposta para concretizá-la, e, como a considerava capaz de ser o pacto nacional, ela deveria ser encaminhada para todos os segmentos do país.



Associação dos Funcionários da BNDES Participações S/A - AFBNDESPAR
C. G. C. 29.169 653/0001-80

em 17/12/93

A INDEXAÇÃO DIÁRIA NEGOCIADA

RELAÇÃO DE CARTAS ENVIADAS E RECEBIDAS

<u>DESTINATÁRIO</u>	<u>DATA DE ENVIO</u>	<u>DATA DE RECEBIMENTO</u>
1) PODER EXECUTIVO		
1.1) ÂMBITO FEDERAL		
Presidente da República	09/09/93 06/12/93	
Ministro da Fazenda	08/09/93 06/12/93	29/09/93 15/12/93
Dr. Edmar Bacha	03/09/93	08/09/93
Dr. Winston Fritsch	08/09/93	30/09/93
Dr. Pedro Malan	10/09/93	
Dr. André Lara Resende	08/09/93	
Dr. Osiris Lopes Filho	09/09/93	
Ministro do Planejamento	08/09/93	
Dr. Raul Jungmann	09/09/93	
Dr. Pêrsio Arida	08/09/93	telefonema
Dra. Aspásia Camargo	03/09/93	
Ministro da Indústria e Comércio	09/09/93	04/10/93
Ministro do Trabalho	09/09/93	20/10/93
1.2) ÂMBITO ESTADUAL		
Governador de São Paulo	13/09/93	
Governador do Rio de Janeiro	13/09/93	
Governador de Minas Gerais	13/09/93	
Governador do Espírito Santo	13/09/93	22/09/93
Governador do Rio Grande do Sul	13/09/93	
Governador do Ceará	13/09/93	
Governador da Bahia	13/09/93	24/09/93
Governador do Distrito Federal	13/09/93	
1.3) ÂMBITO MUNICIPAL		
Prefeito de São Paulo	13/09/93	28/09/93
Prefeito do Rio de Janeiro	13/09/93	
Dra. Maria Sílvia Bastos	13/09/93	
Prefeito de Vitória (em mãos)	nov/93	



2) PODER LEGISLATIVO

2.1) SENADO FEDERAL

Presidente do Senado	09/09/93	28/09/93
Senador Pedro Simom (Líder Gov.)	13/09/93	
Senador José Sarney	09/09/93	16/09/93
Senador Eduardo Suplicy	09/09/93	17/09/93
Senador Mário Covas	09/09/93	
Senador Marco Maciel	09/09/93	22/09/93
Senador Albano Franco	09/09/93	
Senador Gerson Camata	09/09/93	

2.2) CÂMARA DOS DEPUTADOS

Presidente da Câmara	09/09/93	21/09/93
Deputado Roberto Freire	09/09/93	22/09/93
Deputado Ibsen Pinheiro	09/09/93	
Deputada Rita Camata	09/09/93	
Deputado Francisco Dornelles	09/09/93	17/09/93
Deputado Delfin Neto	09/09/93	30/09/93
Deputado Genebaldo Correa	09/09/93	
Deputado Aloísio Mercadante	09/09/93	
Deputado José Genoíno	09/09/93	set/93
Deputado Gilberto Paim	09/09/93	
Deputado José Serra	13/09/93	
Deputado Paulo Paim	16/12/93	

3) PARTIDOS POLÍTICOS

Presidente do PMDB	13/09/93	set/93
Presidente do PSDB	13/09/93	21/09/93
Presidente do PT	13/09/93	
Presidente do PL	13/09/93	
Presidente do PDT	13/09/93	
Presidente do PFL	13/09/93	
Presidente do PPR (Pref. Paulo Maluf)	13/09/93	

4) ENTIDADES SINDICAIS

Presidente da Força Sindical	09/09/93	13/09/93
Presidente da CUT	09/09/93	
Presidente da CGT	09/09/93	
Presidente do DIEESE	10/09/93	
Presidente do Sind. Bancários RJ	set/93	



5) ENTIDADES REPRESENTANTES DAS INDUSTRIAS

Senador Albano Franco , Pres. da CNI -
Confederação Nacional da Indústria 09/09/93

Federações de Indústrias de 25 Estados 17/09/93

Obs: Responderam as Federações dos Estados do
Ceará (em 23/09/93), Paraíba (29/10/93)
e Santa Catarina (18/11/93),

6) ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO COMÉRCIO

Presidente da CNC -
Confederação Nacional do Comércio ago e set/93 17/08/93

Pres. da Federação do Comércio do
Estado de São Paulo 13/09/93

Pres. da Federação do Comércio do
Estado de Minas Gerais 13/09/93 23/09/93

Pres. da Federação do Comércio Varejista
do Estado do Rio Grande do Sul 13/09/93

7) ENTIDADE REPRESENTATIVA DOS BANCOS

Presidente da FEBRABAN e FENABAN 28/09/93 13/10/93

8) UNIVERSIDADES E FACULDADES

Universidade de São Paulo -
Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade 17/09/93 20/10/93

Fundação Getúlio Vargas 13/09/93

9) ECONOMISTAS RENOMADOS

Dr. Mário Henrique Simonsen	20/09/93	
Dr. Marcílio Marques Moreira	13/09/93	
Dr. Eduardo Marco Modiano	13/09/93	
Dr. Cláudio Contador	27/09/93	
Dr. Rubens Penha Cysne	20/09/93	23/09/93
Dr. José Claudio Ferreira da Silva	13/09/93	
Dr. Fernando Hollanda	03/09/93	
Dr. Antonio Barros de Castro	set/93	
Dra. Maria da Conceição Tavares	set/93	
Dr. Carlos Lessa	set/93	
Dr. Mailson da Nóbrega	set/93	
Dr. Luis Carlos Bresser Pereira	set/93	



Associação dos Funcionários da BNDES Participações S/A - AFBNDESPAR
C. G. C. 29.169.653/0001.80

1) JORNAIS, REVISTAS, TELEVISÃO E JORNALISTAS

1.1) JORNAIS

TRIBUNA DA IMPRENSA Conrado Pereira Obs: "Técnico Sugere Cruzeiro Cambial"	03/09/93	08/09/93
O GLOBO Sonia Resende Cristina Alves Obs: O autor foi entrevistado em out/93, foi feita a matéria,mas não foi publicada	08/09/93 out/93	
JORNAL DO COMMÉRCIO João Penido Marcelo Sigwalt Obs: O autor foi entrvistado em nov/93, foi feita a matéria , mas não foi publicada	09/09/93 nov/93	
A GAZETA (Vitória/ES) Coluna Vitor Hugo Obs: "Embrião"	09/12/93	10/12/93
JORNAL DO BRASIL Cristina Calmom Miriam Lage Lucila Soraes e Consulo Dieguez Obs: " Engenheiro assume paternidade do plano"	08/09/93 08/09/93 20/09/93	13/12/93
GAZETA MERCANTIL Riomar Trindade Gilberto Pauleti	13/09/93 20/09/93	
FOLHA DE SÃO PAULO Severino Albuquerque José Roberto Campos Sonia Mossri	14/09/93 23/09/93 27/09/93 27/09/93 24/11/93	
O ESTADO DE SÃO PAULO Aluizio Maranhão Suely Caldas. Obs: "Engenheiro se diz pai do FHC2"	14/09/93 13/12/93	14/12/93



Associação dos Funcionários da BNDES Participações S/A - AFBNDESPAR
C. G. C. 29.169 653/0001.80

10.2) REVISTAS

VEJA	
Alessandro Porro	13/09/93
Arnaldo César	20/09/93
	24/11/93
ISTO É	
Carlos Marques	08/09/93
EXAME	
Angela Coronel	10/12/93

10.3) TELEVISÃO

JÔ SOARES ONZE E MEIA	09/09/93
	15/12/93
JORNAL DE AMANHÃ	
Jorge Guilherme	20/09/93
Paulo Branco	15/12/93
JORNAL DA GLOBO (Lilian Witefibe)	08/09/93
JORNAL DA MANCHETE (Carlos Chagas)	08/09/93
JORNAL DA BANDEIRANTES (M. Gabriela)	08/09/93

10.4) JORNALISTAS/COLUNISTAS

Luiz Nassif/Dinheiro Vivo	08/09/93
Marcio Moreira Alves	08/09/93
Joemir Betting	08/09/93

11) PESSOA ESPECIAL E MOVIMENTOS

Herbet de Souza (Betinho)	13/09/93
Cidadão contra Inflação	set/93

ANEXO C

Cartas recibidas

CARTAS DE AGRADECIMENTO PELO ENVIO DA IDN

Trago aqui cópias das cartas de agradecimento pelo envio do trabalho A Indexação Diária Negociada: Uma proposta para a economia brasileira – Contra o veneno da cobra, só o próprio veneno da cobra, de 31/08/93, elaborado por Claudio Braga de Abreu e Silva.

São 35 documentos enviados pelos dois presidentes da República Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, de membros da equipe econômica do então ministro FHC, dos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, de senadores e deputados federais, de presidentes de partidos políticos, de governadores e prefeito, de federação de indústrias e do comércio, de presidente da confederação do comércio e da federação de bancos, de central sindical, de professores de universidades.

Telegrama Fonado feito a pedido do Presidente da República Itamar Franco - 30/12/1994 as 19:53 hs

TELEGRAMA FONADO
PARA TELEFONE PARA DEPC
E PAGUE
HOJE E
CORREIOS
CORREIOS
CORREIOS

*
21231 X RJCA
23702TQSTM DF
30/1955
XDF86941 3012 1953 SCM/DF (D05)
BRASILIA/DF

TELEGRAMA
PRES. REP.38769-SR. CLAUDIO BRAGA DE ABREU
E SILVA-ASSOCIACAO DOS FUNCIONARIOS DA
BNDES-PARTICIPACOES S/A-AV. REPUBLICA DO
CHILE MR 100-SOBRELOJA/MEZANINO-CENTRO
20139-900 RIODEJANEIRO/RJ

POR DETERMINACAO DO EXCELENTISSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPUBLICA,
ACUSO RECEBIMENTO DE SUA CORRESPONDENCIA DATADA DE 07/12/94. INFORMO
QUE O SEU PLEITO FOI ENCAMINHADO AO MINISTERIO DA FAZENDA, POR AVISO
NR 0659/SG/SDH, DESTA DATA. ESCLARECO QUE SO O REFERIDO MINISTERIO
EH O ORGAO COMPETENTE PARA INFORMAR SOBRE O ASSUNTO.

SALETE ALVES PEREIRA
SECRETARIA DE DOCUMENTACAO HISTORICA DA SECRETARIA-GERAL
DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA.

REMETENTE
T611451
ASSINANTE TELEX

21231 X RJCA

CORREIOS

TELEGRAMA
CONFIRMAÇÃO E
CONTABILIDADE A
SUA DISPOSIÇÃO

CORREIOS

Presidente da República Fernando Henrique Cardoso – 31/10/1995

CORREIO

1103.2058
 252043ECTXA BR
 262103ECTXH BR
 YMB40416 0311 1837 SCM/MG(001)
 TELEVOGRAMA-BELOHORIZONTE/MG

TELEGRAMA
 DDEE DEP 42700 0314EOP/SSP SR CLAUDIO
 BRAGA DE ARAUJO E SILVA - AV CHILE 100
 REZANTINO - AEROPORTO - CENTRO
 20130-000 BLOQUE JANEIRO/95

GO 31 DE OUTUBRO DE 1995 - ACUSO RECEBIMENTO E ASSINADO
 GENTILEZA ENVIE TRABALHO DE SUA AUTORIA DENOMINADO "O PLANO REAL: COMO
 SAIR DA SUA SITUACAO DE RISCO"
 FERNANDO HENRIQUE CARDOSO PRESIDENTE DA REPUBLICA.

TO 031800P/SSP

DEMETENTE
 T411451
 ASSINANTE TELEY

262007ECTXB BR
 262103ECTXH BR
 262043ECTXA BR

*sl exp
 31/10/95
 08:30
 6/11/95*

CORREIOS
 RÁDIO FONIA
 TELEFONE RÁDIO
 FAXE
 SÍMBOLO

CORREIOS
 TELEGRAMA
 RÁDIO FONIA
 TELEFONE RÁDIO
 FAXE
 SÍMBOLO

CORREIOS
 TELEGRAMA
 RÁDIO FONIA
 TELEFONE RÁDIO
 FAXE
 SÍMBOLO

Membro da equipe econômica: dr. Edmar Bacha

Brasília, 08 de Setembro de 1993.

Ilmo. Sr.

Cláudio Braga de Abreu e Silva
Av. Chile 100- 5º andar - S/557
BNDES, Centro - Rio de Janeiro

Prezado Dr. Cláudio,

Agradeço-lhe o envio de sua proposta de Indexação diária, a qual lerei com atenção.

Atenciosamente,



EDMAR LISBOA BACHA
Assessor Especial do
Ministro da Fazenda

DATA DA RECEBIDA
22/09/93

Amel



A pedido do ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso -
29/09/1993

TELETYPE

tel. 20.4630

CLAUDETE BRAGA DE ABEU E SILVA
DIRETOR FINANCEIRO DA APENDESPAR
RIO DE JANEIRO - RJ

INCUMBIO-SE O SENHOR MINISTRO DE INFORMAR A VOSSA SENHORIA
QUE AS INFORMACOES CONTIDAS EM SUA CARTA, DE 08.09.93, FORAM ENCA-
MINHADAS, PARA EXAME E PROVIDENCIAS CABIVEIS, AA SECRETARIA DE POLI-
TICA ECONOMICA DESSE MINISTERIO.

ATENCIOSAMENTE,
SYNEZIO SAMPAIO GOMES FILHO
CHEFE DO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

TRANS/SALETE/AAS:10:00H

TELETYPE

Membro da equipe econômica: a pedido do dr. Winston Fritsch,
secretário de Política Econômica

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Política Econômica

Ofício nº 1651/SPE/MF

Brasília, 30-09-93

Ref.: Carta s/nº, de 08/09/93.

Prezado Senhor:

Por solicitação do Secretário de Política Econômica WINSTON FRITSCH, acusamos recebimento da correspondência de V.Sa. apresentando considerações para solucionar a atual crise econômico-financeira que o país atravessa.

Informo que a sugestão está sendo analisada e aproveito a oportunidade para agradecer a sua preocupação com os problemas do país, requerendo nesse momento, a participação de todos os brasileiros com idéias novas e criativas.

Atenciosamente,


LÍSCIO F. B. CAMARGO
Chefe de Gabinete

A Sua Senhoria o Senhor
CLAUDIO BRAGA DE ABPEU E SILVA
Av. Chile, 100 - 5º andar - sala: 557
Centro - Rio de Janeiro-RJ

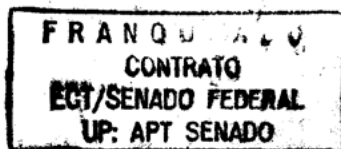
Presidente do BNDES e membro da equipe econômica: dr. Pêrsio Arida

No dia 15/09/1993, o Autor telefonou, a pedido, para Pêrsio Arida, que havia acabado de assumir a presidência do BNDES, que lhe agradeceu o envio do trabalho, e disse que já o lera e iria lê-lo de novo com mais atenção, mas que não iria comentá-lo por questões óbvias, o que estaria fazendo naquele momento caso fosse a 15 atrás, quando ele ainda não fazia parte do governo.

Senador Humberto Lucena, presidente do Senado Federal



SENADO FEDERAL
Gabinete do Presidente

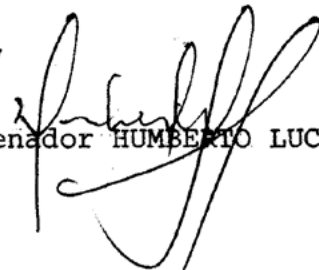


Ilmo. Sr.
CLÁUDIO BRAGA DE ABREU E SILVA
Av. Chile, 100 - S/L - Mezanino / AFBNDESPAR
Centro
20139-900 - Rio de Janeiro-RJ

Prezado Sr. Cláudio,

Acuso recebimento sua correspondência, contendo uma proposta para a economia brasileira, denominada "A Indexação Diária Negociada". Informo-lhe que o teor da citada proposta será objeto de minha análise.

Cordialmente,


Senador HUMBERTO LUCENA

Senador José Sarney

OIII15760 1609 0827 SCM/RJ(C40)
RIODEJANEIRO/RJ 1609 0827

001/001

TELEGRAMA
CLAUDIO BRAGA DE ABREU E SILVA
AV. CHILE 100 S/L MEZANINO - CENTRO
20031-170 RIODEJANEIRO/RJ

REMETETE: GAB. SEN. JOSE SARNEY
ACUSO E AGRADECO EXEMPLAR /A INDEXACAO DIARIA NEGOCIADA/.
ENVIO MINHAS CONGRATULACOES. CORDIALMENTE
SENADOR JOSE SARNEY

RETRANS:XDF05801 1509 1428 SCM/DF(R04)
T613452
ASSINANTE TELEX

Senador Eduardo Suplicy

TELEGRAMA CONFIAVIDADE A SUA DISPOSIÇÃO	21231 Y RJCA
	21531 Y RJ01
ECT	18/1200
	XDF09012 1709 1719 SCM/DF (R08)
IRAE DISP	BRASILIA/DF
	TELEGRAMA
	CLAUDIO BRAGA DE ABREU E SILVA
	AV CHILE 100 S/L MEZANINO AFBNDESPAR
	CENTRO
	20043-180 RIODEJANEIRO/RJ
	REMETENTE: GAB. SEN. EDUARDO SUPLICY
	EM ATENCAO A SUA CARTA DE 09/09/93 AGRADECO SUA PROPOSTA PARA A
	ECONOMIA BRASILEIRA.
	ATENCIOSAMENTE
	SENADOR EDUARDO SUPLICY
	REMETENTE
	T613452
	ASSINANTE TELEX
	21231 Y RJCA

Deputado Federal Inocêncio Oliveira, Presidente da Câmara dos Deputados



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO PRESIDENTE

Brasília, 21 de setembro de 1993.

Ilustríssimo Senhor
CLÁUDIO BRAGA DE ABREU E SILVA
Rio de Janeiro - RJ


Prezado Senhor,

Apraz-me acusar o recebimento de sua correspondência datada de 09 de setembro do corrente, que encaminha cópia de proposta elaborada por V.Sa. sob o título "Indexação Diária Negociada".

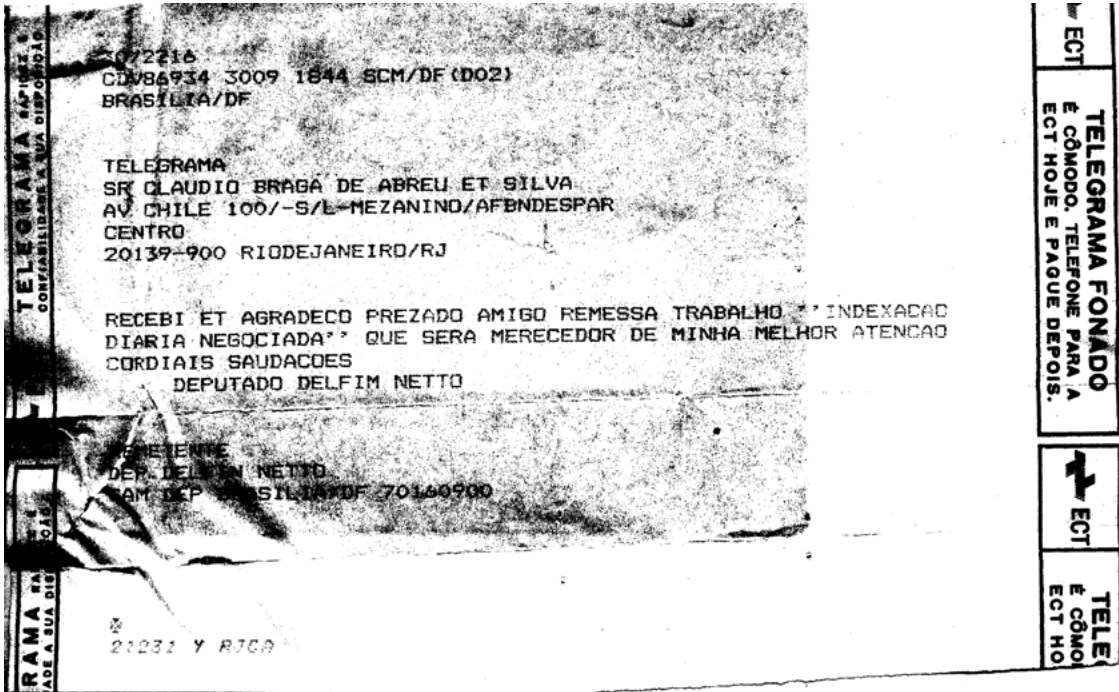
A propósito, esclareço que submeti o documento à análise da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, órgão técnico-legislativo desta Casa responsável pela apreciação de assuntos atinentes à ordem econômica nacional.

Agradecendo desde já a valiosa iniciativa e contribuição prestada às atividades desta Casa de Leis, subscrevo-me,

Atenciosamente,


INOCÊNCIO OLIVEIRA
Presidente

Deputado federal Delfim Netto



Deputado federal José Genoíno



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Caríssimo,

Recebi a sua proposta
de "Inoxidação das
Negociadas". Vou estu-
dá-la com a
maior atenção.

Atueis

Genoíno

Deputado Federal Francisco Dornelles

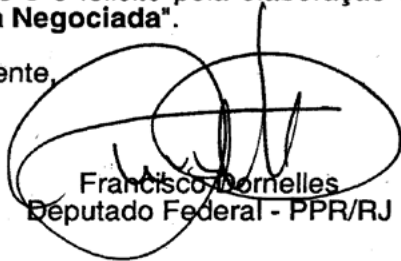
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasília, 17 de setembro de 1993.

Prezado Cláudio Braga,

Agradeço-lhe e o felicito pela elaboração do estudo: "**A Indexação Diária Negociada**".

Atenciosamente,



Francisco Dornelles
Deputado Federal - PPR/RJ

GER 3.21.01.009-4 (NOV/91)

Senador Tasso Jereissati, presidente do PSDB

TASSO R. JEREISSATI

Fortaleza, 21 de setembro de 1993

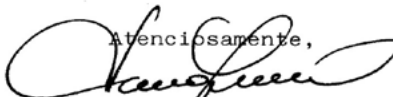
Ilmo. Sr.
Claudio Braga de Abreu e Silva
AFBNDESPAR
Av. Chile, 1000 - S/L - Mezanino
20139-900 - Rio de Janeiro - RJ

Prezado Sr. Claudio,

Acuso recebimento da sua proposta para a economia brasileira - "Indexação Diária Negociada".

Agradecendo a sua colaboração, informo-lhe que a proposta está sendo devidamente analisada.

Atenciosamente,



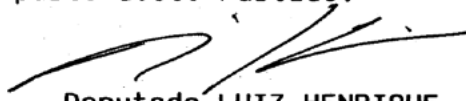
Tasso Jereissati

Deputado Federal Luiz Henrique, presidente do PMDB

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Caro Cláudio,

Agradecemos as sugestões enviadas a este gabinete que serão objeto da análise e de bate por parte deste Partido.



Deputado LUIZ HENRIQUE

Deputado Federal Roberto Freire, presidente do PPS



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasília, 22 de setembro de 1993.

Ilmo. Sr.
Cláudio Braga de Abreu e Silva
Av. Chile, 100 -S/L - Mezanino / AFBNDESPAR
Centro
Rio de Janeiro -RJ
20139-900

Caro Cláudio:

Comunico o recebimento do resumo de sua proposta para a economia brasileira bem como da versão mais detalhada aproveitando para agradecer-lhe seu interesse.

Devido a escassez de tempo, repasso-os para a minha assessoria para a devida análise e posterior discussão.

Esperando em breve ter condições de lhe retornar uma opinião mais consistente a respeito de seus trabalhos, despeço-me,

Cordialmente,

Roberto Freire
Deputado Federal

A pedido do prefeito de São Paulo Salim Maluf, então presidente do PDS

Obs.: O PDS depois se transformou no PPR e atualmente é o PP – Partido Progressista, que foi presidido pelo senador Francisco Dornelles e hoje é presidido pelo ex-deputado federal Valdemar Costa Neto



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
GABINETE DO PREFEITO

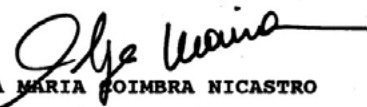
São Paulo, 28 de setembro de 1993.

Prezado Senhor CLÁUDIO BRAGA DE ABREU E SILVA

REF Proposta para economia brasileira.

De ordem do Senhor Prefeito, venho à presença de Vossa Senhoria com a finalidade de acusar o recebimento de sua carta, cujo processo recebeu o nº GP 4631/93, e que foi encaminhada para conhecimento e providências, julgadas cabíveis, do Senhor Secretário Municipal do Planejamento.

Cordialmente,


OLGA MARIA COIMBRA NICASTRO
Secretária Particular

O prefeito da Cidade de São Paulo na época era o Sr. Paulo Salim Maluf, principal liderança do então Partido Democrático Social (PDS), que se transformou no Partido Progressista Reformador (PPR), e depois se transformou no atual Partido Progressista (PP)

A pedido do governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães

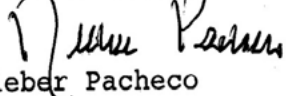
ESTADO DA BAHIA
GABINETE DO GOVERNADOR

Salvador, 24.09.93

Prezado senhor,

Comunico-lhe que o Senhor Governador tomou conhecimento de sua carta e a encaminhou à Secretaria da Fazenda.

Atenciosamente,


Kleber Pacheco

Secretário Particular do Governador

O Governador do Estado da Bahia na época era o Sr. Antônio Carlos Magalhães, uma das principais lideranças do então Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democráticos (DEM)

A pedido do governador do Estado do Espírito Santo, Albuíno Cunha de Azeredo



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Vitória, 22 de setembro de 1993.

CARTA CV/Nº 0428/93

Ilmo. Sr.
CLÁUDIO BRAGA DE ABREU E SILVA
Av. Chile, 100 - S/L - Mezanino/AFBNDESPAR
Centro
20.139-900 - RIO DE JANEIRO - RJ

Prezado Senhor:

Em nome do Exmº Sr. Governador do Estado, Dr. **ALBUÍNO CUNHA DE AZEREDO**, acusamos o recebimento de sua correspondência datada de 13 do corrente mês, em que encaminha, em anexo, um resumo da sua proposta para a economia brasileira, intitulada "INDEXAÇÃO DIÁRIA NEGOCIADA", bem como uma versão mais detalhada da mesma.

Informando que a estamos enviando ao Consultor do Executivo para conhecimento e análise, gostaríamos de cumprimentá-lo pela excelência da matéria e enviar a V. Sa. as nossas

Cordiais Saudações


XERXES GUSMÃO NETO
Secretário-Chefe da Casa Civil

Proc. nº 06.722.059

Presidente da Força Sindical Luiz Antônio de Medeiros



080/93-LUA

São Paulo, 13 de setembro de 1993

ILMO. SR.
CLAUDIO BRAGA DE ABREU E SILVA
AV. CHILE, 100 - S/L - MEZANINO
20139-900 - RIO DE JANEIRO - RJ

Prezado Senhor

Recebemos a sua correspondência e estamos estudando a sua interessante proposta, denominada Indexação Diária Negociada.

Acredito que se todos os cidadãos brasileiros, que têm consciência da necessidade de desenvolver o nosso país, unirem as suas forças, certamente conseguirão alcançar os seus objetivos.

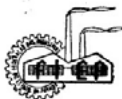
Agradeço a sua atenção e envio cumprimentos.

Atenciosamente,

A handwritten signature in cursive script that reads "Luiz Antonio de Medeiros".

LUIZ ANTONIO DE MEDEIROS
Presidente

Federação das Indústrias do Estado da Paraíba



Federação das Indústrias do Estado da Paraíba

(Filiada à Confederação Nacional da Indústria)
Caixa Postal, 535 - Endereço Telefônico: FIEPARAÍBA
TELEFONES: (DDD 083) 341-3244 - 341-3196 - TELEX 833-198 - FAX (083) 321-6141
Av. Canal, S/N - Casa da Indústria - 5.º e 6.º Andares
CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

OFÍCIO

900310

Campina Grande, 29 de outubro de 1993.

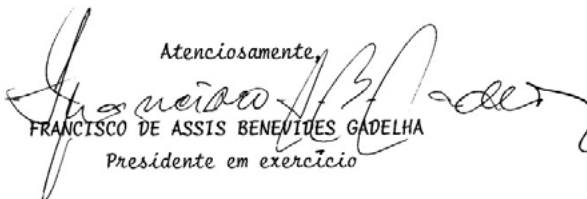
Prezado Senhor,

Apraz-nos acusar o recebimento de sua correspondência datada de 17 de setembro passado, encaminhando-nos o trabalho intitulado A INDEXAÇÃO DIÁRIA NEGOCIADA.

Agradecemos a gentileza da remessa das sugestões para a economia brasileira, matéria que despertou a nossa maior atenção.

Sem mais para o momento, aproveitamos o ensejo para apresentar-lhe protestos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente,


FRANCISCO DE ASSIS BENEVIDES GADELHA
Presidente em exercício

Ilmo. Sr.

CLAUDIO BRAGA DE ABREU E SILVA

Rio de Janeiro - RJ

Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina

FIESC

SUP AE

OF. GP N° 811/93

Florianópolis, 18 de novembro de 1993

Ilm^a Sr.
CLÁUDIO BRAGA DE ABREU E SILVA
DD. Diretor Financeiro da
AFBNDESPAR - ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL
RIO DE JANEIRO (RJ)

Prezado Senhor,

Por determinação do Presidente do Sistema FIESC,
Industrial Osvaldo Moreira Douat, acusamos o recebimento do
trabalho denominado Indexação Diária Negociada, de sua autoria.

Ao cumprimentá-lo, agradecemos a gentileza da
remessa.

Cordialmente



FAUSTO SILVA
Chefe do Gabinete da Presidência

Federação das Indústrias do Estado do Ceará

FIEC

Federação das Indústrias do Estado do Ceará

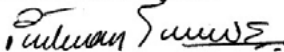
Fortaleza, 23 de setembro de 1993.

Prezado Senhor,

Acusamos o recebimento de sua correspondência datada de 17 deste mês, endereçada ao Sr. Presidente da FIEC acompanhado do anexo "A Indexação Diária Negociada".

Agradecemos, da parte de S.Sa., o Sr. Presidente, a remessa do citado documento e informamos que ele está sendo encaminhado aos órgãos técnicos desta Federação, ao Instituto Euvaldo Lodi, a ela vinculado, e à nossa Biblioteca.

Cordiais Saudações



ANTÔNIO DE PÁDUA FRANCO RAMOS
Superintendente Geral FIEC

Ilmo.Sr.

Dr. CLÁUDIO BRAGA DE ABREU E SILVA
Rio de Janeiro - RJ

Presidente da Confederação Nacional do Comércio - CNC

ANTONIO OLIVEIRA SANTOS

*Presidente
da Confederação Nacional do Comércio*

Rio, 17/08/93.

Prezado Claudio,

Recebi seu trabalho e agradeço. No momento está sendo analisado pelo Ministro Ernane Galvêas.

Abraços,



Federação Brasileira das Associações de Bancos - FEBRABAN

FEBRABAN

BEX32384

São Paulo, 13 de outubro de 1993

Ilmo.Sr.
Cláudio Braga de Abreu e Silva
Av.Chile, 100 - s/l - Mezanino - AFBNDESPAR
Rio de Janeiro, RJ

Prezado Senhor,


Acusamos recebimento de sua proposta sobre "A Indexação Diária Negociada", que agradecemos.

Estamos submetendo o trabalho à apreciação dos órgãos técnicos desta Federação.

Federação Brasileira das Associações de Bancos

Rua Líbero Baduró 425 17º andar
São Paulo SP
Telefone (011) 239 3000
Telex 11 24710
Fax (011) 378486
01069-900

Atenciosamente,


Alcides Lopes Tápias
Presidente

Carta do Departamento de Economia da FEAC da USP com o parecer do professor dr. Joaquim Éloi Cirne de Toledo em anexo




UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
São Paulo, 20 de outubro de 1993

Ofício EAE nº 281/93

Senhor Senhor

Em atenção ao ofício datado de 17 de setembro p.passado, informo V.Sa. que a chefia do Departamento de Economia, encaminhou o resumo de sua proposta para a economia brasileira, denominada "Indexação Diária Negociada", ao Prof. Joaquim Elói Cirne de Toledo professor do Departamento de Economia, que emitiu o parecer que ora estamos encaminhando para conhecimento de V.Sa. e esperando sirva como subsídio para os seus trabalhos.

Sem mais, aproveito a oportunidade para apresentar-lhe meus protestos de estima e consideração.


Prof.Dr. Luiz Augusto de Queiroz Ablas
Chefe do Departamento de Economia

Ao
Ilmo.Sr. Claudio Braga de Abreu e Silva
Av. Chile 100 - S/L - Mezanino / AFBNDESPAR
Centro - Rio de de Janeiro - RJ
CEP: 20139-900

Parecer do professor dr. Joaquim Éloi Cirne de Toledo

São Paulo, 19 de Outubro de 1993

Ao
Prof.Dr.Luiz Augusto de Queiroz Ablas
Chefe do Departamento de Economia
FEA/USP

Refer.: Parecer sobre "A Indexação Diária Negociada"

Prezado Professor,

1. Atendendo à sua solicitação, analisei os documentos anexos, referentes à proposta de "Indexação Diária Negociada", apresentada pelo Sr. Cláudio Braga de Abreu e Silva.
2. Em minha opinião, não há razões suficientes para apoiar tal proposta.
3. O autor parte de uma visão do processo inflacionário que, a meu ver, não encontra respaldo na literatura econômica, nem nos princípios geralmente aceitos de teoria macroeconômica. Assim, por exemplo, o autor acredita que apenas uma parte da "inflação real - ou seja, acima da inercial" seja decorrente da emissão de moeda para cobrir o déficit público. Obviamente, isto é um equívoco flagrante, demonstrando o desconhecimento do que seja a "senhoriagem" e a equação da restrição orçamentária do governo.

4. Na prática, trata-se apenas de mais uma proposta equivocada de combate à inflação - equivocada, sim, ao pensar que o "motor" da inflação seja a indexação. Aliás, trata-se apenas de uma repetição do também equivocado "Plano Larida".
5. O autor não se apercebe que a plena indexação é conceitualmente equivalente, do ponto de vista dos preços relativos, ao congelamento puro e simples (particularmente, ~~se ambos incluem cláusulas de correção pela média~~). No entanto, ele ataca o congelamento como se fosse um absurdo.
6. A preocupação com mecanismos e formas de desindexação, antes que se definam as reformas estruturais requeridas para a estabilização (que vão muito além do campo fiscal), apenas distrai a atenção do público e dos "policy makers". Seria melhor que, ao contrário, deixássemos de propor "Planos Filosofais" - que, à semelhança da pedra filosofal dos alquimistas, transformaria o lodaçal da instabilidade econômica, no ouro do crescimento, com redistribuição de renda e estabilidade. É pena, mas não há alquimia econômica.

Atenciosamente,



Prof. Dr. Joaquim Elói Cirne de Toledo

Fundação Getúlio Vargas – FGV/RJ

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1993.

Ao
Sr. Claudio Braga de Abreu e Silva
Av. Chile, 100 s/l - Mezanino
Centro - Rio de Janeiro

Caro Claudio,

Acuso recebimento de seu trabalho "A indexação Diária Negociada".

Grato pela atenção,

Atenciosamente,


Rubens Penha Cysne

Professor da Fundação Getúlio
Vargas - FGV - do RJ

ANEXO D

**Carta para
o presidente
Itamar Franco**

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1994.

Ao Exmo. Sr. Presidente da República
Dr. Itamar Franco
Palácio do Planalto
Brasília/DF

Assunto: Esclarecimento sobre o fato de o meu trabalho
A Indexação Diária Negociada ter contribuído ou
não para a elaboração do Plano Real.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Numa democracia plena, exemplar e poderosa, tal como foi definida a de nosso País por V.Exa. - em vosso artigo Democracia Plena publicado na imprensa no início de outubro último -, a ética é, a meu ver, um dos seus principais fundamentos. E isto V.Exa. sempre exigiu e demonstrou nas atitudes e atos de vosso governo - e, mais do que isto, resgatou tal comportamento na administração pública brasileira. E dentro do contexto ético e democrático, as pessoas que fazem contribuições espontâneas, sinceras e desinteressadas para o bem do País têm o direito de ter o seu mérito reconhecido. Até mesmo para que se sintam recompensadas, e estimuladas a fazer novas contribuições, pois, afinal, elas, embora altruístas, gostam do seu reconhecimento.

Até o momento não tive o meu mérito reconhecido no que se relaciona à contribuição que fiz para a elaboração do Plano Real, o que é lamentável. Ressalto a V.Exa. que em 07/12/94 completou-se exatamente um ano que este bem sucedido plano foi anunciado, cuja principal inovação se relacionou à idéia de primeiro se indexar toda a economia para depois desindexá-la, através da utilização de um indexador diário, de uso compulsório para os salários e de uso voluntário e negociado pelos agentes econômicos, e que, no final do processo, acaba se transformando na nova moeda forte nacional. Tal como propus em meu trabalho enviado à V. Exa..

Refiro-me à minha proposta para a economia brasileira denominada A Indexação Diária Negociada, que enviei à V.Exa. na minha carta de 09/09/93 (cuja cópia está no Anexo 1), em duas versões - a original de 31/08/93 e a resumida de 08/09/93 -, e que, até desmentido em contrário, serviu de base para a elaboração do Plano Real, embora tal fato nunca tenha sido reconhecido pelos membros integrantes do Ministério da Fazenda de vosso Governo, apesar de eu já ter pedido tal esclarecimento, de forma clara e explícita, por diversas vezes.

Tal pedido foi feito nas cartas que enviei para V.Exa. e para o então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso em 06/12/93, para o mesmo ministro em 25/03/94 e para o então Ministro da Fazenda Rubens Ricupero em 03/05/94, entre outras. Ressalto que todas as cartas que recebi da equipe econômica de vosso Governo, ou foram respondidas de forma padronizada, vaga e evasiva, ou, o que é pior, simplesmente sequer foram respondidas.

Vale ressaltar que na carta que enviei a V.Exa. em 09/09/93, fiz algumas previsões que acabaram por se concretizar integralmente, a saber: que a minha proposta poderia se transformar na maior obra de vosso Governo, que foi diminuir a inflação para patamares reduzidos; que ela poderia vir a ser o nosso verdadeiro pacto nacional; e que tinha certeza de que o caminho do Brasil passava pela minha proposta, ou algo perto dela, até mesmo por falta de alternativas.

Relembro ainda à V.Exa. que na citada carta disse que acreditava - e continuo a acreditar -, que num país democrático seria possível um simples técnico levar suas idéias para a consideração da mais alta autoridade da República, e, mais do que isso, vê-la ser concretizada, caso representasse, efetivamente, a melhor alternativa.

Face aos fatos expostos, acredito que novos esforços meus para esclarecer esta questão junto ao Ministério da Fazenda serão em vão. E foi por causa disto, e por acreditar na democracia, que decidi me dirigir a V.Exa, que é a maior autoridade da República - e em quem tenho grande confiança -, para solicitar que tome as providências necessárias para que esta questão seja finalmente esclarecida. E para tanto, conto com a determinação de V.Exa., tal como contei quando lhe enviei o meu trabalho em 09/09/93.

Informo a V.Exa. que meu objetivo é somente esclarecer esta questão, que por mais de um ano vem sendo para mim motivo de muita angústia e decepção. Afinal, acho que não estou sendo tratado com a consideração que mereço, face ao meu esforço pessoal no sentido de contribuir para a melhoria de nosso País.

Ainda mais levando em conta que minha contribuição pode, de certa forma, ser inserida no conjunto das obras de vosso Governo, na medida em que ela se deu, de forma espontânea e desinteressada, dentro das atividades feitas pelos funcionários do Sistema BNDES - onde trabalho - em prol da campanha Ação da Cidadania de Combate à Fome e à Miséria e pela Vida, idealizada e comandada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e que contou com o sensível e decisivo apoio de V.Exa.. Tais atividades foram coordenadas pelas Associações de Funcionários do Sistema BNDES - onde atuo como diretor financeiro da AFBNDESPAR -, através da formação de dois Grupos: o de Ações Emergenciais, voltado para o atendimento imediato dos carentes, e do de Ações Estruturais, que objetivava fazer proposições de caráter macro-econômico e social para o equacionamento da questão da miséria e a fome no nosso País. O meu trabalho se inseriu nas atividades deste segundo Grupo.

Ademais, vejo todo este episódio como sendo, além de desagradável, contraproducente, pois, afinal, o meu objetivo foi sempre - e continua sendo - o de contribuir. E criada esta situação de distanciamento, ela resultou no fato de eu não ter sido melhor aproveitado pelo vosso Governo, na medida em que acabei não tendo a oportunidade de ser consultado e ouvido - como um aliado e não como um adversário - sobre outras questões, para as quais, com certeza e sem falsa modéstia, também poderia ter contribuído com proposições novas, criativas, e engenhosas. E que poderiam ter sido igualmente adotadas, caso se revelassem as melhores alternativas democraticamente avaliadas e discutidas.

Além disto, Exa., acredito que esta é uma questão maior, relacionada à da ética na administração pública - que tanto foi perseguida por V.Exa - e à da democracia. Sendo assim, tenho certeza de que V.Exa. não irá deixar a Presidência da República, no final do ano, com esta minha pergunta sem resposta.

A presente carta é um complemento das cartas que enviei para V.Exa. por fax nos dias 28/11/94 e 07/12/94 - sendo substituta desta última -, e tem o objetivo de apresentar as informações de que disponho sobre a questão, inclusive toda documentação relacionada. No material que ora remeto à V.Exa. - que contém uma carta detalhada narrando todos os fatos, e onde é feita referência a todos os demais documentos em dois volumes de anexos -, são apresentadas uma série

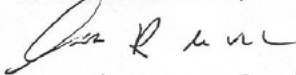
de evidências, que se não permitem concluir que o meu trabalho serviu de base para a elaboração do Plano Real, mostram que é muito difícil que tal fato não tenha acontecido.

Informo ainda que para assegurar que esta carta chegará ao conhecimento de V.Exa., decidi encaminhar cópias da mesma para os principais integrantes da Presidência da República. E, adicionalmente, enviá-las para o conhecimento do atual Ministro da Fazenda, Dr. Ciro Gomes, do sociólogo Herbert de Souza - para os quais também enviei o meu trabalho no dia 13/09/93 -, do Presidente do BNDES, Dr. Pêrsio Arida, do futuro Presidente da República, senador Fernando Henrique Cardoso, e da Dra. Ruth Cardoso, neste caso, em função do seu elevado entendimento sobre a questão da ética na política, que defende dentro de suas funções como diretora do CEBRAP-Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.

Antecipadamente grato pela atenção de V.Exa, e contando com vossa determinação e providências no sentido de uma resposta por escrito, coloco-me à inteira disposição para qualquer informação ou apoio adicional.

Apresentando os meus votos de elevada estima e consideração, e enviando meus cumprimentos por vossa excelente e histórica gestão frente à Presidência da República, fato que é atestado pelo inigualável índice de aprovação de 86% da população brasileira a um presidente em final de mandato, subscrevo-me,

Atenciosamente,



Claudio Braga de Abreu e Silva

Endereço:

Av.Chile 100 - sobreloja/mezanino/ AFBNDESPAR

Centro - Rio de Janeiro/RJ CEP 20.139-900

Telefones: (021) 277-7239, (021) 277-7830 ou (021) 262-2751.

Fax : (021) 262-8645

Com cópias para :

Dr. Henrique Hargreaves Ministro-Chefe da Casa Civil/PR
Dr. Mauro Durante - Ministro-Chefe da Secretaria Geral/PR
Dra. Ruth Hargreaves - Assessora Especial do Pres. da República
Dr. Ciro Gomes - Ministro da Fazenda
Dr. Herbert de Souza- Mentor e Coordenador da Ação da Cidadania
de Combate à Fome e à Miséria e pela Vida
Dr. Pêrsio Arida - Presidente do BNDES
Dr. Fernando Henrique Cardoso - futuro Presidente da República
Dra. Ruth Cardoso - Diretora do CEBRAP

CARTA DETALHADA

AO EXMO. SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA DR. ITAMAR FRANCO
DE CLAUDIO BRAGA DE ABREU E SILVA

Assunto: Esclarecimento sobre o fato de o meu trabalho
A Indexação Diária Negociada ter contribuído ou
não para a elaboração do Plano Real.

<u>ÍNDICE</u>	pag
1) Introdução	2
2) Considerações sobre a carta de 09/09/93 que enviei a V.Exa.	2
3) Alguns posicionamentos de V.Exa.	4
4) A grande inovação do Plano Real: o indexador que vira moeda	4
5) Breve relato de como surgiu e foi feito o meu trabalho	7
6) Resumo de A INDEXAÇÃO DIÁRIA NEGOCIADA	11
7) As evidências de que o Plano Real se baseou no meu trabalho	13
8) Comparação entre o Plano Real e A INDEXAÇÃO DIÁRIA NEGOCIADA	23
9) As versões divulgadas sobre a origem do Plano Real	29
10) A falta de resposta para a pergunta sobre o meu trabalho	34
11) Considerações finais e pedido de esclarecimento	36

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1994.



CARTA DETALHADA
AO EXMO. SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA DR. ITAMAR FRANCO
DE CLAUDIO BRAGA DE ABREU E SILVA

EM 14/12/94.

ANEXOS: VOLUME I

<u>ANEXO</u>	<u>CONTEÚDO</u>	<u>PAG</u>
1	Cartas enviadas:	1
	ao Presidente Itamar Franco em 09/09/93	2
	ao Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso em 08/09/93 (dentro do padrão das demais cartas enviadas)	4
	ao sociólogo Herbet de Souza, em 13/09/93.	5
2	As três versões de A Indexação Diária Negociada:	7
	Resumo, de 25/11/93	8
	Versão Resumida, de 08/09/93	12
	Versão Original, de 31/08/93	21
3	Cartas enviadas em 06/12/93:	42
	ao Presidente Itamar Franco	43
	ao Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso	49
4	Artigos realizados em 1994 como contribuições adicionais:	55
	em 23/02/94: A estrutura geral e a questão salarial	56
	em 08/03/94: Os preços e o cronograma de adoção da URV	60
	em 14/03/94: URV: porque única, restrita e efêmera ?	63
	em 03/05/93: A questão da criação do Real entre outras	66
	em 18/05/94: Salva o plano, Dr. Ricupero !	70
5	Artigo denominado "Plano Real: afinal como surgiu a URV ?", publicado em 22/09/94 no "Vínculo", jornal semanal da AFBNDE	71
6	Versões preliminares de A Indexação Diária Negociada:	76
	de 30/07/93	77
	de 09/07/93	91
	de 13/08/93	114
	de 16/08/93	125

Paulo

CARTA DETALHADA
AO EXMO. SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA DR. ITAMAR FRANCO
DE CLAUDIO BRAGA DE ABREU E SILVA
EM 14/12/94.

ANEXOS: VOLUME II

<u>ANEXO</u>	<u>CONTEÚDO</u>	<u>PAG</u>
7	Noticias publicadas na imprensa sobre o meu trabalho por ordem de data de publicação	1
8	Notícias publicadas na imprensa sobre o Plano Real citadas por ordem de data de publicação	13
9	Relação das cartas enviadas e recebidas por ocasião da divulgação da "A Indexação Diária Negociada"	74
10	Cartas recebidas de pessoas e instituições não integrantes do Poder Executivo Federal relacionadas ao meu trabalho	80
11	Todas as cartas recebidas de membros do Poder Executivo Federal relacionadas ao meu trabalho	101
12	Carta enviada em 03/05/93 ao então Ministro da Fazenda Rubens Ricupero	118
13	Carta enviada em 25/05/94 ao então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, cuja cópia foi encaminhada, nesta mesma data, ao Dr. Gustavo Franco, Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central	123
14	Carta, de 25/03/94, ao Dr. Gustavo Franco, encaminhando cópia da carta especificada no anexo 13, e outras encaminhadas em 23/02/94, 30/03/94 e 05/04/94	134
15	Carta, de 26/08/94, ao então candidato a Presidência da República pelo PSDB, Senador Fernando Henrique Cardoso, e carta de 06/09/94, pedindo o meu desligamento do PSDB	139

J. B. A.

ANEXO E

**Plano Real -
como sair da
sua sinuca de bico**

PLANO REAL: COMO SAIR DA SUA SINUCA DE BICO

Rio de Janeiro, 21/06/95

Claudio Braga de Abreu e Silva

O Plano Real encontra-se numa sinuca de bico, que a própria equipe que o conduz o colocou, de forma desnecessária e inoportuna. A sinuca é tal que nem se fazendo uso de tabela se conseguirá sair dela sem maiores riscos. A borda da mesa perto da caçapa é a sobrevalorização cambial, que demanda uma política de juros altos para atração dos recursos externos, indispensáveis atualmente para o fechamento do nosso balanço de pagamentos. A bola da vez é a consolidação definitiva do plano de estabilização, para manter a inflação em patamares baixos e eliminar definitivamente a indexação na nossa economia.

O Plano Real, em um ano, acumulará uma inflação, medida pela média mensal dos três índices que faziam parte do cálculo da URV, de mais de 31%, e além disto, diversos preços da economia necessariamente terão que ser ajustados, em especial as tarifas públicas e todos os contratos anuais. Assim, não se atingiu um perfeito alinhamento dos preços relativos da economia, que foi o objetivo maior da URV. Tais reajustes ameaçam o retorno da inflação inercial. E existe a questão da inevitável desvalorização cambial, que quando for feita resultará em mais inflação, principalmente pelo aumento das expectativas.

O Governo encontra-se meio perdido dentro deste quadro, e vem anunciando que procederá já, de forma prematura, a dexindexação da economia. Aparentemente, a sua estratégia recente foi fazer um brutal arrocho no crédito, associado à elevação sem precedentes das taxas de juros, para, via desaquecimento da economia, segurar artificialmente a inflação - e, de quebra, tentar diminuir as importações -, de forma a proceder a tal desindexação, para depois fazer o ajuste do câmbio.

Até o final de junho, o Governo deve estabelecer a chamada livre negociação dos salários. Isto representará um novo arrocho salarial, considerando-se a falta de estrutura sindical no setor privado, enquanto que nas estatais e no setor público, prevalecerá a "livre negociação" contra decretos e medidas provisórias.

Apesar de todas estas dificuldades, acredito que nunca estivemos em uma situação tão favorável para matarmos a bola da vez da inflação/indexação. Apenas esta sinuca de bico nos impede isto neste momento. Neste artigo apresento de novo uma sugestão engenhosa, nova e criativa de como resolver isto.

Disse de novo porque a minha sugestão atual é uma adaptação da minha original, feita no meu trabalho denominado "A Indexação Diária Negociada - Uma Proposta para a Economia Brasileira", de 31/08/93, que, até desmentido ou esclarecimento em contrário, serviu de base para a formulação do Plano Real. Esta história já foi narrada em detalhes na minha carta, de 14/12/94, ao então presidente Itamar Franco, que, a exemplo de outras enviadas para os ministros que ocuparam a pasta da Fazenda em 1994, sequer me foi respondida.

De saída a equipe econômica deveria reconhecer o seu erro e elevar a taxa de câmbio, de forma que o dólar passasse a ser cotado entre as bandas de R\$ 1,17 a R\$ 1,23, e, assim, oscilar em torno de R\$ 1,20, que seria o seu valor real atual calculado considerando-se a sua cotação em 30/06/94 corrigida a inflação verificada desde a criação do Real e a desvalorização que a moeda norte-americana teve no mercado internacional frente às principais moedas.

Associada à reposição da taxa adequada do câmbio, seria reintroduzida no dia 01/07/95 uma nova versão da URV, de valor inicial igual à nova cotação média do dólar, de R\$ 1,20, e variação posterior dada pela cotações de uma cesta de moedas estrangeiras. Ela poderia ser denominada de URV Cambial (URVC). Embutida nesta proposta, está a idéia que a variação da URV Cambial seria atrelada à variação da inflação interna, medida por uma cesta de índices, tal como na URV. O objetivo é atrelar o indexador à economia mundial. Seria também permitida a indexação diária em moedas estrangeiras.

Tal como na criação da URV, seria instituída uma nova política salarial, adotando-se correção para a data de 01/07/95 de todos os salários pela variação do IPC-r desde as datas-base de cada categoria, descontadas as antecipações concedidas, e sua conversão para a URV Cambial no mesmo dia 01/07/95.

Além disto, seria permitida a utilização opcional do novo indexador em todos preços e contratos da economia, de novo sem congelamento e de forma negociada, de forma semelhante à URV original.

Seria anunciado que a URV Cambial existiria pelo prazo mínimo um ano, de forma a podermos aguardar com segurança o término das reformas estruturais necessárias, quando então ela se transformaria na nova moeda forte nacional e seria proibida toda e qualquer indexação oficial na economia.

Entre as reformas estruturais estariam obrigatoriamente a elaboração de uma reforma tributária em que houvesse uma simplificação e redução das alíquotas do nosso complexo sistema tributário, associadas ao aumento da punição legal e da flexibilização do sigilo bancário, objetivando a redução da sonegação.

Outra reforma fundamental seria a do sistema financeiro, que vem sendo sempre esquecida, e sem a qual nunca teremos uma economia forte e estabilizada. Para tanto sugiro as seguintes medidas:

- Inicialmente haveria a introdução, de maneira espontânea e opcional, da URV Cambial no sistema financeiro, objetivando transformá-la no seu indexador carro-chefe, o que seria feito mediante uma diferenciação ou mesmo isenção de impostos;

- Seria reduzida substancialmente a enorme e inócua carga tributária incidente nas operações financeiras, de forma a atingir uma redução dos juros finais aos tomadores de empréstimos do setor produtivo;

- Seria trocada toda a dívida pública federal de curto prazo existente por novos títulos que seriam emitidos preponderantemente pós-indexados à URV Cambial e acrescidos de juros reais, com prazo mínimo de um ano; tal processo seria feito paulatinamente, por ocasião do vencimento dos atuais títulos, que seriam resgatados mediante a emissão de papel moeda caso seus detentores não se interessassem pelos novos títulos; a eventual emissão de moeda teria seu efeito expansionista controlado mediante a uma política restritiva de depósitos compulsórios no Banco Central;

- Seriam, inicialmente, proibidas aplicações financeiras por prazo inferior a 30 dias, que, posteriormente, seria ampliado para 90 dias, de forma a se reduzir a velocidade de circulação da moeda na economia;

- Seriam permitidas as contas e aplicações em moedas estrangeiras e a livre conversibilidade cambial, objetivando conferir maior credibilidade ao novo indexador e reforçar nossas reservas cambiais;

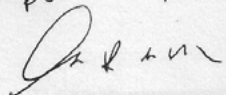
- Seria estimulada a tomada de empréstimos e financiamentos de longo prazo no mercado internacional e desestimulada a entrada de recursos estrangeiros de curto prazo, mediante taxação e/ou depósito compulsório no BACEN; vale dizer que a desvalorização cambial iria estimular a entrada de recursos externos, devido a redução do risco;

- Seria reintroduzida uma taxa sobre toda operação bancária, tal como o IPMF, mas não sob a forma de imposto, e sim como antecipação de pagamentos de impostos federais, estaduais e municipais, com os recursos líquidos arrecadados com tal antecipação obrigatoriamente aplicados no resgate dos títulos de dívida pública; ressalte-se aqui que as antecipações feitas por sonegadores de impostos acabariam se transformando em impostos efetivos.

As consequências destas reformas no mercado financeiro seriam a imediata redução das taxas de juros da economia e da dívida pública e a maior oferta de crédito a longo prazo para o setor produtivo, restabelecendo o princípio da alavancagem financeira na economia, de forma a favorecer o investimento, e, conseqüentemente, a geração de empregos e impostos e a retomada do desenvolvimento.

Quanto à privatização - que, em princípio, não sou contrário, mas não a aceito enquanto como quase doação -, acredito que o seu ritmo deveria ser retardado por um ano, até que se procedesse a consolidação definitiva da estabilização. Além disto, o Governo deveria retomar a idéia da inclusão dos recursos dos chamados fundos sociais (FGTS, PIS, PASEP) e do FCVS como novas moedas da privatização. Com isso, se venderia as empresas por um preço muito superior, seja pelo fato do "timing" mais propício, seja pelo aumento da oferta de recursos decorrente da presença dos trabalhadores, o que tornaria o nosso capitalismo mais democrático e social.

Espero que a equipe econômica analise esta minha nova contribuição com atenção, e que, se realmente ela for a mais apropriada, a execute, saindo desta situação na qual ela mesma se colocou. O importante é ganhar a partida, e numa situação de sinuca difícil, de bico ou não, só resta ao jogador aceitar a perda dos pontos da bola da vez, e tentar matá-la na próxima jogada, tomando o cuidado com a proteção, de forma a dificultar o jogo do adversário.

Rw 21/06/95


ANEXO F

**Carta a Marcio
Moreira Alves**

Rio de Janeiro , 27 de abril de 1996.

Ao Jornalista Márcio Moreira Alves
Jornal O GLOBO- Sucursal de Brasília

Prezado Jornalista,

No artigo de sua autoria, denominado "**Como nasceu o Real**", publicado em O GLOBO no dia 23/04/96, o senhor conta que há tempos no Alvorada, bebericando um uisque, o presidente Fernando Henrique forneceu-lhe *um pouco da carne necessária* a dar vida ao esqueleto do plano de estabilização, dentro da analogia que o senhor fez ao comentar o livro do Dr. Gustavo Franco. Acredito que o relato feito pelo presidente da República é realmente *só* um pouco da carne necessária, pois ele não lhe forneceu um pedaço importante, talvez o seu filet mignon, ou mesmo o seu cérebro.

Assim, a bem da verdade, gostaria de dar-lhe algumas informações sobre como efetivamente nasceu e foi formulado o Plano Real, as quais o senhor poderia tentar confirmar na próxima vez que for ao Alvorada bebericar mais um uisque com o presidente. Digo tentar porque não acredito que ele vá querer esclarecer este assunto, dado que por diversas vezes eu já tentei isto e não consegui.

O pedaço da carne necessária que falta é o seguinte: o Plano Real foi formulado - até desmentido e prova em contrário, o que até hoje não se deu - a partir do trabalho de minha autoria denominado "**A INDEXAÇÃO DIÁRIA NEGOCIADA**", de 31/08/93, que tinha como sub-título "**CONTRA O VENENO DA COBRA, SÓ O PRÓPRIO VENENO DA COBRA**", que teve uma versão resumida datada de 08/09/93, e o seu resumo, datado de 25/11/93. Estou enviando uma cópia do resumo no Anexo 2, para que conhecer o conteúdo da proposta e melhor acompanhar os fatos a seguir narrados.

Conforme lembrei ao senhor no meu telefonema de 23/04/96, no período de setembro a outubro de 1993 o meu trabalho - nas suas versões original e resumida - foi encaminhado, dentro de um objetivo de divulgação supra-classista e supra-partidário, para quase duzentas pessoas e entidades representativas da sociedade brasileira, abrangendo os poderes executivo (federal, estadual e municipal) e legislativo, políticos e partidos políticos, entidades representativas do comércio, da indústria e dos bancos, centrais sindicais e sindicatos, professores, fundações e faculdades de economia, principais jornalistas, jornais e redes de televisão, entre outros. O objetivo era divulgar a proposta para concretizá-la, e como a considerava capaz de ser o pacto nacional, ela deveria ser encaminhada para todos os segmentos do país.

A propósito, o senhor foi uma das primeiras pessoas para quem encaminhei meu trabalho, na medida em que o incluo entre os principais jornalistas e formadores de opinião do país. Isto se deu em 08/09/93, no mesmo dia em que o foi enviado para o então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (e para alguns membros da sua equipe), para a editora de economia de O GLOBO Sonia Resende, entre outros.

No dia 09/09/93 enviei o trabalho para o presidente Itamar Franco, cuja carta está no Anexo 3. Nela afirmo que acreditava: 1) que a minha proposta poderia vir a ser alternativa mais recomendada para o equacionamento da crise brasileira, e poderia se transformar no verdadeiro pacto nacional, sob seu comando; 2) que ela poderia se transformar grande obra de seu governo, 3) que tinha uma certeza interna de que o caminho do Brasil passava pela minha proposta, ou algo perto dela, até mesmo por falta de alternativas, e 4) que num país democrático acreditava que era possível um simples técnico levar suas idéias para a consideração da mais alta autoridade da República, e, mais do que isto, vê-la concretizada, caso representasse efetivamente a melhor alternativa. Todos estas quatro previsões se confirmaram.

Aliás, fiz um levantamento das pessoas que foram citadas no seu artigo e verifiquei que praticamente todas receberam o meu trabalho naquela oportunidade. A saber: Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Ciro Gomes, Luiz Carlos Bresser Pereira, André Lara Resende, Pêrsio Arida, Edmar Bacha (que foi o primeiro a receber, em 03/03/93), José Sarney, Pedro Malan, Luiz Antonio Freury Filho, Delben Leite (presidente do BNDES em agosto/93, que recebeu a primeira versão preliminar em

30/07/93), Wiston Fritsch, e Luis Ignácio Lula da Silva. Assim, ficaram de fora apenas os senhores Dilson Funaro (já falecido), Zélia Cardoso de Melo e Antonio Kandir (que não tiveram relação com o plano), Gustavo Loyolla (que por um lapso do senhor apareceu no lugar de Paulo César Ximenes na presidência do BACEN em agosto/93) e Clóvis Carvalho, Gustavo Franco e José Dirceu (para os quais indiretamente acabei enviando, na medida em que encaminhei para os seus superiores ou entidades de que participam). Não é impressionante o fato de quase todas pessoas citadas no seu artigo tenham recebido o meu trabalho e, mesmo assim, o meu nome não foi citado na história?

Tenho em meu poder perto de 40 cartas, fax's e telegramas agradecendo o envio do trabalho. Destaco a carta encaminhada pelo Dr. Edmar Bacha, de 08/09/93, o telegrama enviado por ordem do então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso no dia 29/03/93, e a carta encaminhada por ordem do Dr. Winston Fritsch, de 30/09/93 - na qual me agradece o envio do trabalho, e faz menção ao meu interesse pelas grandes questões do país ao apresentar **idéias novas e criativas**. Destaco também a carta, de 21/09/93, recebida do Dr. Tasso Jereissati, presidente do PSDB, onde agradece o envio e informa que o trabalho estava sendo analisado pelo partido. Envio cópias das mesmas no Anexo 4.

No Anexo 1 apresento um relato dos principais fatos relacionados à elaboração e distribuição do meu trabalho, bem como outras informações objetivas, baseadas em fatos noticiados pela imprensa e publicados em livros, apresentados cronologicamente por data no período de 22/07/93 a 08/12/93, que se, por um lado, não permitem provar que o meu trabalho contribuiu decisivamente na formulação do Plano Real, por outro, mostram que é muito difícil, senão impossível, que isto não tenha acontecido. A analogia aqui é com um exame de investigação de paternidade através do DNA, que por si só não pode afirmar se a criança é filha das pessoas fornecedoras do sangue, mas apenas a dar probabilidade de que isto seja verdadeiro. Infelizmente, não existe um exame que possa para esclarecer de uma vez esta história de como nasceu o Plano Real. Assim, eu fiz o que pude, dentro das minhas limitações. A seguir destaco os principais fatos constante no Anexo 1, de onde tiro algumas conclusões:

- 1) a primeira versão do meu trabalho entre ao Dr. Delbem Leite Presidente do BNDES em 30/07/93, já propunha a indexação total da economia
- 2) A segunda versão do meu trabalho foi entregue no dia 09/08/93 ao Dr. Raul Julgmann, secretário-executivo da SEPLAN. Nela já era proposto indexador cambial determinado por uma cesta de moedas, de valor inicial igual a 1 US\$, a ser utilizado opcionalmente nos seis meses previstos para a fase de preparação, o qual se transformaria na nova moeda forte nacional na fase seguinte, de estabilização/consolidação. Isto, infelizmente, acabou sendo a alternativa adotada para o Plano Real;
- 3) Em 13/08/93, entrego a terceira versão preliminar do meu trabalho ao Dr. Antonio de Oliveira Santos, presidente da CNC - Confederação Nacional do Comércio, que em 17/08/93 ele me agradece por escrito o seu envio. Ela já tem o conteúdo da versão final, contendo a fase de estabilização (de um ano ou mais, onde tudo permaneceria atrelado ao indexador, agora de forma compulsória), e depois a fase de consolidação, onde o indexador se transformaria na nova moeda forte e seria proibida toda e qualquer indexação na economia.
- 4) Em 03/03/93, envio a versão final, de 31/08/93, para Edmar Bacha, e outros. Em 08/09/93, sai primeira notícia na imprensa sobre um indexador para a economia, que é sobre o meu trabalho: "**Técnico sugere o cruzeiro cambial**", publicada na Tribuna da Imprensa, assinada pelo jornalista Conrado Pereira. Neste mesmo dia, Edmar Bacha escreve carta para mim agradecendo o envio do trabalho, mas não a remete pelo correio. Neste mesmo dia inicio a divulgação do trabalho, fazendo uso de fax, enviando-o para FHC e seus assessores Lara Resende, Pêrsio Arida e Winston Fritsch, para jornais e jornalistas (inclusive O Globo e o senhor), entre outros. Em 09/09/93, envio o trabalho para presidente da República Itamar Franco, senadores José Sarney, Mario Covas e deputado José Serra, entre outros. Em 10/03/93, envio o trabalho para Pedro Malan, entre outros. Neste mesmo dia sai a primeira notícia, na imprensa, em O Estado de São Paulo, informando que a equipe econômica recentemente havia passado a analisar a criação de um indexador na economia. Em 13/09/93, envio o



trabalho para o governador do Ceará Ciro Gomes e para o presidente do PSDB, Tasso Jereissati, entre outros

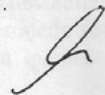
5) Em 15/09/93, na AFBNDESPAR, fui entrevistado pela jornalista Cristina Alves, de O Globo; a matéria foi feita mas não foi publicada. Começa mudança na política cambial, abrindo caminho para criação de âncora cambial (Jornal do Brasil), eliminando diferenças entre dólar comercial, turismo e paralelo. Neste mesmo dia, telefonei, a pedido, para Pêrsio Arida, que me agradece o trabalho, diz que já o leu e vai lê-lo de novo com mais atenção, mas que não irá comentá-lo por questões óbvias, o que estaria fazendo naquele momento, caso eu o tivesse enviado a 15 atrás, quando ele ainda não fazia parte do governo. No dia 19/09/93 a Folha de S.Paulo noticia que a idéia de um indexador cambial no mercado financeiro foi discutida pela equipe econômica com os principais banqueiros do país.

6) No livro "*A Historia Real*", de Gilberto Dimenstein e Josias de Souza (outubro/94), é narrada uma reunião que teria ocorrido em meados de setembro/93 na casa de Fernando Henrique em Brasília, entre os membros da equipe econômica e a cúpula do PSDB. Nela teria os membros da equipe econômica teriam apresentado aos políticos a idéia geral do plano de estabilização em estudo pelo governo, que previa a criação de um indexador cambial para economia, o qual, após um prolongado período de tempo, se transformaria na nova moeda forte nacional, tal e qual a minha proposta. Estavam presentes, além de FHC, os membros da sua equipe Edmar Bacha, Pêrsio Arida, André Lara Resende, Winston Fritsch e Clóvis Carvalho, e os políticos José Serra, Mário Covas, Ciro Gomes e Tasso Jereissati Destes somente o Dr. Clovis Carvalho não recebeu diretamente o meu trabalho. No dia 21/09/93, o Dr. Tasso Jereissati, então presidente do PSDB, me enviou uma carta, onde me agradece o encaminhamento do trabalho, e diz que ele estava sendo analisado pelo partido, o que me indica que ele foi discutido naquela reunião.

7) Neste mesmo livro, os autores contam que a idéia do indexador teria sido sugerida por Edmar Bacha, numa reunião ocorrida na manhã do dia 06/08/93 na casa de FHC em Brasília - ou seja, na sexta feira anterior à segunda feira do dia 09/08/93, data em que entreguei o meu trabalho ao Dr. Raul Julgmmam, da SEPLAN. Tal idéia teria sido discutida posteriormente pela equipe e depois escrita (com o auxílio do Dr Gustavo Franco), surgindo daí um documento que foi denominado de "Bacha 1", datado de 31/08/93. Data, que, por coincidência ou não, é a mesma da versão final do meu trabalho. No "Bacha 1", a idéia ainda estaria em estado muito preliminar, o texto se concentrava mais nas questões fiscais e orçamentárias, e o tal indexador ainda não se transformava em moeda no final do processo. Posteriormente, este trabalho foi aprimorado até se transformar no denominado "Bacha 2", datado de 21/09/93, e nele o indexador se transformava na moeda forte no final do processo. Observe-se que, coincidentemente, a data do "Bacha 2" é a mesma data da carta que o Dr. Tasso Jereissati me enviou, agradecendo o meu trabalho, e dizendo que ele estava sendo analisado pelo partido.

8) O curioso é que somente no dia 22/09/93 a carta que o Dr. Bacha me enviou agradecendo o envio do meu trabalho foi colocada no correio em Brasília. Ou seja, um dia após a conclusão do "Bacha 2", e da emissão da carta do Dr. Jereissati. Vale ainda ressaltar que a carta do Dr. Bacha foi feita em 08/09/93, ou seja, no mesmo dia em saiu a notícia na Tribuna da Imprensa sobre a minha sugestão do cruzeiro cambial, a adoção. Tudo isto me leva a concluir, e acredito que a qualquer pessoa, que os fatos acima narrados envolvendo os documentos "Bacha 1 e 2", a reunião na casa de FHC entre PSDB e equipe econômica, as cartas do Drs. Bacha e Jereissati, a notícia na Tribuna da Imprensa e o meu trabalho estão estreitamente relacionados. E que os Drs. Jereissati e Bacha só me encaminharam suas cartas de agradecimento após ter sido decidido da minha proposta.

9) Em 22/09/93, é publicada na Folha de S.Paulo a matéria "*Equipe econômica pode indexar preços ao câmbio já em outubro*", informando que o indexador cambial prepararia uma futura desindexação da economia em 1994 e que alguns da equipe defendiam a sua adoção antes do ajuste fiscal (tal como propus) e outros defendiam que o ajuste fiscal deveria preceder a introdução do indexador.



10) Em 23/09/93, a equipe econômica viaja para Washington para reunião do FMI e BIRD, e sai a notícia na Folha de S.Paulo de nome "Banqueiros aprovam fixação de índice único baseado no câmbio". No dia 24/09/93, os jornais publicam declaração de Winston Fritsch, antes de embarcar para Washington, dizendo "estamos levando o esqueleto da dexindexação da economia". Tais fatos mostram que a equipe econômica já tinha preparado um esboço do plano para levá-lo para discussão com o FMI. Em 26/09/93, sai a notícia na Folha de S.Paulo "Dexindexação: Fazenda ainda estuda duas opções" com sub-título "Equipe ainda não sabe se promove a prefixação mensal ou se faz congelamento temporário". Segundo informações publicadas na imprensa posteriormente, o FMI teria vetado a adoção do inovador indexador cambial, e preferia a alternativa da prefixação de preços e salários associada a um ajuste fiscal, tal como feito no México. Em função disto a equipe econômica avaliou esta alternativa em todo o mês de outubro até aproximadamente o dia 20/11/93.

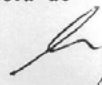
11) Em 29/03/93, recebo telegrama por ordem do ministro da Fazenda FHC, informando que meu trabalho foi encaminhado, para exame e providências cabíveis, à Secretaria de Política Econômica daquele ministério, e no dia seguinte 30/09/93, recebo carta por ordem de Winston Fritsch, agradecendo o envio do trabalho, informando que ele está sendo analisado, e faz menção às suas idéias novas e criativas" (grifos meus). Notar que aqui está o reconhecimento de que os membros da equipe não tinham tido a idéia do indexador, caso contrário as minhas idéias não seriam novos e criativas.

12) Do início de outubro e até o dia 20/11/93, aproximadamente a equipe econômica se concentrou na alternativa da prefixação de preços e salários sugerida pelo FMI, através da utilização de um indexador com redutor de inflação para ser aplicado compulsoriamente em toda economia, tal como dito anteriormente no item 10. Notícias publicadas na imprensa em 25/10/93, e nos dias 12, 17, 18, e 19/11/93, citadas no Anexo 1, comprovam tal fato.

13) A partir do dia 22/11/93, os jornais informam que a equipe econômica decidiu abandonar a alternativa da prefixação dos preços e salários através da adoção de um indexador cambial com variação abaixo da inflação. Isto teria ocorrido numa reunião realizada em São Paulo no sábado anterior. A partir daí quase todas as idéias apresentadas no meu trabalho passaram a ser anunciadas pela imprensa, conforme pode ser visto com mais detalhes no Anexo 1, tais como: 1) o indexador seria criado para, posteriormente, se transformar na nova moeda, 2) que ele não seria de uso compulsório, 3) que ele teria variação diária acompanhando a variação da inflação, sem redutor, 4) que estudava-se a alternativa dele ser determinado por uma cesta de moedas internacionais, 5) que ele seria introduzido gradualmente na economia, começando pelas tarifas e títulos públicos, para depois ser o indexador de todas aplicações financeiras, 5) que todos indexadores oficiais (TR, UFIR) da economia passariam a ter a mesma variação do indexador, 6) que o indexador seria o referencial para a nova política salarial. Além disto três sugestões que fiz para a reforma fiscal foram publicadas como estnado em estudos pela equipe econômica, conforme pode ser visto no Anexo 1.

14) No 28/11/93, duas notícias importantes saem nas primeiras páginas do Estado de São Paulo e da Folha de S. Paulo. O Estadão anuncia em sua manchete que "Governo usa ajuste para propor pacto". Na notícia publicada na Folha "Presidente recusou três planos para a economia" é informado que o presidente Itamar: 1) não aceitou as propostas anteriormente apresentadas pela equipe econômica de prefixação de preços, de circulação de duas moedas, e de dolarização; 2) que o plano aceito, o de um novo índice para a economia até a implantação da nova moeda, era tido como a última oportunidade do governo de conseguir estabilizar a economia. Notar que na minha carta de 09/09/93 ao presidente Itamar Franco estes dois temas foram abordados. A primeira notícia coincide com a a minha afirmação de que a minha proposta poderia vir a representar um pacto nacional. A segunda notícia confirma a minha afirmação de que eu tinha uma certeza interna de que o caminho do Brasil passava pela minha proposta, ou algo perto dela, até mesmo por falta de alternativas.

A grande inovação do Plano Real foi a criação do indexador diário na economia, aplicado inicialmente para a conversão dos preços e salários, e que ao final do processo se transforma na nova moeda forte nacional, tudo sendo feito de forma anunciada, gradualmente, sem congelamento e sem quebra de



contratos. Tal inovação é reconhecida por diversos economistas e professores de economia com quem conversei após a elaboração do meu trabalho, entre eles, por exemplo, Claudio Contador, da COPPEAD/UFRJ, Sergio Berssemam, diretor do BNDES, e o prof. Fernando Hollanda, da FGV. O Dr. Hollanda foi um dos primeiros a receber o meu trabalho, em 03/09/93, e num seminário promovido no final de junho de 1995 sobre o Plano Real, promovido pelo CORECON/RJ, e pelos Sindicato e Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro, publicamente me apresentou como o autor da idéia do indexador.


Importa dizer que já existiam no meio acadêmico idéias semelhantes, das quais destaco o chamado Plano Larida, de André Lara Resende e Pêrsio Arida (PUC/RJ -1984), o Plano Real, de Francisco Lopes (PUC/RJ- 1988), e o chamado Conselho da Moeda (Currency Board), de André Lara Resende (1991). Ressalto que só tive a oportunidade de ler os dois primeiros após já ter feito e distribuído o meu trabalho. Nestes planos - chamados de bi-monetários, ou de moeda indexada- a principal característica é a convivência simultânea de duas moedas na economia, uma fraca e outra forte, ao longo de um período prolongado de tempo, de forma a permitir a transposição gradual dos preços e salários de uma moeda para outra, sem congelamentos e quebra de contratos.

Mas é exatamente a existência de duas moedas efetivas que os tornam, a meu ver, inviáveis. Observe-se que a coisa pega na determinação da taxa de câmbio de uma moeda em relação a outra, que teoricamente deveria ser feita considerando-se as taxas de inflação verificadas em cada uma das duas moedas. Ocorre que a inflação só pode ser medida em uma única moeda. Notar que na medida em que os preços fossem sendo convertidos da moeda fraca para a moeda forte, para se determinar o seus valores correspondentes na moeda fraca, ou vice versa, seria necessário se utilizar a própria taxa de câmbio entre elas, de forma a se ter todos os preços expressos numa mesma base. Contudo, o que se quer determinar é justamente esta taxa de câmbio. Ou seja, matematicamente a variável é função dela mesma, o que é um absurdo. Desta forma, seria muito difícil se determinar e controlar o volume de moeda (base monetária) na economia, e além disto, haveria uma tendência à hiper inflação na moeda fraca, em prejuízo dos mais pobres. Isto iria abreviar o período de tempo da convivência das duas moedas, contrariando justamente o seu objetivo maior de fazer a transposição dos preços gradualmente dentro de um período prolongado.

A meu ver os economistas ficaram prisioneiros do seu próprio academicismo, pois sempre estudaram que uma moeda possui três características básicas, a saber: ser meio de pagamento, unidade de conta, e reserva de valor. Além disto uma das variáveis principais da economia é a tal política monetária. Desta ta forma sempre pensaram na moeda enquanto moeda mesmo nas suas idéias sobre planos de estabilização. E eles assim não atentaram para o fato de que num país indexado como o Brasil, a questão só poderia ser solucionada com a introdução de mais um indexador diário (que apenas é uma unidade de conta), pois nesse caso a moeda da economia continuaria a ser uma só, e nada mudaria. Na medida em que sou engenheiro e mestre em administração de empresas, não fiquei preso a este academicismo, mesmo porque sempre achei que os postulados da teoria econômica, feitos para países de primeiro mundo, que não tem indexação, eram totalmente inadequados para o caso brasileiro.

Daí foi só aproveitar analogia do veneno de cobra e da vacina para combatê-lo, onde se usa o próprio veneno para fazê-la, para concluir que a única saída para acabar com a inflação e indexação no Brasil era super-indexar a economia. Aliás tal analogia acabou por se constituir em mais uma comprovação da contribuição do meu trabalho para o Plano Real, na medida em que ela foi citada por um dos principais assessores do ministro da Fazenda na reportagem "Façam seus jogo senhores" da revista Exame de 08/12/93, conforme relato no Anexo I.

Não resta dúvida que o indexador foi apenas um detalhe técnico, contudo fundamental para aperfeiçoar e viabilizar as idéias inovadoras, porém inviáveis, de André Lara Resende e Pêrsio Arida. Vale dizer que, a meu ver, as idéias de Francisco Lopes são apenas adequação das do Plano Larida. Mas é preciso ressaltar que a minha proposta não foi apenas técnica, mas também política, pois ela objetivou ser um mecanismo que pudesse se transformar num pacto nacional, e para tanto deveria ser implantado em etapas e de forma anunciada, e também deveria o mais neutro possível, de modo que as partes envolvidas aderissem a ele espontaneamente, de forma negociada. Ressalto que não é a toa que o seu nome ten a palavra negociada.



Face ao exposto nesta carta e nos seus anexos, tenho fortes motivos para acreditar que o Plano Real foi feito a partir do meu trabalho "A INDEXAÇÃO DIÁRIA NEGOCIADA" :

- 1) o fato da idéia do indexador ainda não existir no meio acadêmico, conforme acima relatado, lembrando que a primeira notícia publicada na imprensa fazendo a sua proposição foi sobre o meu trabalho
- 2) o fato da idéia do indexador diário para a economia começar a ter sido noticiada logo após o seu envio para os membros da equipe econômica do governo.
- 3) o fato de grande parte das minhas propostas ter sido divulgada pela equipe econômica para a imprensa no final de novembro e início de dezembro de 1993.
- 4) as diversas coincidências entre fatos publicados na imprensa e em livros, entre datas e fatos relacionados à formulação do Plano Real e as do meu trabalho, anteriormente relatadas.
- 5) o fato de versões divulgadas posteriormente em entrevistas de membros da equipe econômica, notícias e reportagens nos jornais, revistas e livros são bastante contraditórias. Em muitas delas cada hora um membro da equipe econômica fez uma coisa. Também muitas delas partem do princípio de que a equipe econômica desde o começo sabia o que iria fazer, se esquecendo que: a) no mês de agosto/93 as alternativas mais comentadas na imprensa eram a dolarização à moda argentina e o "conselho da moeda" , de Lara Resende, b) no mês de setembro/93 prevaleceu a do indexador cambial, tal com eu propus, mas que foi vetada pelo FMI, c) no mês de outubro/93 até 20/11/93, prevaleceu a alternativa da prefixação, com um indexador cambial compulsório com variação mensal abaixo da inflação do mes anterior, d) por fim, a partir de 21/11/93 até o anuncio do plano em 07/12/93, voltou a prevalecer quase que integralmente a minha proposta, e) e posteriormente tal proposta foi sendo sucessivamente alterada, até ser implantada.

Tudo isto está bem relatado no Anexo 1, para o qual chamo a sua atenção, pela sua importância, pois lá irá encontrar um bom pedaço da carne necessária para compor o corpo do Plano Real.

Mas o que me dá a certeza de que a idéia do indexador foi minha é o fato de nunca ter tido uma resposta ao meus diversos pedidos de esclarecimento sobre a questão feitos aos presidentes Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, e a seus ministros e assessores. Afinal, quem cala consente.

No Anexo 5 encaminho a carta enviei para o presidente Itamar Franco em 14/12/94, com cópias para diversa pessoas, entre as quais o presidente eleito Fernando Henrique Cardoso, e para o então ministro da Fazenda Ciro Gomes, que estão atualmente nesta disputa política sobre a paternidade do Plano Real. Informo que até hoje nunca nenhum deles respondeu aos pedidos de esclarecimento que lhes fiz. Caso o senhor queira posso encaminhar pelo correio uma cópia desta carta de 14/12/94 na íntegra, com todos os volumosos anexos, que contém toda documentação relacionada.

Mas a falta de resposta não foi só para mim. No dia 20/12/94, os presidentes das três associações de funcionários das empresas do Sistema BNDES - a saber, Sérgio Roberto Lima de Paula, da AFBNDE, Adilson Vianna Costa, da AFBNDESPAR e Jane Maria Coelho Duarte, da AFFINAME - também enviaram uma carta ao presidente Itamar Franco, testemunhando todos os fatos relacionados ao desenvolvimento do meu trabalho, me hipotecando apoio e solicitando que ele atendesse o meu pedido de esclarecimento feito na carta de 14/12/94. Ela também não foi respondida e está no Anexo 6.

Estou encaminhando, no Anexo 7, cópia da última carta que remeti ao presidente Fernando Henrique Cardoso em 07/12/95, que também não me foi respondida. Nela faço menção ao fato de que recebi um telegrama do próprio presidente Fernando Henrique Cardoso (vide Anexo 6), no qual me agradece o envio do meu artigo "*Plano Real: como sair da sua sinuca de bico*", onde preocupado com os rumos do plano fiz mais algumas sugestões para acertá-lo. O detalhe importante é que tal artigo constou de uma

carta escrita em 23/06/95, na qual também remeti cópia da minha carta ao presidente Itamar Franco de 14/12/95, bem como da dos presidentes da AFBNDE, AFBNDESPAR e AFFINAME acima citada, pedindo-lhe que na condição de atual presidente da República, respondesse às mesmas. No telegrama de 31/10/95, este pedido foi totalmente esquecido, o que é muito estranho. Afinal será que ele só leu o meu artigo? Como no artigo afirmo que, até prova ou desmentido em contrário, o Plano Real foi formulado a partir do meu trabalho, deve entender o silêncio do presidente como seu consentimento ao que disse.

Quanto ao Plano Real em si, acredito que está indo por um caminho perigoso, fato para o qual finalmente a imprensa começa a despertar e alertar. Afinal, estamos num processo de crescimento acelerado das dívidas interna e externa - com reversão do equilíbrio da conta corrente no balanço de pagamentos, antes do plano, para uma situação de déficit, coberto por capitais externos especulativos -, e indo para a recessão, com o aumento do desemprego, da inadimplência, das condordatas e falências, além de grandes problemas e incertezas no mercado financeiro, associado a uma competição desigual, devido ao câmbio, imposto, financiamento e juro, entre produtos nacionais e importados, e no início de mais um grande arrocho salarial, decorrente da dexindexação somente aplicada aos salários, num ambiente recessivo e de modernização, redutor do número empregos. Importa ainda ressaltar que a inflação não acabou, e deverá se manter num nível inercial de 20% ao ano, o que abre porta para o seu crescimento ao longo dos anos.

Tudo isto por que a equipe econômica, a meu ver, cometeu alguns erros na execução do plano, em contra-posição ao que eu propus no meu trabalho, onde onde os preços, o câmbio, os salários e os juros seriam livres, no sentido de acompanharem a evolução da inflação, ou seja, totalmente diferente do que aconteceu com o câmbio no Plano Real. A propósito informo que fiz diversos artigos, o primeiro em fevereiro de 1994 e o último em novembro 1995, criticando os rumos do Plano Real e propondo correções, sendo três deles publicados no Vínculo, jornal semanal da AFBNDE.

A equipe econômica insistiu em manter o real sobrevalorizado perante ao dólar e, conseqüentemente, teve que manter os juros em patamar escorchante. E em meados de 1995 implantou a semi-dexindexação da economia, onde apenas os salários foram dexindexados. Tudo isto foi feito como uma forma de compensar a criação prematura do real devido às ambições eleitorais, o que impediu a adoção de um período maior de super-indexação, tal como eu propus, na minha denominada fase de estabilização, e com o que muitos da equipe econômica defendiam, tal com o senhor conta em seu artigo. Tal fase perduraria por um ano ou mais, até que as reformas estruturais fossem concluídas, para só então se criar a moeda forte definitiva da economia, acabando com toda e qualquer indexação. Na minha proposta o real seria apenas uma moeda provisória, criada apenas para reduzir substancialmente as inflações inercial e de expectativas. Observe-se que as reformas estruturais necessárias ainda não foram feitas, mas somente aquelas de caráter neo-liberal, que não irão resolver a questão central do equilíbrio fiscal. Nada foi feito relacionado a reforma tributária, ao combate da sonegação, e ao alongamento da dívida pública, por exemplo. Tenho receio de que a sobrevalorização do câmbio, apesar das nossas grandes reservas em divisas, esteja nos colocando em um caminho crítico, com duas alternativas: a primeira, parecida com o da Argentina - de recessão e desemprego - se o governo insistir no câmbio desvalorizado, e a segunda, parecida com o do México e da Venezuela, caso sejamos forçados a fazer uma maxi-desvalorização do câmbio. Como a redução dos juros é imperiosa - sob pena de irmos para um endividamento exponencial, lembrando que os juros já são o maior componente do déficit público - isto poderá implicar numa desvalorização do câmbio, pois os capitais externos voláteis só estão aqui devido aos juros escorchantes. Por outro lado, se o câmbio continuar defasado irá aumentar o grande estrago que já fez na indústria e agricultura nacionais, e nas nossas contas externas, onde passou a existir um déficit na conta corrente. Assim, a meu ver, é apenas uma questão de tempo ocorrer a maxi-desvalorização do câmbio. E com a inflação resultante desta maxi-desvalorização do câmbio, o pagamento da conta do ajuste de novo cairá, de novo, sobre os salários que estão desindexados, e regidos por uma livre negociação desigual numa conjuntura redutora do emprego.

Pode ser que eu esteja sendo pessimista e sombrio, e torço para que esteja errado. Afinal, se eu estiver certo, o que hoje aparenta ser uma vitória - e gera o aparecimento de muitos pais a reivindicar a sua

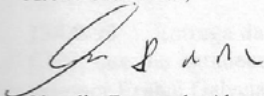


autoria - pode se transformar numa derrota. Se isto tudo acontecer espero que esta derrota também fique orfã, tal como nos ensina Kenedy. Ou seja, que ela não sobre para mim. Digo isto porque os meus amigos sempre costumam brincar comigo, dizendo que quanto tudo der errado, eles finalmente esclarecerão esta história de como nasceu o Plano Real, poi precisarão de um culpado. E o pai da criança passará a ser o Claudio Abreu.

Finalizando, quero lhe dizer que esta carta é um desabafo - na medida em que me sinto usado e não reconhecido neste episódio - e um desejo de informar a mais uma pessoa influente a minha versão sobre um fato importante de nossa história. Assim, gostaria que o senhor fizesse dela o que achasse melhor, podendo, inclusive, publicá-la em sua coluna, no todo ou parcialmente, ou encaminhar cópias dela para outras pessoas influentes. Afinal tudo o que foi dito nela é o que acredito que seja a verdade, eduidado que não o seja. Sugiro que o senhor a encaminhe para os Srs. Fernando Henrique Cardoso, Itamar Franco e Ciro Gomes, e tente saber o que eles têm a dizer sobre ela. Afinal, não custa tentar, pois pode ser que algum deles confirme o seu conteúdo, e assim o senhor passe a ter certeza de efetivamente eu lhe forneci o pedaço da carne necessária que estava faltando para compor o corpo do Plano Real.

Colocando-me ao seu inteiro dispor para qualquer esclarecimento adicional, subscrevo-me.

Atenciosamente,



Claudio Braga de Abreu e Silva

OBS: Informo que nasci em Cachoeiro de Itapemerim, em 1949, sou funcionário da BNDESPAR desde março de 1975, e que a partir de maio de 1992 sou diretor financeiro da AFBNDESPAR, sendo engenheiro (UFES/72) e mestre em administração de empresas (COPPEAD/UFRJ/1981). Atualmente encontro-me lotadona Área Financeira do BNDES, no Departamento de Política Financeira (AF/DEPOL). A seguir apresento os meus telefones e endereço:

Tel: (021) 277-7239 (BNDES)
(021) 277-7830, ou 262-2751 (AFBNDESPAR)
(021) 295-5706 (residência)
Fax: (021) 262-8645 (AFBNDESPAR)
End. Av. Chile 100, Sobreloja/Mezanino (AFBNDESPAR)
Centro- Rio de Janeiro/RJ Cep 20.139-900

RELAÇÃO DOS ANEXOS:

- Anexo 1: Relato da elaboração e divulgação de "A indexação Diária Negociada", e de fatos que indicam a sua participação na formulação do Plano Real
- Anexo 2: Resumo de "A Indexção Diária Negociada", de 23/11/93
- Anexo 3: Cartas enviadas ao presidente Itamar Franco (09/09/93) e ao ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (08/09/93)
- Anexo4: Cartas recebidas de Edmar Bacha (08/09/93), Tasso Jereissati (21/09/93), Fernando Henrique Cardoso (29/09/93), e Winston Fritsch (30/09/95)
- Anexo5: Carta enviada em 14/12/94 ao presidente Itamar Franco, com cópias para o Presidente eleito Fernando Henrique Cardoso e para o ministro da Fazenda Ciro Gomes, entre outros
- Anexo6: Carta de 20/12/94, enviadas pelos presidentes das associações de funcionários das empresas do Sistema BNDES (AFBNDE, AFBNDESPAR e AFFINAME) ao presidente Itamar Franco
- Anexo 7: Carta de 07/12/95 enviada ao presidente Fernando Henrique Cardoso

AGRADECIMENTOS

Agradeço às minhas três filhas, Fernanda, Bianca e Mariana por terem me ajudado, nestes 30 anos, a suportar esta falta de reconhecimento. E, especialmente, à Mariana por ter me incentivado a fazer este livro. Agradeço ao meu irmão Alvaro, interlocutor de longa data, pela apresentação e aos seus filhos Manaira que abraçou o projeto desta publicação com sua equipe e Rafael por me ajudar na divulgação dessa empreitada.

Agradeço à Beatriz Cardoso, pelo prefácio, pelo entusiasmo em contar e divulgar esta história, e pela revisão de texto, em conjunto com Rosa Lia Franca Vellozo, Bruna Heller e Lívia Aguiar.

Agradeço ao meu amigo economista Thiago Mitidieri, pelas conversas recentes sobre economia que temos tido.

E, sobretudo, a meus pais *in memoriam*, Bolivar, de quem herdei o espírito público, e Anna Graça, de quem recebi muita atenção e carinho.

CRÉDITOS

Texto e pesquisa de imagens: Claudio Braga de Abreu e Silva

Apoio editorial: Mariana Weiss de Abreu e Beatriz Cardoso

Prefácio: Beatriz Cardoso

Apresentação: Alvaro Abreu

Edição e produção gráfica: Mandacaru Design

Coordenação e Projeto gráfico: Manaira Abreu

Capa e diagramação: Leticia Zaffalon

Imagem de capa: detalhe da obra de Benedicto Rodrigues

Caricatura quarta capa: Amarildo

Retrato autor (orelha): arquivo pessoal

Revisão: Bruna Heller, Rosa Lia Franca Vellozo e Livia Aguiar

MANDACARU

Este livro foi composto nas fontes da família Charter para textos e abres; e Oswald para títulos, em 2024 em homenagem aos 30 anos do Plano Real.